



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

---

**U**NIRIO  
*história*

---

**HILÁRIO FIGUEIREDO PEREIRA FILHO**

**MEMÓRIAS EM DISPUTA:  
A UNESCO E A PATRIMONIALIZAÇÃO  
DE ACERVOS DOCUMENTAIS**

**2018**



Hilário Figueiredo Pereira Filho

# **Memórias em disputa:**

a Unesco e os processos de patrimonialização  
de acervos documentais

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História

Linha de Pesquisa: Patrimônio, Ensino de História e Historiografia

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina Romeiro Chuva

Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2018

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

P436 Pereira Filho, Hilário Figueiredo  
Memórias em disputa: a Unesco e a  
patrimonialização de acervos documentais / Hilário  
Figueiredo Pereira Filho. -- Rio de Janeiro, 2018.  
303

Orientadora: Márcia Regina Romeiro Chuva.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em História, 2018.

1. Patrimônio documental. 2. Memória. 3. Unesco.  
4. Arquivos. 5. Documentos. I. Chuva, Márcia Regina  
Romeiro, orient. II. Título.

**PPGH**

PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA

**UNIRIO**  
*história*

av. pasteur, 458 | prédio josé de anchieta, 2º andar | urca, rio de janeiro | 22290-240

### ATA DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

Em 11 de junho de 2018, reuniu-se a Banca Examinadora para a Defesa de Tese do trabalho intitulado *“Memórias em disputa: a Unesco e a patrimonialização de acervos documentais”*, de autoria de **Hilário Figueiredo Pereira Filho**, sob a presidência da Prof.ª Dr.ª Márcia Regina Romeiro Chuva. A Banca, após arguição, resolveu pela aprovação do candidato, com o seguinte parecer:

*A banca destacou a originalidade do tema e a qualidade da pesquisa realizada. Enfatizou também o esforço de levantamento, sistematização dos dados e apresentação de materiais analisados. A banca segue a publicização do trabalho pelos diversos meios disponíveis.*

Em 11 de junho de 2018.

Presidente:

*Márcia Chuva*

Prof.ª Dr.ª Márcia Regina Romeiro Chuva – UNIRIO

Avaliadores:

*Luciana Quillet*

Prof.ª Dr.ª Luciana Quillet Heymann - PPGARQ/UNIRIO

*Silvia Capanema*

Prof.ª Dr.ª Silvia Capanema Pereira de Almeida - Universidade de Paris 13-Nord

*Leila Bianchi Aguiar*

Prof.ª Dr.ª Leila Bianchi Aguiar - UNIRIO

*Icleia Thiesen*

Prof.ª Dr.ª Icleia Thiesen - UNIRIO

Tel.: (21)2542-1578

<http://www.unirio.br/historia>

*Priscila Luvizotto Costa*  
**Confere com o original**  
Em, 16/08/2018  
**Priscila Luvizotto Costa**  
SIAPE 2120432  
PPGH - UNIRIO



*Para Livia,  
companheira em todos os tempos e  
lugares onde esta tese foi escrita.*





## Agradecimentos

A tese não existiria sem a participação decisiva da minha orientadora e amiga Márcia Chuva. Desde os tempos em que ainda estava no Iphan, Chica Chuva incentivava toda equipe a respirar os ares da universidade. E como foi uma experiência incrível retomar os estudos ao seu lado! Leitora crítica de cada linha que escrevi, agradeço à Márcia pela orientação segura, instigante e sempre presente. Aprendi demais com o seu olhar atento e crítico, incentivando o permanente exercício de refletirmos como historiadores do patrimônio.

Ao bom e velho Iphan, para não perder o costume de reverenciar uma instituição em que tenho o prazer de trabalhar, apesar das dificuldades que enfrentamos nos últimos anos. A licença foi imprescindível quando os prazos do doutorado apertaram. Lia Motta é em quem me inspiro para refletir sobre as nossas práticas, tendo no Mestrado Profissional o grande exemplo de que é possível recriarmos permanentemente. Com muita luta e sem perder a ternura, a Copedoc permanece como nosso espaço inventivo: Claudia, Juliana, Bia, Joseane, Luciano, Tarcila, Luana, Katia, Bettina, Analucia, Bat, Adriana, Andressa, Thays, Sigmar, Ivan, Jacó, Francesca, Zezé, Tatiana, Oscar, Zé, Felipe, Wallace, Ana Maria, Flávio e Patrícia foram os mais próximos no período de afastamento. Jurema Machado, Luiz Philippe Torelly e Jurema Arnaut auxiliaram, em momentos diferentes, no trâmite da papelada. Deixo um agradecimento especial à Lygia Guimarães, responsável por facultar acesso a importantes documentos da pesquisa e pelas conversas sobre o Memória do Mundo.

Em Paris, o momento mais especial do doutorado! Uma experiência que ficará para toda vida. Como agradecer à querida família camarada Schmidt? Silvia, Rene, Hannah, Rosa e Vaillant nos deram de tudo: casa, afeto, carinho... Isso sem contar nas inúmeras gentilezas que nos permitiram estender a temporada em terras francesas. Ao pequeno Matia, a Christel e ao Camille pela oportunidade incrível de aprendermos sobre a vida. Os colegas de diferentes países, em especial nossos hermanos colombianos Juan e Sandra, tornaram a nossa vivência mais eclética e surpreendente. Agradeço à *Université Paris 13* pela acolhida e às instituições francesas por onde estudei nas suas aconchegantes salas de leitura.

Na Unirio tive a alegria de me sentir renovado a cada vez que assistia às aulas ou que participava do grupo de estudos coordenado pelas professoras Leila Bianchi e Márcia Chuva. Os debates foram muito importantes na minha formação, por isso fico agradecido a todos os colegas que deixaram nossos encontros sempre muito estimulantes. Da Marcinha tenho boas lembranças das aulas nos primeiros semestres; Jamile, Luana e Walkiria sempre presentes nas discussões do projeto; e da amiga libriana, Brenda, ficam as contínuas trocas patrimoniais e as

boas conversas da vida. Agradeço ao PPGH pelo atendimento solícito, em especial à Priscila Luvizotto e ao professor Pedro Caldas. A Marcelo Magalhães e Luís Reznik que ministraram uma disciplina que abriram as primeiras frentes investigativas da pesquisa. A qualificação foi outro divisor de águas, com as preciosas sugestões das professoras Luciana Heymann e Leila Bianchi. Agradeço, também, a todas professoras que se dispuseram a participar da banca.

Aos amigos historiadores mineiros que, apesar da distância física, continuamos com nossos fortes laços intelectuais e afetivos. As discussões nos e-mails e textões das redes sociais me revigoraram nos momentos solitários: Rajão, o cara sempre atento a tudo, obrigado pelas indicações de simpósios e leituras; ao padrinho João Paulo, por sempre espalhar amor; Márcio, Gerusa, Imara, Davidson, Luiz, Bruno, Breno, Huener e Mariana pelos debates calorosos; Samuel, amigo mineiro carioca; e a mestre Tati Mol, que me iniciou nos caminhos da yoga. Ao Fred pela acolhida generosa em Mariana. À Carla Corradi pela transcrição das entrevistas. Ao Ousmane pela presença amiga. À Lara e à Flavinha pelas visitas na França.

À família de Itanhandu pela presença sempre constante, em especial Mariana, Pedro e Marcela que nos visitaram em Paris. Ao meu irmão Ricardo, pela revisão no *abstract* e pela honra de ser padrinho de Felipe, menino lindo que veio alegrar a família, com Paulinha e Gui. Aos meus queridos sogros, Livete e Hélio, com quem me sinto como filho, pelas agradáveis passagens por Atibaia, onde sempre revigoro minhas energias. E ao Marcelo pela presença divertida nos nossos encontros familiares.

Aos meus pais por tudo que são e pelo que representam: com meu pai aprendi o gosto pela escolha das palavras na escrita e com minha mãe passei a admirar o ofício de ser professor. Mulher de luta, sempre me incentiva a buscar os meus sonhos e nesse doutorado não foi diferente. À minha irmã Jô, agradeço pela formatação da tese: organogramas, tabelas, foto, índices... Que privilégio ter uma arquiteta sempre ao meu lado! Sou e sempre serei eternamente grato a você por ter me iniciado no patrimônio desde os tempos de Memória e agradeço, também, pelas parcerias na Gema. Aos meus sobrinhos maravilhosos: Tales e Bento, cada um na sua singularidade, como foram importantes para que eu me renovasse nos nossos encontros, seja num simples olhar, nas gargalhadas ou numa brincadeira improvisada. À Glorinha, saudades eternas, cuja presença infinita persevera entre nós.

Fecho os agradecimentos com a pessoa para quem dedico esta tese: Livia, sem você nada disso seria possível! Obrigado por cada sorriso e acolhimento que me deu nos momentos mais difíceis, obrigado por termos vividos juntos incríveis experiências de campo, e que sorte a minha de ter uma antropóloga tão competente ao meu lado. Com você, aprendi a olhar para os arquivos com outros olhos, menos míopes e mais abertos ao diálogo.

## **Resumo**

A tese investiga o processo de patrimonialização de acervos documentais no âmbito do Programa Memória do Mundo (MOW) da Unesco. Para compreender tal mecanismo de distinção como patrimônio documental, o foco da análise foram os documentos produzidos pelo Programa, em especial as narrativas de apresentação dos acervos nos dossiês das candidaturas formalizadas. Tendo em vista problematizar as concepções e valores acionados pelo MOW na seleção de candidaturas, a pesquisa apontou para os significados e sentidos que são atribuídos ao documento, na relação com agentes e instituições. A mobilização de um novo dispositivo de reconhecimento, a nomeação de acervos como Memória do Mundo, reconfigura, pois, o campo arquivístico e o campo do patrimônio cultural, com decorrências para a gestão da memória e da patrimonialização do documento na cena pública.

Palavras-chave: Patrimônio documental – Memória - Unesco - Arquivos - Documento

## **Abstract**

The thesis investigates the process of patrimonialization of documentary collections in the scope of the Program Memory of the World (MOW) of Unesco. In order to understand this mechanism of distinction as documentary heritage, the focus of the analysis was placed on the documents produced by the Program, especially the narratives used to present these collections in the dossiers of the candidatures. In the quest to understand the conceptions and values of the MOW in the selection of applications, the research pointed to the intentionality that are attributed to the document, in the relationship with agents and institutions. The mobilization of a new recognition device, the naming of collections as Memory of the World, reconfigures the archival field and the field of cultural heritage, with consequences for the management of memory and for the patrimonialization of the document in the public scene.

Keywords: Documentary Heritage - Memory - Unesco - Archives – Document



*Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial,  
é também um lugar social.*

(Paul Ricoeur, 2010, p. 177)



## Lista de Abreviaturas e Siglas

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AbraCor	Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores
ADG	Assessor da Direção-Geral
AEL	Arquivo Edgar Leuenroth
AGN	<i>Archivo General de la Nación (Uruguay)</i>
AN	Arquivo Nacional
Ancine	Agência Nacional do Cinema
Arcmow	<i>African Regional Committee for the Memory of the World</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNF	<i>Bibliothèque nationale de France</i>
CCAAA	Conselho Coordenador das Associações de Arquivos Audiovisuais
CCI	Comitê Consultivo Internacional
CDD	Classificação Decimal de Dewey
Cedic	Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFDD	Conselho Federal de Direitos Difusos
CFE	Conselho Federal de Educação
CFEACB	Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas
CGI	Conselho Geral de Investigações
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
Clamor	Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul
CMAE	Conferência de Ministros Aliados de Educação
CNFPCP	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNV	Comissão Nacional da Verdade
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DAMC	Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
DBA	Departamento de Documentação de Bibliotecas e Arquivos
DID	Departamento de Identificação e Documentação
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiaf	<i>Federation International of Film Archives</i>
Fiat	<i>Fédération Internationale des Archives de Télévision</i>

Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
Funarte	Fundação Nacional de Artes
GT	Grupo de Trabalho
Iasa	<i>International Association of Sound and Audiovisual Archives</i>
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICA	<i>International Council of Archives</i>
ICAM	Instituto Cultural Amilcar Martins
Iccrom	<i>International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property</i>
Icomos	<i>International Council of Monuments and Sites</i>
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IFLA	<i>International Federation of Library Associations</i>
IICI	Instituto Internacional de Cooperação Intelectual
INBMI	Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados
Inepac	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISAAR (CPF)	<i>International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families</i>
ISAD (G)	<i>General International Standard Archival Description</i>
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MinC	Ministério da Cultura
MOW	<i>Memory of the World</i>
Mowcap	<i>Memory of the World Committee for Asia and the Pacific</i>
Mowlac	<i>Memory of the World Programme Committee for Latin America and the Caribbean</i>
Natis	<i>National Information System</i>
Nomic	Nova Ordem Mundial da Informação e de Comunicação
PEP	Programa de Especialização em Patrimônio
PGI	Programa Geral de Informação
RFSSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SAESP	Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo
SEAPAVAA	<i>South East Asia-Pacific Audio Visual Archives Association</i>
SNI	Serviço Nacional de Informações
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Pró-Documento	Programa de Nacional de Preservação da Documentação Histórica
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Unisist	<i>United Nations International Scientific Information System</i>
USP	Universidade de São Paulo
WHC	<i>World Heritage Center</i>
UNRWA	<i>United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees</i>

## Lista de Gráficos, Imagens, Tabelas e Organogramas

Gráfico 1: Temas dos acervos nominados na exposição “Arquivos do Brasil, Memória do Mundo” .....	133
Gráfico 2: Número de candidaturas apresentadas nos editais MOW Brasil (ano a ano).....	192
Gráfico 3: Distribuição geográfica das candidaturas (MOW Brasil - 2007 a 2015).....	193
Gráfico 4: Jurisdição das instituições públicas proponentes (MOW Brasil - 2007 a 2015) .....	194
Gráficos 5, 6, 7 e 8: Características dos acervos candidatos (MOW Brasil - 2007 a 2015) .....	195
Gráfico 9: Contextos históricos dos acervos candidatos (MOW Brasil - 2007 a 2015).....	197
Imagem 1: Fachada do imóvel que abriga o Instituto Cultural Amilcar Martins (ICAM) .....	126
Tabela 1: Comparativo dos critérios adotados no Programa Patrimônio Mundial e no Programa Memória do Mundo.....	93
Tabela 2: Cadeiras comuns do Comitê MOW Brasil e do Conarq .....	168
Tabela 3: Outras cadeiras do Comitê MOW Brasil e do Conarq .....	169
Organograma 1: Setor de Informação (1946-1949) .....	50
Organograma 2: Estrutura geral da Unesco (1947) .....	51
Organograma 3: Departamento de Informação (1949-1966) .....	53
Organograma 4: Estrutura geral da Unesco (1950) .....	54
Organograma 5: Departamento de Informação e Comunicação (1966-1967) .....	55
Organograma 6: Departamento de Informação e Departamento de Comunicação (1967).....	56
Organograma 7: Departamento de Informação (1975) .....	57
Organograma 8: Estrutura geral da Unesco (1975-1976) .....	58
Organograma 9: Estrutura geral da Unesco (2006-2007) .....	62

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	21
CAPÍTULO 1 - Sobre a Unesco a partir do Memória do Mundo.....	37
1.1. Contexto geral de surgimento do MOW .....	39
1.2. Alguns traços do Setor de Comunicação e Informação.....	49
1.3. Patrimônio documental: instrumento estratégico de legitimação.....	65
CAPÍTULO 2 - Memória do Mundo entre os arquivos e o patrimônio cultural	82
2.1. Dinâmica de funcionamento do MOW .....	82
2.2. Critérios e valores na construção de memórias .....	91
2.2.1. Autenticidade: entre o campo do patrimônio e o campo arquivístico .....	98
2.2.2. Consolidação do perfil arquivístico do MOW.....	105
2.2.3. O documento entre a Arquivologia e a História.....	110
2.2.4. A memória do Memória do Mundo .....	114
2.3. Efeitos de nomeação e metamemória do MOW Brasil.....	119
CAPÍTULO 3 - Memória do Mundo no Brasil.....	135
3.1. Aspectos gerais do Comitê MOW Brasil .....	135
3.2. Campo arquivístico brasileiro .....	144
3.2.1. Processo de configuração do campo.....	145
3.2.2. A implantação do MOW Brasil .....	156
3.2.3. O MOW no campo arquivístico brasileiro .....	166
3.3 Outros instrumentos de patrimonialização.....	175
CAPÍTULO 4 - Patrimonialização de acervos históricos brasileiros .....	184
4.1 O universo delimitado das candidaturas.....	184
4.2 Atribuição de valor de patrimônio aos acervos brasileiros .....	198
4.2.1 Autenticidade: conflitos entre o campo arquivístico e o campo do patrimônio .....	202
4.2.2 Monumentalização dos documentos.....	210
4.2.3 O acervo como bem cultural .....	214
4.2.4 Dimensões do legado .....	217
4.2.5 Acesso entre a pesquisa e os direitos sociais.....	224
4.3 Candidaturas brasileiras no MOW Internacional .....	228

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	253
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	262
ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA .....	274
ANEXOS.....	278
Anexo 1: Membros do Comitê Consultivo Internacional do MOW (1993-2015) .....	278
Anexo 2: Candidaturas apresentadas nos editais MOW Brasil (2007-2015).....	280
Anexo 3: Membros do Comitê MOW Brasil (2006-2015) .....	286
Anexo 4: Acervos documentais brasileiros e instrumentos de patrimonialização .....	294
Anexo 5: Formulário de Candidatura - Edital MOW Brasil 2015 .....	295
Anexo 6: Candidaturas brasileiras apresentadas nos editais MOW Internacional .....	303

## INTRODUÇÃO

A ameaça de corte da contribuição orçamentária do governo japonês à Unesco pairou durante todo ano de 2016. A imprensa internacional noticiava o impasse instalado no interior dessa agência vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) desde que a candidatura “Documentos do Massacre de Nanquim”, apresentada pela China, recebeu o título de patrimônio documental da humanidade.<sup>1</sup> Somente no momento derradeiro de fechamento das contas anuais o Japão realizou a transferência dos recursos previstos. “Às vésperas das festas do Natal de 2016, nós tivemos um respiro financeiro, quando finalmente recebemos a contribuição japonesa que representa cerca de 5% do nosso orçamento”, revelou um dos funcionários do Setor de Comunicação e Informação da Unesco.<sup>2</sup>

O Programa Memória do Mundo (MOW)<sup>3</sup> reascendeu as disputas pela gestão da memória entre Japão e China em relação aos acontecimentos vividos pelos dois países durante a Segunda Guerra Mundial. Ao apresentar a proposta, montada a partir da reunião de acervos localizados em sete instituições,<sup>4</sup> a China afirmava que os documentos selecionados “têm autoridade indiscutível e autenticidade, sendo o testemunho do massacre de Nanquim um fato histórico”.<sup>5</sup> Em diversos trechos da candidatura formalizada pelos chineses percebe-se o tom de denúncia com a clara intenção de condenar os japoneses em razão dos crimes cometidos. A narrativa descreve uma série de detalhes que procuram atestar a violência desferida contra civis, em especial mulheres,<sup>6</sup> outorgando ao almejado título de ‘memória do mundo’ o poder

---

<sup>1</sup> Dentre algumas matérias divulgadas na internet, citamos: “Japão contesta a inscrição do massacre de Nanquim no registro da Memória do Mundo” (*Le Monde*, 10/10/2015); “Japão ameaça barrar fundos para Unesco por atrito com China sobre massacre de Nanquim” (*Reuters*, 13/10/2016); “Japão suspende financiamento da Unesco após repercussão do massacre de Nanquim” (*The Guardian*, 14/10/2016). Minha tradução do francês e do inglês para o português.

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Louis Gerard em Paris/França, no dia 10/02/2017. Optamos por utilizar pseudônimos para referenciar todos os entrevistados ao longo da tese. As razões para tal escolha encontram-se nesta parte introdutória do nosso trabalho.

<sup>3</sup> Sigla, em inglês, para *Memory of the World*. O termo MOW é frequentemente utilizado pela Unesco e pelos agentes do Programa nos diferentes países, inclusive no Brasil.

<sup>4</sup> Trata-se das seguintes instituições chinesas: *Central Archives of China*; *The Second Historical Archives of China*; *Liaoning Provincial Archives*; *Jilin Provincial Archives*; *Shanghai Municipal Archives*; *Nanjing Municipal Archives*; e *The Memorial Hall of the Victims in Nanjing Massacre by Japanese Invaders*.

<sup>5</sup> Trecho da candidatura “Documentos do Massacre de Nanquim”, apresentada ao MOW Internacional 2014. Minha tradução do inglês para o português.

<sup>6</sup> De acordo com a candidatura, 20.000 mulheres chinesas foram raptadas, violentadas ou mortas pelos japoneses durante a invasão da antiga capital Nanquim.

simbólico de lembrar e testemunhar algo quase sempre esquecido no âmbito internacional, além de reparar a dor coletiva dos chineses.

A reação japonesa foi imediata. O trabalho da Delegação Permanente do Japão no cotidiano da Unesco mostrou-se intenso depois da candidatura chinesa ser protocolada na Secretaria do MOW, localizada em Paris. Segundo um dos funcionários da organização, “os japoneses ficaram revoltados com a candidatura, afirmavam que a versão dos chineses sobre o conflito não tinha credibilidade e que ofendia o povo japonês”.<sup>7</sup> A ata da reunião do Comitê Consultivo Internacional (CCI)<sup>8</sup> do Programa Memória do Mundo, realizada em 2015, que aprovou os “Documentos do Massacre de Nanquim” juntamente com outras 48 proposições oriundas de diferentes países, revela parte dos tensionamentos vivenciados na Instituição:

Durante o processo de avaliação, houve uma forte pressão exercida sobre a diretora-geral da Unesco, sobre a equipe da Unesco e sobre os membros do Subcomitê de Registro do MOW a favor e contra algumas das candidaturas apresentadas. [...]. Na reunião anterior, o Subcomitê de Registro expressou sua preocupação com a crescente pressão e observou que isso poderia prejudicar a integridade do Programa MOW.<sup>9</sup>

O trecho transcrito é a única passagem elucidativa, ainda que não faça referência direta, sobre a controversa gerada pela candidatura chinesa. Na maioria das vezes, a Unesco evita detalhar informações sobre as reuniões do MOW. Ao invés de exibir o conteúdo dos debates entre os membros do CCI sobre as proposições apresentadas, e a contagem de votos do plenário responsável por escolher os acervos documentais que receberão o título, temos apenas a informação imprecisa de que “houve uma forte pressão”, o que denota que o campo de disputas pela memória não se faz sem conflitos ou impasses. Por outro lado, a lista de presença dessa reunião revela um detalhe significativo: dentre todos os doze encontros internacionais do Programa realizados até então, esse foi o que contou com maior número de presentes, inclusive com autoridades japonesas e chinesas na condição de “observadores”.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Louis Gerard, na sede da Unesco, em Paris/França, no dia 10/02/2017.

<sup>8</sup> A sigla CCI, em francês, significa *Comité consultatif international*. O MOW utiliza bastante a sigla em inglês IAC (International Advisory Committee). Para a nossa tese, empregaremos o termo CCI por este servir, também, como abreviatura do nome Comitê Consultivo Internacional em português.

<sup>9</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho do “*12th Meeting of the International Advisory Committee of The Memory of the World Programme*”, realizado em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, entre os dias 4-6 de outubro de 2015.

<sup>10</sup> De acordo com a última versão do Regulamento do Comitê Consultivo Internacional, publicado em 2012, os observadores podem assistir às reuniões desde que não defendam qualquer candidatura (item 16.3 do Regulamento), além de não poderem presenciar a votação das proposições (item 21.4 do Regulamento), momento restrito aos 14 membros do CCI. Participam das reuniões, ainda, convidados eventuais do CCI e funcionários da Unesco, em especial aqueles ligados ao Setor de Comunicação e Informação.

Essa não foi a primeira vez que o Memória do Mundo se tornava alvo de polêmicas. A nomeação da candidatura “Vida e obra de Ernesto Che Guevara: dos manuscritos originais da adolescência e juventude aos diários de campanha da Bolívia” sofreu represálias por parte dos Estados Unidos no ano de 2013. Nessa época, os norte-americanos já haviam cortado a subvenção anual que concediam à Unesco; o motivo justificado foi o ingresso da Palestina enquanto Estado-Membro da Organização a partir de 2011, fato que caracterizou a Unesco como a única agência do sistema ONU a reconhecer os palestinos como soberanos.<sup>11</sup> Apesar de não estarem contribuindo financeiramente com a Unesco desde a entrada do Estado Palestino, os Estados Unidos permaneciam vinculados à instituição,<sup>12</sup> o que gerou uma série de reações dos órgãos de imprensa do país contra o título que valoriza documentos alusivos a Che Guevara.<sup>13</sup>

A candidatura partiu de dois países que se posicionam como oponentes aos Estados Unidos no plano internacional: Cuba, em especial desde a Revolução de 1959, e a Bolívia, que tem mantido um discurso nacionalista e antiamericano, por meio do governo do presidente Evo Morales. No entanto, a proposição apresenta-se, especialmente aos olhos norte-americanos, como enfrentamento do seu poder de gestar a memória em torno da imagem de Che Guevara, um dos líderes do movimento considerado pelos cubanos como de libertação, que posteriormente alinhou Cuba ao bloco socialista. Desse modo, despontaram perturbações diplomáticas protagonizadas por representantes dos Estados Unidos na Unesco; a crise iniciada no Programa logo se estendeu para outros espaços de decisão da organização, “gerando sensibilidades que iniciaram um processo de desgaste do MOW”.<sup>14</sup>

O Memória do Mundo explicita uma das facetas que configuram a Unesco e a Organização das Nações Unidas: a permanente e conflituosa disputa de visões, interesses e

---

<sup>11</sup> A 36ª Conferência Geral da Unesco, realizada entre os dias 26/10 a 10/11/2011, votou o pleito dos palestinos e apresentou o seguinte resultado final: 107 votos a favor, 14 contrários e 52 abstenções. Com a aprovação da maioria do plenário, a Palestina tornou-se o 195º Estado-Membro da Unesco. Como retaliação à decisão coletiva, Estados Unidos e Israel anunciaram a suspensão das suas contribuições financeiras à Organização (COULAIS, 2015, p. 26-27).

<sup>12</sup> A saída definitiva dos Estados Unidos e de Israel ocorreu no início do ano de 2018. Meses antes, o presidente norte-americano, Donald Trump, e o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, realizaram discursos contrários à permanência da Palestina na Unesco, citando, inclusive, o descontentamento com o título de patrimônio da humanidade concedido ao Centro Histórico de Hebron, na Cisjordânia, em 2017.

<sup>13</sup> Destacamos dois títulos presentes em editoriais de órgãos da imprensa norte-americanos: “Repreensível: Unesco acrescenta obras de Che Guevara a patrimônio mundial” (*The Washington Times*, de 23/07/2013) e “A decisão da Unesco de homenagear Che Guevara prova que não merece o apoio dos Estados Unidos da América” (*FoxNews.com*, de 12/08/2013).

<sup>14</sup> Entrevista concedida por Louis Gerard, na sede da Unesco, em Paris, na França, no dia 10/02/2017. O entrevistado afirmou, ainda, que as duas maiores instâncias de decisão da Unesco – Conferência Geral e Conselho Executivo – sofreram efeitos desses embates quando das suas realizações.

projetos entre os Estados-Membros que as integram desde o pós-guerra mundial.<sup>15</sup> Entretanto, o viés político da atuação dos países no interior da Unesco raramente é admitido como característica presente no MOW pelos seus articuladores. O tema geral da tese versa sobre os processos de patrimonialização de acervos documentais a partir do MOW, atentando-se para as circunstâncias sociais, políticas, culturais e históricas que integram as práticas simbólicas que envolvem diferentes sujeitos e instituições. Ao longo da pesquisa, a dimensão política da patrimonialização dos acervos documentais foi constantemente anuviada pelos agentes, em favor da ideia de que o Memória do Mundo é um Programa essencialmente técnico e que, como tal, prioriza tal expertise em sua atuação, conseguindo, quase sempre, desvencilhar-se das atitudes políticas, tanto dos que apresentam a proposição, quanto dos que julgam as candidaturas.

Em outubro de 2017, Ray Edmondson, um dos principais articuladores do MOW,<sup>16</sup> veio ao Brasil para a conferência de abertura do evento “I Seminário: o Programa Memória do Mundo da Unesco e o Patrimônio Documental Brasileiro”.<sup>17</sup> Na fase de debates, indaguei ao palestrante se era possível, na atuação do Programa, desconsiderar a dimensão política da memória. A resposta de Ray Edmondson foi categórica:

Sim, é possível. Ou pelo menos, eu gostaria que fosse. Nós, do Programa, tentamos desconsiderar as influências políticas. A Unesco sempre sofreu lobby, muita pressão, isso sempre aconteceu e, mais recentemente, continua acontecendo. Mas somos um Comitê de especialistas, diferentes dos políticos; os membros estão cientes disso e, por isso, tentamos atuar dentro das diretrizes técnicas já estabelecidas. Precisamos, sempre, proteger o MOW, o nosso programa é apolítico e tentamos compreender os documentos dessa forma. O Programa do Patrimônio Mundial não consegue se livrar da influência dos governos dos países, que indicam representantes para decidirem os bens culturais que comporão a Lista do Patrimônio Mundial. Por exemplo, podemos citar os Diários de Che Guevara, de quem eu tenho, inclusive, uma camiseta. Os Estados Unidos entraram com uma forte objeção após o reconhecimento do acervo pelo Memória do Mundo. A resposta da Unesco foi a de que os Diários de Che Guevara foram reconhecidos porque atenderam aos critérios do edital, essa documentação tem a sua influência mundial. Isso não quer dizer que a Unesco concorda com o conteúdo dos Diários, a Unesco não endossa as ideias de Che Guevara, a organização está apenas endossando a sua importância

---

<sup>15</sup> MAUREL, 2005.

<sup>16</sup> Ray Edmondson é australiano, especialista em arquivos audiovisuais, trabalhou em diversos projetos internacionais com apoio de federações profissionais e já ocupou cargos de direção do *National Film and Sound Archive* da Austrália. Atua intensamente no MOW desde 1996, tendo presidido o Comitê Regional do Memória do Mundo na Ásia e no Pacífico entre 2006 e 2015, além de ser responsável por várias publicações do Programa.

<sup>17</sup> Organizado pelo Comitê MOW Brasil, o evento ocorreu nos dias 03 e 04/10/2017 na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o propósito de celebrar as efemérides de 10 anos de funcionamento do Programa da Unesco no país.



documental. As outras interpretações ficam para os historiadores.<sup>18</sup> (meus grifos)

A fala do documentalista busca legitimar um Programa pouco conhecido quando comparado a outras iniciativas similares da Unesco, concentradas nas listas de bens materiais, naturais e intangíveis que recebem o título de patrimônio da humanidade. O MOW ainda sofre de uma incômoda invisibilidade ante o público geral e até mesmo entre especialistas da área da documentação – diferentemente da Lista do Patrimônio Mundial que, alicerçada pela Convenção de 1972, mobiliza assuntos na mídia, mostra-se como atrativo turístico para conjuntos urbanos, alerta para a importância do debate dos ecossistemas preservados, e propicia a captação de recursos e investimentos para as áreas reconhecidas como patrimônio da Unesco.<sup>19</sup>

A luta pela afirmação do campo arquivístico está também presente nessas palavras de Ray Edmondson, ao transmitir a ideia de que os agentes estão imunes às influências políticas e às interpretações dos historiadores, ao mesmo tempo em que se contrapõe ao campo do patrimônio cultural. Neste empreendimento, destaca duas concepções, a de que os documentos são apolíticos, e de que a importância documental deriva dos critérios técnicos atingidos. No que tange à trajetória da noção de patrimônio cultural, apenas recentemente a dimensão social e política dos bens passou a ser de fato considerada; antes dessa mudança de paradigma, bastava um olhar acurado que desbastasse o que sempre esteve ali: os valores históricos e artísticos nacionais intrínsecos.<sup>20</sup>

Entendemos que o patrimônio documental corre os mesmos riscos que acometiam o patrimônio arquitetônico ao se desconsiderar as dimensões sócio-históricas e políticas em sua constituição. Aqui é importante pontuar que este trabalho tem como pressuposto que tais dimensões são constitutivas do documento.<sup>21</sup> Nessa medida, diferentemente do que querem os propositores da candidatura do Massacre de Nanquim, os documentos não podem revelar, por

---

<sup>18</sup> A conferência de abertura do Seminário teve o título “Memória do Mundo: uma afirmação global”.

<sup>19</sup> COULAIS, 2015, p. 69.

<sup>20</sup> No caso do Brasil, os anos 1980 foram decisivos para o surgimento de novas problematizações alusivas à preservação do patrimônio cultural. No artigo em que realiza um mapeamento da história da noção de patrimônio no país, Márcia Chuva assinala dois passos que apontam para “uma perspectiva mais integradora do patrimônio cultural: 1) Os valores identificados nos bens culturais, visando a sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza. Logo, os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele. Contudo, os instrumentos a serem adotados para sua efetiva proteção ou salvaguarda podem variar e serem aprimorados de acordo com a natureza e o tipo do bem cultural. 2) Os sujeitos produtores de sentidos são vários, diferenciados e deveriam ser confrontados em fóruns de discussão” (CHUVA, 2012, p. 163).

<sup>21</sup> LE GOFF, 1996.

si mesmos, uma única verdade, como se esses registros falassem por si, assim como defendia a visão positivista da História do século XIX. Sem dúvida, coexistem concepções diferentes sobre o documento entre diversas áreas do conhecimento. Esta tese pretende contribuir, no entanto, com a discussão historiográfica acerca do novo estatuto adquirido pelo documento quanto este é objeto de patrimonialização, destacando por meio de que processos acervos documentais se tornam “Memória do Mundo”.

Participar da conferência em que figurava Ray Edmonson tornou-se parte da estratégia que adotei no estudo das atividades do MOW. Ter como objeto a atuação de um Programa que se estrutura na contemporaneidade, representou um desafio constante para a pesquisa: tanto para a definição do recorte temporal, como para a delimitação dos espaços físicos da investigação, compreendendo aí a eleição de arquivos e documentos que poderiam dar conta dos problemas que esta pesquisa se propunha levantar. Inspirado pela metodologia da etnografia de arquivos,<sup>22</sup> adoto a perspectiva de adaptá-la sob outro ponto de vista: a etnografia da política de arquivos. O objeto de investigação são os documentos produzidos no âmbito do Programa, de modo que o interesse não é tanto pela constituição do acervo propriamente dito, mas em como os documentos estabelecem relações entre si, e com os agentes e instituições, tendo em vista o objetivo de apreender as concepções que o Memória do Mundo mobiliza na seleção de candidaturas, e as decorrências que a política de reconhecimento patrimonial de acervos traz para a gestão da memória<sup>23</sup> e do documento. Adotar a etnografia da política de arquivos como viés metodológico significou uma série de procedimentos: inserir-se como pesquisador no campo arquivístico; acompanhar as práticas dos agentes e das instituições que os mesmos representam; apreender a rotina do Programa; realizar conversas com sujeitos; e negociar, a todo momento, a minha inserção nesse campo permeado de conflitos e disputas.

A primeira etapa da pesquisa compreendeu a análise do volume de documentos alusivos ao funcionamento do MOW no país. Trata-se de acervo reunido pelo Comitê MOW Brasil; as fontes levantadas, localizadas no gabinete da direção-geral do Arquivo Nacional (AN),<sup>24</sup> oferecem um leque significativo de registros: formulários das candidaturas preenchidos pelos proponentes; editais do MOW publicados anualmente, os quais estabelecem as regras e os critérios que regem o processo de seleção; materiais de divulgação

---

<sup>22</sup> CUNHA, 2005 e HEYMANN, 2012.

<sup>23</sup> HEYMANN; ARRUTI, 2012.

<sup>24</sup> O acervo ainda não recebeu tratamento documental, permanecendo na sua fase corrente e não acessível ao público em geral. O agendamento da pesquisa foi realizado diretamente com o gabinete da direção-geral do AN.

do MOW, com especial destaque para a exposição comemorativa dos cinco anos de funcionamento do Comitê Brasileiro; históricos e relatórios de atividades; notas técnicas e conteúdos de palestras e seminários organizados pelo Programa; regulamentos e notas de planejamento; atas das reuniões do Comitê Brasileiro; e material promocional das instituições contempladas com o título de Memória do Mundo.

As propostas apresentadas pelos detentores dos acervos totalizavam 197 formulários em formato de dossiê, que abrangem nove anos de atuação do Programa, desde o primeiro edital, publicado em 2007, até o de 2015. Além do acervo do Comitê Brasileiro sob a guarda do AN, o acesso ao acervo reunido por Lygia Maria Guimarães, técnica em conservação de documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi fundamental para qualificar o universo das fontes primárias e preencher lacunas na pesquisa, incluindo registros anteriores aos encontrados no Arquivo Nacional, alusivos às primeiras tratativas de implantar o Programa no país. Apesar de a servidora ter sido identificada pelo MOW a partir e em razão da sua trajetória profissional no Iphan, esta Instituição não assumiu o Memória do Mundo como parte de sua política, como veremos no capítulo 3 e, por este motivo, não incorporou a documentação do Programa ao seu acervo permanente. A guarda dos documentos, em grande parte cópias daqueles que tramitaram oficialmente, foi, portanto, uma iniciativa pessoal de Lygia Guimarães. Dessa maneira, minha atuação como técnico do Iphan e colega da servidora, viabilizou meu livre acesso à documentação.

Trabalhando no Iphan, fui responsável pelo Arquivo Central do Instituto no período de 2008 e 2014, e participei como membro do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), entre os anos de 2011 e 2013, de algumas reuniões realizadas no Arquivo Nacional. Portanto, apesar de desejar por vezes me camuflar como pesquisador universitário, para não ser identificado pelo campo arquivístico, inevitavelmente já circulava e atuava dentro dele. Participando assim dos eventos promovidos pelo Comitê Brasileiro, assumi o risco do papel ambíguo de pesquisador universitário e de servidor afastado do Iphan, perante um campo profissional marcado por tensões entre agentes e instituições. Os espaços de sociabilidade do MOW que frequentei foram as cerimônias de entregas de certificados aos detentores<sup>25</sup> dos acervos reconhecidos e as oficinas de capacitação de preenchimento das candidaturas, eventos

---

<sup>25</sup> O termo “detentores” foi gestado no interior das políticas do patrimônio imaterial, referindo-se, no processo de reconhecimento de um bem cultural, aos segmentos sociais que cultivam e reproduzem a prática cultural, cujo envolvimento na ação de salvaguarda subsequente ao reconhecimento, torna-se fundamental para a continuidade do bem. A adoção do termo para pensar o lugar que passam a ocupar os responsáveis pelos acervos nominados pelo MOW pareceu-nos rentável, ainda que a reflexão sobre o novo estatuto dos detentores dos acervos não seja o foco do nosso problema. Para uma abordagem aprofundada a respeito do conceito ver GALLOIS, 2012.

abertos ao público em geral. Já as reuniões entre os especialistas do Comitê MOW Brasil foram vetadas à minha participação.

Sendo assim, as incursões etnográficas ocorreram mediante negociações quase sempre tensas com os agentes do MOW. Durante a reunião do dia 29 de outubro de 2013, cuja pauta incluiu a nomeação de novos membros, e a distribuição das candidaturas do edital daquele ano aos integrantes do Comitê Brasileiro, recebi de imediato a negativa dos organizadores, que alegavam que eu não havia solicitado minha participação com a devida antecedência; diante do veto, um dos membros do Comitê que à época exercia um cargo no Iphan prontificou-se a intervir e, passados alguns minutos, convidaram-me a entrar no recinto. Após o esclarecimento inicial de que a minha presença fora objeto de deliberação entre os integrantes do Comitê, e que estava condicionada a seguir o protocolo de ética da Unesco,<sup>26</sup> foi solicitado que eu me apresentasse e justificasse a necessidade de acompanhar a reunião.

Após esse evento, tomei a precaução de solicitar, com antecedência, o pedido para acompanhar a reunião ordinária do dia 25 de março de 2015. Rapidamente recebi a seguinte resposta: “O presidente e os membros do Comitê concordaram com sua participação, com a condição de que em momentos de discussão e votação confidenciais, você se ausente do salão nobre”.<sup>27</sup> Dessa vez, fui convidado a sentar à mesa com todos os presentes e, assim como acontecera na outra reunião, apresentei-me e reforcei a importância de assistir à dinâmica do encontro. Na sequência, solicitaram minha saída para que os membros pudessem definir quais pontos da pauta eu não poderia acompanhar. Fui impedido de presenciar dois itens: “projetos brasileiros recomendados ao Comitê Internacional do Programa Memória do Mundo” e “discussões dos nomes para renovação do Comitê em 2015”, e autorizado a acompanhar outros seis pontos: “aprovação, assinatura e divulgação da versão final do edital MOW Brasil 2015”; “estratégias de divulgação do Programa Memória do Mundo”; “decisão sobre ferramentas educativas”; “cronograma de atividades de difusão do programa”; “abertura da exposição ‘Rio 1908: a cidade de portos abertos’”; e “apresentação do novo portal do Comitê”.<sup>28</sup>

Dentre os pontos da pauta que pude presenciar, esse último se tornou o mais polêmico entre os participantes. Após a apresentação dos aspectos técnicos e de uma navegação no ambiente virtual de teste, a discussão ganhou outro rumo com a indagação de

---

<sup>26</sup> Trata-se do “*Memory of the World (MOW) - Register Protocol and Ethics*” publicado pela Unesco e cuja última versão é do ano de 2016.

<sup>27</sup> Trecho da mensagem eletrônica endereçada a mim pelo Comitê MOW Brasil em 24/03/2015.

<sup>28</sup> Itens da pauta da reunião transcritos a partir dos slides apresentados durante o encontro de 25/03/2015.

um dos membros: “cadê a nossa transparência?”. Tal questionamento veio à tona quando este soube que nem os conteúdos das candidaturas seriam expostos, nem os pareceres que aprovaram os acervos postulantes. Preconizando a ampla divulgação dos conteúdos do MOW, o especialista alertou sobre a responsabilidade social que todos tinham e que, para tanto, precisavam ser pedagógicos no trato com as questões públicas. Um dos membros tomou a palavra e disse que “transparência não é tudo” e que “alguns trechos precisam ser vetados”; a título de exemplo, citou candidaturas aprovadas que apresentam problemas e que poderiam gerar precedentes diante dos que não foram aprovados. Vários outros membros se pronunciaram e a maioria se mostrou preocupada em ter seus pareceres expostos, além de reforçarem que as discussões no âmbito do Comitê devem ser soberanas e sigilosas. Um dos participantes chegou a lançar a hipótese: “se virem algum acervo relevante que não esteja contemplado, o que nós faremos para responder a essa pressão?”. Por fim, o ambiente geral de discussão foi atenuado por alguns membros que, em comum acordo, decidiram que essas questões seriam novamente debatidas em outra oportunidade, antes do lançamento da nova versão da página eletrônica do Comitê Brasileiro.<sup>29</sup>

Ao refletir sobre o veto a assistir dois pontos da pauta da reunião - “projetos brasileiros recomendados ao Comitê Internacional do Programa Memória do Mundo” e “discussões dos nomes para renovação do Comitê em 2015” -, revela-se não apenas o constrangimento posto pela reivindicação do acesso à informação, mas, mais do que isso, explicitam-se os desafios entre os preceitos teóricos da acessibilidade e a gestão política da memória. Desde minha incursão no acervo do Comitê MOW Brasil, localizado no Arquivo Nacional, logo fui comunicado que não teria acesso aos pareceres emitidos por ocasião da seleção das candidaturas apresentadas a cada ano. Com o decorrer do tempo, acreditava que essa situação poderia ser modificada a partir do desenvolvimento do estudo, com o maior envolvimento e a conquista de confiança a meu favor; porém, ao invés disso, notei a constante e permanente preocupação de restringir o acesso a uma parte da documentação que não era possível mensurar, pois antes que me fosse entregue qualquer caixa, a atendente retirava pastas que afirmava serem “desnecessárias para a minha pesquisa”.

Novas tentativas foram feitas, e pude expor meu pleito à Secretaria do Programa através da formalização de um pedido por escrito, no qual explicitiei minhas motivações e intencionalidades, tais como utilizar os pareceres somente como substratos para as análises acerca da atribuição de valor de patrimônio aos acervos documentais, sem qualquer interesse

---

<sup>29</sup> A data oficial do lançamento dessa nova versão do portal do Comitê MOW Brasil foi em 02/07/2015.

ou necessidade de divulgar os nomes dos pareceristas, mantendo os preceitos éticos que envolvem a minha pesquisa. Argumentei, ainda, que o meu trabalho realiza leituras desse processo valorativo, na medida em que o interesse está na produção de análises quantitativas e qualitativas que podem ser feitas a partir dos pareceres, por meio de um olhar panorâmico e não individualizado por parecerista. Sem ter recebido qualquer resposta a esse ofício, pensei em acionar o serviço regulamentado pelo decreto da Lei de Acesso à Informação (LAI),<sup>30</sup> porém, o desgaste que já havia sido gerado pela situação me levou a desistir dessa empreitada, passando a tratar esse cerceamento da informação como uma questão a ser debatida na tese. O fato de ser cerceado ao pesquisar os documentos produzidos pelo Memória do Mundo revelou então um traço paradoxal: qual o significado simbólico que este fato adquire para um Programa que tem como norte o amplo acesso a arquivos valorizados como patrimônio documental?<sup>31</sup>

A pesquisa realizada na sede da Unesco, localizada em Paris, no ano de 2016, teve como principal objetivo recolher informações sobre a parte internacional do MOW, iniciado oficialmente a partir de 1992. A grande expectativa de ter chegado ao país<sup>32</sup> após um ano da implementação da política de desclassificação dos arquivos na França,<sup>33</sup> somada ao fato de estar na sede das decisões e orientações das políticas da Unesco, todavia, diluiu-se. Interessava complementar informações acerca das candidaturas brasileiras que concorreram aos editais internacionais; no entanto, o veto taxativo aos pareceres despontou como principal entrave. A despeito de ter acessado alguns documentos – como notas técnicas, relatórios de

<sup>30</sup> Em consulta ao portal do Arquivo Nacional, verifiquei que não há qualquer informação classificada de acordo com os preceitos da Lei de Acesso à Informação: “No período de 16 de maio de 2012 a 11 de maio de 2017 o Arquivo Nacional não teve informações classificadas ou desclassificadas nos graus de sigilo ‘secreta’, ‘ultrassecreta’ e ‘reservada’, definidos no art. 24 da Lei nº 12.527/2012”. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/informacoes-classificadas.html>, acesso em 02/05/2018.

<sup>31</sup> A Unesco sumariza “a missão do Programa Memória do Mundo” a partir de três tópicos reiteradamente repetidos em diferentes meios de divulgação: “facilitar a preservação, pelas técnicas mais apropriadas, do patrimônio documental mundial”; “auxiliar no acesso universal ao patrimônio documental” e “aumentar a consciência da existência e do significado do patrimônio documental”. Disponível em: <https://en.unesco.org/programme/mow>, acesso em 02/05/2018.

<sup>32</sup> O período de estágio sanduíche foi realizado entre os meses de junho de 2016 a fevereiro de 2017, na *Université Paris 13 Nord – Campus de Villetaneuse*. A professora Sílvia Capanema foi responsável pela minha acolhida junto ao *Laboratoire pluridisciplinaire Pléiade (EA 7338)*.

<sup>33</sup> Tratou-se de iniciativa do governo francês, oficializada no dia 8 de maio de 2015, por ocasião da cerimônia do 70º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, quando anunciou a abertura dos arquivos produzidos pela polícia e pela justiça entre junho de 1940 e julho de 1944, durante o regime de Vichy; segundo o presidente da Associação dos Arquivos Nacionais, Gilles Morin, tal iniciativa combate “as pragas que nos ameaçam: o revisionismo, a alteração da memória, o esquecimento”. Até então era preciso pedir uma autorização, um processo que poderia levar entre 15 dias e seis meses, para ter acesso aos arquivos em questão, explica a historiadora Annette Wiewiorka. A partir de agora, apenas alguns documentos permanecerão inacessíveis, “aparentemente relacionados com a vida privada”, acrescenta. Disponível em: “França abre os arquivos de sua colaboração com a Alemanha nazista”, em <https://gauchazh.clicrbs.com.br, geral<noticia<2015>.

atividades, transcrições dos conteúdos de palestras e seminários, além das diretrizes operacionais do MOW –, o cerceamento aos pareceres trouxe à tona novas perspectivas de abordagem ao objeto de estudo, como as contradições presentes na dinâmica de funcionamento da Unesco. Contrariando os princípios fundamentais da Organização de “acesso à informação” e “liberdade de expressão”, fundamentais para “a construção da sociedade do conhecimento”,<sup>34</sup> a Secretaria internacional do Programa justificou assim a negativa de vistas à documentação: “Gostaríamos de enfatizar que não podemos compartilhar os pareceres dos especialistas sobre os dossiês de candidatura para o Programa Memória do Mundo porque eles são confidenciais”.<sup>35</sup>

Diante dessa situação que se tornou incontornável na minha pesquisa, procurei alternativas metodológicas para suprir a ausência dos pareceres – que, via de regra, poderiam trazer informações preciosas sobre os valores mobilizados na construção de bens considerados patrimônio documental do ponto de vista dos membros do MOW. Parte da estratégia consistiu em lançar perguntas para os próprios documentos inventariados, com a ideia de extrair aquilo que era ocultado pelo não-acesso aos pareceres. Dentre as possibilidades, destacaram-se as cartas recebidas pelos proponentes que tiveram seus pleitos negados pelo Comitê Brasileiro. Do total das 114 propostas negadas no escopo do nosso recorte de pesquisa, encontramos 47 ofícios que explicitam, sucintamente, os motivos que levaram o Comitê a negar o reconhecimento, ou seja, de 40% das candidaturas que não obtiveram o registro do MOW, número significativo para captar os principais argumentos mobilizados para as negativas e perceber tendências de opinião dos especialistas. Interessante conjecturar que os conteúdos dessas cartas podem ter se inspirado nos pareceres dos próprios membros que, após apreciados no plenário e aprovados pelos demais, possivelmente subsidiaram a redação dos ofícios assinados pelo presidente do Comitê Brasileiro.

Outra estratégia adotada consistiu na realização de entrevistas com profissionais que já atuaram ou ainda desenvolvem atividades no Memória do Mundo. A partir das conversas dirigidas com cinco agentes do campo arquivístico brasileiro e com dois funcionários da sede da Unesco na França, examinei aspectos que não havia esclarecido somente a partir da análise crítica das fontes levantadas nos arquivos. Ainda que tenha estruturado um roteiro prévio, e de ter gravado e transcrito as entrevistas que se unem a partir de uma perspectiva temática, optei por não adotar a metodologia da história oral. A proposta do nosso trabalho foi utilizar os

---

<sup>34</sup> Expressões retiradas do portal da Unesco, presentes na parte referente ao Setor de Comunicação e Informação.

<sup>35</sup> Trecho da mensagem eletrônica endereçada a mim pela Secretaria MOW Internacional em 04/11/2016.

registros orais produzidos nesses sete encontros como decorrência da etnografia realizada nos espaços de atuação do MOW. O que trouxe o amadurecimento em torno do processo de atuação dessa rede de agentes, permitindo reconhecê-los, ao mesmo tempo em que era reconhecido por eles. Esta abordagem se mostrou a mais adequada para compreender os meandros pelos quais o MOW se estrutura continuamente.

A minha decisão de utilizar pseudônimos para os entrevistados justifica-se por não querer criar qualquer tipo de problema para esses agentes nos exercícios das suas funções. Apesar desses profissionais terem ciência de que as suas entrevistas foram gravadas e transcritas, além de concordarem que as fontes produzidas durante os encontros poderiam ser utilizadas na tese, avaliei que seria melhor não divulgar os seus nomes; ainda mais se considerarmos a recomendação geral da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep)<sup>36</sup> pelo anonimato dos entrevistados. Em artigo em que debate sobre questões éticas na história oral, o professor Arnaldo Zangelmi assinala que “... as relações em campo são marcadas por uma série de dilemas, cada qual com contornos próprios – e, em muitos casos, imprevistos – que requerem atenção específica”.<sup>37</sup> Por serem agentes produtores de memórias e atuantes no campo arquivístico permeado de disputas, avaliei que a publicização dos nomes poderia trazer mais problemas e tensões do que resultados benéficos para a pesquisa como um todo.

O acesso interdito aos pareceres foi um dos pontos levantados nas entrevistas. Na França, os entrevistados se limitaram a dizer que eram orientações gerais da Unesco, ao passo que no Brasil as justificativas apresentaram-se da seguinte forma:

Esse documento que as pessoas fazem me lembra um pouquinho os votos para eleição do Papa, que depois são queimados. A gente acha que essa publicização desses documentos e das nossas discussões pode dar margem para possíveis reclamações dos candidatos que não foram aprovados.<sup>38</sup>

Dar acesso ao parecer pode expor a pessoa e nós não somos um tribunal isento. Por isso é importante manter o sigilo do parecerista.<sup>39</sup>

Tem duas justificativas diferentes. A justificativa do ponto de vista do parecerista é que o parecerista tem que ser honesto, o parecerista tem que dizer exatamente o que ele pensa. Porque é uma coisa muito séria você dar um certificado Memória do Mundo, então você tem que dizer exatamente o

<sup>36</sup> Trata-se de uma comissão do Conselho Nacional de Saúde (CNS), criada pela Resolução 196/96, com o objetivo de implementar diretrizes gerais no âmbito das pesquisas que envolvem seres humanos. A partir da coordenação da Conep, há os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP's), os quais se estruturam a partir de diferentes instituições, em especial através das universidades.

<sup>37</sup> ZANGELMI, 2016, p. 137.

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Sandro Delgado, no Rio de Janeiro/RJ, em 21/03/2016.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Júlio Barroso, no Rio de Janeiro/RJ, em 05/04/2016.



que há de bom naquele acervo, se ele tem pontos problemáticos e, às vezes, questões históricas que nem sempre estão abertas pela instituição sobre a origem do acervo. Você tem que proteger o parecerista para ele poder fazer o trabalho dele da forma mais honesta possível. E o segundo ponto é da instituição. Da instituição que foi criticada, que teve o seu acervo avaliado, sua proposta avaliada. Ela fez uma coisa muito importante, ela procurou preservar seu acervo, ela está tentando preservar seu acervo. Se ela teve problemas com ele ou se ela não soube trabalhá-lo direito nesse primeiro momento, ela, coitada, não deve ser colocada em pelourinho se cometeu algum erro.<sup>40</sup>

É uma determinação, não é nem recomendação, é determinação da Unesco. Nós somos parte de um conjunto. É uma questão que a Unesco, inclusive, está enfrentando uma série de pressões, como na discussão entre China e Japão. O Programa quase desandou. Então, a questão da não publicização dos pareceres é uma exigência que a própria Unesco estabelece para se resguardar de situações como essa. Hierarquicamente fazemos parte de um corpo, e tudo aquilo que é definido nesse âmbito internacional, nós devemos seguir. É uma exigência.<sup>41</sup>

O peso conferido aos pareceres adquire tal vulto que o sigilo vira, sob a lógica do Programa, condição necessária para que o parecerista seja preservado de eventuais apropriações do seu texto, que pode ser tomado para desqualificar pessoas ou instituições no interior do campo arquivístico brasileiro. Essa postura melindrosa acaba perpetuando a política do segredo ainda vigente nas estruturas das instituições brasileiras, não obstante os grandes avanços que o país obteve com a abertura dos arquivos nas últimas décadas.

Após realizar esse pequeno itinerário da minha inserção no campo de pesquisa, cabe esclarecer o recorte temporal adotado para a tese: 1992 a 2015. Se considerarmos estritamente o meu objeto de estudo, o Programa Memória do Mundo, o ano de 1992 é o marco inicial da criação dessa iniciativa da Unesco. A data limite justifica-se pelas circunstâncias dos próprios levantamentos nos acervos do Arquivo Nacional e da Unesco, levando em consideração que o material já reunido parecia suficiente para as análises posteriores e que era necessário me debruçar sobre os dados levantados, considerando o cronograma de atividades após o retorno do meu estágio sanduíche na França. Isso não significa que deixei de acompanhar as ações do Programa<sup>42</sup>; pelo contrário, participei de eventos como o mencionado seminário de 2017.

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016.

<sup>41</sup> Entrevista concedida por Paulo Peixoto, no Rio de Janeiro/RJ, em 22/03/2016.

<sup>42</sup> Muito recentemente o MOW Internacional apresentou três novas versões de documentos basilares do funcionamento do Programa: “Diretrizes gerais revisadas para o Programa Memória do Mundo”; “Estatutos revisados do Comitê Consultivo Internacional” e “Código de Ética MOW”. A disponibilização desses documentos ocorreu em abril de 2018 e, após uma análise preliminar dos seus conteúdos, verifiquei que as versões anteriores dos mesmos trabalhados ao longo da tese são bem similares a essas que foram atualizadas.

Durante o permanente exercício de construção do objeto de pesquisa, percebi que havia várias possibilidades de abordagem e que o MOW abria portas para problematizações interessantes e mais amplas que ele mesmo. Ou seja, o problema não se restringia às fronteiras do Programa, na medida em que o olhar investigativo conduzia para aspectos conceituais mais complexos que a burocracia contida no Memória do Mundo: como as representações de documento no campo arquivístico, historiográfico e do patrimônio cultural, entrelaçam-se ou se repelem, conforme se solidifica uma política de reconhecimento de acervos? Quais são os traços presentes no campo arquivístico brasileiro que repercutem na dinâmica de funcionamento do MOW Brasil? De que perspectiva a Unesco constrói sua política do patrimônio documental? Como mobiliza concepções em sua gestão da memória? Como se dão as disputas pelas memórias em torno dos acervos e entre as instituições?

O Programa pode ser compreendido como estratégia para legitimar um campo profissional pouco valorizado no âmbito das políticas públicas, destacando acervos, instituições e agentes a partir de instrumentos de valorização do patrimônio documental sob a chancela da Unesco, instituição de envergadura no plano internacional. O **capítulo 1** tem como objetivo investigar o MOW e analisar criticamente a Unesco, sublinhando a trajetória da área de documentação no interior da agência, a partir da qual se empreendem ações em prol da preservação de arquivos e bibliotecas nos diferentes países. As estratégias mobilizadas pelo atual Setor de Comunicação e Informação da Unesco centram-se na constante afirmação de que o conhecimento técnico está imune às influências políticas, passando pelas aproximações e pelos esforços de se diferenciar do Setor de Cultura, responsável pelas práticas com o patrimônio cultural. Não obstante enfrente dificuldades para ser gerido, o Memória do Mundo mostra-se como possibilidade de afirmação de uma área por vezes negligenciada no interior da própria Unesco, oferecendo um novo lócus de visibilidade para os documentos históricos na sociedade contemporânea.

Seguindo o desenho da tese, o **capítulo 2** apresenta e analisa os critérios e valores destacados pelo MOW como fundamentos para a construção da ideia de patrimônio documental. A nomeação e/ou registro de acervos consiste no instrumento simbólico de valorização de determinados conjuntos documentais e podem ser entendidos tanto como formas de distinção<sup>43</sup> para as instituições detentoras, como para os agentes envolvidos nessas operações de monumentalização de documentos.<sup>44</sup> A partir de três publicações referenciais do

---

<sup>43</sup> BOURDIEU, 2008.

<sup>44</sup> HEYMANN, 2009.

Programa, divulgadas em momentos diferentes, lançamos a hipótese de que o Memória do Mundo fortalece o perfil arquivístico da sua prática através de uma rede de profissionais que pertencem e referendam a Arquivologia como área do conhecimento. Entretanto, é possível perceber a influência de critérios oriundos do campo do patrimônio cultural no processo de constituição do MOW, gerando conflitos de entendimento em torno dos acervos documentais que podem ser qualificados como bens culturais patrimonializados. Os debates em torno da concepção de documento também são destacados, trazendo pontos de inflexão nos campos da História e da Arquivologia, e a respeito da potencialidade interpretativa desses registros. Ademais, investimos na problematização do conceito de memória adotado pelo Programa, indicando limites da sua aplicabilidade no processo de patrimonialização de acervos documentais. Ao final, sublinhamos os efeitos e consequências do título da Unesco no âmbito das instituições brasileiras, identificando estratégias mobilizadas para angariar recursos financeiros e simbólicos na gestão dos locais de guarda de acervos.

No **capítulo 3**, lançamos um olhar retrospectivo para a área de documentação formada no Brasil desde meados do século XX, focalizando especialmente o período a partir dos anos 1980, quando o campo arquivístico brasileiro se fortaleceu de maneira mais contundente através de políticas públicas específicas. O mapeamento desse setor, que ainda sofre com interrupções e descontinuidades de projetos, é fundamental para compreender as condições em que o Memória do Mundo foi fomentado por agentes do campo arquivístico no início dos anos 2000. Tal implementação manteve laços com a dinâmica de funcionamento do campo do patrimônio cultural, evidenciando acordos e conflitos em torno da primazia de patrimonializar acervos documentais. Para perceber esse movimento de aproximação entre os campos arquivístico e do patrimônio, evidenciamos os instrumentos do tombamento e da declaração de interesse público e social que, assim como o registro do Memória do Mundo, distinguem documentos enquanto bens patrimoniais.

Por fim, no **capítulo 4** investimos na leitura crítica das candidaturas apresentadas nos editais anuais promovidos pelo Comitê MOW Brasil, assim como nas proposições brasileiras submetidas ao setor internacional do Programa. O intuito aqui é problematizar as narrativas de construção de valor engendradas pelos diferentes proponentes, e a maneira que se constroem os argumentos de convencimento junto à rede de especialistas responsável por conceder títulos de patrimônio documental sob o crivo da Unesco. Dissecar o processo de monumentalização dos acervos é, portanto, o mote principal do capítulo; da mesma forma, atentamo-nos para as possíveis razões que levaram os membros do Comitê Brasileiro e do Comitê Internacional a indeferirem os pleitos de algumas candidaturas. Enfim, a perspectiva

de investigação não somente desse capítulo, mas, de maneira ampliada de todo o trabalho, é o processo simbólico e político de patrimonialização de acervos documentais narrados enquanto expressões de uma pretensa ‘memória do mundo’.

## CAPÍTULO 1 - Sobre a Unesco a partir do Memória do Mundo

O foco analítico ao longo de toda tese terá o Programa Memória do Mundo como principal referência. No caso do presente capítulo, é a partir desse objeto de estudo que lançaremos um olhar crítico para a Unesco, tendo o MOW como uma espécie de ‘lupa’ para enxergarmos alguns traços e características dessa agência que integra o sistema da ONU.<sup>45</sup> A trajetória de mais de setenta anos da Unesco permite uma série de possibilidades de análises, haja vista os diferentes contextos sociais, políticos, geográficos, culturais e históricos em que essa importante agência internacional atuou e continua se inserindo na contemporaneidade.<sup>46</sup> Nosso objetivo, portanto, consiste em destacar algumas questões relativas à preservação documental, tendo como eixo norteador o Memória do Mundo, através do qual será possível tecer reflexões sobre a própria Unesco.

Encontrar o conteúdo referente ao Programa MOW no portal da Unesco na internet pode não ser uma tarefa das mais fáceis. A exceção acontece por ocasião das realizações das reuniões que ocorrem a cada dois anos, responsáveis por conferir títulos de patrimônio documental a acervos arquivísticos e bibliográficos distribuídos por todo mundo. Nessas situações, o Memória do Mundo entra como um dos destaques na página principal por alguns dias, e a permanência dependerá da ocorrência de outras atividades que, circunstancialmente, atualizem o noticiário da Unesco. Caso a hipotética navegação pelo portal opte por buscar o MOW em uma das abas temáticas oferecidas, o mesmo não estará acessível a partir do tema “Proteger nosso patrimônio e favorecer a criatividade”, e sim através do ícone “Construir as sociedades do saber”.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> Pertencente ao conjunto de agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre as quais podem ser citadas o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Unesco integra o complexo sistema das Nações Unidas. Este, por sua vez, estrutura-se a partir de intrincados programas e fundos, cujas contribuições voluntárias dos países e as parcerias com entidades do setor privado permitem a implantação de iniciativas por várias partes do mundo. Para visualizar um panorama geral do sistema das Nações Unidas, ver [www.un.org/fr/aboutun/structure/pdf/UN%20System%20Chart\\_FR.pdf](http://www.un.org/fr/aboutun/structure/pdf/UN%20System%20Chart_FR.pdf).

<sup>46</sup> Constituída oficialmente em 16 de novembro de 1945, a Unesco é vista, por muitos autores, como continuação de duas experiências anteriores: o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), de 1925, responsável por reunir nomes da estirpe de Sigmund Freud, Albert Einstein e Henri Bergson; e a Conferência de Ministros Aliados de Educação (CMAE), que surgiu durante o decorrer da Segunda Guerra Mundial, em 1942. De iniciativa francesa, o IICI agregava concepções que acreditavam na ciência como instrumento técnico e neutro que estaria acima dos conflitos em que os países poderiam se envolver; as ações dos intelectuais conseguiriam valorizar projetos científicos e educacionais com vistas à formação de um grande espírito universal e esclarecedor. Diante da eclosão da Segunda Guerra Mundial e movidos por um sentimento mais pragmático, representantes dos Estados britânico e estadunidense encamparam, por sua vez, os seus principais projetos na CMAE. Uma abordagem bastante referenciada sobre esse assunto encontra-se em MAUREL, 2005.

<sup>47</sup> Outros temas que compõem essa seção do portal da Unesco são: “Educação para o século XXI”; “Favorecer a liberdade de expressão”; “Aprender a viver coletivamente”; “Um planeta, um oceano”; “As ciências a serviço de

Se clicarmos no item que se refere ao patrimônio, várias possibilidades de novos itens aparecerão na tela do nosso dispositivo: “Patrimônio Mundial”, “Tráfico Ilícito de Bens Culturais”, “Patrimônio Cultural Imaterial”, “A Cultura para desenvolvimento sustentável”, “Diversidade de Expressões Culturais”, “Museus”. Caso a entrada se dê pelo ícone “Construir as sociedades do saber”, o Memória do Mundo aparecerá juntamente com iniciativas como “Acesso à Informação”, “Governança da Internet”, “Preservação da Informação”, “Ética da Informação”. Algo digno de nota é a inexistência, no portal, de conectividade entre o Memória do Mundo e o leque de ações de patrimonialização da Unesco.

Ao longo do processo de familiarização com o objeto de pesquisa, percebi que a Unesco era extremamente ampla, complexa e multifacetada. O Setor de Comunicação e Informação, onde se encontra abrigado o Memória do Mundo, está envolvido com outras práticas e reflexões que, predominantemente, não se interligam ao Setor de Cultura, responsável pelas políticas relativas ao patrimônio intangível, material e natural. Por outro lado, ainda que faça uso da terminologia e até tenha como referência alguns exemplos do patrimônio cultural, o Memória do Mundo se alicerça em paradigmas afins da Ciência da Informação, da Arquivologia e das tecnologias digitais. Os outros três setores que completam as atividades desempenhadas pela Unesco são Educação; Ciências Naturais; e Ciências Humanas e Sociais.<sup>48</sup> Olhar a Unesco a partir do MOW é, sem dúvida, colocar uma lente bastante peculiar, do que se optássemos por enxergá-la através do Centro do Patrimônio Material (WHC)<sup>49</sup>, e ainda mais distinta se as análises se voltassem para questões educacionais no continente africano ou para lutas políticas de afirmação das mulheres em diferentes países do mundo.

A Unesco não pode ser compreendida como um todo homogêneo, coerente e passível de simplificações; existem muitas ‘Unescos’ dentro da própria Unesco, resultantes do

---

um futuro sustentável”; e “Prevenir o extremismo violento”. Todas as expressões entre aspas dessa nota e do corpo do texto foram traduzidas, por mim, do francês para o português.

<sup>48</sup> Criada em meio à crise mundial decorrente de duas grandes guerras, quando as crenças absolutas no progresso e na ciência passaram a ser amplamente questionadas, a Unesco surgiu como espécie de armistício no conturbado cenário global de meados do século XX. Esse traço mediador da agência permanece nos seus discursos contemporâneos e na sua própria imagem, possibilitando a emersão de representações que a concebem como um organismo capacitado a adotar alternativas e caminhos conciliatórios. Ao se qualificar como a “agência intelectual da ONU” em seu portal oficial, a Unesco explicita, sem maiores rodeios, as suas pretensões de assumir o protagonismo nas áreas da educação, ciência e cultura. Tamanho desafio este que acaba por demandar uma ampla rede de parceiros entre os seus 195 Estados-Membros, cujas ações diversificam-se sobremaneira nos diferentes contextos históricos e territoriais.

<sup>49</sup> Sigla em inglês para *World Heritage Center*, o WHC foi fundado em 1992 e consiste num “ambiente para discutir a preservação e a conservação do patrimônio cultural e natural do mundo, mas também serve como arena onde ideias são desenvolvidas e construídas e onde a influência ideológica e cultural pode afetar os estados e suas percepções de problemas, práticas e a realidade social” (MACHADO, 2017, p. 275-276).

tensionamento de forças entre os países integrantes e as instituições parceiras, que precisam ser constantemente relevadas na análise. Dessa forma, dizer simplesmente ‘a Unesco decidiu’ pode ser uma forma errônea de esconder os conflitos, divergências e multiplicidade de opiniões dos respectivos agentes.<sup>50</sup> Para evitar esse tipo de simplificações, buscaremos, sempre que possível, qualificar quem são os agentes envolvidos em determinadas concepções e práticas que envolvam o MOW, tendo os contextos históricos como referências fundamentais para a investigação.

### 1.1. Contexto geral de surgimento do MOW

Ouvir ou ler o nome ‘Memória do Mundo’ pela primeira vez pode provocar diferentes questionamentos: por que essa pretensão de universalismo? Como conseguir reunir todas as memórias? Para que serve essa nomenclatura? Que mundo e memória são esses? Caso essa ‘Memória do Mundo’ venha acompanhada do nome ‘Unesco’, reforçam-se as impressões de que se trata de uma expressão profundamente concatenada aos valores que almejam uma integração global entre os Estados-Membros, corroborando com o discurso institucional da agência na busca pela paz universal.<sup>51</sup> Instigado pela curiosidade em saber de onde veio a inspiração para cunhar o pomposo nome do Programa, Pierre Fontaine, funcionário aposentado da Unesco, respondeu-me prontamente, em entrevista, que era por causa da existência de um filme homônimo sobre a *Bibliothèque nationale de France* (BNF).<sup>52</sup>

Dirigido por Alain Resnais,<sup>53</sup> o curta-metragem “Toda a memória do mundo”<sup>54</sup> é de 1956, com 21 minutos de duração. Em estilo documentário, essa produção francesa apresenta

---

<sup>50</sup> Para Chloé Maurel, autora de uma das principais teses sobre a trajetória histórica da Unesco, essa organização é uma soma de pessoas que sempre tiveram e sempre terão ideias divergentes. Por isso, a historiadora francesa defende que os esforços de que cada pesquisa qualifique, minimante, qual Unesco está sendo referenciada, haja vista a multiplicidade dos agentes, locais, ações, reflexões, contextos, países e as outras muitas variáveis que se fazem presentes e que são, por isso mesmo, caracterizadoras das muitas Unescos (MAUREL, 2005, p. 13).

<sup>51</sup> Repetida reiteradas vezes desde a publicação do seu Ato Constitutivo (1945), a frase “uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz” consagrou-se por representar uma espécie de razão de ser e existir da Unesco. Esses escritos que abrem o Ato Constitutivo da Unesco estão presentes, por exemplo, no site e nas publicações da organização, em versões adaptadas como “construindo a paz nas mentes de homens e mulheres”, nos discursos de cerimônias oficiais e no Muro da Tolerância, localizado no Jardim da Paz, situado no interior da sua sede em Paris, na França.

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Pierre Fontaine em Paris/França, no dia 18/01/2017.

<sup>53</sup> Segundo o crítico brasileiro Pablo Villaça, “Alain Resnais é um dos mais célebres cineastas franceses, tendo sido um dos responsáveis por lançar um olhar novo sobre a forma de se fazer cinema nos 50 e 60. Contrariando formas narrativas tradicionais, explorando de uma maneira particular e moderna o potencial da linguagem cinematográfica, Resnais construiu uma filmografia impressionante”. O cineasta francês faleceu em 2014, com mais de 90 anos, deixando uma importante contribuição no cinema mundial com obras como “Noite e nevoeiro” (1955), sobre os campos de extermínio nazistas e “Hiroshima meu amor” (1959), que indagava como seria possível falar de amor após a bomba atômica da Segunda Guerra Mundial.

uma narrativa cinematográfica composta basicamente pelos movimentos de uma câmera de filmagem, entremeada por músicas de orquestra ao fundo e pela voz marcante de um narrador. Este, por sua vez, abre o curta com uma frase que concentra o argumento central do diretor: “Porque a memória é curta, os homens acumulam inúmeros prospectos”.<sup>55</sup> Os movimentos da câmera ajudam a guiar o espectador: o *flâneur* se inicia em um porão não identificado, onde se espalham centenas de livros, jornais e papéis bastante desorganizados. Na sequência, em contraposição à anterior atmosfera caótica, somos rapidamente conduzidos para o edifício histórico onde está a Biblioteca Nacional da França,<sup>56</sup> tendo novamente na voz do narrador uma máxima que poderia se integrar facilmente a um discurso nacionalista no contexto do pós-guerra europeu: “para garantir a liberdade, são construídas as fortalezas”.

O crítico de cinema Alain Carou diz que a produção da obra “Toda a memória do mundo” se iniciou a partir da parceria entre o Ministério de Assuntos Estrangeiros e o sistema estatal de radiodifusão e televisão franceses, tendo sido finalizada por uma extensa equipe responsável pela gravação.<sup>57</sup> Para Carou, “o discurso da técnica e da modernidade, própria do cinema institucional, resulta da eficácia de multiplicar a argumentação de uma questão crucial para a humanidade: organizar sua memória”.<sup>58</sup> Trata-se de um curta-metragem com viés propagandista, na medida em que valoriza uma instituição referencial que serve, inclusive, para fomentar processos de identidade nacional e de construção de valores republicanos franceses.<sup>59</sup> Ademais, o fato de ser apoiado pelo Ministério das Relações Exteriores reforça a intenção de divulgar o curta-metragem para além das fronteiras francesas.

Ao longo da narrativa da obra cinematográfica, nota-se uma mescla entre três focos principais que se passam na Biblioteca Nacional francesa: a valorização do prédio histórico, sob o ponto de vista da câmera sobre a arquitetura monumental; sobre a importância das obras

---

Disponível em: <http://cinemaemcena.cartacapital.com.br/coluna/ler/506/hiroshima-mon-amour>, acesso em 14/11/2017.

<sup>54</sup> O título original em francês é *Toute la mémoire du monde*.

<sup>55</sup> A tradução da frase é de minha autoria, assim como outras do documentário que virão na sequência. Existem algumas versões disponíveis no canal YouTube, tais como: [https://www.youtube.com/watch?v=i0RVSZ\\_yDjs](https://www.youtube.com/watch?v=i0RVSZ_yDjs)

<sup>56</sup> Atualmente a *Bibliothèque nationale de France* está distribuída entre quatro edifícios localizados em diferentes pontos da cidade de Paris; o documentário destaca apenas o imóvel mais tradicional, situado a *rue de Richelieu*.

<sup>57</sup> Dentre alguns nomes da ficha técnica do documentário, constam: Jacques Dumesnil (narrador), Rémo Forlani (cenário), Ghislain Cloquet (fotografia), Maurice Jarre (música) e Pierre Braunberger (produção).

<sup>58</sup> CAROU, 2007, p. 117. Minha tradução do francês para o português.

<sup>59</sup> Em seu site oficial, a BNF afirma que “tem por missão coletar, conservar, valorizar e divulgar o patrimônio documental nacional”. Para um estudo sobre o papel de bibliotecas na França ver CHOUGNET, 2012.



existentes no seu interior, qualificadas como “verdadeiros tesouros”; e sobre os processos de tratamento do acervo, que procuram demonstrar a precisão e a correção técnica. A BNF desponta como grande exemplo a ser admirado, revelando-se aquilo que o narrador chama de “fortaleza da memória”; tudo parece muito bem orquestrado, como a própria música de fundo sugere, transmitindo a impressão de que é possível se encantar com as várias possibilidades de acesso ao conhecimento que a Biblioteca guarda no seu interior.

Interessa acrescentar que o expectador, que também pode ser um leitor em potencial, é transportado para os bastidores da BNF com o intuito de ter ciência da complexidade do tratamento da informação. A crença na ciência mostra-se presente na fala do narrador: “toda essa memória é possível somente por causa do trabalho de catalogação, mediante metodologia analítica”. A Biblioteca se assemelha, permanentemente, como uma fábrica em pleno funcionamento: os seus funcionários surgem como agentes de uma linha de produção, desde aqueles que carregam os fardos das publicações diárias que chegam à BNF,<sup>60</sup> passando pelos que realizam a primeira triagem, outros que classificam e catalogam as obras, tudo ocorre num ambiente que transmite racionalidade, organização e segurança. O que abrange tanto um controle geral dos títulos catalogados, como a proteção sobre possíveis sinistros por parte dos consulentes – através de um movimento interessante com a câmera, o diretor Resnais transmite a ideia de que somos constantemente vigiados no interior da BNF.

Em tom de exaltação, o documentário afirma que a Biblioteca Nacional acumula tudo que é publicado na França, apresentando números robustos que dão a impressão de uma quase infinidade de títulos. O aumento exponencial demanda por novos espaços de guarda – cita-se a ocorrência de projetos de expansão no prédio, tanto no subterrâneo como nos andares superiores – deixando-se subtendido que toda a massa documental continuará seu processo de crescimento num futuro próximo. Além disso, a narração do documentário reitera que tudo que foi cadastrado não pode ser perdido, sob o risco do empobrecimento crítico da coleção, e que qualquer título precisa ser rapidamente encontrado, justamente para comprovar a importância do tratamento da informação, que se torna indispensável devido à natureza frágil da memória humana. Em meio a um rico universo de manuscritos, periódicos, gravuras, litografias, fotografias e mapas, o curta-metragem destaca documentos produzidos por

---

<sup>60</sup> O instrumento do Depósito Legal de publicações produzidas em determinado território nacional tem suas origens na França, em meados do século XVI, e visava a garantir a coleta, guarda e divulgação das produções intelectuais. Posteriormente, ocorreram adaptações e aperfeiçoamentos de acordo com as especificidades de cada país; no Brasil, existe o Depósito Legal para obras bibliográficas e outro para aquelas de natureza musical. Para maiores detalhes da legislação brasileira: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/deposito-legal>.

intelectuais franceses, assim como obras criadas em outros países;<sup>61</sup> a Biblioteca representa fisicamente e simbolicamente, sob o ponto de vista do documentário, a totalidade da memória do mundo.

Apesar do nosso entrevistado Pierre Fontaine não explicitar as razões pelas quais o curta-metragem “Toda a memória do mundo” serviu de inspiração para denominar o MOW, uma breve incursão pela obra cinematográfica permite inferir algumas aproximações entre ambos. No pós-guerra, momento de produção do filme, interessava à França recolocar-se como modelo de nação para o mundo, reafirmando, também, seus valores republicanos; como é cara à trajetória política francesa, valorizam-se instituições como bibliotecas, arquivos e museus, entendidos como repositórios de memória.<sup>62</sup> Preservar a memória é um ato simbólico de poder e soberania, na medida em que valoriza a história nacional diante do cenário globalizado.<sup>63</sup> Ao tomar para si a tarefa de reconhecer e proteger acervos nacionais, a Unesco, muitas vezes marcada pelo protagonismo francês nas suas ações, outorga valores mundiais a determinados arquivos e bibliotecas através do MOW, e reforça sua atuação como organismo supranacional que tem o poder de identificar e valorar memórias.

O mesmo destaque conferido à BNF pelo documentário pode ser identificado como ação permanente do Programa Memória do Mundo: conceber os acervos localizados nos arquivos e bibliotecas como centros nevrálgicos da nossa “memória coletiva”.<sup>64</sup> Tais “lugares

---

<sup>61</sup> Dentre os franceses, destacaram-se o matemático Pascoal (1623-1662) e os escritores Émile Zola (1840-1902) e Victor Hugo (1802-1885). Sobre os exemplos de itens obtidos no exterior, houve menção às joias e moedas oriundas de Bagdá, no Iraque, as quais se distinguem por serem objetos museológicos dentro da BNF.

<sup>62</sup> É possível observar entre os presidentes da França algumas escolhas, durante os seus respectivos mandatos, por instituições que possam deixar um legado importante para o país. Normalmente, o equipamento cultural incorpora o nome do governante como forma de homenageá-lo e, também, como maneira de marcar a gestão do mesmo: a expansão da Biblioteca Nacional da França, que culminou na construção do arrojado prédio François Mitterrand em 1996, após o período de governo do socialista entre 1981-1995, e a inauguração do Museu do Quai Branly Jacques Chirac no ano de 2006, durante o mandato deste último (1995-2007) são dois exemplos recentes dessa mescla intrínseca entre memória, nação e política.

<sup>63</sup> Ao mapear as diferentes facetas do nacionalismo, Benedict Anderson acredita que o mesmo tenha surgido há, pelo menos, dois séculos atrás. Restringindo nosso olhar para o período pós-Guerras Mundiais, no século XX, importa destacar que o autor afirma que esse contexto pode ser entendido a partir de referências supranacionais, tendo em vista a emergência das potências ocidentais nesse cenário de disputas. Conflitos estes que permanecem na contemporaneidade, ainda que o equilíbrio de forças entre os países seja diferente em relação às disputas mais polarizadas da Guerra Fria. Sobre o nosso panorama mais recente, que agrega tanto continuidades como rupturas como os nacionalismos dos séculos XIX e XX, Benedict Anderson destaca a leitura do sociólogo Michael Mann segundo a qual “longe de declinar, o Estado nacional continua ‘crescendo’ no cenário mundial, e que os países pobres do mundo sofrem pela falta de um Estado nacional eficaz” (ANDERSON, 2000, p. 21). Nessa medida, parte da estratégia de força de uma nação envolve além do seu poderio econômico, associado por consistentes projetos sociais, pelos processos de construção da memória em instituições como arquivos, bibliotecas e museus.

<sup>64</sup> Expressão baseada na obra clássica HALBWACHS, 1990. Interessante observar que a Unesco não referencia, em nenhum de seus documentos técnicos sobre o Memória do Mundo, qualquer menção a esse ou a outro autor que trabalhe com as dimensões socioculturais e simbólicas da memória. Não por isso deixaremos de identificar quais concepções de memória trabalhadas pelo MOW, aspecto este que será explorado nos próximos capítulos.

de memória”<sup>65</sup> representam, tanto para o curta-metragem, como para o MOW, a possibilidade de acessar o conhecimento humano preservado; somente o trabalho meticuloso e racional das técnicas de preservação, representado no filme através da divisão das tarefas de identificação, classificação, conservação, restauração e reprodução, oferece a oportunidade de acessar a herança mundial. Documentário e MOW acabam reforçando uma perspectiva ilusória, segundo a qual o saber técnico conseguirá obter, sempre, os melhores resultados de guarda e acesso aos acervos históricos, desconsiderando que são constituídos e organizados em função de circunstâncias e intencionalidades políticas, sociais e culturais. Enfim, falta em ambos uma visão crítica que desconstrua a suposta ‘pureza’ dos documentos, os quais precisam ser entendidos como produtos de uma determinada época, como aponta o historiador Jacques Le Goff em seu clássico excerto “Documento/Monumento”.<sup>66</sup>

A destruição da Biblioteca Nacional de Sarajevo, na atual Bósnia e Herzegovina, por ocasião da Guerra dos Bálcãs Europeu, no ano de 1992, tornou-se uma espécie de catalisador para o surgimento do Programa Memória do Mundo.<sup>67</sup> Devido à perda de mais de dois milhões de livros, incluindo títulos raros que abrangiam os períodos de existência dos Impérios Austro-Húngaro e Otomano, o então diretor-geral da organização, Federico Mayor,<sup>68</sup> priorizou as tratativas que vinham sendo projetadas no interior do Setor de Comunicação e Informação da Unesco desde o final dos anos 1980. Já existia um Plano de Trabalho que se propunha a mapear determinadas coleções raras de documentos, que estivessem em risco de desaparecer ou sofrer perdas em função de calamidades naturais (enchentes, furacões), dos desastres provocados pelo homem (guerras, incêndios) ou pelas dificuldades de estrutura nas instituições de guarda.<sup>69</sup> Para tal intento, a Unesco acionou e mobilizou uma rede de

---

<sup>65</sup> NORA, 1993. Para uma leitura crítica e fundamentada sobre os desdobramentos e as apropriações desse termo cunhado pelo historiador francês Pierre Nora, ver GONÇALVES, 2012.

<sup>66</sup> Dentre as várias reflexões desse artigo, Le Goff destaca a intencionalidade como traço marcante da construção e da apropriação dos documentos (LE GOFF, 1996, p. 546).

<sup>67</sup> Para maiores detalhes da destruição da Biblioteca Nacional de Sarajevo e da sua posterior reconstrução, ver: [https://elpais.com/elpais/2014/04/30/eps/1398855759\\_506297.htm](https://elpais.com/elpais/2014/04/30/eps/1398855759_506297.htm)

<sup>68</sup> Espanhol, dirigiu a Unesco entre os anos de 1987 a 1999.

<sup>69</sup> Informações retiradas de “*A first sketch of the history of the Unesco Memory of the World Programme: its beginnings in 1992*”, de autoria de Lothar Jordan. Este, por sua vez, é professor de História da *University of Dresden* (Alemanha), e participa das atividades do MOW desde 2009.

parceiros, dentre os quais se destacaram o Conselho Internacional de Arquivos (ICA)<sup>70</sup> e a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA).<sup>71</sup>

Notas técnicas, relatórios e pareceres foram formulados por essas organizações de profissionais na área de documentação que, aliados ao contexto bélico que ocorria no território europeu dos Bálcãs, fez com que a Unesco acelerasse o trâmite com o intuito de aprovar o Programa Memória do Mundo em suas instâncias de deliberação. O trabalho de mobilização aconteceu desde as reuniões menos importantes do ponto de vista hierárquico – como exemplo, cita-se a 9ª Reunião do Conselho Intergovernamental do Programa Geral de Informação (PGI) da Unesco que ainda assim contou com a presença do diretor-geral Federico Mayor<sup>72</sup> - até os encontros mais concorridos, frequentados por representantes dos Estados-Membros, como as reuniões do Conselho Executivo<sup>73</sup> e da Conferência Geral.<sup>74</sup> Esta última, em sua 27ª edição, ocorrida no período de 25 de outubro a 16 de novembro de 1993, oficializou que o PGI deveria “promover a salvaguarda das bibliotecas e dos arquivos, especialmente as coleções e fundos em perigo e de caráter único, a fim de preservar a ‘Memória do Mundo’ e facilitar a democratização do seu uso”.<sup>75</sup> Oficialmente criado na estrutura da Unesco e devidamente ratificado pelos países que integram a organização, o MOW alinhou-se às diretrizes gerais do Programa Geral da Informação que, por sua vez, trazia em seu bojo de atuação atividades como:

-Incentivar os Estados-Membros a adotar políticas de informação, tendo devidamente em conta os aspectos jurídicos e éticos do acesso à informação digital;

---

<sup>70</sup> O Conselho Internacional de Arquivos (ICA – sigla em inglês para *International Council on Archives*) surgiu em 1948 e se consolidou como um dos principais centros de referências internacionais na lida de projetos de gestão de documentos arquivísticos nos âmbitos público e privado.

<sup>71</sup> A IFLA (sigla em inglês para *International Federation of Library Associations*) agrega especialistas das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação e foi fundada em 1927.

<sup>72</sup> A 9ª Reunião do Conselho Intergovernamental do Programa Geral de Informação (PGI) ocorreu entre os dias 16 a 19/novembro/1992, em Paris/França.

<sup>73</sup> O Conselho Executivo é composto por membros eleitos com mandatos de quatro anos, a partir de eleições que ocorrem no âmbito da Conferência Geral. As reuniões acontecem a cada seis meses e essa condição acaba por lhe atribuir o papel de substituto da Conferência Geral durante os intervalos desta última. Adotado desde a fundação da Unesco, o Conselho Executivo visa a limitar o poder centralizado da figura do diretor-geral.

<sup>74</sup> Maior instância representativa da Unesco, a Conferência Geral é um organismo pleno, soberano e tem a prerrogativa de agregar todos os Estados-Membros. Suas sessões ordinárias ocorrem a cada dois anos, cuja extensa programação abrange cerca de quinze dias; a regra de igualdade da representação mostra-se simples e direta, afinal, cada país tem direito a um voto. Dentre as principais matérias votadas estão o programa geral; o orçamento; a prestação de contas; os instrumentos normativos e regulatórios; as eleições para a Diretoria-Geral e para os membros do Conselho Executivo; e o planejamento médio de seis anos.

<sup>75</sup> Minha tradução do espanhol para o português de trecho das “*Resoluciones – Actas de la Conferencia General, 27ª reunión, Paris, 25 de octubre – 16 de noviembre de 1993*”.

- Melhorar a educação e capacitação dos profissionais da informação, os arquivistas, os bibliotecários e os especialistas em informação;
- Melhorar os serviços e o instrumental das bibliotecas para satisfazer as necessidades em matéria de informação e educação do público em geral;
- Promover a função que desempenham as instituições arquivísticas no desenvolvimento socioeconômico.<sup>76</sup>

Nota-se, portanto, que o Memória do Mundo foi criado a partir de um programa institucional em que as questões relativas à gestão documental<sup>77</sup> tinham prioridade nas discussões e nos protocolos de intenções firmados entre os países. Em sua primeira configuração, o MOW apontava sua atuação sobre o salvamento de acervos documentais considerados raros e únicos, especialmente aqueles que estivessem sob risco iminente de desaparecimento ou destruição. Com um viés pragmático, previa captar fundos a fim de proporcionar ações de preservação e acessibilidade. Porém, quais critérios seriam utilizados para definir as coleções que receberiam recursos desse novo Programa?

Na primeira reunião do Comitê Consultivo Internacional (CCI) do MOW, ocorrida na cidade de Pultusk, na Polônia, de 12 a 14 de setembro de 1993, nove especialistas foram indicados pela direção-geral da Unesco com a prerrogativa de regulamentar o Programa,<sup>78</sup> em especial sobre quais seriam os critérios utilizados na identificação de acervos documentais em risco. No relatório que agrega as decisões dessa reunião, observa-se a divisão dos critérios em quatro categorias: “I. Critérios intelectuais”, que assinalam os interesses literário e linguístico da obra, assim como a antiguidade da mesma, além de indicar qual característica a torna insubstituível em caso de desaparecimento; “II. Critérios físicos”, que destacam o documento como testemunha de uma tecnologia, acrescido da avaliação se o mesmo necessita de uma intervenção rápida para garantir sua salvaguarda; “III. Critérios ligados a um contexto”, os quais estabelecem o interesse por um conjunto de documentos arquivísticos ou bibliográficos num determinado local; “IV. Critérios ligados a uma situação de risco”, responsáveis por

---

<sup>76</sup> Minha tradução do espanhol para o português de trecho das “*Resoluciones – Actas de la Conferencia General, 27ª reunión, Paris, 25 de octubre – 16 de noviembre de 1993*”.

<sup>77</sup> Não abordaremos as discussões acadêmicas sobre o nascedouro e desenvolvimento da gestão documental, cujo processo de maturação iniciou-se no século XIX. Importa sublinhar que o marco da Segunda Guerra Mundial é bastante referenciado na literatura especializada como de “explosão documental” e, por consequência, da grande necessidade de viabilizar os trabalhos de gestão documental a partir de suas etapas contínuas e permanentes de tratamento dos acervos arquivísticos (produção, classificação, avaliação, conservação, descrição e digitalização). Dentre as muitas abordagens do assunto ver BELLOTTO, 2002.

<sup>78</sup> Atualmente, 14 membros de diferentes nacionalidades compõem o CCI; escolhidos pelo diretor-geral da Unesco, em função das suas respectivas atuações na preservação de acervos documentais, seus mandatos são de quatro anos, passíveis de serem renovados por mais quatro anos. O Anexo 1 reúne informações gerais dos membros do CCI entre os anos de 1993 a 2015.

apontar quais acervos estariam em condições de grande ameaça por qualquer tipo de sinistro.<sup>79</sup>

Importa sublinhar que as informações disponibilizadas nos relatórios das reuniões do CCI são sucintas, o que evidencia, de certa maneira, os limites dessas fontes de pesquisa. Não foram discriminados, nesse caso específico, quais foram os argumentos mobilizados pelos membros do Comitê para que chegassem ao consenso das quatro categorias de critérios relatadas no parágrafo anterior. Há a possibilidade, inclusive, de tais especialistas terem apenas votado se concordavam ou não com os critérios apresentados, os quais foram possivelmente preparados pelo ICA e pela IFLA.<sup>80</sup> Essa hipótese ganha força se considerarmos que, num trecho desse mesmo relatório, há uma lista com algumas ressalvas, como se fossem um adendo ao conjunto de critérios aprovados pelo Comitê. Resumidamente, os membros do CCI observaram que seria recomendável: conjugar os critérios aprovados, além de não criar uma hierarquia entre os mesmos; estabelecer critérios regionais devido às especificidades das diferentes regiões do mundo; modular os critérios em função das particularidades dos arquivos e das bibliotecas; não vincular a historicidade de um documento com a sua respectiva idade; debater melhor a “noção de insubstituível”, já que toda perda ou destruição do acervo é irremediável; levar em consideração as minorias e suas culturas; e priorizar as ações compartilhadas entre órgãos dos governos e as empresas privadas.<sup>81</sup>

Apesar de ainda não existir, na concepção dos primeiros critérios do MOW, um processo deliberado de patrimonialização documental, pode-se inferir que essa seleção de acervos já se configurava como um ato de distinção.<sup>82</sup> A triagem dos documentos

---

<sup>79</sup> Minha tradução do francês para o português de trecho do “*Rapport final - Première réunion du Comité consultatif international du programme ‘Mémoire du monde’ – Pultusk, Pologne, 12-14 septembre 1993*”.

<sup>80</sup> Interessante frisar a relação de proximidade entre o Comitê Internacional do MOW (CCI) e o Conselho Internacional de Arquivos (ICA): o arquivista canadense Jean-Pierre Wallot acumulava o cargo de presidência nas duas representações, evidenciando a inserção do Programa da Unesco no meio arquivístico. Outras organizações como *International Association of Sound and Audiovisual Archives* (Iasa), *Fédération Internationale des Archives de Télévision* (Fiat) e *Federation International of Film Archives* (Fiaf) também foram representadas nessa primeira reunião internacional do Memória do Mundo.

<sup>81</sup> Minha tradução do francês para o português de trechos do “*Rapport final - Première réunion du Comité consultatif international du programme ‘Mémoire du monde’ – Pultusk, Pologne, 12-14 septembre 1993*”.

<sup>82</sup> BOURDIEU, 2008. Dentre os vários exemplos problematizados pelo sociólogo francês, a arte moderna é qualificada como um subproduto do campo artístico, justamente por conta da expansão deste último, fazendo com que alguns agentes criassem novos critérios de distinção, calcados em tênues diferenças responsáveis por delimitar o domínio da arte moderna enquanto campo de atuação de especialistas. De maneira análoga, podemos pensar que os processos de seleção de acervos contemplados pelo MOW são marcados, também, por pequenas distinções sutis, as quais são reconhecidas e legitimadas pelos agentes mais prestigiados do campo arquivístico, destinando atenções para aqueles acervos julgados como ‘mais importantes’ em relação à grande maioria.

considerados raros e com potenciais perdas iminentes é uma ação simbólica que destaca alguns conjuntos documentais dentro de um universo amplo de acervos que correm riscos similares e que possuem, também, possibilidades de valoração. O processo pretensamente racional de identificação de acervos, a partir de critérios objetivos, esteve presente desde o início do funcionamento do MOW. Ao reexaminarmos os quatro conjuntos de critérios referendados na reunião inaugural do CCI, aqueles qualificados de “critérios intelectuais” e “critérios ligados a um contexto” expõem, de forma mais explícita, que a construção argumentativa é um processo deliberado de destacar as peculiaridades de determinado acervo e sua inserção em termos sociais, políticos e culturais. Quanto aos “critérios físicos” e os “critérios ligados a uma situação de risco”, ambos têm intenção de transmitir, a priori, a ideia de serem neutros e estritamente técnicos. No entanto, a carga de subjetividade dos especialistas estará sempre presente, haja vista que o simples ato de hierarquizar acervos pressupõe posicionamentos subjetivos, que podem ser percebidos ou não por aqueles que emitem seus pareceres e opiniões.

O instrumento propriamente dito da patrimonialização dos acervos documentais – denominado de registro e/ou nomeação – foi aplicado pela primeira vez somente depois de cinco anos da implementação do Programa, ou seja, a partir de 1997.<sup>83</sup> Até então, o Memória do Mundo se restringia a apoiar iniciativas que se denominavam “projetos-pilotos” através dos quais seria possível fomentar algumas práticas de preservação e acessibilidade aos acervos documentais selecionados.<sup>84</sup> O Programa conseguiu manter uma pequena linha de financiamento nos seus primeiros momentos de atuação; já a partir dos anos 2000, os problemas para obter recursos começam a ser relatados nas reuniões do CCI:

O Sr. Abid destacou na reunião que os limitados recursos estão disponibilizados ao Programa Memória do Mundo para o seu funcionamento em termos de recursos humanos e de distribuições orçamentárias. Também é necessário coletar fundos a fim de permitir a Unesco conduzir sua ação no campo juntamente com as organizações profissionais.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> Esse tempo de implementação pode ser identificado em outras ações da Unesco. A Lista do Patrimônio Mundial demorou, por exemplo, seis anos para incluir os primeiros bens depois de publicada a Convenção de 1972.

<sup>84</sup> Os acervos contemplados pelo MOW nessa sua primeira fase de realizar ações de preservação e acesso aos documentos digitalizados, tendo os CD's como suportes de divulgação (atualmente mídias não indicadas, pela própria Unesco, para o armazenamento de informações) foram: manuscritos de coleções da Biblioteca Nacional de Praga/República Tcheca; documentos de Santa Sofia, localizados na Bulgária; crônica Radziwill pertencente à Biblioteca do Congresso de São Petersburgo/Rússia; manuscritos de Sana/Iêmen; e jornais impressos da América Latina no século XIX (Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Nicarágua, Porto Rico e Venezuela).

<sup>85</sup> Minha tradução do francês para o português de trecho do “*Rapport final, cinquième réunion du Comité consultatif international du programme 'Mémoire du monde' - Cheongju, République de Corée, 27-29 juin 2001*”.

As dificuldades em operacionalizar o funcionamento do MOW - uma crítica frequente até os dias atuais consiste na insuficiência de recursos humanos<sup>86</sup> - inviabilizaram a continuidade do patrocínio a novos projetos para tratamento e digitalização dos acervos. A exceção fica por conta do “Prêmio Jikji”, iniciativa do governo da Coreia do Sul que premia, a cada dois anos, indivíduos ou instituições que contribuíram para a preservação e o acesso ao patrimônio documental. Funciona, portanto, como uma pequena extensão do MOW, uma linha de financiamento aprovada Programa, cujo montante do prêmio não ultrapassa a cifra de 30.000 dólares.<sup>87</sup>

Na prática, o MOW deu continuidade às ações planejadas no âmbito do Programa Geral de Informação da Unesco no início dos anos 1990, cujas parcerias com o ICA e IFLA foram importantes para mobilizar a rede de agentes especialistas em torno da sua própria constituição. Participar do Comitê Internacional do Memória do Mundo, sob chancela da Unesco, poderia significar o aumento do capital cultural dos seus integrantes;<sup>88</sup> estes, por sua vez, conferiam prestígio a um Programa que ainda estava em busca de uma identidade. Dentre as tentativas de divulgá-lo, a Unesco passou a utilizar a logomarca ‘Memória do Mundo’ em suas publicações de referência, numa tentativa embrionária de associar as boas práticas da preservação documental ao MOW e, também, torná-lo mais conhecido entre os agentes da documentação.<sup>89</sup>

O fato de o Memória do Mundo estar inserido no Setor de Comunicação e Informação da Unesco não é mera casualidade. Desde o início do seu funcionamento, logo após a Segunda Guerra Mundial, a agência se atentou para os debates informacionais que tomavam forma no contexto mundial de meados do século XX. Apesar do conhecimento

---

<sup>86</sup> Em documento recente, datado de junho de 2016, indica-se o baixo número de funcionários na Secretaria Internacional do Programa (apenas dois, que não se dedicam exclusivamente às atividades do MOW): “O pedido de pessoal e recursos suficientes para o Programa MOW faz eco há mais de 20 anos”. Minha tradução do inglês para o português de trecho do “*Memory of the World Programme Review of Statutes and Rules*”.

<sup>87</sup> O nome Jikji faz referência ao livro considerado mais antigo de impressão de metal móvel no mundo, cuja guarda se encontra na Coreia do Sul (o título do MOW Internacional desse antigo livro sul-coreano foi obtido em 2001). Os vencedores do Prêmio Jikji até o momento foram: Biblioteca Nacional da República Tcheca (2005), Academia Austríaca de Ciências (2007), Arquivo Nacional da Malásia (2009), Arquivo Nacional da Austrália (2011) e Adabi do México (2013) e Programa Ibero arquivos para o Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos (2016) – este último, a partir da reunião de instituições localizadas na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Portugal e Porto Rico.

<sup>88</sup> BOURDIEU, 1996.

<sup>89</sup> Um exemplo dessa estratégia foi a publicação do “*Guide des normes, pratiques recommandées et ouvrages de référence concernant la conservation des documents de toute nature*”, organizado por George Boston, e que tinha o selo “Memória do Mundo” apenas na sua capa principal, não havendo, nas suas páginas interiores, qualquer menção direta ao Programa (UNESCO, 1998).



produzido sobre Arquivologia se concentrar nos países mais desenvolvidos economicamente, é possível perceber um movimento de circulação desse campo do conhecimento que começava a atingir outras nações. Se por um lado, França, Estados Unidos, Holanda e Canadá eram pioneiros nos debates acerca da gestão de documentos, países como México e Brasil conseguiam avançar na qualificação dos seus profissionais e instituições a partir de intercâmbios, cursos de formação, traduções de obras de referência da área e desenvolvimento de projetos com parcerias internacionais.<sup>90</sup> Atenta à configuração do campo dos arquivos e das bibliotecas entre os países e consolidando seu papel de intermediadora, a Unesco procurou inserir, permanentemente, os debates sobre preservação, acesso e circulação informacionais na sua agenda programática. O MOW surge, portanto, relacionado à política de informação e comunicação, setores que se tornam estratégicos e referenciados como fatores de desenvolvimento nos países.<sup>91</sup>

## **1.2. Alguns traços do Setor de Comunicação e Informação**

Criado em 1992 e instituído formalmente na Unesco no ano subsequente, o Programa Memória do Mundo abrigou-se na estrutura do Setor de Comunicação e Informação, o qual havia se renovado justamente no início da década de 1990. Com o intuito de ampliarmos nossa capacidade de análise sobre as razões de surgimento do MOW nesse período, avaliamos que uma retrospectiva da trajetória desse setor pouco abordado nos estudos sobre a agência pode ser um caminho interessante de análise.<sup>92</sup> A ideia de remontar uma possível versão da história institucional da agência não faz parte dessa empreitada; interessa trazer elementos dessa trajetória que possam dialogar com a constituição e início do funcionamento do Memória do Mundo.

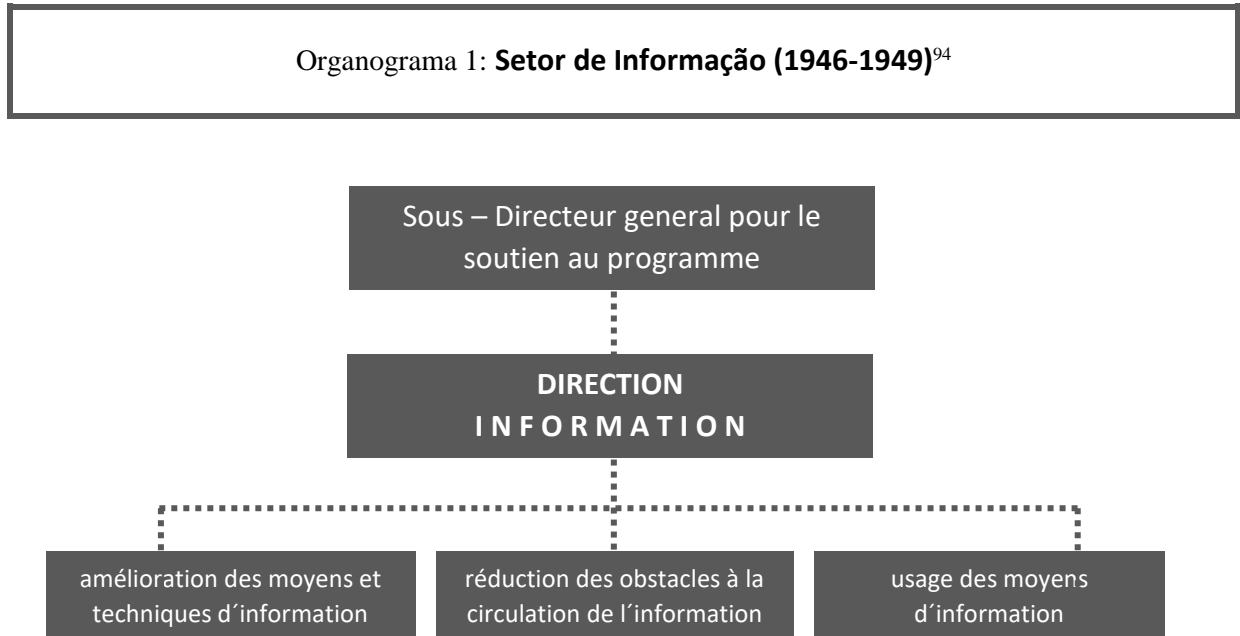
---

<sup>90</sup> Para uma interessante análise sobre a influência francesa no Arquivo Nacional do Brasil, ver ESTEVÃO; FONSECA, 2010.

<sup>91</sup> As letras que compõem a sua sigla são, em francês, “E” de “*Education*”, “S” de “*Science*” e “C” de “*Culture*”. Na sua publicação comemorativa de 15 anos, a Unesco afirma que apesar da informação não figurar na sigla que lhe nomeia, é mister reconhecer que esse domínio de atividade já estava previsto no artigo primeiro do seu Ato Constitutivo, sendo, portanto, fundamental para a consecução dos principais objetivos utópicos das Nações Unidas de manter a paz e a segurança (UNESCO, 1972). O termo “países em via de desenvolvimento” é ainda utilizado pela Unesco nos diversos relatórios sobre os Estados-Membros (Cf. UNESCO, 2017).

<sup>92</sup> A recente tese de Julia Pohle, defendida na área da Comunicação Social, propõe avaliar o discurso político da Unesco na sociedade da informação entre os anos de 1990-2013 (POHLE, 2016). Outras teses e dissertações que têm os estudos comunicacionais como perspectiva de abordagem sobre a Unesco são BAMOUNI, 1981 e COULAIS, 2015.

O autor Babou Bamouni apresenta, em dissertação de mestrado, um total de cinco organogramas sistematizados a partir dos seus estudos sobre a questão da informação na Unesco.<sup>93</sup> O primeiro, referente ao período de 1946-1948, é o menos complexo:



A disposição do organograma apresentado por Bamouni encontra correspondência na seguinte análise de Luís Bustamante Farjado:

A Unesco se interessou desde cedo pela criação de um espaço internacional a fim de facilitar a cooperação para a ‘circulação de ideias e de imagens’. Desde sua criação, a organização dispõe de um Setor de Informação de Massa, que se ocupou notadamente da cooperação mundial da imprensa, do rádio, da televisão e do filme.<sup>95</sup>

O contexto posterior à Segunda Guerra Mundial proporcionou um aumento substancial tanto no volume de informações como na velocidade de disseminação das mesmas, passando a ser uma pauta constante entre os primeiros países que integravam a Unesco. Os Estados Unidos, por exemplo, defendiam a necessidade da organização internacional se apresentar como uma ressonante “máquina da paz”, através da força dos meios de comunicação de massa, postura bastante contestada por países como França e Inglaterra, defensores de uma agência mais

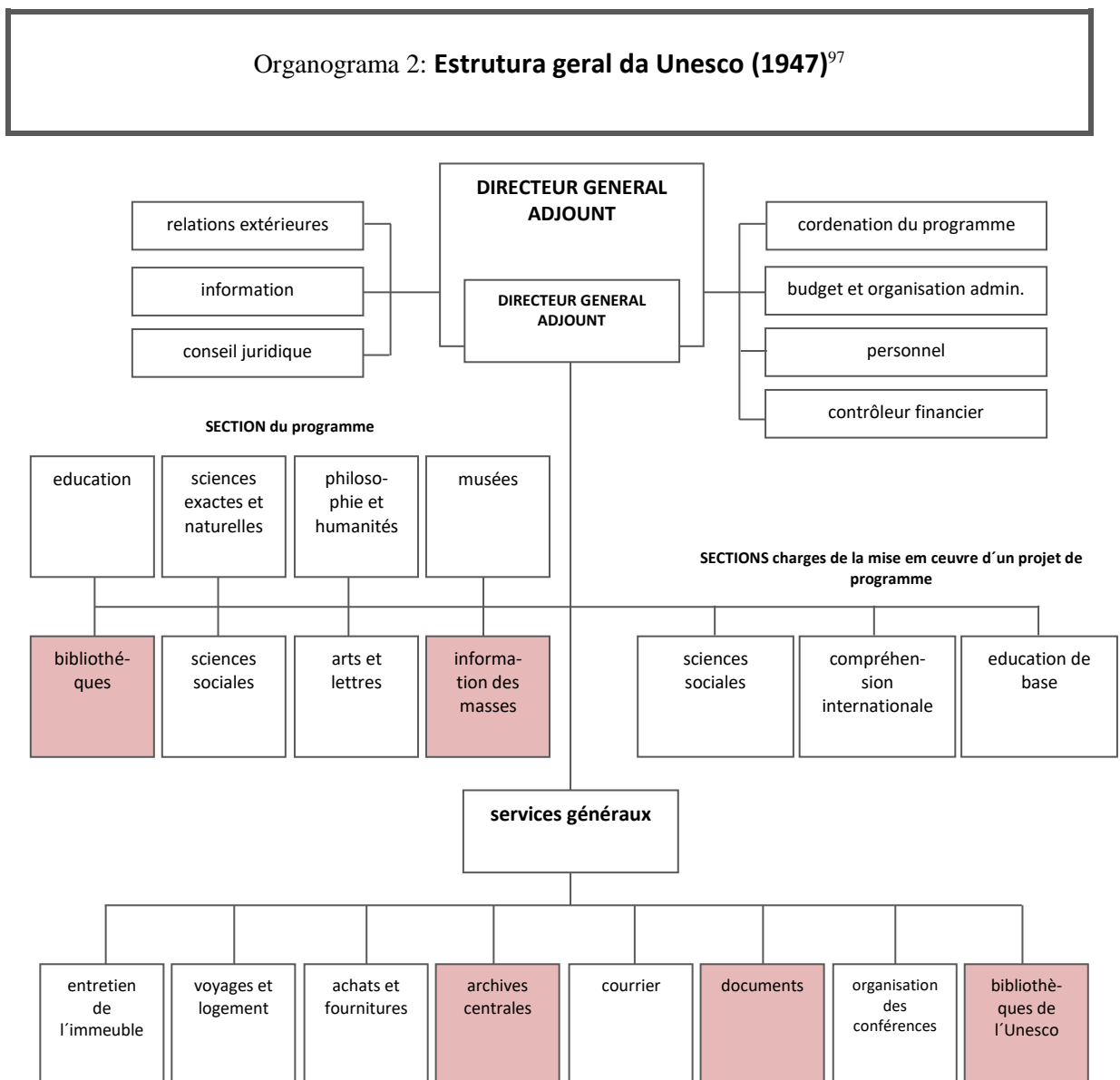
<sup>93</sup> Babou Bamouni defendeu sua dissertação de mestrado na área de Ciência da Informação e Comunicação na *Université Paris II*, no ano de 1981.

<sup>94</sup> BAMOUNI, 1981, p. 41. A reprodução desse organograma, assim como os demais que seguirão na sequência, são cópias daqueles apresentados pelo autor Babou Bamouni em sua dissertação de mestrado

<sup>95</sup> BUSTAMANTE FARJADO, 2014, p. 203. Minha tradução do francês para o português.

atenta às questões plurais dos Estados-Membros, na medida em que os conteúdos veiculados precisariam ser melhor adaptados aos diferentes contextos locais.<sup>96</sup>

De forma também elucidativa, a publicação comemorativa dos 60 anos da Unesco oferece uma sequência de organogramas mais completos da agência no decorrer das décadas seguintes; para efeitos de melhor compreensão, e com o objetivo de manter diálogo com os estudos de Bamouni, serão destacados os aspectos relativos à área de documentação como um todo. A citada publicação traz como primeira representação o seguinte esquema:



<sup>96</sup> As disputas entre essas narrativas, que perpassavam pelos posicionamentos dos países em questões basilares para a constituição da própria Unesco, são bem trabalhadas por MAUREL, 2005, p. 177-222.

<sup>97</sup> UNESCO, 2007, p. 592. Os itens marcados em cinza nesse organograma e nos demais visa a conceder maior destaque aos nossos comentários sobre as estruturas sistematizadas pela publicação comemorativa dos 60 anos da Unesco.

Notam-se que as Seções Bibliotecas e Informação de Massa estão vinculadas ao diretor-geral adjunto, no mesmo nível hierárquico que as Seções Museus; Artes e Letras; e Filosofia e Humanidades, setores embrionários da área de Cultura da Unesco. Os Documentos e Bibliotecas da Unesco, assim como os Arquivos Centrais, ao figurarem ligados aos Serviços Gerais, demonstram a preocupação da agência em gerenciar a informação produzida por setores internos.

Aos poucos, a agência da ONU inseriu-se nas discussões sobre a expansão dos meios tecnológicos de informação, em função das demandas advindas dos países considerados subdesenvolvidos, para que tivessem acesso a melhores condições de infraestrutura.<sup>98</sup> No Brasil, uma importante parceria se estabeleceu entre a Unesco e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), nos anos 1950, quando se iniciaram as tratativas para a constituição de um centro nacional de bibliografia. Tais esforços culminaram na criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o qual foi incorporado posteriormente à estrutura do então Conselho Nacional de Pesquisas, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Concomitantemente a isso, a FGV iniciou um projeto profissionalizante com vistas a administrar e gerenciar seus arquivos, treinando seus funcionários como uma das primeiras estratégias para organizar o arquivo da instituição, a partir da implementação dos serviços de protocolo e gestão documental.<sup>99</sup>

O segundo quadro apresentado por Babou Bamouni (organograma 3 desta tese) evidencia que a estrutura ligada à Direção de Informação se complexifica com o surgimento de seis Divisões, como a Divisão de Livre Circulação da Informação e a Divisão de Contato com o Público. A representatividade da informação consolidava-se como eixo de atuação importante, a partir de especializações de atividades articuladas pela matriz comum de disseminação dos dados informacionais. O surgimento da revista “O Correio da Unesco” desponta como uma das principais novidades do período, publicação que permanece como referência de divulgação dos trabalhos da agência nos Estados-Membros.<sup>100</sup> O panorama geral

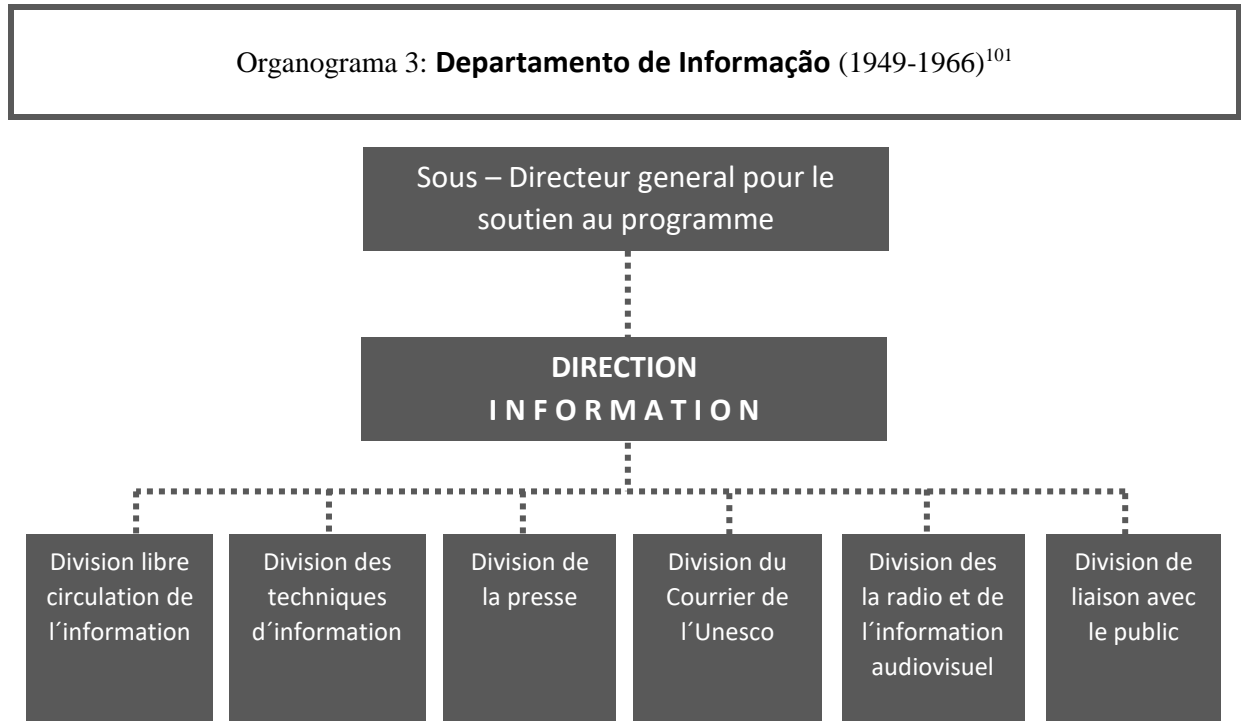
---

<sup>98</sup> O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas era um dos principais canais dessa pressão em prol da maior e melhor circulação das informações nos países mais pobres (BAMOUNI, 1981, p. 31).

<sup>99</sup> SANTOS, 2008, p. 107

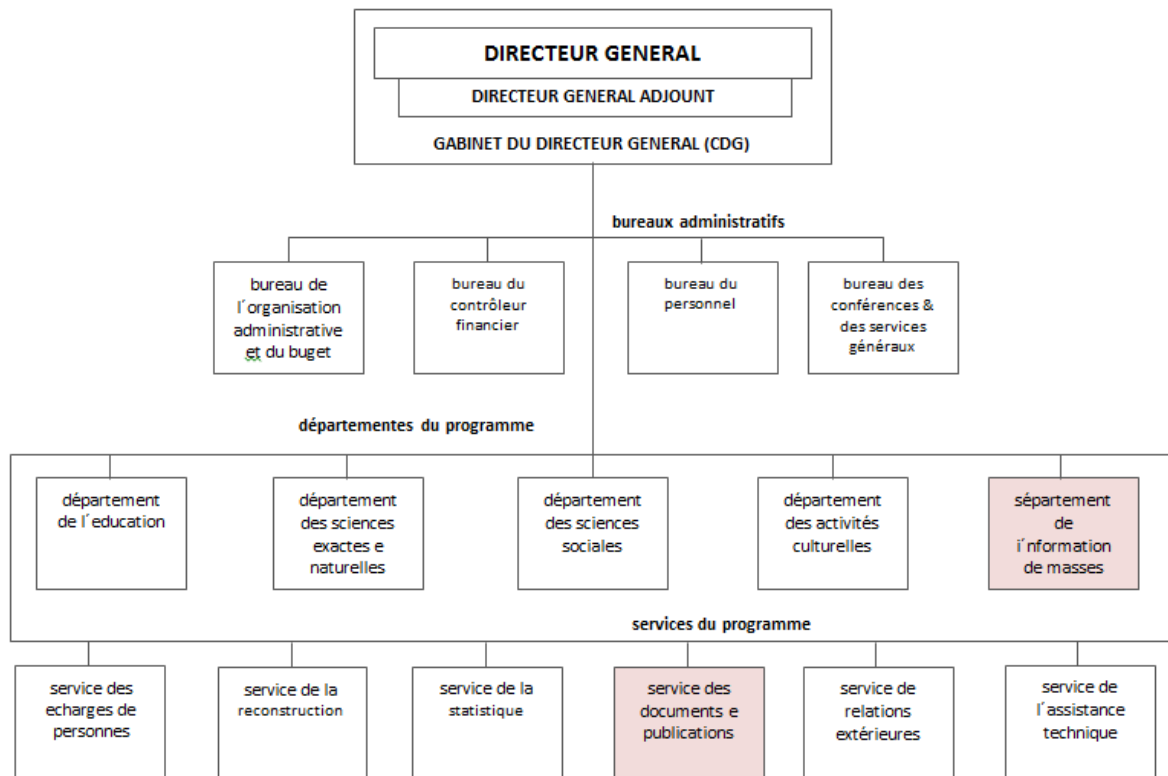
<sup>100</sup> Lançado em 1947, “O Correio da Unesco” já passou por muitas transformações editoriais, tendo atingido mais de 700 números publicados. Desde 2002 passou a ser estruturado a partir de dossiês temáticos, tendo como temas centrais as áreas de abrangência da Unesco como educação, ciência, cultura e informação. A última edição disponibilizada pela agência no seu portal é do trimestre julho-setembro 2011, com o título “Como os jovens mudam o mundo”, cujas versões estão em sete línguas diferentes (árabe, chinês, espanhol, francês, inglês, português e russo). Alguns estudos recentes escolheram a revista como temática de reflexão: CRUZ, 2017 e PEGUIM, 2015.

da área informacional da agência era o seguinte no período entre o final da década de 1940 e meados dos anos 1960:



No organograma institucional datado de 1950, visualizamos o arranjo institucional dos Departamentos de Programa, que se estruturam nesse momento e mantêm uma configuração muito semelhante à atual: Departamento de Educação, Departamento de Ciências Exatas e Naturais, Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Atividades Culturais e Departamento de Informação de Massas; Sendo possível depreender que estes dois últimos se transformaram no Setor de Cultura, e no Setor de Comunicação e Informação.

<sup>101</sup> BAMOUNI, 1981, p. 41.

Organograma 4: Estrutura geral da Unesco (1950)<sup>102</sup>

Os próximos dois organogramas apresentados por Babou Bamouni traduzem parte das mudanças que ocorreram no curto espaço de tempo entre 1966 e 1967.<sup>103</sup> No primeiro deles, o Departamento de Informação e Comunicação congregava o Setor de Informação das Massas, e o Setor de Comunicação; já no ano seguinte (1967) houve a cisão e os domínios da Informação e Comunicação foram separados; essa repentina divisão, de acordo com Chloé Maurel<sup>104</sup>, foi resultado das rivalidades existentes entre os departamentos e das tensões vividas no cotidiano de trabalho da Unesco. Cita como exemplo a dinâmica dos critérios de recrutamento de pessoal, que buscavam equilibrar tanto a análise curricular dos candidatos, quanto a distribuição geográfica. O que supostamente provocava o dilema entre a necessidade da inclusão de funcionários de diversos países e das nomeações de candidatos com melhores requisitos. Maurel narra, além disso, o permanente embate entre o “espírito francês”,

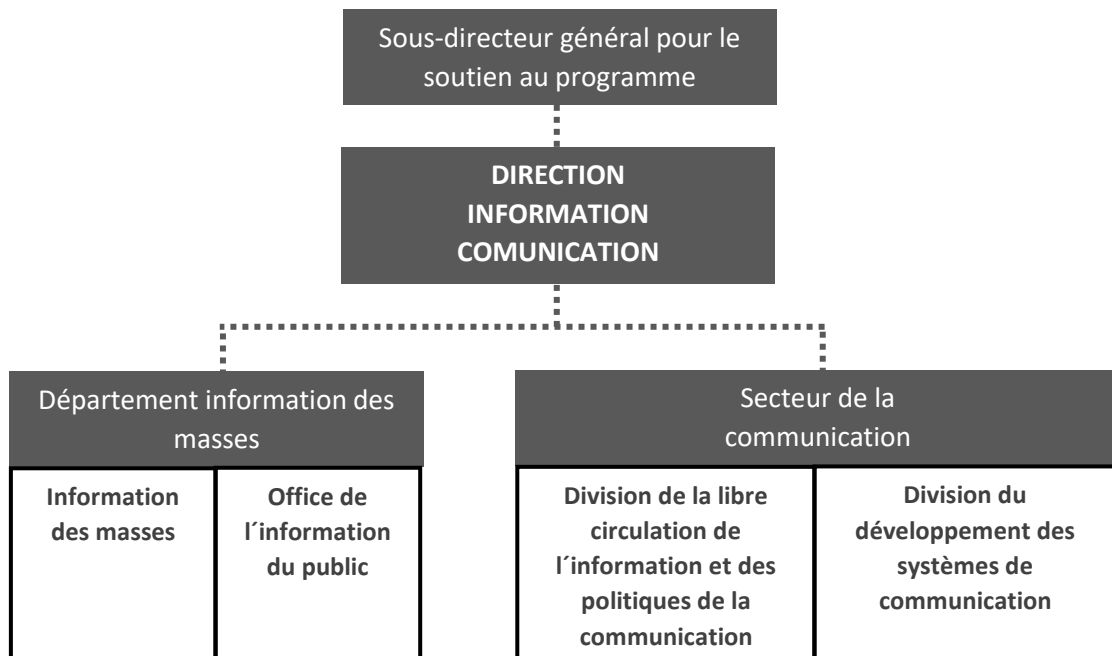
<sup>102</sup> UNESCO, 2007, p. 593.

<sup>103</sup> BAMOUNI, 1981, p. 42.

<sup>104</sup> MAUREL, 2005, p. 406-420.

predominante nos departamentos dos Programas finalísticos e o “espírito anglo-saxão”, presente nas ações administrativas da agência. A reestruturação da Unesco que tomava corpo nesse período procurava refletir, ademais, os debates e as demandas que emanavam do campo social: a emergência da chamada Nova Ordem Mundial da Informação e de Comunicação (Nomic) nos anos 1970 foi um dos sinais do protagonismo assumido pelos países periféricos na luta por reconhecimento nas arenas social, política e cultural em nível internacional.<sup>105</sup>

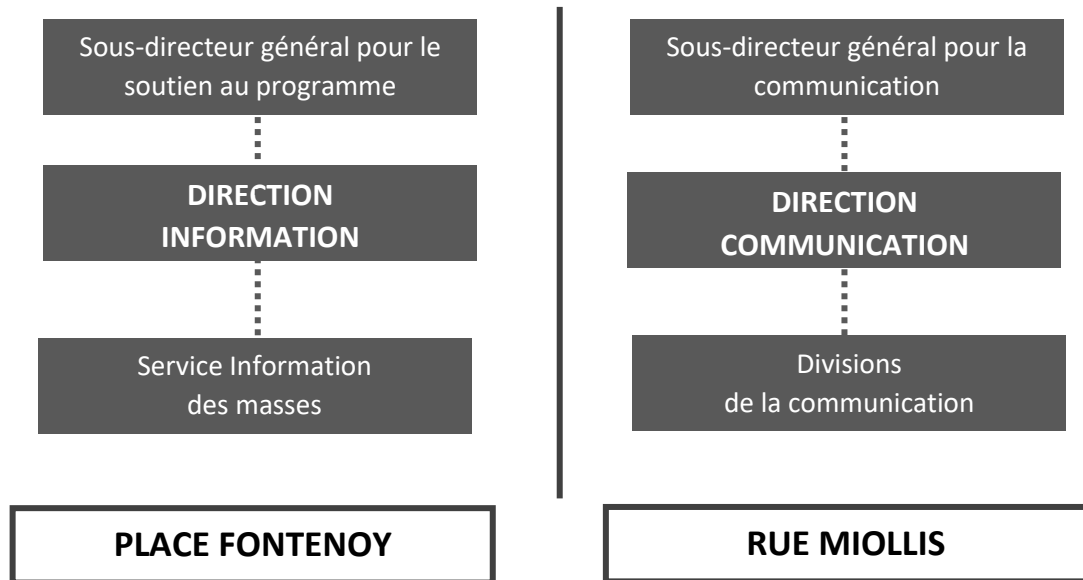
Organograma 5: **Departamento de Informação e Comunicação (1966-1967)**<sup>106</sup>



<sup>105</sup> O Nomic foi um forte sinal da mobilização dos Estados-Membros no seio da Unesco, desejosos de terem acesso ao conhecimento e às informações de maneira mais equilibrada e menos excludente. Esse movimento representou, à época dos movimentos sucessivos de descolonização política na África, um amadurecimento dos debates internacionais em torno da importância da comunicação como um dos vetores indispensáveis para o desenvolvimento. Luís Bustamante Farjado afirma que: “as constatações teóricas sobre informação e comunicação dos anos 1960 se transformaram em reivindicações políticas na década seguinte. Ao final de numerosas reuniões internacionais, os especialistas, homens públicos, mas também os profissionais de diferentes setores da comunicação construíram um discurso coerente sobre a desigualdade das trocas internacionais. O fio condutor da comunicação ‘no sentido único’ suscitou, assim, vivos protestos do outro lado do hemisfério. Foi o início de uma série de enfrentamentos, que irão justamente colocar em questão a própria existência da Unesco” (BUSTAMANTE FARJADO, 2014, p. 219). Minha tradução do francês para o português.

<sup>106</sup> BAMOUNI, 1981, p. 42.

Organograma 6: **Departamento de Informação e Departamento de Comunicação (1967)**<sup>107</sup>



No organograma 7, proposto por Bamouni, as áreas de comunicação e informação fundem-se novamente, sob o nome de Departamento de Informação, apresentando um setor de comunicação com subestruturas ramificadas, responsáveis por dinamizar ações de pesquisa, documentação e livre circulação da informação.

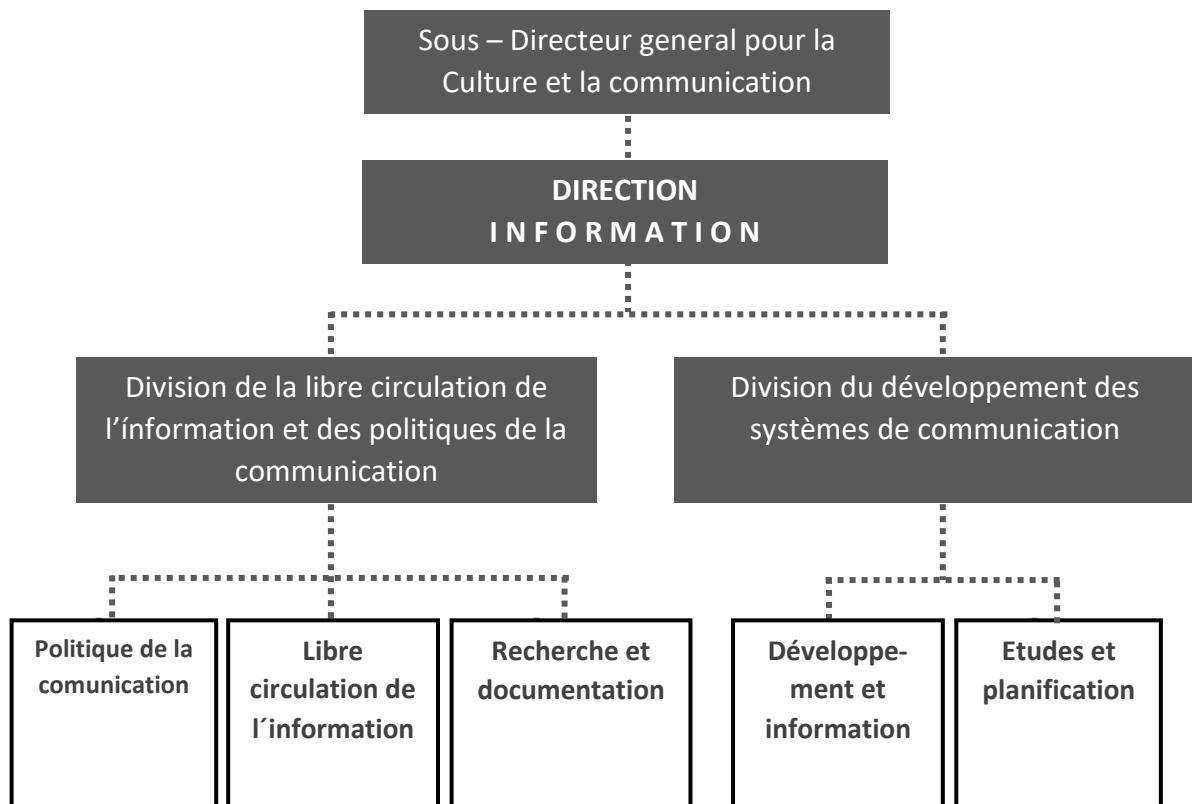
<sup>107</sup> BAMOUNI, 1981, p. 42.



Organograma 7: Departamento de Informação (1975)<sup>108</sup>



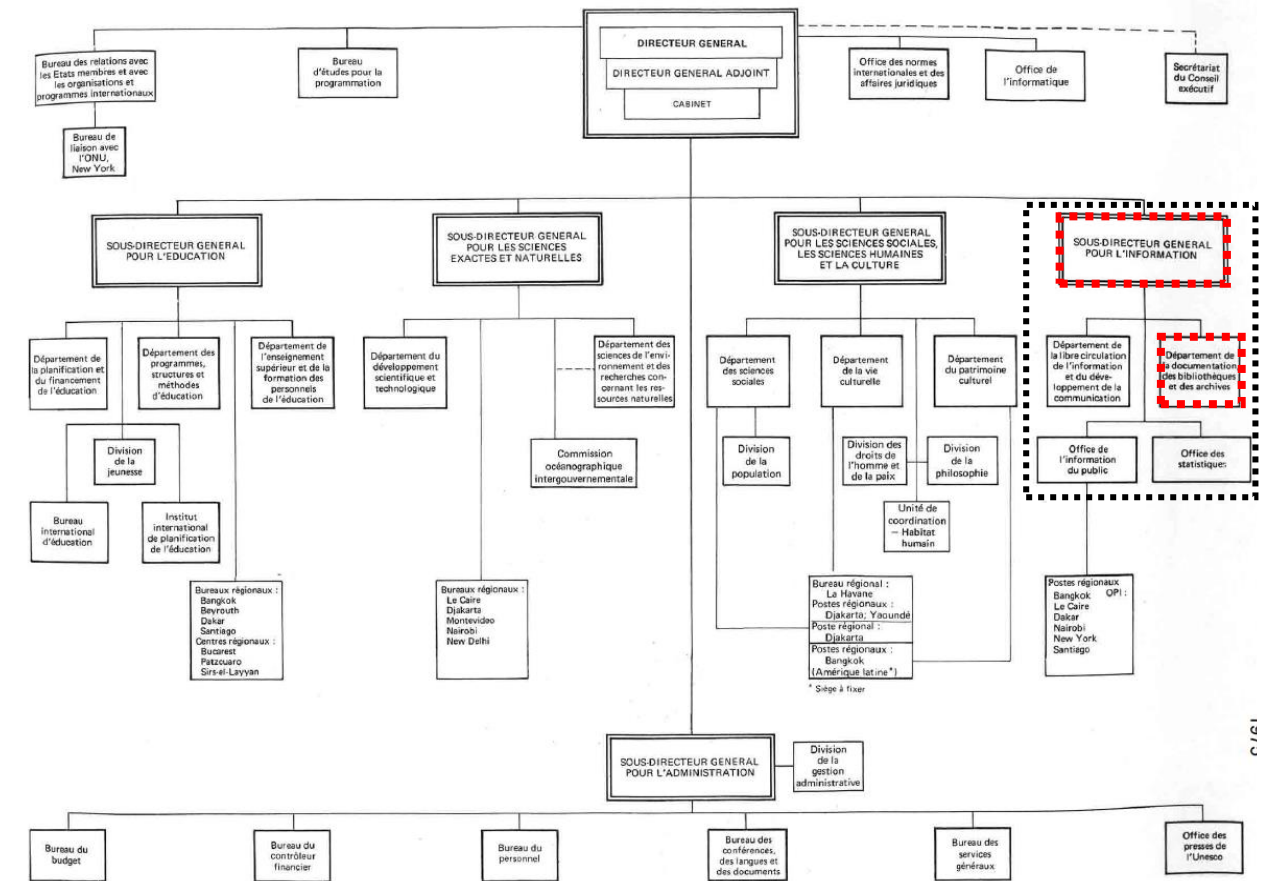
#### Secteur de la communication



<sup>108</sup> BAMOUNI, 1981, p. 43.

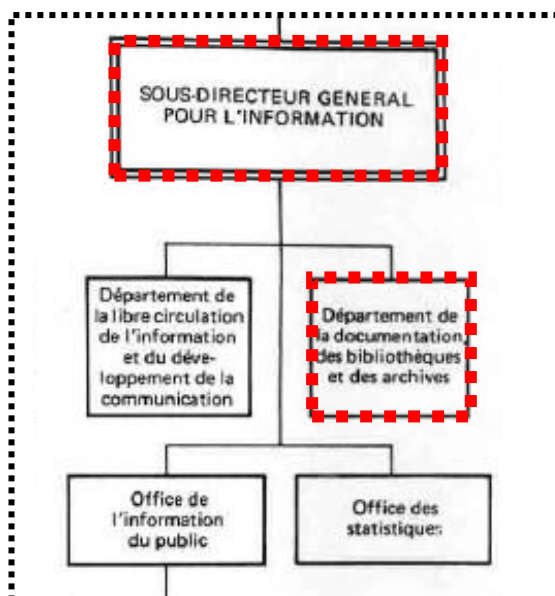
Em consonância com esse detalhamento de Bamouni, o organograma dos anos 1970 mostra a estratificação ainda maior das Sub-Diretorias Gerais da Unesco. No que toca à Informação, em destaque no organograma, criam-se o Departamento da Livre Circulação de Informação e do Desenvolvimento da Comunicação; e o Departamento de Documentação de Bibliotecas e Arquivos (DBA), indício de que os acervos documentais ganhavam status de maior reconhecimento no interior da agência. Além disso, o surgimento dos Escritórios Regionais, concatenados a essa estrutura, atesta as ações descentralizadoras que procuravam movimentar o funcionamento em rede da Unesco.<sup>109</sup>

Organograma 8: Estrutura geral da Unesco (1975-1976)<sup>110</sup>



<sup>109</sup> A Representação da Unesco no Brasil foi criada no ano de 1964, porém suas atividades se iniciaram somente em 1972. Os acordos de cooperação com o governo brasileiro tornaram-se mais constantes a partir da década de 1990, viabilizando o fortalecimento do Escritório Brasileiro. Para uma visão ampla dessa experiência no país, ver [www.unesco.org/new/pt/brasil/home/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/home/).

<sup>110</sup> UNESCO, 2007, p. 595.



O destaque a essa parte do organograma de 1975-1976 permite identificar a criação do Departamento de Documentação de Bibliotecas e Arquivos (DBA), marco importante na consolidação da área documental no interior da Unesco.

O tom de entusiasmo diante do crescimento da autonomia da área de documentação na Unesco pode ser percebido em um artigo publicado pelo brasileiro Paulo Carneiro,<sup>111</sup> nos idos de 1977. Nessa publicação, o intelectual sublinha o pioneirismo da atuação da Unesco nos processos de pesquisa e difusão do conhecimento através de obras bibliográficas, com a instalação de extensas redes de bibliotecas públicas e a inauguração de centros bibliotecários na Índia, Nigéria e Colômbia. Além do papel de precursora na infraestrutura de bibliotecas, cujas estratégias de implantação envolviam parcerias diversificadas com organizações não-governamentais (ONG's), governos locais e agentes da iniciativa privada, a Unesco dinamizou propostas mais amplas, como o planejamento de uma biblioteca pedagógica mundial; a criação de um centro internacional de bibliografia e documentação; reuniões de especialistas para preparo de manuais de técnicas bibliográficas; e conferências internacionais

<sup>111</sup> CARNEIRO, 1977. Nascido em 1901, Paulo Carneiro foi químico de formação, tendo ocupado cargos públicos e ministrado aulas na Escola Politécnica. Concluiu doutorado em química, no Instituto Pasteur na França (1931) e, na sequência, ingressou nas carreiras de embaixador e escritor. Envolveu-se com a Unesco desde o seu nascedouro e foi indicado pelo governo brasileiro para ser representante do país junto à agência entre os anos de 1946 a 1958. Assumiu os trabalhos da vice-presidência do Conselho Executivo da organização durante a década de 1970. Ocupou uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras (ABL) e faleceu em 1982. Disponível em: [www.academia.org.br/academicos/paulo-carneiro/biografia](http://www.academia.org.br/academicos/paulo-carneiro/biografia), acesso em 06/06/2017.

para normalizar sistemas de catalogação.<sup>112</sup> Algumas dessas ações estendiam-se aos arquivos, considerando que os trabalhos técnicos nos acervos arquivísticos eram igualmente incipientes.

Após enfrentar dificuldades financeiras durante a década de 1980, em razão da saída dos Estados Unidos e do Reino Unido,<sup>113</sup> a Unesco iniciou um amplo processo de reorganização interna nos anos 1990. A pesquisadora Julia Pohle esclarece que o então diretor-geral, Federico Mayor, anunciou uma extensa lista de mudanças estruturais para serem implementadas na organização. Além das promoções e transferências de funcionários, houve a proposta de reconfiguração de todo o Secretariado.<sup>114</sup> A partir do organograma proposto e aprovado na Conferência Geral, percebe-se que a Direção-Geral ficou menos sobrecarregada devido às criações das Direções-Gerais Adjuntas; enquanto uma delas se responsabilizava pelas questões logísticas e das atividades meio, havia outra denominada Direção-Geral Adjunta para os Programas, responsável pela coordenação geral dos projetos intersetoriais e ponto de interlocução para os trabalhos dos cinco setores – denominação que substituiu os antigos departamentos e que, após pequenos ajustes ao longo dos anos, atingiu a configuração atual. O papel desempenhado pelo Assessor da Direção-Geral (ADG) passou a se destacar nesse movimento geral de descentramento institucional, e permitiu a capilarização efetiva das atividades finalísticas da Unesco.

Ao analisar a forma assumida pelo Setor de Comunicação, Informação e Informática, Julia Pohle discorre que:

Ainda na euforia que se seguiu ao fim da Guerra Fria, em 1990, a Unesco criou o novo Setor de Comunicação, Informação e Informática (CII), que, em um primeiro momento, uniu todos os domínios que trabalhavam com informação em uma perspectiva ampla dentro de uma estrutura comum institucional. Com esse movimento, a organização tentou deixar para trás os conflitos políticos do passado e a separação artificial e injustificada de diferentes programas de informação e comunicação. Mas as décadas seguintes nos mostraram, que o novo espírito político e o otimismo institucional não poderiam atenuar as discrepâncias entre os Estados-Membros da Unesco.<sup>115</sup>

---

<sup>112</sup> CARNEIRO, 1977, p. 4.

<sup>113</sup> As ausências de norte-americanos e ingleses desde 1984 - enquanto o Reino Unido retornou em 1997, os EUA regressaram somente no ano de 2003, para depois anunciarem a mais recente saída em 2017 - fizeram com que a Unesco se reestruturasse internamente com vistas a superar os cortes das contribuições anuais desses dois países.

<sup>114</sup> POHLE, 2016, p. 195. Minha tradução do inglês para o português.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 100. Minha tradução do inglês para o português.

Atualmente, o Setor de Comunicação e Informação tem como principal missão “o livre fluxo de ideias por palavras e imagens”,<sup>116</sup> alcançando representatividade tanto na sede da Unesco em Paris como nos escritórios de campo distribuídos pelo mundo. Na sua estrutura existem a Divisão da Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Mídia; e a Divisão da Sociedade do Conhecimento, onde o Programa Memória do Mundo se insere, juntamente com as discussões contemporâneas de promoção de software livre e código aberto, além de iniciativas como a da Biblioteca Digital Mundial.<sup>117</sup> Ainda na estrutura dessa Divisão existe a Seção de Acesso e Preservação Universal, cuja infraestrutura de funcionamento é uma das menores do Setor de Comunicação e Informação. Em tempo, ressalva-se que o termo Informática foi suprimido do nome do Setor após o ano 2001, considerando que as ferramentas tecnológicas foram cada vez mais incorporadas, e a questão da informatização passou a ser algo bastante presente em todos os setores da agência, perdendo, portanto, o sentido de destacá-la somente nas esferas comunicacionais.<sup>118</sup>

De acordo com o funcionário entrevistado que preferiu não se identificar, há a perspectiva de uma nova estruturação do setor em curso, porém ele estava impedido de adiantar qualquer ponto da discussão.<sup>119</sup> Quando indagado sobre o porquê do MOW ter se originado nessa área da Unesco, a resposta foi direta: “o Programa sempre se ligou ao mundo tecnológico”.<sup>120</sup>

---

<sup>116</sup> Disponível [www.unesco.org/new/en/communication-and-information/about-us/](http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/about-us/), acesso em 08/06/2017.

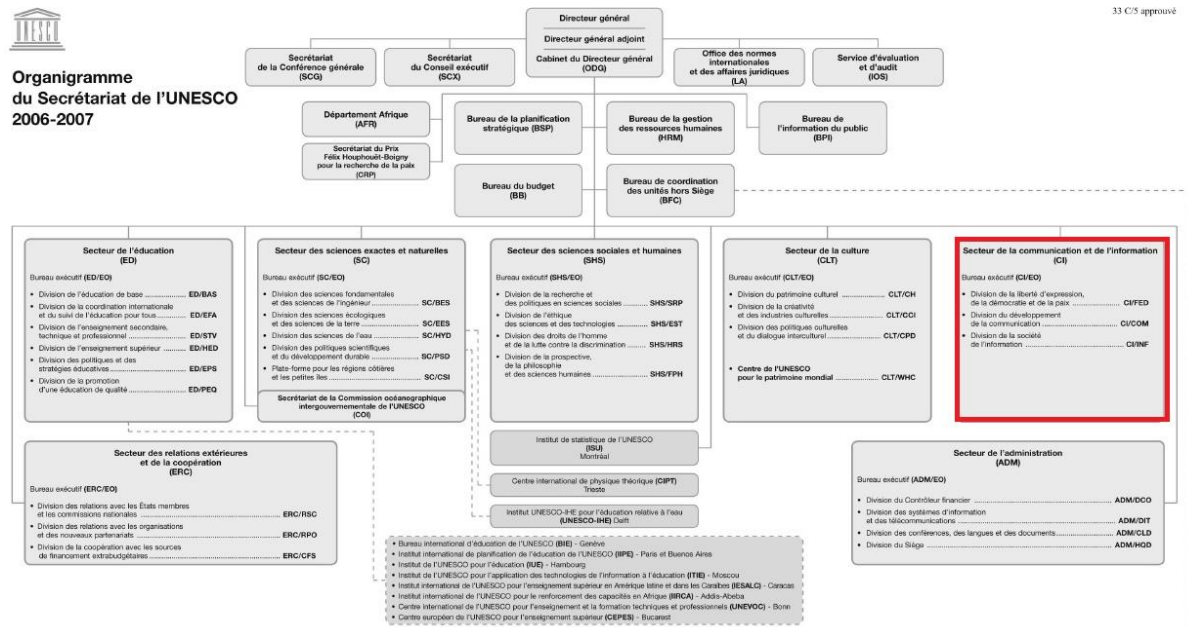
<sup>117</sup> A Biblioteca Digital Mundial consiste num projeto de colaboração participativa interinstitucional, tendo a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e a Unesco como um dos principais atores. A missão do projeto é disponibilizar, via internet, fontes de informações de diferentes países. Para explorar o conteúdo digitalizado ver: <https://www.wdl.org/pt/>.

<sup>118</sup> COULAIS, 2015, p. 6. A Unesco inaugurou sua página oficial na internet em 1992, a qual passou por uma série de revisões nos anos de 2002, 2005 e 2013.

<sup>119</sup> A partir de entrevistas que realizou durante a sua pesquisa, a historiadora Chloé Maurel traz o seguinte relato: “Em novembro de 1952, em seguida à demissão súbita de Torres Bodet, os jornalistas entrevistaram os membros da Unesco sobre uma possível ‘crise’. As pessoas, seguindo o conselho da direção, se esforçaram para esconder as dissidências. Essa atitude de proteção deve-se a um reflexo, um automatismo, incorporado pelos funcionários da Unesco: como exprime Michel Prévost nas suas memórias, deve-se evitar todo vazamento que poderia denegrir a Unesco. ‘Você não deveria dizer nada’; ‘nós não temos nada a declarar’. Prévost observa os dirigentes da Unesco ‘uma mescla de hostilidade e medo’”. (MAUREL, 2005, p. 538). Minha tradução do francês para o português.

<sup>120</sup> Entrevista realizada com funcionário do Setor de Comunicação e Informação, na sede da Unesco, em Paris, na França, no dia 10/02/2017.

## Organograma 9: Estrutura geral da Unesco (2006-2007)<sup>121</sup>



O detalhe do organograma 2006-2007 permite visualizar três divisões do Setor de Comunicação e Informação. Estas foram reduzidas para duas divisões na atualidade: Divisão da Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Mídia, e Divisão da Sociedade do Conhecimento, onde hoje se encontra abrigado o Programa Memória do Mundo. O organograma atual da Unesco assemelha-se bastante a este, razão pela qual não reproduziremos a versão atualizada.

A par dos avanços tecnológicos, a série de resoluções aprovadas pelos Estados-Membros no âmbito da Unesco, entre as décadas de 1990 e 2000, orientam para um diálogo mais participativo na execução de políticas para os arquivos e o campo informacional, que tenham em conta os instrumentos internacionais de direitos humanos da ONU, como nota

<sup>121</sup> UNESCO, 2007, p. 596.

Carolina Ferro. Em tom esquemático, a autora destaca cinco “preocupações” que nortearam as resoluções aprovadas pelos Estados-Membros no Programa Geral de Informação (PGI):<sup>122</sup>

- a) preservação do patrimônio histórico e cultural;
- b) a identidade, a memória, a cultura e a diversidade cultural dos povos;
- c) equidade na distribuição da informação entre as diferentes regiões e os diferentes povos (sistemas de informação, arquivos, bibliotecas, centros de documentação);
- d) interação com tecnologias, entendidas como ferramentas que podem proporcionar o acesso à informação e ao patrimônio histórico e cultural;
- e) o uso das tecnologias, dos arquivos, bibliotecas e centros de documentação e informação como meios de promover a educação e a cultura.<sup>123</sup>

A Unesco, que se porta como organização articuladora entre os níveis local e global, usa dessa prerrogativa a fim de legitimar uma espécie de protocolo de intenções recomendadas para a área da documentação. Tradicionalmente negligenciada e pouco valorizada pelas gestões governamentais dos diferentes Estados-Membros, a área da documentação pode ser viabilizada pela permeabilidade das políticas da Unesco em prol dos arquivos e bibliotecas. Em meio ao fortalecimento de um cenário de articulações políticas informacionais, o MOW surgiu como mais uma ferramenta da Unesco para oportunizar os pleitos sumarizados por instituições detentoras de acervos documentais. As análises do antropólogo Nestor Canclini sobre o fenômeno da globalização podem inspirar os questionamentos sobre os alcances das políticas e, principalmente, da noção de representatividade plural da Unesco:

Pensar sobre o global exige superar essas duas posturas: tanto a que faz da globalização um paradigma único e irreversível, e a que resta importância à sua incoerência e ao fato de não integrar a todos. Antes parece metodologicamente necessário, diante das tendências que homogeneizam partes dos mercados materiais e simbólicos, investigar o que representa aquilo que a globalização exclui para se constituir.<sup>124</sup>

Devemos atentar para o grande prestígio que a Unesco possui no cenário globalizado, imagem constituída cotidianamente pela própria agência e por seus parceiros, como se boa parte dos valores defendidos pela organização tivesse função de norma a ser seguida. Em tom sintético, François Hartog constata que a Unesco “é ao mesmo tempo uma possante caixa de ressonância e um vasto laboratório mundial onde se elabora uma doutrina e se proclama os

<sup>122</sup> A palavra “preocupação” foi utilizada pela autora Gabriela Ferro em seus levantamentos sobre o conteúdo das resoluções aprovadas pelos Estados-Membros nas Conferências Gerais realizadas no período de 1990 a 2000.

<sup>123</sup> FERRO, 2014, p. 138.

<sup>124</sup> CANCLINI, 2007, p. 44.

seus princípios”.<sup>125</sup> Nessa medida, parte do exercício de problematização sobre a área da documentação da Unesco deve ter em vista a transposição de regras e normatizações da área informacional para uma política de gestão da memória<sup>126</sup>, como o MOW; sendo absolutamente necessária para a área arquivística, aquelas padronizações podem rechaçar os valores locais contidos nas formações próprias dos arquivos e as historicidades dos acervos.

As primeiras Diretrizes publicadas pelo Programa Memória do Mundo, em 1995, sob a coordenação do ICA e da IFLA, sistematizaram princípios, referências e propostas a serem encampadas pelo MOW no decorrer do seu desenvolvimento.<sup>127</sup> Este documento pioneiro do Memória do Mundo trouxe uma série de questões que já eram debatidas e compartilhadas na área documental; como exemplo disso, caso se faça uma aproximação das “preocupações” dos Estados-Membros, destacadas no estudo de Gabriela Ferro, com trechos das Diretrizes do MOW, serão nítidas as confluências entre ambos. Como forma de sistematizar tal exercício, tendo como ponto de partida os cinco itens listados nas resoluções aprovadas pelos Estados-Membros, selecionamos, logo após cada tópico, trechos das Diretrizes de 1995:

Preocupação/a: “Preservação do patrimônio histórico e cultural”.

Diretrizes/1995: “Alcançar a preservação pelo meio mais apropriado de patrimônio documental de importância universal e promover a preservação do patrimônio documental de importância nacional e regional” (p. 5).

Preocupação/b: “A identidade, a memória, a cultura e a diversidade cultural dos povos”.

Diretrizes/1995: “A memória coletiva dos povos do mundo é de crucial importância para a preservação das identidades culturais, para unir o passado com o presente e configurar o futuro. O patrimônio documental constitui uma parte importante dessa memória e reflete a diversidade dos povos, dos idiomas e das culturas” (p. VI).

Preocupação/c: Equidade na distribuição da informação entre as diferentes regiões e os diferentes povos (sistemas de informação, arquivos, bibliotecas, centros de documentação).

Diretrizes/1995: “Um dos objetivos fundamentais do Programa é proporcionar acesso não discriminatório ao patrimônio documental inscrito no Registro da Memória do Mundo. Teoricamente, este acesso deve ser universal e gratuito para os usuários. No entanto, a realidade econômica e política inevitavelmente impõem certos limites a esse acesso, bem como provavelmente algum custo associado a ele” (p. 36).

---

<sup>125</sup> HARTOG, 2006, p. 271.

<sup>126</sup> Segundo Quintana, políticas de memória ou, políticas de gestão do passado não são o mesmo que políticas arquivísticas, ainda que às vezes se confundam. As políticas arquivísticas se desenham em longo prazo e costumam ser muito estáveis, sendo essenciais, e até determinantes das políticas de gestão do passado. Para o autor, as políticas públicas de memória são sempre conjunturais e de curto alcance (QUINTANA, 2017, p. 13).

<sup>127</sup> A publicação e os autores responsáveis pela iniciativa serão abordados no capítulo 2.



Preocupação/d: Interação com tecnologias, entendidas como ferramentas que podem proporcionar o acesso à informação e ao patrimônio histórico e cultural.

Diretrizes/1995: “As possibilidades de acesso muito maiores oferecidas pelas tecnologias digitais incentivam o desenvolvimento de uma série de produtos, como CD-ROMs, fitas digitais e discos compactos. Esses produtos contribuirão grandemente para um maior acesso ao patrimônio documental. No entanto, devido a incertezas quanto à sua durabilidade a longo prazo, essas técnicas não serão o único método de preservação” (p. 2).

Preocupação/e: O uso das tecnologias, dos arquivos, bibliotecas e centros de documentação e informação como meios de promover a educação e a cultura.

Diretrizes/1995: “A educação é um elemento essencial para despertar o interesse pelo patrimônio documental do mundo e para alertar sobre sua vulnerabilidade. Ele também fornece um treinamento básico que permite o desenvolvimento de estratégias adequadas de preservação” (p.42).

A partir das correspondências acima realizadas, é possível afirmar que o MOW se inseriu sob um paradigma de questões compartilhadas na área de documentação:<sup>128</sup> o tripé estrutural do Programa, presente nas suas Diretrizes até os dias atuais, mobiliza noções de “preservação-acesso-conscientização”, as quais sintetizam princípios de boas práticas recomendadas pelas instituições que preservam acervos documentais.<sup>129</sup> Além disso, o Programa anunciava ser um instrumento de legitimação de questões caras à área da documentação; a nova ‘roupagem’, sob a tutela da Unesco, privilegiava o olhar para acervos considerados raros e que estivessem sob risco iminente de existência. De uma maneira geral, portanto, o MOW não trazia muitas novidades nos primeiros anos de funcionamento, haja vista que reforçava e jogava luz sobre questões tradicionalmente trabalhadas pela rede de parceiros da Unesco na lida com os documentos.<sup>130</sup>

### **1.3. Patrimônio documental: instrumento estratégico de legitimação**

A preservação de acervos documentais não é prioridade para o Setor de Cultura da Unesco, responsável pelos trabalhos preservacionistas da organização com o patrimônio cultural. Dentre as várias categorias de bens passíveis de patrimonialização, os documentos

<sup>128</sup> O conceito de paradigma é amplamente problematizado na obra “A estrutura das revoluções científicas”, de Thomas Kuhn. Em uma das passagens sintetizadoras do autor: “Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 1998, p. 219).

<sup>129</sup> Considerados os três objetivos principais do Programa, esse tripé foi qualificado da seguinte forma: “facilitar a preservação do patrimônio documental mundial mediante as técnicas mais avançadas; facilitar o acesso universal ao patrimônio documental; e criar uma maior consciência em todo o mundo da existência e importância do patrimônio documental” (UNESCO, 2002, p. 6). (meus grifos).

<sup>130</sup> Além dos mais conhecidos ICA e IFLA, outras associações participaram desse permanente diálogo com a Unesco: CCAAA (Conselho Coordenador das Associações de Arquivos Audiovisuais), Iasa, Fiat e Fiaf.

arquivísticos e bibliográficos não entram no rol de ações encampadas pelo setor que, se comparado ao de Comunicação e Informação, é mais consolidado, tem melhor estrutura e goza de maior projeção junto ao público externo.<sup>131</sup> O desinteresse do setor cultural pelos documentos não é algo exclusivo que ocorre no interior da Unesco; pelo contrário, essa prática mostra-se bastante comum nos órgãos de preservação brasileiros, seja nas esferas municipais, estaduais ou federais.<sup>132</sup> Diante das várias possibilidades de se valorar um determinado bem cultural, os acervos documentais são subutilizados, por exemplo, pelo instrumento do tombamento, que se volta majoritariamente para a preservação de bens imóveis.<sup>133</sup>

Apesar de o Setor de Comunicação e Informação da Unesco ter consolidado de fato sua estruturação a partir dos anos 1990 – o surgimento do MOW e o seu posterior desenvolvimento são uma das consequências dessas mudanças no interior da agência –, as dificuldades de gestão e os orçamentos insuficientes foram alguns dos problemas apontados pelos funcionários que entrevistei na sede da Unesco em Paris. Um dos entrevistados que preferiu não se identificar, lotado no referido setor, afirmou que os trabalhos com a área da documentação são em sua maioria desvalorizados frente às outras atividades; como exemplo, citou um projeto sobre migração de arquivos audiovisuais que se encontra interrompido há mais de uma década, justamente pela falta de prioridade e recursos.<sup>134</sup>

Se pelo lado da Cultura, havia a ausência de ações em torno dos acervos documentais, pelo lado da Comunicação e Informação, os arquivos e bibliotecas foram apropriados como potenciais vetores de desenvolvimento socioeconômico dos países. Dessa maneira, os eixos de preservação e acesso à documentação passaram a ser abarcados pelas políticas informacionais da Unesco, tendo no Memória do Mundo um interessante exemplo dessa postura. Não havia, portanto, disputas pela primazia em se definir que área da Unesco

---

<sup>131</sup> David Berliner e Chiara Bortolotto argumentam que, desde os anos 1960, a questão do patrimônio ocupa um lugar central nos debates e nas ações realizadas pela Unesco. As primeiras campanhas mundiais para salvar sítios em perigo mobilizaram a opinião pública e tornou a organização mais conhecida diante do grande público; além disso, a empreitada patrimonial obteve legitimidade normativa a partir da adoção de muitas Convenções (BERLINER; BORTOLOTTI, 2017, p. 3). Somente a Convenção do Patrimônio Cultural Mundial e Natural (1972) possui a adesão de quase todos os Estados Membros: 191 do total de 195 já aderiram a esse instrumento internacional (UNESCO, 2015, p. 92). Quanto à melhor estrutura, a própria constituição de um Comitê exclusivo como é o caso do WHC atesta a importância da questão do patrimônio cultural no âmbito da Unesco.

<sup>132</sup> Para uma discussão sobre o tombamento de acervos arquivísticos no âmbito federal ver SOLIS; ISHAQ, 1987.

<sup>133</sup> No caso do Brasil, apesar de previsto pelo Decreto-lei nº 25/1937, o Iphan não tem a prática de tomar acervos arquivísticos, excetuando aqueles que se encontram em igrejas e museus tombados e outras exceções como os pergaminhos do *Torah* localizados no Museu Nacional da UFRJ. O assunto será debatido no capítulo 3.

<sup>134</sup> Entrevista realizada com funcionário do Setor de Comunicação e Informação, na sede da Unesco, em Paris, França, no dia 10/02/2017.

ficaria responsável por trabalhar com as questões relativas aos acervos documentais. O MOW surge num setor que trata, *a priori*, o documento a partir da dimensão potencial da informação<sup>135</sup>, e não pelo valor histórico como patrimônio.

Por outro lado, interessa sublinhar que o Memória do Mundo iniciou seu processo de crescimento justamente quando começou a se apropriar de termos que eram afins ao setor da Cultura, em especial dos processos de patrimonialização. Mesmo não havendo linhas de atuações compartilhadas com outros Programas que se voltavam para os bens de naturezas material e intangível,<sup>136</sup> o uso recorrente do termo “patrimônio documental”, associado aos atributos de “autêntico”, “único”, “insubstituível”, “raro”, “íntegro”, dentre outros, é um sinal de que as estratégias de constituição identitária do MOW circulavam entre noções caras ao setor cultural da Unesco. Tal apropriação, conforme veremos no próximo capítulo, teve especificidades ao realçar a perspectiva arquivística, mostrando que as estratégias de legitimação do Memória do Mundo acionavam terminologias que o distinguiam das demais práticas do setor de Comunicação e Informação.

As Diretrizes Gerais do MOW de 1995 já previam a implementação do instrumento do registro e/ou nomeação de acervos documentais com títulos de Memória do Mundo, que poderiam ser de abrangência nacional, regional ou internacional.<sup>137</sup> A referência comparativa ao Programa do Patrimônio Mundial, já bastante conhecido nas esferas internas e externas à Unesco, era utilizada como forma de facilitar o entendimento da nova proposta:

O Programa Memória do Mundo baseia-se no pressuposto de que alguns elementos, coleções ou fundos do patrimônio documental fazem parte do patrimônio mundial, semelhante aos sítios de valor universal incluídos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. É suposto ser tão importante que transcendem os limites do tempo e da cultura. Portanto, esses elementos, coleções ou fundos de importância universal devem ser preservados para as

---

<sup>135</sup> Em uma das reuniões do Conselho Intergovernamental do Programa Geral de Informação (PGI) relata-se que: “A criação do PGI em 1977 respondeu ao crescente reconhecimento de que a informação especializada e sua transferência entre as nações eram instrumentos essenciais para o desenvolvimento social e econômicos. A atividade do PGI centrou-se em suas assistências aos Estados Membros para a criação de infraestruturas, centros de documentação, arquivos e bibliotecas; o Programa Memória do Mundo foi elaborado no marco do PGI com o objetivo de salvaguardar o patrimônio documental de todos os povos e assegurar um acesso seguro e universal ao mesmo”. Minha tradução do espanhol para o português de trecho da “11ª reunión – Consejo Intergubernamental del Programa General de Información – París, 2-3 de diciembre de 1996”.

<sup>136</sup> Em uma das poucas tentativas de conjugar as perspectivas do patrimônio material, imaterial e documental, o Programa MOW lançou uma nota técnica durante a realização da sua 3ª Conferência Internacional, transcorrida em Canberra, na Austrália, entre os dias 19 a 22/02/2008. Intitulado de “*A Common Heritage Methodology proposed by Unesco Bangkok Office*”; contudo não encontramos, ao longo da nossa pesquisa, desdobramentos práticos das propostas apresentadas pelo documento.

<sup>137</sup> O instrumento do registro/nomeação, bem como os níveis nacional, regional e internacional do Programa serão abordados no capítulo 2.

gerações presentes e futuras e devem ser acessados de alguma forma para todos os povos do mundo.<sup>138</sup>

Os primeiros acervos nominados como Memória do Mundo datam do ano de 1997 e, desde então, esse instrumento de patrimonialização assumiu lugar central no Programa; o registro tornou-se a parte de maior visibilidade do MOW e, concomitantemente, o objetivo principal a ser alcançado pelas instituições que postulam suas candidaturas nos editais lançados a cada dois anos.<sup>139</sup> Com isso, a intenção inicial de destacar acervos considerados raros e em risco de existência para obter linhas de financiamento passou a ficar em segundo plano, abrindo novas frentes que se voltaram para o ato de se patrimonializar os fundos e coleções valorados como ‘memórias do mundo’.

Novamente, o Setor de Cultura serviu de modelo para a elaboração de instrumentos que fortalecessem a área da documentação; as referências à “Convenção do “Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” e à “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” são recorrentes em manuais de orientação sobre o preenchimento de candidaturas do MOW. Em uma das publicações comemorativas dos 20 anos do Memória do Mundo, datada de 2012, após a pergunta “O que é o Programa Memória do Mundo?”, apresenta-se a seguinte resposta:

É uma das três iniciativas da Unesco orientadas a incrementar a proteção e conscientização do patrimônio cultural mundial. As outras são a ‘Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo’, que custodia a Lista do Patrimônio Mundial referente a edificações e sítios naturais de notável valor universal, e a ‘Convenção para a Proteção do Patrimônio Intangível’ que reconhece e apoia a sobrevivência da cultura e tradição oral. Os três enfoques se complementam.<sup>140</sup>

Como argumentamos até aqui, no interior das esferas da Unesco, a política de patrimonialização de acervos aliou-se à política informacional e de comunicação, enquanto que, no discurso que a agência profere ‘para fora’ sedimenta o sentido de que o reconhecimento das coleções ou acervos de importância mundial coaduna-se à iniciativa de preservação do patrimônio cultural.

---

<sup>138</sup> UNESCO, 1995, p. 5.

<sup>139</sup> Tal processo de valoração dos arquivos e bibliotecas pelo Memória do Mundo será abordado nos próximos capítulos, tanto em uma perspectiva mais ampla, atentando-se para as estruturas que passaram a integrar o Programa com vistas a seu funcionamento, como através de um olhar mais particular para alguns casos de patrimonialização que consideramos importantes para problematizar o MOW.

<sup>140</sup> UNESCO, 2012a, p.1. Minha tradução do espanhol para o português

De maneira geral, os instrumentos normativos da Unesco emergem como falas autorizadas e consensuais em torno de diversos temas contemporâneos. A agência faz uso de uma hierarquia com a seguinte ordem crescente de importância: Declaração, Recomendação e Convenção, cujas aprovações dependem dos votos dos Estados-Membros reunidos por ocasião das Conferências Gerais. O sistema das Nações Unidas tem longa tradição de textos e tratados internacionais de direito, sendo possível recuperar várias iniciativas que inspiraram acordos multilaterais no século XX,<sup>141</sup> em meio aos conflitos, embates, concessões e acordos, as relações diplomáticas foram tecidas através de dispositivos legais que buscavam uma ampla base de apoio. O caráter soberano da decisão votada pelos Estados era uma condição básica da operacionalidade e, com o passar do tempo, alguns ajustes ocorreram com vistas a tornar esses instrumentos atualizados.<sup>142</sup>

Aprovada e adotada durante a 36ª Conferência Geral da Unesco, ocorrida em 2011, a “Declaração Universal sobre os Arquivos” foi apreciada pela assembleia do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), de 2010. A definição geral de arquivos intentava ser a mais didática possível, sem recorrer a termos excessivamente técnicos:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informações para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades, ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso

---

<sup>141</sup> Até o século XIX, a maioria dos tratados internacionais era bilateral. Com a emergência das Nações Unidas, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a sua Assembleia Geral (principal órgão deliberativo da ONU) aprovou vários tratados multilaterais, tais como: Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio (1948); Pacto internacional sobre direitos civis e políticos (1966); Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (1979); Convenção sobre os direitos da criança (1989); Convenção internacional para a supressão do financiamento do terrorismo (1999); e Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006). Disponível em: [www.nacoesunidas.org/acao/direito-internacional/](http://www.nacoesunidas.org/acao/direito-internacional/), acesso em 02/06/2017.

<sup>142</sup> As três ferramentas amplamente adotadas pela Unesco – Declaração, Recomendação e Convenção – são definidas como “atos internacionais” que são instrumentos através dos quais “uma Pessoa de Direito Internacional Público (Estado ou Organização Internacional, por exemplo) assume obrigações e adquire direitos, por escrito, sobre determinada matéria, perante outra ou outras Pessoas de Direito Internacional. De exigências menos formais, as Declarações são adotadas a partir de decisão plenária da Conferência Geral, apesar desse rito não ser obrigatório; por conta disso, não estão sujeitas às ratificações dos países. Por sua vez, a Recomendação mostra-se mais consistente do ponto de vista jurídico, na medida em que a sua aprovação pela Conferência Geral é obrigatória, através de maioria simples, tendo o efeito posterior de fazer convites formais aos Estados para que existam suas aplicações nos diferentes territórios; em razão disso, pode-se dizer que há uma tendência das Recomendações influenciarem na criação de leis e práticas nacionais. Já as Convenções são dotadas de um rigor mais solene e jurídico, havendo a necessidade de ratificá-las para que sejam aceitas e recebam adesões de cada um dos Estados signatários; em função disso, geram regras que precisam, necessariamente, serem cumpridas pelos países que assinam as mesmas”.

Disponível em [www.portal.unesco.org/en/ev.phpURL\\_ID=23772&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html#name=3](http://www.portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html#name=3), acesso em 09/06/2017.

aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.<sup>143</sup>

Nota-se que a palavra “patrimônio” aparece somente uma vez e não vem acompanhada do qualitativo documental, ainda que faça referência aos documentos de arquivos. Em contrapartida, outros termos correlatos tais como “memórias”, “geração”, “valor” e “salvuarda” evidenciam um tipo de construção concatenada com os processos de patrimonialização de bens culturais – a Convenção da Unesco relativa aos bens intangíveis, por exemplo, utiliza todas essas expressões ao longo do texto jurídico que estabelece quais são os parâmetros comuns nas ações de salvuarda do patrimônio cultural imaterial.<sup>144</sup>

Por sua vez, noções típicas da Arquivologia estão presentes no trecho destacado, tais como “registram decisões”, “fontes confiáveis de informações para ações administrativas responsáveis e transparentes” e “livre acesso aos arquivos”, em todo o documento. Na sequência do texto da Declaração sobre os Arquivos, expressões como “a multiplicidade de suportes e formatos em que os documentos são produzidos”, “o papel dos arquivistas” e “o caráter singular e fundamental dos arquivos” demonstram a afirmação de uma política arquivística que pouco dialoga com a gestão da memória ou do patrimônio. Ao final da Declaração, existe uma listagem de compromissos em que a gestão documental se destaca, tendo como suporte a adoção e o cumprimento de uma legislação para que “os arquivos sejam utilizados de modo a contribuir para a promoção de uma cidadania responsável”.<sup>145</sup>

A aprovação inicial da Declaração Universal dos Arquivos pelo ICA seguiu uma prática comum na Unesco: receber, antes, a aprovação de um órgão especializado sobre a matéria. Além disso, parte dessa estratégia consistiu em transitar por outras áreas, como o campo do patrimônio, utilizando e se apropriando de termos que possuem uma trajetória mais consolidada na Cultura. A noção de patrimônio, no entanto, passou a ser apropriada pelos arquivos recentemente, como já acontecia em outras áreas do conhecimento. Conforme argumenta Márcia Chuva:

As transformações que a noção de patrimônio sofreu, pelo menos nos últimos trinta anos, deram-se no sentido de uma ampliação espantosa: patrimônio ecológico, étnico, cultural, ético, vivo, imaterial, histórico,

---

<sup>143</sup> Trecho inicial da Declaração Universal sobre os Arquivos, aprovada e publicada pelo ICA (42ª reunião, de 17/09/2010) e aprovada na 36ª sessão da Conferência Geral da Unesco (26/10 a 10/11/2011).

<sup>144</sup> Convenção para a Salvuarda do Patrimônio Cultural Imaterial, datada de 17/10/2003.

<sup>145</sup> Todos os trechos com aspas desse parágrafo foram retirados, também, da Declaração Universal sobre os Arquivos, aprovada e publicada pelo ICA (42ª reunião, de 17/09/2010) e aprovada na 36ª sessão da Conferência Geral da Unesco (26/10 a 10/11/2011).

artístico etc. Essa ampliação, que se processa mundialmente, pode ser compreendida como parte de uma lógica objetivante, em que qualquer aspecto da vida humana passa a ser pensado como objeto; essa lógica, segundo Richard Handler (1988) poderia ser chamada de ‘fetichismo da cultura material’, que anima igualmente governos, cidadãos e curadores de museus em seu zelo para preservar a sua ‘herança’. A um só tempo, o patrimônio é representado, metaforicamente, como as bases concretas de sustentação da ‘identidade nacional’, assim como confere objetividade à nação por meio de sua materialização em objetos, prédios, monumentos etc.<sup>146</sup>

A materialização do patrimônio pode ser extensiva aos arquivos. No Brasil, apesar de os documentos já estarem contemplados enquanto patrimônio através dos tombamentos de imóveis que detivessem em seu interior um significativo acervo - os casos das igrejas e os livros paroquiais ajudam a pensar nesse tipo de relação<sup>147</sup> -, somente a partir dos anos 1980 os arquivos ganham um perfil de bem patrimonializável.<sup>148</sup> Nessas situações, o termo “patrimônio arquivístico”, cuja definição dicionarizada como “conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município”<sup>149</sup> não é utilizada pelas instituições de preservação do patrimônio no Brasil. Nem mesmo a terminologia “patrimônio documental” tem se mostrado utilizada, devido à falta de uma prática consolidada em se associar o instrumento do tombamento à valorização dos acervos documentais – assunto a ser investigado no item 3.3, do capítulo 3.

Entretanto, a Unesco tem escolhido o termo patrimônio cultural para tratar das suas políticas de valorização dos acervos documentais, imbuída pela tentativa de tornar os arquivos

---

<sup>146</sup> CHUVA, 2009, p. 44.

<sup>147</sup> Após uma série de discussões no âmbito do Iphan sobre a viabilidade de estender o tombamento de igrejas para os seus respectivos bens móveis e integrados (incluía, também, a documentação histórica do cotidiano das paróquias como os livros de batismo, casamento, sepultamento), o Conselho Consultivo aprovou a Resolução nº13 de 13/08/1985, que legitimou a extensão dos tombamentos federais dos imóveis de templos religiosos para tudo aquilo que era denominado de “recheio das igrejas”. Na prática, o Iphan já realizava atividades de fiscalização também nos bens móveis e integrados, porém a aprovação dessa Resolução trouxe mais respaldo jurídico para as ações de rotina do órgão. Com essa medida, o Iphan investiu na elaboração do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), os quais tinham foco nas peças sacras (esculturas, quadros, objetos) e estruturas móveis presentes das igrejas (altares, púlpitos, retábulos) e, muitas vezes, não abarcavam os acervos documentais localizados nos interiores dos templos. Para uma discussão mais detalhada sobre o contexto de publicação da Resolução 13/85 do Conselho Consultivo, associada à estratégia de implementação do INBMI do Iphan ver SILVA, 2014, p. 78-83.

<sup>148</sup> Dentre os pedidos de tombamento de acervos documentais pertencentes à década de 1980, destacamos alguns Processos abertos no Iphan: 1130-T-84 (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), 1217-T-87 (Coleção Mário de Andrade do IEB/USP), 1235-T-87 (Acervo do Lloyd Brasileiro), 1236-T-87 (Acervo do Serviço Federal de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda) e 1260-T-88 (Acervo móvel – fílmico, documental, mobiliário e tecnológico de propriedade da Light).

<sup>149</sup> ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 130.

mais próximos da sociedade contemporânea.<sup>150</sup> O termo patrimônio documental passou a ser utilizado de maneira mais sistemática pela Unesco a partir do funcionamento do Programa Memória do Mundo. Em artigo lançado no contexto de promoção do então recente MOW há a seguinte passagem:

A memória coletiva dos povos da terra é de vital importância para preservar as identidades culturais, estabelecer um vínculo entre o passado e o presente, e modelar o futuro. O patrimônio documental que está nas bibliotecas, arquivos e museus constitui uma parte fundamental da memória e reflete a diversidade de povos, idiomas e culturas.<sup>151</sup>

Percebe-se que não estava no horizonte de intenções do autor a definição conceitual daquilo que viria a ser o patrimônio documental, apenas a constatação de que o mesmo se faz presente nos arquivos, bibliotecas e museus – o que acaba por restringir, também, uma série de outras expressões documentais que existem para além dos limites dos armários, estantes e reservas técnicas. Apesar de tornar-se amplamente utilizado pela Unesco no início dos anos 2000,<sup>152</sup> o termo patrimônio documental não recebeu uma definição formal por parte da agência durante algum tempo. Nem mesmo na publicação, ainda hoje referencial para o MOW, intitulada “Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental”, não obstante conste o item “2.6 Patrimônio documental: definições”, persiste a inexistência de uma definição sistemática do termo. No decorrer desse item nota-se a preocupação em alargar o significado de documento, o qual existe a partir da conjunção entre o conteúdo informativo e o suporte em que o constitui. Ao circunscrever-se aos acervos de determinados tipos de documentos presentes nos arquivos, bibliotecas e museus, o patrimônio documental de competência do Memória do Mundo exclui uma série de expressões possíveis de representações, conforme admite a própria Unesco:

Embora o conceito de documento seja universal, reconhece-se que algumas culturas são mais ‘documentais’ que outras. Assim, pois por estas e outras razões nem todas as culturas estarão representadas por igual no patrimônio documental mundial, e, portanto, no Memória do Mundo. O patrimônio

---

<sup>150</sup> Considerando as instituições de guarda de acervos, os arquivos são menos frequentados se comparados às bibliotecas e aos museus; o público frequentador dos arquivos é, predominantemente, composto por pesquisadores especialistas. Em função disso, existem debates contemporâneos que buscam transformar os arquivos em locais mais visitados pelo grande público. Para algumas ações recentes de dinâmicas educacionais nas instituições arquivísticas ver: RIBEIRO; TORRE, 2012.

<sup>151</sup> ABID, 1997, p. 40. Minha tradução do espanhol para o português.

<sup>152</sup> A “Carta para preservação do patrimônio digital”, adotada pela Unesco a partir de 2003 e com ampla ressonância na comunidade arquivística brasileira, com tradução adaptada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e o “Manifesto da IFLA para as Bibliotecas Digitais”, aprovado pela Conferência Geral da Unesco, de 2011, são bons exemplos que se apropriaram da noção de patrimônio nas suas respectivas esferas de atuação.



imaterial e oral, por exemplo, é de competência de outros Programas da Unesco.<sup>153</sup>

Sem entrar em detalhes a respeito dos outros Programas da agência, além de não apontar para possíveis conexões entre essas iniciativas, a passagem transcrita traz indícios de que a utilização do termo patrimônio documental ficou restrita aos documentalistas, como se constituísse uma linguagem exclusiva dos mesmos. Se, num primeiro momento, existe um movimento de tornar o termo mais compreensível, preferindo-se patrimônio documental ao patrimônio arquivístico, veremos que a sequência dos desdobramentos dos usos pela Unesco, em especial pelo Memória do Mundo, torna a patrimonialização dos documentos mais restrita, específica e excludente. Tal movimento de valoração do patrimônio documental parece apontar para uma estratégia de legitimação de uma área historicamente pouco visível do que, propriamente, uma política interdisciplinar pensada de forma a valorizar os muitos outros tipos de acervos para além dos documentos acondicionados nas tradicionais instituições de guarda. Nossa hipótese ganha sustentação a partir de trechos como esse:

Conforme o Programa cresce, ele naturalmente se encaminha para uma revisão de sua condição. Na estrutura da Unesco isso significa seu potencial desenvolvimento primeiramente em uma Recomendação e mais tarde em uma Convenção. Cada uma destas corresponde a um nível superior de reconhecimento oficial e de compromisso pelos Estados-Membros da Unesco. Uma Recomendação incorporaria um apoio formal de princípio ao fundamento e às atividades do Memória do Mundo. Uma Convenção supõe um compromisso obrigatório para os países que a ratifiquem.

Isso leva tempo. A ampla ratificação da Convenção sobre o Patrimônio Mundial, por exemplo, exigiu muitos anos e décadas de evolução. A Convenção demonstrou sua eficácia para proteção de um grande número de edifícios e de lugares em todo mundo e – talvez isto seja o mais importante – para sensibilizar a opinião pública e para modificar a maneira como as pessoas e os governos pensam acerca da conservação do patrimônio.

A mesma lógica se aplica à proteção do patrimônio documental e ao Programa Memória do Mundo. Sua orientação está claramente nessas Diretrizes. Em última instância, uma Convenção sobre o Memória do Mundo não só consolidará a situação legal de seus registros, comitês e projetos, e o apoio que lhes será prestado, como melhorará a consciência mundial sobre a importância da proteção do patrimônio documental. Pois o futuro só pode ser garantido através da transformação fundamental das condições que têm produzido as perdas do passado.<sup>154</sup>

Os instrumentos normativos da Unesco e suas respectivas gradações são vistos como trunfos para legitimar tanto a noção de patrimônio documental, como para fortalecer o Programa MOW. A comparação com o trâmite de sucesso que culminou na Convenção do Patrimônio Mundial, da área da Cultura, é algo que sempre acompanha os passos do setor de

---

<sup>153</sup> UNESCO, 2002, p. 10-11.

<sup>154</sup> UNESCO, 2002, p. 44.

Comunicação e Informação, muitas vezes eclipsado diante da midiaticização conferida aos bens constantes na Lista do Patrimônio Mundial.<sup>155</sup>

A aprovação de uma Recomendação para o patrimônio documental, no âmbito da Unesco, ocorreu após mais de vinte anos de existência do MOW. Esse recente instrumento foi aprovado pelos Estados-Membros por ocasião da realização da 38ª Conferência Geral, em novembro de 2015. Sob um extenso e pomposo nome de “Recomendação relativa à preservação do patrimônio documental, compreendendo o patrimônio digital e o acesso ao mesmo”, essa normativa seguiu formato de outras semelhantes já publicadas pela agência. Para começar, a publicação em seis línguas diferentes – inglês, francês, espanhol, russo, árabe e japonês –, e a divulgação de que essa Recomendação foi aprovada por unanimidade pelos países.<sup>156</sup> Tais práticas são recorrentes na instituição no contexto contemporâneo, na medida em que a Unesco se mostra empenhada em produzir consensos e em construir uma memória de si mesma alicerçada no espírito de paz entre os países.<sup>157</sup> Com os arquivos, essa postura de busca pelo consensual e do universalmente aceito mostrou-se, do mesmo modo, materializada através dessa Recomendação que abrange a preservação e o acesso aos diversos tipos de documentos.

Na tentativa de investigar de que forma aconteceram os trâmites internos da Unesco para a aprovação da Declaração Universal dos Arquivos, no ano de 2011, e a Recomendação relativa à Preservação do Patrimônio Documental, datada de 2015, não tive acesso à documentação em razão de uma cláusula constantemente conclamada pelos responsáveis pelo Arquivo da Unesco junto aos seus usuários: a necessidade de aguardar o tempo mínimo de vinte anos para que parte dos documentos se torne acessível. Essa regra encontra-se expressa

---

<sup>155</sup> A Convenção de 1972, ao qualificar os bens como “naturais” e “culturais” pode provocar apropriações diferenciadas nos países. No caso do Brasil, por exemplo, percebe-se uma nítida cisão nessa Lista do Patrimônio Mundial: enquanto o Iphan participa ativamente da parte ‘cultural’, há, em contrapartida, toda uma falta de envolvimento da instituição com as discussões sobre patrimônio ambiental, as quais ficam restritas a outros órgãos do governo brasileiro como o Instituto Chico Mendes. Por mais que seja complexo provocar uma simples divisão entre ‘natural’ e ‘cultural’ – até mesmo porque essas noções são complementares e não excludentes –, importa perceber como a terminologia patrimônio continua sendo fragmentada, disputada e alvo de controvérsias entre os diferentes agentes e instituições.

<sup>156</sup> Disponível em: [www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/news-and-in-focus-articles/in-focus-articles/in-focus-articles-2016/the-worlds-documentary-heritage](http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/news-and-in-focus-articles/in-focus-articles/in-focus-articles-2016/the-worlds-documentary-heritage), acesso em 02/06/2017.

<sup>157</sup> Essa estratégia de se apresentar como instituição capaz de dirimir conflitos e buscar meios que possam garantir a paz mundial pode ser observada através das publicações comemorativas de aniversário da Unesco. Na mais recente delas, referente aos 70 anos, consta no prefácio assinado pela ex-diretora-geral Irina Bokova: “No pano de fundo de uma guerra devastadora, a Unesco nasceu como a agência das Nações Unidas destinada a construir as defesas da paz na mente de mulheres e homens, por meio da cooperação em educação, ciências, cultura, comunicação e informação”. Observam-se, portanto, a reafirmação e a recorrente atualização da missão idealizada que lhe foi designada desde a sua criação.

tanto no guia “Arquivos da Unesco: um pequeno guia”,<sup>158</sup> como na seção virtual do Arquivo existente no site da agência, denominada “Archives de l’Unesco”. No referido guia, há um espaço dedicado a várias ponderações como:

As regras que regem o acesso para pessoas externas aos arquivos da Unesco encontram-se fixadas no Manual Administrativo da Unesco, Apêndice 9.5 A. Como regra geral, a correspondência do Secretariado e arquivos administrativos estão abertos para consulta após um período fechado de vinte anos, constados a partir do mais recente item do arquivo. Documentos oficiais da Unesco, incluindo relatórios de campo de missão, e publicações são, como regra geral, de livre acesso online via base de dados Unesdoc e na sala de leituras do Arquivo da Unesco. No entanto, documentos classificados como restritos ou confidenciais só poderão ser consultados depois de vinte anos mediante acordo prévio da unidade relevante e o Secretariado. [...] Acesso ao documento ou arquivo ainda não aberto ao período de consulta poderá ser concedido pelo Chefe Arquivista em bases excepcionais com o de acordo apropriado da unidade do Secretariado.<sup>159</sup>

Ao citar o Manual Administrativo para respaldar o sigilo mínimo de vinte anos, a chefia do Arquivo evita se colocar como instância de decisão, apesar de ter a prerrogativa prevista para julgar os casos excepcionais. Essa postura de enclausurar os documentos contradiz uma série de princípios muito caros à Unesco, esta que sempre preconizou a ampla circulação de informações no mundo contemporâneo. Não obstante a instituição manter um excelente repositório digital em funcionamento, muitas pesquisas se esterilizam em função desse afã de resguardar um tipo de informação classificada como sigilosa. Através do site, o Arquivo traz outros detalhes sobre os vetos realizados: passados os vinte anos, existe, ainda, a possibilidade de se manter o sigilo por um período total de cinquenta anos, em especial os dossiês que contenham informações sobre “relações delicadas entre a Unesco e os Estados-Membros”, ou aqueles que tragam informações que possam desqualificar a reputação íntima de pessoas, além dos dossiês que sejam considerados confidenciais dos gabinetes do diretor-geral e/ou de seus vice-diretores.<sup>160</sup>

Ainda que o quadro geral não fosse dos mais animadores, considerei que poderia ter condições de acesso aos documentos mais recentes caso fizesse a consulta formal ao chefe do Arquivo da Unesco. Afinal, já estava ambientado na sala de consulta, tinha contato diário com os atendentes do salão de leituras da Biblioteca e possuía cartas de recomendações que me apresentavam, que detalhavam meu objeto de estudo e quais eram os principais objetivos do

<sup>158</sup> Publicado em formato de folder, num total de 30 páginas, contém informações gerais de funcionamento do Arquivo localizado na sede da Unesco em Paris.

<sup>159</sup> UNESCO, 2011, p. 8. Minha tradução do inglês para o português.

<sup>160</sup> Disponível em: [www.unesco.org/archives/new2010/fr/acces\\_regles.html](http://www.unesco.org/archives/new2010/fr/acces_regles.html), acesso em 14/06/2017.

estágio sanduíche na França.<sup>161</sup> Criei coragem e desci as escadas internas que levavam ao Arquivo, que se situa no subsolo da Biblioteca, localizada no prédio principal da sede; grande parte do acervo arquivístico se encontra em outra edificação próxima, onde estão os documentos que ainda esperam o tempo mínimo de vinte anos de sigilo. A conversa com o chefe arquivista não foi nada promissora, que se limitava a dizer que cumpria todas as regras estabelecidas pela Unesco – nada, portanto, dissuadiu o formalismo do funcionário. Por fim, solicitou que eu protocolasse o pedido através de mensagem eletrônica para que ele pudesse encaminhar ao seu chefe do setor de Comunicação e Informação. Imediatamente a professora que me recebeu na *Université Paris 13 - Nord* formalizou o meu pleito; contudo, ficamos sem qualquer resposta por exatos 85 dias, quando finalmente recebemos a negativa de acesso, a qual se ancorou no caráter geral das regras de acessibilidade, sem entrar no mérito dos nossos argumentos ou da importância da pesquisa.

A minha busca pelo Unesdoc<sup>162</sup> não trouxe informações relevantes sobre o trâmite das ações que culminaram na Declaração Universal dos Arquivos (2011) e na Recomendação relativa à Preservação do Patrimônio Documental (2015). A partir da entrevista com um brasileiro que integrou recentemente o Comitê Consultivo Internacional do Memória do Mundo (CCI), foi possível chegar a duas constatações: as atividades do MOW estão intimamente interligadas às aprovações desses instrumentos jurídicos, e as questões políticas sobressaem-se muitas vezes aos aspectos técnicos, mesmo havendo uma defesa constante, por parte dos agentes, de que a *expertise* predomina nas decisões deliberadas em fóruns da Unesco. Segundo o entrevistado, o contexto de comemorações de 20 anos do Programa Memória do Mundo, celebrado no ano de 2012, na cidade de Varsóvia, na Polônia, suscitou uma série de debates sobre o MOW e suas linhas de ação; a então recém-aclamada Declaração Universal dos Arquivos abriu a possibilidade para a concepção de uma Recomendação ou Convenção no interior da Unesco, decisão que seguiu a seguinte estratégia:

A gente optou por ser uma Recomendação. Não ser uma Convenção, por várias razões, na ocasião. E a gente defendeu isso, e naquela ocasião foi muito bem aceito. Uma das coisas era essa de que o Programa tinha uma característica muito mais técnica. Se ele fosse fruto de uma Convenção, os Estados-Membros passam a indicar seus representantes, e você tem um *bureau* montado por esses Estados-Membros de acordo com os seus interesses, de acordo com as suas disponibilidades financeiras também, para

---

<sup>161</sup> Apresentei cartas oriundas da minha orientadora no Brasil (PPGH/Unirio), da professora que me acolheu na França (*Université Paris 13*), da presidenta da instituição onde trabalho (Iphan), do presidente do Comitê MOW Brasil e do coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Representação da Unesco no Brasil.

<sup>162</sup> Nome do repositório digital que contém documentos arquivísticos e bibliográficos produzidos pela Unesco. Disponível através do endereço: [www.unesco.org/new/fr/unesco/resources/publications/unesdoc-database/](http://www.unesco.org/new/fr/unesco/resources/publications/unesdoc-database/)

sustentar representantes, etc. No caso do MOW, não. No caso do MOW todos nós não ganhamos absolutamente nada, é um trabalho voluntário.<sup>163</sup>

Cabe destacar a intensa e decisiva participação dos membros do Memória do Mundo nos debates relativos à instrumentalização de ferramentas em prol do patrimônio documental. Aliás, o MOW parece incorporar a Recomendação de tal forma que o mesmo se torna, ele próprio, esse instrumento jurídico da Unesco. A perspectiva de existirem embates entre os Estados-Membros, a partir das intrincadas disputas pelas versões de memórias, não é mencionada, embora seja uma possibilidade. Ou seja, o que pode ter ficado nas entrelinhas das discussões dos membros do CCI é de que parece melhor permanecer menos conhecido e com menor peso político dentro da Unesco – optando-se, por isso, pelo formato da Recomendação – do que capitanear um instrumento tão emblemático como a Convenção e trazer, a reboque, uma infinidade de incongruências a partir de candidaturas polêmicas, conforme vimos na introdução dessa tese. Por outro lado, os agentes também podem ter mais autonomia para atuar, sem precisar passar pela Conferência Geral, dispondo, portanto, de um certo controle das memórias em disputa dentro do Programa Memória do Mundo. Por fim, emerge da fala do especialista uma espécie de necessidade em valorizar o trabalho dos integrantes do MOW, ao evidenciar que não obstante as dificuldades financeiras, o espírito voluntarioso e desinteressado dos mesmos termina por predominar.

Aprovada durante a 38ª Conferência Geral da Unesco, realizada no período de 03 a 18 de novembro de 2015, a “Recomendação relativa à preservação do patrimônio documental, compreendendo o patrimônio digital e o acesso ao mesmo” apresenta um total de dez frases que servem de preâmbulo para o texto normativo. Dentre tais assertivas, destaca-se uma concepção alargada de documento, permeada, no caso dessa Recomendação, de uma visão teleológica e evolutiva da história:

Considerando que os documentos produzidos e preservados ao longo do tempo, em todas suas formas analógicas e digitais através do espaço e do tempo, constituem o meio principal de criação e de expressão dos conhecimentos, tendo um impacto sobre todos os domínios da civilização humana e sua evolução futura;

Considerando igualmente que o patrimônio documental descreve o curso do pensamento e da história humanas, assim como a evolução das línguas, das culturas, das pessoas e da compreensão do mundo.<sup>164</sup>

Ainda nas notas preliminares, aponta-se para os riscos da preservação do patrimônio documental, seja devido aos desastres naturais, ou às ações humanas, de maneira que a falta

<sup>163</sup> Entrevista concedida por Júlio Barroso, no Rio de Janeiro/RJ, em 05/04/2016.

<sup>164</sup> UNESCO, 2015, p. 7. Minha tradução do francês para o português.

de acompanhamento adequado nas atualizações tecnológicas, além da ineficiência de legislação arquivística nos diferentes países têm causado grandes perdas documentais. Quase como se estivesse oferecendo uma espécie de antídoto contra essas degradações, o nono item “recorda” que a Unesco criou o Memória do Mundo nos idos de 1992.

Na sequência da Recomendação, existe a tentativa de se definir, conceitualmente, o termo patrimônio documental, definição que se mostra mais amadurecida se comparada aos primeiros tempos do MOW. Houve a incorporação de elementos da trajetória do Programa, de forma que é interessante perceber nessa espécie de condensação quais são os principais atributos dos documentos a serem patrimonializados pela Unesco:

O patrimônio documental compreende os documentos, ou conjuntos de documentos, que apresentam um valor significativo e durável para uma comunidade, uma cultura ou um país, ou para a humanidade em geral, e que a sua destruição ou a perda constituiriam um empobrecimento prejudicial. A importância desse patrimônio pode aparecer claramente com o passar do tempo. O patrimônio documental mundial é importante para todos os países e ele é uma responsabilidade de todos. Deve ser plenamente preservado e protegido para benefício de todos, tendo devidamente em conta e reconhecido os seus usos e as suas práticas culturais. Deve estar em permanente acesso a todos e ser reutilizado por todos, sem entrave. Ele oferece os meios de compreender a história social, política, comunitária e individual. Ele participa da boa governança e do desenvolvimento durável. Ele define a memória nacional e a identidade de cada Estado, contribuindo assim para lhe dar seu lugar no seio da comunidade mundial.<sup>165</sup> (meus grifos)

A conexão simbólica e identitária com algum grupo mostra-se como condição primária, cujos níveis de alcance local, nacional e internacional vão ser decisivos, de acordo com a gradação de valores a serem concedidos ao patrimônio documental.<sup>166</sup> O idealismo em torno da ideia de que os bens valorados devem ter importância global e serem responsabilidade de todos mantém relação estreita com o discurso utópico da Unesco em se fazer presente de maneira consensual internacionalmente. Essa agência da ONU porta-se como instituição capaz de definir qual narrativa do global deve ser destacada como legítima, enquanto instância dinamizadora “de um trânsito simbólico e discursivo transnacional envolvendo governos, organizações não-governamentais e grupos políticos”.<sup>167</sup> Para tanto, lança mão de instrumentos com vistas a disciplinar homogeneamente realidades muito distintas. A ideia de que “o patrimônio documental mundial é importante para todos os países” não considera que os processos de construção memoriais podem ocorrer em meio a embates e conflitos de

<sup>165</sup> UNESCO, 2015, p. 8. Minha tradução do francês para o português.

<sup>166</sup> Conforme será abordado com maiores detalhes no capítulo 02, o MOW funciona, basicamente, a partir de três níveis diferentes e complementares (Comitês Nacionais, Regionais e Internacional).

<sup>167</sup> ALVES, 2010, p. 539.

concepções sobre as diferentes narrativas do passado. Ao se portar como uma espécie de porta-voz do global, a Unesco não se esquivava de cometer simplificações no trato com as memórias materializadas nos documentos sob a alcunha de patrimônio.

A Recomendação de 2015 estrutura-se a partir de três eixos principais: determinação, preservação e acesso ao patrimônio documental. Nas disposições do primeiro item há o incentivo para que os Estados-Membros prestem apoio às instituições com vistas a fortalecer as políticas de seleção, pesquisa e guarda dos principais documentos, garantindo os respectivos acesso e preservação. Para tanto, as instituições devem estabelecer mecanismos e critérios para selecionar adequadamente o patrimônio documental, que respeitem a neutralidade e os diferentes campos de conhecimento, as expressões artísticas e os contextos históricos. A preocupação com a conservação documental, em especial com suportes mais frágeis como os documentos nascidos digitais, também faz parte desse escopo de identificação. Citar o MOW como melhor alternativa para a identificação e a valoração desse patrimônio é, outrossim, uma estratégia para legitimar o Programa como um todo:

Os Estados-Membros devem incentivar a identificação dos elementos importantes do seu patrimônio documental e a sua apresentação para inscrição nos registros nacional, regional ou internacional do Memória do Mundo como maneira de os fazer melhor conhecidos.<sup>168</sup>

Sob essa lógica, percebe-se o anseio de que o reconhecimento por parte da Unesco auxilie os países na gestão dos próprios acervos documentais; em suas Diretrizes Gerais, o Programa Memória do Mundo prevê que qualquer pessoa física ou jurídica pode pleitear o registro, ficando, porém, recomendado que os pedidos venham a partir da mobilização dos grupos diretamente envolvidos com esses acervos; contudo, no limite, a própria Unesco pode ser uma das proponentes.<sup>169</sup>

O segundo eixo da Recomendação, estruturado a partir da preservação do patrimônio documental, detém um total de nove itens que se dividem entre reconhecimento da diversidade e importância das técnicas na lida com os acervos, sejam estes analógicos ou digitais; a necessidade dos Estados-Membros em incentivar as instituições de memória a investirem na política geral de gestão de riscos, de forma a diminuir os principais fatores de degradação dos arquivos e bibliotecas; e a valorização de parcerias nas áreas do ensino

---

<sup>168</sup> UNESCO, 2015, p. 8. Minha tradução do francês para o português.

<sup>169</sup> De acordo com as Diretrizes, existe a possibilidade do Programa “reconhecer, por exemplo, o patrimônio documental de minorias étnicas existentes dentro das nações, ou de culturas únicas que podem recobrir as fronteiras políticas de algumas nações modernas ou coincidir parcialmente com elas” (UNESCO, 2002, p. 8). O único exemplo em que essa situação ocorreu foi em 2009, quando o UNRWA - sigla em inglês para *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees* – nomeou, como Memória do Mundo Internacional, arquivos de fotos e filmes dos refugiados palestinos em diferentes contextos (anos 1950, 1960, 1980 e 2000).

universitário. Novamente o MOW aparece como integrador dessa proposta de ação compartilhada: “O Programa Memória do Mundo deve propor uma plataforma para promover as normas e compartilhar as boas práticas”.<sup>170</sup> O alargamento das funções do Memória do Mundo, que ultrapassa a patrimonialização de acervos, tem relação com o lugar que o Programa ocupa na Unesco, localizado no setor de políticas informacionais. A disposição em ser um fórum permanente e atualizado, com a participação da quase totalidade dos países, faz parte da estratégia da instituição em se reinventar e manter-se como uma espécie de “laboratório de ideias”.<sup>171</sup>

Disposto em sete itens, o “acesso ao patrimônio documental” é o tópico em que a Unesco tem menos gerência sobre os Estados-Membros. Isso se deve ao fato da soberania do país ser um princípio geral que regula esse tipo de decisão, na medida em que considera as especificidades dos contextos políticos e socioculturais. Por outro lado, há o incentivo, por parte da Recomendação, em criar marcos legislativos que garantam o acesso às informações, tendo a perspectiva de inclusão de novas e atualizadas tecnologias. Para isso, um amplo rol de ferramentas como programas de rádio e televisão, internet e outras formas de mídias sociais são vistas como divulgadores em potencial do patrimônio documental. Assim como aconteceu nos dois eixos abordados anteriormente, o MOW aparece como exemplo ideal para que os países consigam “melhorar a visibilidade e acessibilidade do seu patrimônio documental através de atividades de sensibilização e das publicações do Programa Memória do Mundo”<sup>172</sup>. Ou seja, o acesso aos bens representativos do patrimônio documental teria um alcance ampliado, na concepção da Unesco, a partir das estratégias de aproximação com o público; no entanto, o MOW permanece desconhecido para boa parte das pessoas, e restrito aos círculos de especialistas da área de documentação.

Quanto às medidas normativas e às cooperações nacional e internacional com vistas à aplicação da Recomendação, destacam-se a ampla defesa do fortalecimento das políticas e instituições de memória, pela estruturação interligada de redes parceiras e pela participação dos diferentes atores e grupos sociais nesses processos permanentes de trabalhos em prol do patrimônio documental. Recomenda-se a atualização constante em torno das tecnologias digitais, indicando a utilização de programas e plataformas com códigos abertos reconhecidos

---

<sup>170</sup> UNESCO, 2015, p. 9. Minha tradução do francês para o português.

<sup>171</sup> Na publicação intitulada “Marco Estratégico para a Unesco no Brasil”, afirma-se que “atualmente, a Unesco funciona como laboratório de ideias e como instância de estabelecimento de padrões para a formulação de acordos universais relativos às novas questões éticas hoje emergentes” (UNESCO, 2006, p. 13).

<sup>172</sup> UNESCO, 2015, p. 10. Minha tradução do francês para o português.



em nível mundial. O texto traz ainda algumas sugestões acerca dos intercâmbios e parcerias de colaboração que podem ser formalizados entre os países, como as trocas de experiências entre recursos materiais e humanos presentes nas diferentes instituições; a circulação de pesquisas sobre técnicas adequadas para a preservação de acervos; o intercâmbio de publicações especializadas e reproduções digitalizadas com vistas a salvaguardar documentos e coleções. Como último item do texto, destaca-se a parceria com o MOW:

Os Estados-Membros são convidados a reforçar sua cooperação com o Programa Memória do Mundo, de modo a intermediar as suas instituições de memória para que estabeleçam os Comitês e os registros Memória do Mundo nacionais, desde que julgue útil.<sup>173</sup>

Praticamente em tom de convocação, as palavras que findam a Recomendação jogam luz sobre o Programa da Unesco. Conceber um instrumento normativo com alcance significativo entre os Estados-Membros e, evidenciar o MOW nesses termos, pode ser interpretado como uma estratégia para valorizar um Programa que, não obstante os seus mais de 20 anos de vida, ainda se encontra restrito aos círculos dos especialistas da área da documentação. Um olhar para o interior do MOW torna-se importante para suscitar novas reflexões em torno das políticas patrimoniais para os arquivos. Quais são as estratégias da Unesco para monumentalizar os documentos? Quais são os sentidos e os significados da patrimonialização de acervos? Quais são os efeitos práticos das nomeações?

---

<sup>173</sup> UNESCO, 2015, p. 11. Minha tradução do francês para o português.

## **CAPÍTULO 2 - Memória do Mundo entre os arquivos e o patrimônio cultural**

A ideia central é apresentar o Memória do Mundo através de reflexões que problematizem a noção de patrimônio documental. A partir de pontos fundamentais que alicerçam o Programa, investimos numa análise crítica que desnuda os critérios e valores envolvidos na construção simbólica da patrimonialização dos acervos documentais. Como veremos, o MOW desvela uma arena de conflitos e confluências entre a Arquivologia e a História, donde emergem concepções e sentidos que os dois campos do conhecimento conferem ao documento. Por sua vez, a dimensão da memória também necessita de questionamentos: afinal, de que memória fala o Memória do Mundo?

Situado no Setor de Comunicação e Informação da Unesco, o MOW alimenta-se de princípios que norteiam tanto o campo arquivístico, como o campo do patrimônio cultural. Após o detalhamento das suas estruturas internas, veremos que o Programa se encontra na interseção desses campos, gestando categorias de valor com vistas a consolidar o patrimônio documental segundo a Unesco. A última seção do capítulo dedica-se às problematizações dos efeitos decorrentes das nomeações concedidas pelo Programa, mapeando consequências em termos da preservação e visibilidade de alguns dos acervos patrimonializados no Brasil.

### **2.1. Dinâmica de funcionamento do MOW**

Desde o início das suas atividades em 1992, o Programa aponta a preservação e o acesso aos documentos históricos como objetivos principais; concomitantemente, a dimensão da sensibilização do público para a importância dos acervos documentais é também destacada, perfazendo o tripé “preservação-acesso-conscientização”.<sup>174</sup> A reiteração desse tipo de discurso destaca ações que já são corriqueiras nas instituições arquivísticas e bibliográficas, além de indicar o alinhamento do Memória do Mundo a compromissos formalizados por organizações como o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). Não iremos aprofundar análises em torno desses quesitos caros à preservação documental, considerando que o foco desta tese é o processo de atribuição de valor de patrimônio aos documentos históricos. Nesse sentido,

---

<sup>174</sup> No que se refere ao objetivo do MOW acerca da “conscientização”, não há uma reflexão crítica sobre o papel ativo desempenhado pelo público geral. Tanto as primeiras publicações técnicas do Programa, como o conteúdo disponibilizado atualmente na internet utilizam expressões como “aumentar a conscientização em todo mundo da existência e do significado do patrimônio documental” (Disponível em: <https://en.unesco.org/programme/mow>, acesso em 20/03/2018). Tal perspectiva, que desconsidera as dinâmicas de ensino-aprendizado, é também incorporada pelas instituições detentoras de acervos cotidianamente.

nosso olhar centra-se para o instrumento implementado pelo MOW a partir do ano de 1995: o “registro”, também denominado de “nomação”.

Quando do lançamento dessa ferramenta, a Unesco exteriorizou a seguinte intenção: “o registro do Memória do Mundo será, por si só, um documento importante e servirá também de fonte de inspiração para países e regiões que desejam identificar os elementos do seu patrimônio documental, estabelecendo uma lista deles e garantindo sua preservação”.<sup>175</sup> A centralidade do registro ganhou contornos nítidos logo no momento inicial de implementação, assumindo um poder simbólico significativo a partir da constituição de uma listagem dos conjuntos documentais nominados. Ciente da ampla repercussão alcançada pela “Lista do Patrimônio Mundial”,<sup>176</sup> a Unesco optou por criar uma listagem semelhante para o MOW. Tal movimento reveste-se da simbologia do ato de nomear, como assinala Pierre Bourdieu:

É na medida e só na medida em que os atos simbólicos de nomeação propõem princípios de visão e de divisão objetivamente ajustados às divisões preexistentes de que são produto, que tais atos têm toda a sua eficácia de enunciação criadora que, ao consagrar aquilo que enuncia, o coloca num grau de existência superior, plenamente realizado, que é o da instituição instituída.<sup>177</sup>

Assim como já realizava com os bens de natureza material e natural, a criação de uma lista representativa dos acervos arquivísticos e bibliográficos conferiu à Unesco o poder simbólico de nomeá-los como “Memória do Mundo”. Aliado a isso, o autoreferenciamento mostra-se como prática constante da agência que, num dos primeiros relatórios sobre os registros concedidos às candidaturas dos Estados-Membros, declarou que “a Unesco é provavelmente o único organismo do mundo que pode promover essa idéia de forma tão universal”.<sup>178</sup> O ato de registrar documentos com o status de “patrimônio da humanidade” é legitimado pelo papel de outorgante assumido pela Unesco. O termo, aliás, passou a ser bastante utilizado a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, sendo, pois, aplicado principalmente na divulgação da Unesco dos bens “patrimônio da humanidade” junto ao público externo, além de ser incorporado na linguagem dos veículos de comunicação.

Os registros do MOW são divididos em três níveis diferentes: internacional, regional e nacional, os quais encontram correspondências com as unidades representativas dos

<sup>175</sup> UNESCO, 1995, p. 16. Minha tradução do espanhol para o português.

<sup>176</sup> A versão *online* atualizada da Lista do Patrimônio Mundial, com suas possibilidades de filtros, encontra-se disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>. Referenciada pelos veículos de comunicação, e mais conhecida pelo público, a Lista da Unesco é objeto de reflexões em estudos como SCIFONI, 2003.

<sup>177</sup> BOURDIEU, 1989, p. 238.

<sup>178</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho de “*External Evaluation – Memory of the World Programme*”, organizada por Guy Petherbridge, Christopher Kitching e Clemens de Wolf.

Comitês, responsáveis pelo funcionamento do Programa. O Comitê Consultivo Internacional (CCI) foi o primeiro a ser constituído, tendo o suporte operacional da Secretaria Geral, sediada em Paris, na França. Os Comitês Regionais seguem as regiões geopolíticas adotadas pela Unesco:<sup>179</sup> o primeiro a ser estabelecido foi o Mowcap,<sup>180</sup> contemplando os países da Ásia e Pacífico, desde 1998; o Mowlac<sup>181</sup> originou-se em 2000 a partir da mobilização de representantes dos Estados-Membros localizados na América Latina e Caribe; e o Arcmow<sup>182</sup> se estabeleceu nos idos de 2008, a partir de iniciativa de algumas nações africanas. Já a constituição do Comitê Regional da Europa e América do Norte encontra-se em fase de discussões, enquanto os países árabes ainda não apresentaram interesse formal na empreitada.<sup>183</sup>

O Programa totaliza, atualmente, 77 Comitês Nacionais. Considerando o universo dos Estados-Membros da Unesco, chega-se à adesão de cerca de 40% desses integrantes,<sup>184</sup> percentual este que pode ser apontado como uma das justificativas para a constante presença de frases como “o MOW encoraja todo país a estabelecer um Comitê Nacional e propor itens para o registro internacional”.<sup>185</sup> Cada unidade nacional do Programa assume feições próprias, haja vista que os países apresentam estruturas e realidades diferenciadas nas respectivas áreas de documentação. Nessa medida, cumpre sublinhar que os Comitês são múltiplos nas próprias organizações, seja nos seus traços constituidores, seja nos atributos que os conectam com as redes internacionais do MOW.

Apesar da Unesco exigir o cumprimento de alguns quesitos para o funcionamento de um Comitê - como a obediência hierárquica à Comissão Nacional,<sup>186</sup> quando esta existir, e a necessidade de estabelecer um regulamento simples que normatize algumas atividades básicas

---

<sup>179</sup> Atualmente, a ONU divide seus Estados-Membros em cinco regiões geográficas de atuação: África; América; Ásia e Pacífico; Europa e Ásia Central; e Oriente Médio. Uma das agências integrantes da ONU, a Unesco adota uma divisão geopolítica um pouco diferente: África; América Latina e Caribe; Ásia e Pacífico; Europa e América do Norte; e Estados Árabes.

<sup>180</sup> Sigla em inglês para *Memory of the World Committee for Asia and the Pacific*.

<sup>181</sup> Sigla em inglês para *Memory of the World Programme Committee for Latin America and the Caribbean*.

<sup>182</sup> Sigla em inglês para *African Regional Committee for the Memory of the World*.

<sup>183</sup> Informações retiradas da entrevista realizada com funcionário do Setor de Comunicação e Informação, na sede da Unesco, em Paris, na França, no dia 10/02/2017.

<sup>184</sup> O cálculo dessa percentagem considerou o número atualizado de 195 Estados-Membros no ano de 2018.

<sup>185</sup> UNESCO, 2012a, p. 9. Minha tradução do espanhol para o português.

<sup>186</sup> A Comissão Nacional é uma célula importante da Unesco em cada Estado-Membro. Além de atuar como elo entre o governo do país e a organização, cada Comissão assume uma série de prerrogativas formais no âmbito dessas relações diplomáticas. No Brasil, a Comissão Nacional é atualmente representada pela Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC), a qual pertence ao Ministério das Relações Exteriores.

-, nota-se uma flexibilidade da agência internacional com o intuito de favorecer a emersão de novas unidades do MOW nos Estados-Membros:

A criação de um Comitê Nacional do Memória do Mundo em cada país, aonde isso for factível, é encorajada, e é um objetivo estratégico. Não há um modelo rígido. Em alguns casos, o mais conveniente será uma abordagem altamente formalizada e estruturada: em outros, será conveniente adotar fórmulas mais informais. A função e o âmbito de trabalho desses Comitês diferirão em função dos recursos ou das circunstâncias. Quando gozem da capacidade necessária para isto, incentiva-se os Comitês Nacionais para que criem seu próprio registro nacional do Memória do Mundo.<sup>187</sup>

Percebe-se, portanto, a tentativa do Programa em se adaptar às peculiaridades presentes nos diferentes países, estratégica que acaba por delegar aos governos nacionais a responsabilidade de gestão do Comitê; isso pode ser um outro fator que explique o baixo número de representações nacionais, sem mencionar que a área da documentação carece de instituições normativas em grande parte das nações, em especial as que pertencem aos conjuntos das menos desenvolvidas economicamente.<sup>188</sup>

A configuração do MOW a partir dos Comitês Internacional, Regionais e Nacionais sugere uma hierarquia entre essas unidades representativas do Programa. Contudo, caso se observem os nomes oficiais dos títulos concedidos aos acervos registrados, há incongruências que podem gerar dificuldades de entendimento. Como assinala Dominique Poulot, as divisões artificiais “local, regional, nacional e mundial”, conferidas ao patrimônio, podem redundar em contradições, levando à incoerência dessas terminologias.<sup>189</sup> Por exemplo, os acervos brasileiros que já receberam alguma nomeação podem ser qualificados de “Memória do Mundo Internacional”, “Memória do Mundo da América Latina e Caribe” e “Memória do Mundo do Brasil”. O uso da expressão “do mundo” nos três tipos de registros pode ser apontado como elemento central da imprecisão. A retirada dessas palavras poderia reduzir o efeito confuso, porém a Unesco insiste em manter o tom de inexatidão:

Existem três tipos de registros: internacionais, regionais e nacionais. Todos os registros contêm materiais de importância mundial e um dado item pode aparecer em mais de um registro. [...]

---

<sup>187</sup> Unesco, 2002, p. 35.

<sup>188</sup> Segundo um dos funcionários da Unesco que nos concedeu entrevista, como os países mais desenvolvidos economicamente gozam de melhor infraestrutura na área de arquivos, a Unesco não considera como prioridade a instalação de Comitês Nacionais nesses Estados-Membros, preferindo concentrar esforços em locais em que a área documental demanda por maior institucionalização. Os Comitês Regionais do MOW são vistos, também, como fóruns favoráveis a uma melhor implementação das políticas de arquivo, razão que explica as existências do Arcmow, Mowlac e Mowcap, enquanto a região da América do Norte e Europa permanece sem Comitê.

<sup>189</sup> POULOT, 2009, p. 10.

Cada registro - internacional, regional ou nacional - é baseado em critérios para avaliar a importância mundial do patrimônio documental, e examinar se sua influência é internacional, regional ou nacional.<sup>190</sup>

A diferença entre as nomeações se ancora na perspectiva territorial que determinado acervo pode potencialmente influenciar. Apesar de ressaltar que todos os registros têm importância mundial, a Unesco aplica no Programa um senso de hierarquia geográfica também presente em outras ações que capitaneia. A menção de que um item ou conjunto documental pode receber mais de um título aponta para algo que se observa na prática: o Comitê Brasileiro, por exemplo, tem apresentado candidaturas ao MOW Internacional somente depois das obtenções dos registros nacionais e regionais, indicando o respeito à hierarquização da territorialidade adotada pela Unesco.

O Conselho Consultivo Internacional (CCI) é composto por 14 membros considerados de notório saber em preservação documental, e se reúne a cada dois anos para deliberação dos registros internacionais. As escolhas dos nomes dos especialistas iniciam-se no interior do CCI, a partir dos próprios membros que sugerem currículos a serem avaliados pela Secretaria Geral do Programa. Posteriormente, os nomes dos possíveis novos membros são consultados junto às Comissões Nacionais dos Estados-Membros com o intuito de verificar se há alguma objeção contra o ingresso do profissional no CCI. A nomeação precisa ser referendada pelo diretor-geral da Unesco e cada mandato é pessoal, com duração de quatro anos, passível de recondução por igual período.<sup>191</sup> Como uma das premissas atuais de funcionamento da Unesco, a agência procura realizar uma distribuição equilibrada entre as nacionalidades dos representantes, tendo como referência as suas cinco regiões geopolíticas de atuação.

A Secretaria Geral do MOW oferece suporte operacional ao CCI, além de coordenar o funcionamento de quatro Subcomitês. O principal deles é o Subcomitê de Registro, instância responsável por realizar a primeira triagem das candidaturas apresentadas; notas técnicas são emitidas com o intuito de sugerir a nomeação ou o indeferimento das propostas formalizadas, cuja decisão final cabe ao CCI, sempre referendada pelo diretor-geral da Unesco. Constituído por nove especialistas, dentre os quais dois devem ser da IFLA e do ICA,

---

<sup>190</sup> UNESCO, 2002, p. 23-24.

<sup>191</sup> O Brasil já teve dois representantes no CCI do MOW: Célia Zaher, então coordenadora de área técnica da Fundação Biblioteca Nacional, ocupou uma das cadeiras do Comitê de 2001 a 2005, e Vitor Fonseca Manoel Fonseca, servidor aposentado do Arquivo Nacional e professor de Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense (UFF), com mandato entre 2013 e 2017.

o que indica o perfil preferencialmente documentalista,<sup>192</sup> há, também, a presença obrigatória de um profissional ligado ao Conselho Coordenador das Associações de Arquivos Audiovisuais (CCAAA) – as demais seis cadeiras do Subcomitê de Registro são de preenchimento livre.<sup>193</sup>

Completam o quadro de Subcomitês do MOW: “Marketing”, responsável pelas ações de divulgação do Programa; “Tecnologia”, ligado aos estudos contemporâneos sobre práticas de preservação documental; e “Educação e Pesquisa” que se mostra como tentativa recente de inserir o Memória do Mundo no meio universitário. O Subcomitê de Tecnologia apresenta-se como uma espécie de reunião das principais discussões intermediadas pela Unesco no campo preservacionista dos acervos de arquivos e bibliotecas; na prática, esse Subcomitê cuida de atribuir o uso da logomarca do MOW às práticas ou trabalhos exemplares, em especial afetos aos documentos digitais.<sup>194</sup> O Subcomitê de Educação e Pesquisa, datado de 2013, tem se mostrado como uma tentativa do Programa de se tornar mais referenciado nos estudos acadêmicos. Entretanto, a abordagem não tem se pautado por visões reflexivas sobre o *modus operandi* do MOW; a perspectiva consiste em trazer o Programa como plataforma na qual se elegem temas relevantes como a digitalização de acervos, assemelhando-se às práticas que já eram desenvolvidas pelo Subcomitê de Tecnologia, gerando um relativo sombreamento de atividades.

Os relatórios periódicos do Memória do Mundo exteriorizam dificuldades estruturais, presentes até mesmo no cotidiano da sede da Unesco. Poucos funcionários se dedicam às atividades da Secretaria do MOW, também demandados pela rotina do Setor de Comunicação e Informação. No balanço de 20 anos do Programa, constou-se que “o tamanho do orçamento do MOW não está claro e a forma como é alocado é opaca. O Memória do Mundo é grosseiramente subfinanciado e perigosamente dependente do esforço voluntário”.<sup>195</sup> Nesse

---

<sup>192</sup> Trata-se de profissionais atuantes no campo arquivístico, mais precisamente em instituições como bibliotecas, arquivos e museus. Muitas vezes a experiência prática desses agentes é um trunfo mais importante do que as suas eventuais formações teóricas nas universidades.

<sup>193</sup> Informações retiradas de “*Rules of procedure of the Register Subcommittee of the Memory of the World Programme*”. Minha tradução do inglês para o português.

<sup>194</sup> O Subcomitê de Tecnologia foi fundado em 1994. “Salvaguardando o Patrimônio Documental”, de 1998, utilizou a logomarca do MOW como estratégia de divulgação do estudo e do próprio Programa. Outras publicações alertaram para os riscos de armazenamento em mídias instáveis como CD’s e DVD’s, adotando a mesma estratégia de referenciar o Memória do Mundo. Em 2017, a representação da Unesco no Brasil lançou a versão traduzida para o português de “Arquivística audiovisual: filosofia e princípios”, de autoria de Ray Edmondson, trazendo o selo do MOW como uma espécie de ‘certificado de qualidade’ da publicação.

<sup>195</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho de “*Memory of the World Programme – A debate about its future - april 2005*”, organizado por George Boston, Ray Edmondson e Dietrich Schüller.

mesmo relatório existe uma aproximação com atividades do Setor de Cultura, sublinhando o contraste de prioridades entre as iniciativas propostas pelas duas áreas estratégicas da agência:

O Programa da Lista do Patrimônio Mundial tem sido um grande sucesso e, com sensatez, foi o modelo usado para o Programa Memória do Mundo. No entanto, se muitos dos pontos foram retirados do Programa do Patrimônio Mundial, os níveis de pessoal e recursos certamente não foram.<sup>196</sup>

A comparação com a Lista do Patrimônio Mundial Cultural e Natural é recorrente quando se fala sobre o MOW; a referência à Lista Representativa do Patrimônio Imaterial mostra-se menos comum, contudo é possível perceber que a listagem do Memória do Mundo fica subsumida em relação às duas de maior repercussão. Ademais, percebe-se que não existe uma integração programática entre as iniciativas da Unesco na lida com o patrimônio cultural. O MOW, gestado e mantido no Setor de Comunicação e Informação, mostra-se mais isolado das ações patrimoniais desenvolvidas no setor de Cultura – que reproduzem de maneira contínua a divisão artificial entre “material” e “imaterial”.<sup>197</sup>

A crítica à falta de compartilhamento das ações em prol do patrimônio é objeto de análise por parte de agentes externos à instituição:

A Unesco determinou que deve, como organização internacional, adotar políticas garantindo a abordagem interdisciplinar de todos os setores em todos os níveis, mas, na realidade, não iniciou totalmente os vínculos relevantes em todos os Programas. O Memória do Mundo teve algum sucesso limitado, por exemplo, com a sua campanha de arquivos escavos, mas não foi feita nenhuma tentativa de vinculá-lo ao projeto “Lugares de Memória, a Rota Escrava” dentro do Programa do Patrimônio Mundial. Do mesmo modo, sinergias óbvias com o Patrimônio Cultural Imaterial e o Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações não foram abordadas e permanecem inexploradas. Todos eles têm o potencial de se apoiar mutuamente, complementar e não competitivo.<sup>198</sup>

O que evidencia as dificuldades de estabelecer diálogos entre áreas afins do conhecimento, mesmo no interior de uma mesma instituição.<sup>199</sup> A valorização do saber especializado pode

<sup>196</sup>Minha tradução do inglês para o português de trecho de “*Memory of the World Programme – A debate about its future - april 2005*”, organizado por George Boston, Ray Edmondson e Dietrich Schüller.

<sup>197</sup> Para uma discussão sobre os efeitos da dicotomia entre patrimônio “material” e “imaterial”, tendo como exemplo as aplicações de dois principais instrumentos de proteção acionados pelo Iphan – tombamento e registro – ver TELLES, 2010.

<sup>198</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho de “*To be or not to be remembered? The greatest challenges for the Memory of the World*”, pertencente aos anais da 3ª Conferência Internacional do Memória do Mundo, realizada entre os dias 19-22 de fevereiro de 2008, em Canberra, na Austrália.

<sup>199</sup> Lançado em 1994, a partir de uma proposta do Haiti, o Projeto “Rota de Escravatura: resistência, liberdade, patrimônio” apresenta como objetivos gerais, segundo a Unesco: “contribuir para uma melhor compreensão das causas, formas de operação, interesses e consequências da escravidão no mundo; destacar as transformações globais e interações culturais que resultaram dessa história; e contribuir para uma cultura da paz, promovendo a reflexão sobre o pluralismo cultural, o diálogo intercultural e a construção de novas identidades e cidadanias” Para maiores informações ver: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/slave-route/>.



significar o levantamento de fronteiras simbólicas que dificultam as interconexões de sentidos e significados das representações do patrimônio. Sem realizar aproximações com o setor de Cultura, a gestão do Memória do Mundo tende a ficar limitada às preocupações próprias dos círculos de arquivistas e bibliotecários, não obstante se inspirar de maneira contínua em práticas adotadas na seara patrimonial.

Ao analisar a lista do Patrimônio Imaterial, a antropóloga Marina Mafra argumenta que “corre o risco de tornar-se simplesmente um grande catálogo de maravilhas do mundo, ocasionando uma fixação pelo objeto patrimonial”<sup>200</sup>. Tal prática já era costumeira na Unesco desde a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e tornou-se um instrumento de nomear os bens culturais que tenham características “monumentais e excepcionais”. Ao se alinhar a essa prática deliberada de nomeação, entendemos que o MOW sofre ameaças semelhantes ao divulgar os novos acervos que passam a integrar a lista do Patrimônio Documental a cada dois anos. A saturação da listagem de bens do Programa é uma tendência que tem se concretizado progressivamente: se nos primeiros cinco editais internacionais o número de registros foi de 120, nas últimas cinco versões o número de nomeações subiu para 228.

Esse fenômeno, presente na sociedade ocidental contemporânea, é denominado “boom memorial” por Andreas Huyssen. Interessado na análise dos processos de rememoração nos países ocidentais, o autor joga luz sobre a forte carga paradoxal que está presente em nosso cotidiano: “quanto mais nos pedem para lembrar, no rastro da explosão da informação e da comercialização da memória, mais nos sentimos no perigo do esquecimento e mais forte é a necessidade de esquecer”.<sup>201</sup> A instabilidade do tempo e a fratura do espaço vivido contribuem para o agravamento do quadro a que estamos imersos. Ao investigar as razões pela compulsão pelo passado desde finais da década de 1970, Huyssen argumenta que quaisquer que sejam as motivações sociais, políticas e culturais, um dado é indubitável e certo: não se pode ignorar a grande influência que as novas tecnologias de mídia exercem no contexto contemporâneo, responsável por acelerar a intensidade das experiências das formas de viver o passado.<sup>202</sup>

---

<sup>200</sup> GARCIA, 2014, p. 46.

<sup>201</sup> HUYSSSEN, 2000, p. 20.

<sup>202</sup> Alguns exemplos, destacados por Huyssen, perpassam pelas inúmeras restaurações de centros históricos, pela literatura tipo memorialística, pelo grande número de documentários e filmes que abordam temas históricos em uma mescla sugestiva entre ficção e realidade, além da marcante presença do retrô nas modas de vestuário e nos mobiliários das residências.

O paradoxo como quanto mais lembrarmos, mais corremos o risco de esquecer tem na representação da amnésia a consequência direta desse excesso da memória.<sup>203</sup> O que é agravado pela “nova estrutura de temporalidade, gerada pelo ritmo cada vez mais veloz da vida material, por um lado, e pela aceleração das imagens e das informações da mídia, por outro. A velocidade destrói o espaço, e apaga a distância temporal”.<sup>204</sup> Segundo François Hartog, vivemos uma espécie de “presentismo dilatado”<sup>205</sup> em que o passado parece se fundir ao presente, trazendo a todo momento as nossas necessidades de rememorar, comemorar e patrimonializar, ações estas que acontecem em grande quantidade e num ritmo cada vez mais acelerado. Hartog sublinha que, sintonizada com a memória, a noção de patrimônio tornou-se também saturada: “Assim como se anuncia ou se reclama memórias de tudo, assim tudo seria patrimônio ou suscetível de tornar-se. A mesma inflação parece reinar”.<sup>206</sup>

Na publicação comemorativa de 20 anos do MOW, a então diretora-geral da Unesco, Irina Bokova encerra o prefácio com o seguinte trecho:

Esse livro revela o patrimônio documental em toda sua diversidade. Ao longo de 20 anos, o Programa Memória do Mundo ficou cada vez mais forte. Nós devemos ampliá-lo cada vez mais – pelo aumento das nomeações de todos os países e aumentando a visibilidade da preservação de fontes de conhecimento excepcional. O Memória do Mundo atinge a maioria em um momento em que preservar nosso patrimônio documental é mais importante do que nunca.<sup>207</sup>

O tom de entusiasmo assinala a intenção de expandir a política de patrimonialização de documentos para a totalidade dos Estados-Membros que integram a agência. O pressuposto de que o aumento de bens patrimonializados propiciará uma maior visibilidade deles e, por consequência, da preservação dos acervos, desconsidera os efeitos adversos do “boom memorial”, como a possível saturação das listas do Patrimônio da Unesco e, no limite, o próprio esquecimento. Em contraste às palavras otimistas da ex-diretora-geral, relatórios do MOW apontam para dificuldades operacionais do Programa no Setor de Comunicação e

---

<sup>203</sup> RICOEUR, 2010.

<sup>204</sup> HUYSEN, 2000, p. 74.

<sup>205</sup> HARTOG, 2013. Nessa obra, denominada “Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo”, François Hartog denomina o presente onipresente como presentismo, caracterizado por ser uma noção espaço-temporal situada entre a amnésia e a vontade de nada esquecer.

<sup>206</sup> HARTOG, 2006, p. 268.

<sup>207</sup> UNESCO, 2012b, p. 9. Minha tradução do inglês para o português.

Informação<sup>208</sup>; não obstante a essas adversidades, o Memória do Mundo permanece listando memórias e mais memórias sob o título de patrimônio da humanidade.

## 2.2. Critérios e valores na construção de memórias

A fim de analisar os fundamentos do processo de valoração dos acervos documentais, destacamos três publicações que se tornaram referência para o MOW: a primeira se refere às “Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental”, datada de 1995; a segunda é uma edição revisada de 2002, com título homônimo, que permanece como a mais atualizada; e, por fim, um guia denominado “Companheiro do Registro do Memória do Mundo”, publicado em 2012, destinado aos proponentes interessados na apresentação de candidaturas. Tais publicações foram lançadas em momentos importantes: no ano de 1995, institucionalizou-se o instrumento do registro de acervos, 2002 marcou a efeméride de dez anos do Programa e 2012 representou duas décadas de vida do Memória do Mundo.

As “Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental” de 1995 foram resultado de um trabalho coordenado pela IFLA, tendo a participação colaborativa do ICA.<sup>209</sup> A australiana Jan Lyall, então diretora da Biblioteca Nacional da Austrália, foi a principal articuladora da equipe, constituída pelos também australianos Roslyn Russell, gestora de projetos de museologia, e Duncan Marshall, arquiteto com trabalhos na área de conservação e membro ativo do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), atuando como autor-coordenador do manual de referência “Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial”.<sup>210</sup>

Os perfis profissionais dos autores das primeiras diretrizes do MOW sugerem a constituição de uma equipe interdisciplinar, o que de certa forma influenciou na amplitude da indicação dos sete critérios de seleção do patrimônio documental:

(1) Influência: o patrimônio documental é de importância mundial se tiver influência essencial sobre a história do mundo, sem se limitar às fronteiras de uma cultura nacional.

---

<sup>208</sup> O baixo número de funcionários destacados para as atividades do MOW na sede da Unesco é um dos principais motivos apontados nos relatórios, além dos reduzidos investimentos financeiros para a promoção do Programa como um todo.

<sup>209</sup> A Unesco firmou contrato formal somente com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias.

<sup>210</sup> Existe uma versão traduzida para o português, trabalho realizado a partir da parceria da Representação da Unesco no Brasil e o Iphan. Para fins de referência, utilizaremos a entrada UNESCO; IPHAN, 2013.

(2) Época: o patrimônio documental é de importância global se reflete de forma singular um período de mudanças decisivas na situação mundial ou constitui uma contribuição significativa para a nossa compreensão do mundo num momento particularmente importante da sua história.

(3) Lugar: o patrimônio documental é de importância global se contiver informações sobre uma localidade ou região que tenha desempenhado um papel decisivo em eventos essenciais na história ou cultura mundial.

(4) Pessoas: o patrimônio documental é de importância mundial se estiver especialmente associado à vida ou ao trabalho de uma pessoa ou grupo de pessoas que contribuiu de forma significativa para a história ou cultura mundial.

(5) Assunto ou Tema: o patrimônio documental é de importância mundial se documentar de forma proeminente uma questão importante ou tema essencial da história ou cultura mundial.

(6) Forma e Estilo: o patrimônio documental é de importância global se constituir um exemplo significativo de uma forma ou estilo proeminente. Também pode ser importante porque representa um suporte ou técnica que desapareceu ou está desaparecendo rapidamente.

(7) Valor Social: o patrimônio documental é de importância global se tem um valor excepcional, seja social, cultural ou espiritual, que ultrapassa os limites de uma cultura nacional.<sup>211</sup> (meus grifos)

Percebe-se, portanto, a opção por quesitos pretensamente globalizadores, prática esta que se faz rotineira nas ações planejadas pela Unesco.<sup>212</sup> Num primeiro momento, os parâmetros específicos da área da documentação não foram utilizados. O entendimento acerca desses critérios decorreu, possivelmente, da apropriação pelo grupo de um ponto de vista hegemônico sobre patrimônio dentro da Unesco, com inspiração nos processos de reconhecimento dos bens materiais e naturais da Convenção de 1972. Caso verifiquemos

---

<sup>211</sup> UNESCO, 1995, p.17-20. Minha tradução do espanhol para o português.

<sup>212</sup> Ao analisar o fenômeno da globalização, Néstor Canclini lança problematizações que podem nos servir para pensarmos no alcance das políticas propostas pela Unesco: “Se falo em ‘globalizações imaginadas’ não é só pelo fato de a integração incluir certos países mais do que outros. Ou de beneficiar setores minoritários desses países, enquanto para a maioria continua a ser mera fantasia. Também porque o discurso globalizador inclui fusões que, como já disse, realmente ocorrem entre umas poucas nações. O que se anuncia como globalização está gerando, na maioria dos casos, inter-relações regionais, alianças entre empresários, circuitos de comunicação e consumo comuns aos países da Europa ou da América do Norte ou de uma determinada região da Ásia. Não de todos com todos” (CANCLINI, 2007, p. 30). Nessa medida, podemos pensar que a globalização é ilusória. Propô-la pode ser algo extremamente arbitrário e perigoso, subestimando o poder de referência local, responsável, em última instância, pela produção e permanência de uma determinada memória no tempo e no espaço.

cinco dos dez critérios para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial,<sup>213</sup> iremos perceber as referências que podem ter inspirado a formatação dos sete princípios do Memória do Mundo:

**Tabela 1: Comparativo dos critérios adotados no Programa Patrimônio Mundial e no Programa Memória do Mundo**

<b>Critérios do Programa Patrimônio Mundial (WHC)</b>	<b>Critérios do Programa Memória do Mundo (MOW)</b>
(i) Representar uma obra-prima do gênio criativo humano.	(1) Influência (4) Pessoas (5) Assunto ou Tema
(ii) Exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo.	(1) Influência (2) Época (3) Lugar (6) Forma e Estilo
(iii) Apresentar um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida.	(3) Lugar (4) Pessoas (6) Forma e Estilo
(iv) Ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana.	(2) Época (3) Lugar (6) Forma e Estilo
(vi) Estar diretamente ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional.	(1) Influência (7) Valor Social

Os sete critérios iniciais do Memória do Mundo alinharam-se às práticas de patrimonialização que já eram comuns na Unesco desde o final dos anos 1970, na medida em que no processo de atribuição de valor patrimonial, levavam-se em conta os sujeitos ou grupos históricos que atuam em determinado tempo e espaço, e marcam e contribuem de forma significativa para a trajetória da humanidade. Ainda que as noções de ‘cultura’ ou ‘história’ mundial abarquem o perigo do etnocentrismo, os documentos que podem receber a alcunha de memória do mundo ainda são produzidos pelo contexto social, cultural e até espiritual das culturas nacionais. Ou seja, é possível dizer que os documentos patrimonializáveis são vistos como bens culturais, e poderiam até mesmo estar contidos em

<sup>213</sup> Optamos por destacar cinco dos seis critérios voltados para bens relativos ao patrimônio material, avaliados pelo Icomos, tendo em vista a maior proximidade com os ‘bens ‘documentais’. Os outros quatro critérios estão relacionados a bens naturais, avaliados pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN).

uma das categorias propostas pela Unesco nas ações do WHC.<sup>214</sup> Havia, inclusive, o mesmo tipo de procedimento que já era adotado nas candidaturas do Patrimônio Mundial: não existia a obrigatoriedade do bem cultural em atender a todos os requisitos, pelo contrário, bastava a adequação da proposta a um dos itens, desde que a mesma estivesse fundamentada. Adotou-se, portanto, um procedimento similar ao que já era praticado na confecção da Lista do Patrimônio Mundial, com a diferença de que o foco se voltava para os ‘esquecidos’ acervos documentais.

Quando da apresentação inicial das Diretrizes de 1995, realizada pela coordenadora Jan Lyall ao CCI do Memória do Mundo, os membros integrantes deste Comitê “insistiram sobre a necessidade urgente de levar uma vigorosa campanha de sensibilização à importância do patrimônio documental”.<sup>215</sup> Não há informações na ata da reunião sobre qualquer ponto de divergência sobre os sete critérios adotados, os quais foram unanimemente aprovados pelos agentes que compunham essa primeira configuração do Comitê Internacional do MOW. Do total de 11 membros, sete ocupavam cargos de direções nos Arquivos e Bibliotecas Nacionais de diferentes países - Canadá, Venezuela, Tailândia, Tunísia, França, Rússia e Espanha -, dois estavam ligados às universidades e outros dois desempenhavam atividades no interior do setor de Comunicação e Informação da Unesco. Havia, ainda, 30 observadores em grande maioria vinculados a instituições arquivísticas e bibliográficas de diferentes partes do mundo, e dois funcionários do Setor de Cultura. A atuação majoritária de profissionais da área da documentação nas reuniões do CCI tornou-se uma tônica que se fez presente ao longo dos mais de 20 anos do Memória do Mundo.<sup>216</sup> Dessa forma, um viés arquivístico foi se configurando e tornando-se preponderante na trajetória do Programa, até de fato consolidar-se como estratégia de identificação e caracterização do patrimônio documental.

Na reunião que se seguiu a que aprovou as Diretrizes de 1995, um dos membros do Comitê Consultivo Internacional alertava para a necessidade de testes dos critérios adotados e apontava, portanto, para possíveis alterações. Nessa ocasião, o nome de Ray Edmondson<sup>217</sup>

---

<sup>214</sup> Os documentos poderiam ser considerados “bens culturais”, pois se enquadram em um ou mais dos critérios culturais – cumpre salientar que destacamos, na tabela, cinco dos seis possíveis. Há, ainda, os “bens naturais” que se encaixam em um ou mais dos quatro critérios naturais e os “bens mistos”, suscetíveis às conformações de pelo menos um critério cultural e outro natural. Para visualizar um diagrama dessa proposta de classificação ver UNESCO; IPHAN, 2013, p. 36.

<sup>215</sup> Minha tradução do francês para o português de trecho da “*Deuxième réunion du Comité consultatif International du programme Mémoire du monde*”, realizada em Paris, na França, entre os dias 03-05 de maio de 1995.

<sup>216</sup> Para uma lista completa dos membros do CCI entre os anos de 1993 a 2015 ver o Anexo 1.

<sup>217</sup> Uma versão resumida do currículo de Ray Edmondson encontra-se na nota 16, localizada na página 18.

foi indicado para coordenar essas discussões, recebendo a incumbência de dinamizar três Grupos de Trabalho que tinham como temas “afinar e desenvolver critérios”, “elaborar as principais diretrizes para aplicação dos critérios em certas situações” e “elaborar os procedimentos para o tratamento das proposições presentes”.<sup>218</sup> Ray Edmondson torna-se assim o protagonista dos debates que alterariam significativamente os critérios adotados pelo Memória do Mundo. Na reunião do CCI realizada em 1999, o documentalista australiano apresentou um projeto com novas bases para selecionar os acervos candidatos. Alguns anos mais tarde, foram publicadas as “Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental” de 2002. Lê-se no prefácio da obra que se tornou a principal referência técnica do MOW até os dias atuais:

Da mesma forma que as diretrizes originais, este documento é o resultado de um trabalho de equipe. Em fevereiro de 2001, um Grupo de Trabalho especial da Unesco, sob os auspícios da Associação de Arquivos Audiovisuais da Ásia Sul-Oriental e o Pacífico (SEAPAVAA), para definir os parâmetros do documento e desenvolver seu conteúdo. Os membros do grupo – Jon Bing, Richard Engelhardt, Lygia Maria Guimarães, Ingunn Kvisteoy e Dato Habibah Zon – não apenas contribuíram com suas diferentes perspectivas geográficas e culturais, como também, incorporaram sua considerável experiência coletiva sobre o Programa da Memória do Mundo.<sup>219</sup>

A menção ao documento pioneiro de 1995 serve de contraponto para a nova versão apresentada no início dos anos 2000: em substituição à IFLA, a igualmente associação não-governamental SEAPAVAA,<sup>220</sup> especializada em arquivos audiovisuais como coordenadora das ações; e a inclusão de novos especialistas na área de preservação documental<sup>221</sup> cabendo destaque à brasileira Lygia Maria Guimarães,<sup>222</sup> que se tornou uma das principais

---

<sup>218</sup> Minha tradução do francês para o português de trechos da “*Troisième réunion du Comité consultatif International du programme Mémoire du monde*”, realizada em Tashkent, no Uzbequistão, entre os dias 29 de setembro a 1º de outubro de 1997.

<sup>219</sup> UNESCO, 2002, p. 4.

<sup>220</sup> A sigla SEAPAVAA significa, em inglês, *South East Asia-Pacific Audio Visual Archives Association*. Fundada em 1996, tem como principal objetivo manter um fórum permanente de discussões relacionadas à coleta, preservação e acesso do que consideram “patrimônio audiovisual” dos países membros. Para maiores detalhes dessa organização ver: <http://seapavaa.net/>

<sup>221</sup> Jon Bing era professor universitário de Direito na Noruega e se destacou pelos seus trabalhos na área de tecnologia da informação em arquivos, em especial nas discussões éticas da área. Presidiu o Conselho Norueguês de Cultura entre os anos de 1993 e 2000. Richard Engelhardt é funcionário da Unesco, trabalha em projetos de escritórios da organização localizados na Ásia e no Pacífico; responsável por oferecer apoio logístico à equipe destacada na confecção das Diretrizes. Já Dato Habibah Zon foi diretor-geral do Arquivo Nacional da Malásia entre 1980 e 1997. A partir de então, passou a ocupar outros cargos como membro do Conselho Nacional de Arquivos da Malásia, além de oferecer serviços de consultoria para arquivos após se aposentar em 2003. Não encontramos informações sobre Ingunn Kvisteoy.

<sup>222</sup> Lygia Maria Guimarães é conservadora e restauradora de documentos de arquivos e de bibliotecas, no Iphan, desde 1987. Ocupou vários cargos de coordenação em órgãos colegiados como Conarq e Associação Brasileira

responsáveis pela implementação do MOW no Brasil, conforme veremos no capítulo 3. A publicação das Diretrizes de 2002 é evocada como um marco definitivo para a consolidação do Programa que, nas suas comemorações de dez anos de vida, buscava criar uma identidade arquivística para si mesmo.

A grande novidade nos critérios de seleção para o registro no MOW foi materializada nessa edição das Diretrizes coordenada por Ray Edmondson. Pela primeira vez, estabeleceu-se uma hierarquização entre as categorias valorativas:

Na hora de considerar o patrimônio documental para sua inscrição no registro, o elemento será avaliado, em primeiro lugar, com respeito à prova mínima de:

Autenticidade. É o que parece? Determinou-se fidedignamente sua identidade e sua procedência? Cópias, réplicas, falsificações, documentos falsos ou brincadeiras, com as melhores intenções, podem ser confundidos com documentos autênticos.

Em segundo lugar, o CCI deve considerar que o elemento escolhido é de importância mundial. Isto é, deve ser:

Único e insubstituível, algo cuja desaparecimento ou deterioração constituiria um empobrecimento prejudicial para o patrimônio da humanidade.

Em terceiro lugar, deve demonstrar sua significância mundial cumprindo um ou mais dos critérios a seguir.

Critério 1 – tempo.

Critério 2 – lugar.

Critério 3 – pessoas.

Critério 4 – assunto e tema.

Critério 5 – forma e estilo.

Por último, também serão levados em conta os seguintes aspectos: raridade, integridade e ameaça<sup>223</sup>. (meus grifos)

O que argumentamos é que a primazia hierárquica da noção de “autenticidade”, seguida pelo critério “único e insubstituível”, desvela a guinada do MOW para a seara arquivística. Traços do campo do patrimônio cultural continuam presentes, apesar das supressões da “influência” e do “valor social”, que outrora vigoravam entre os critérios. As inclusões das três noções consideradas menos importantes – “raridade, integridade e ameaça” – sublinham a conservação física dos documentos. Logo, a excepcionalidade ensejada pelo “valor social” do acervo documental, que considera as circunstâncias históricas e sociais da produção do

---

de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (Abracor), além de ser uma das principais responsáveis pela implementação do MOW no Brasil. Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), Lygia Maria Guimarães especializou-se na *Camberwell School of Arts and Crafts of London* (1985) e cursou Mestrado em “*Archives and Public History*”, pela *New York University* (2011).

<sup>223</sup> UNESCO, 2002, p. 24-25. Versão adaptada para fins de citação mais enxuta.



documento, não são passíveis de serem traduzidas pelos valores de “raridade” e “integridade” que completam a escala de gradação criada para avaliar as candidaturas apresentadas.

A publicação do “Companheiro de Registro do Memória do Mundo”, em 2012, ratifica as mudanças lançadas pelas Diretrizes dez anos antes. Dessa vez, o arquivista Ray Edmondson assina a autoria individualmente e reitera seu papel protagonista na definição dos critérios adotados pelo Programa. No relato da reunião em que os membros do CCI debateram a minuta da publicação que seria lançada nas comemorações dos 20 anos do Programa, existe a seguinte nota a respeito da versão preliminar:

Apresentado por Edmondson, foi bem recebido. A definição de ‘documento’ como descrito no Companheiro foi considerado inadequado e precisará de uma adição. Luciana Duranti ofereceu preparar descrições de diferentes tipos de documentos e prover com exemplos concretos para melhor assistir à preparação das candidaturas. O Companheiro, com essa revisão, e quando aprovado pelo CCI, será traduzido e ficará disponível no website do MOW Unesco.<sup>224</sup>

A intenção do “Companheiro de Registro” era detalhar, de maneira didática aos proponentes, os principais pontos de fundamentação e funcionamento do MOW. As descrições dos critérios tiveram maiores detalhes se comparada à edição das Diretrizes de 2002, reiterando o perfil arquivístico da iniciativa. Não por acaso foi chamada uma profissional de envergadura internacional a fim de aprimorar a definição conceitual de documento: Luciana Duranti, professora e pesquisadora na área de Arquivologia.<sup>225</sup> A descrição e os exemplos utilizados de documentos assemelham-se aos manuais arquivísticos contemporâneos, buscando abranger a variedade de suportes - textual, audiovisual, virtual -, sem entrar no mérito das construções simbólicas em torno desses bens culturais. Esse tipo de problematização, comum aos estudos antropológicos e históricos, não se encontra no escopo das orientações disponibilizadas pelo “Companheiro” de 2012, reforçando mais uma vez um tipo de postura normativa por parte dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento do Programa. Veremos adiante que decorrências esse entendimento traz para a concepção de memória, bem como de documento, e conseqüentemente, de patrimônio documental, no interior da Unesco.

---

<sup>224</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho do “*10th Meeting of the International Advisory Committee Memory of the World Programme*”, realizado em Manchester, no Reino Unido, entre os dias 22-25 de maio de 2011.

<sup>225</sup> Luciana Duranti é professora na *School of Library, Archival and Information Studies* da *University of British Columbia*, no Canadá. Pesquisadora com vasta produção reconhecida internacionalmente, tem contribuído com importantes reflexões sobre os documentos arquivísticos nascidos digitais.

### 2.2.1. Autenticidade: entre o campo do patrimônio e o campo arquivístico

A noção de autenticidade, que se tornou o principal critério operante no MOW, permite variadas abordagens, muito em função da maleabilidade desse conceito nas diferentes áreas do conhecimento. O mapeamento realizado por Nathalie Heinich de como seriam as reflexões acerca do autêntico serve para ilustrar as proximidades e distanciamentos entre os possíveis olhares: o historiador da arte se interessaria pela trajetória das falsificações nas modalidades da pintura e escultura; o bacharel em direito estudaria a legislação estabelecida com vistas a inibir as fraudes do mercado de arte; o filósofo se encarregaria de refletir sobre os conceitos que nos possibilitam pensar a ideia de autêntico; e o antropólogo se dedicaria às variantes da concepção de autenticidade entre as diferentes culturas. Independente do referencial adotado, cumpre assinalar que para cada categoria de objetos considerados “autênticos”, haverá uma correspondência contrastante com aqueles identificados como “falsos”,<sup>226</sup> processo que se operacionaliza a partir de provas de verificação convencionalmente adotadas.<sup>227</sup>

Para o historiador Rafael Bezerra, a autenticidade é um conceito construído socialmente a partir de “um discurso de autoridade”.<sup>228</sup> Por lidar diretamente com aquilo que define algo considerado real ou não sobre o passado, a noção de autêntico “é definida a partir de critérios que são, em alguns casos, conflitantes entre si, pois se tratam de disputas políticas dos processos de construção de memória e história”.<sup>229</sup> Trazendo foco sobre o conceito de autenticidade no campo do patrimônio cultural, percebemos que os seus usos variam em função dos mecanismos de patrimonialização dos bens culturais. Nesse sentido, identificar o que é autêntico entre os bens materiais mostra-se como operação distinta quando comparada aos bens intangíveis; na tentativa de identificar tais diferenças, apresentamos uma breve trajetória da noção de autenticidade tendo como referencial as próprias práticas da Unesco.

A arquiteta Cristiane Gonçalves afirma que o conceito de autenticidade está constantemente presente na área da Conservação e do Restauro de bens culturais. Trata-se, em

---

<sup>226</sup> Ao analisar o processo de “rotinização” das práticas de proteção ao patrimônio pelo Iphan, nas primeiras décadas do século XX, Márcia Chuva afirma que muitos imóveis foram concebidos enquanto documentos na acepção de uma história factual em busca de comprovação através de provas materiais: “O esforço crítico dos intelectuais do Sphan – dos enunciadores do patrimônio histórico e artístico nacional – para designar o que se enquadraria nessa categoria tinha muita proximidade, portanto, com a crítica tradicional ao documento, aprimorada no século XIX, pela escola positivista, ao procurar, essencialmente, a autenticidade, numa caça aos falsos, e, por consequência, atribuindo uma importância fundamental à datação” (CHUVA, 2009, p. 75).

<sup>227</sup> HEINICH, 2010.

<sup>228</sup> BEZERRA, 2010, p. 15

<sup>229</sup> BEZERRA, 2010, p. 15.

grande medida, de “um princípio basilar estruturante da ética que sustenta e alinha critérios, conceitos e justificativas pertinentes ao universo da preservação”.<sup>230</sup> A menção à Carta de Veneza, de 1964, é destacada pela autora como referencial ao recomendar que a obra de restauração tem “caráter excepcional” e que se fundamenta “no respeito ao material original e aos documentos autênticos”<sup>231</sup>. Segundo a também arquiteta Flaviana Lira, apesar da importância dessa carta internacional para o entendimento de que um bem para ser autêntico não necessita estar intacto na sua estrutura física, os debates específicos em torno da autenticidade ganharam mais vulto no final da década de 1970, quando a Unesco passou a exigir o “teste de autenticidade” para as candidaturas dos bens à Lista do Patrimônio Mundial:

Nesse documento, a Unesco dá uma primeira contribuição para a operacionalização do conceito quando estabelece os quatro critérios por meio dos quais a autenticidade do patrimônio cultural pode ser avaliada: projeto, material, técnicas construtivas e entorno. No entanto, a contribuição não vai além disso, uma vez que não há nenhuma explicitação de procedimentos para a aplicação do referido teste.<sup>232</sup>

Muitos questionamentos surgiram a partir do “teste de autenticidade” proposto pela Unesco. Tendo o geógrafo e historiador David Lowenthal como um dos principais críticos, a visão ocidentalizada de patrimônio da agência considerava apenas os atributos materiais dos bens, negligenciando a dimensão simbólica da transmissão do conhecimento - como exemplo, Lowenthal citou as remontagens que acontecem a cada vinte anos do Templo Ise Shinto, localizado no Japão, responsáveis por novas construções que valorizam a “perpetuação das técnicas e rituais de recriação”<sup>233</sup> ao invés da mera continuidade física do bem material.

As manifestações que contestavam a noção ocidental de autenticidade adentraram os anos 1980, abrangendo países árabes que sequer utilizavam o termo nas suas linguagens, além de outras nações asiáticas e africanas cujos ritos e tradições eram as práticas mais importantes a serem preservadas nos processos construtivos de determinados bens imóveis.<sup>234</sup> Até mesmo o reconhecimento de um centro histórico europeu terminou por suscitar críticas ao conceito de autêntico: tratava-se da inscrição de Varsóvia na Lista do Patrimônio Mundial, cercada de longos debates em razão das seguidas reconstruções a que foi submetida a capital da Polônia após a Segunda Guerra Mundial. As discussões se o conjunto urbano era ou não mais

---

<sup>230</sup> GONÇALVES, 2016.

<sup>231</sup> Trecho do artigo 9º da Carta de Veneza, publicada em 1964.

<sup>232</sup> LIRA, 2009, p. 94. O documento refere-se às “Diretrizes operacionais para a implantação da Convenção do Patrimônio Mundial”, publicadas pela Unesco no ano de 1977.

<sup>233</sup> LOWENTHAL, apud LIRA, 2009, p. 95.

<sup>234</sup> LIRA, 2009, p. 96.

autêntico gerou uma série de debates que se estenderam por longo tempo entre especialistas do Icomos e Iccrom.<sup>235</sup> Todo esse amplo debate entre os Estados-Membros pressionou a Unesco a realizar mudanças conceituais em torno dos atributos daquilo que era considerado autêntico. A Conferência de Nara, no Japão, nos idos de 1994, formalizou a flexibilização do conceito de autenticidade:

Artigo 13: Todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. [...]

Artigo 15: Dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto à autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. [...] Estas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos. O emprego destas fontes de pesquisa permite delinear as dimensões específicas do bem cultural que está sendo examinado, como as artísticas, históricas, sociais e científicas.<sup>236</sup>

A relativização do conceito de autenticidade segundo os contextos culturais específicos desponta como principal novidade da Carta de Nara na avaliação dos bens culturais, superando a rigidez do “teste de autenticidade” de 1977. Tanto Cristiane Gonçalves como Flaviana Lira alertam, porém, que essas mudanças formais aconteceram apenas onze anos depois da aludida Conferência no Japão, a partir de 2005, quando a versão revisada das Diretrizes do Patrimônio Mundial adotou o termo “condições de autenticidade”, passando a incluir noções abrangentes do patrimônio intangível tais como línguas, saberes, modos de fazer, tradições e técnicas.<sup>237</sup>

Essas incorporações do Programa do WHC vieram no bojo da Convenção de 2003, relativa à Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, responsável por retirar, de forma categórica, o termo autenticidade dos processos de patrimonialização dos bens intangíveis. Ao realizar uma etnografia da implementação desta Convenção, a antropóloga francesa Chiara Bortolotto tece interessantes reflexões que transbordam os pontos contraditórios entre teoria e prática tanto no âmbito da Unesco como no universo de atuação dos proponentes. Segundo a pesquisadora, existe um esforço nítido em evitar o uso da noção de autêntico por parte dos

<sup>235</sup> Por fim, o Comitê inscreveu Varsóvia na Lista do Patrimônio Mundial como exceção, com a observação de que nenhum outro sítio reconstruído seria novamente inscrito (CAMERON, apud GONÇALVES, 2016).

<sup>236</sup> Trechos selecionados do documento final da Conferência de Nara, assinado por Unesco, Iccrom e Icomos em 06/11/1994.

<sup>237</sup> LIRA, 2009, p. 102.

agentes, em especial os antropólogos; estes salientam aos Estados-Membros que pouco importa se determinado bem ou prática cultural é “original” ou “autêntico”, já que o mais relevante consiste em mapear quais são as condições em que o bem se encontra inserido no contexto sociocultural dos seus praticantes. Entretanto, Bortolotto constata que:

Se a expressão ‘autenticidade’ não é coerente com os princípios e os objetivos declarados da Convenção e está, conseqüentemente, banida da terminologia autorizada, na prática essa noção se encontra sempre no centro do dispositivo do Patrimônio Cultural Imaterial. Uma pesquisa nos dossiês dos bens inscritos nas Listas da Convenção entre 2009 e 2012, os primeiros anos do Programa, mostrou que, de fato, os termos ‘autêntico’ e ‘autenticidade’ são amplamente utilizados sem indicar alguma tendência geográfica, nem evolução nesse período: para os 168 bens inscritos na Lista Representativa durante esses quatro anos, encontram-se 89 ocorrências desses termos.<sup>238</sup>

Ademais, a autora salienta que “dissociar a noção de autenticidade do conceito de patrimônio parece, de fato, um desafio impossível de ser realizado”<sup>239</sup> tanto por parte dos proponentes que aglutinam as demandas dos detentores, como pelos próprios especialistas que participam das discussões nos fóruns da Unesco. A antropóloga assinala, ainda, que o conceito de autêntico é mobilizado como parte da estratégia de reivindicação de direitos sobre expressões culturais – um dos exemplos citados consiste nos produtos comercializados que apresentam “indicação geográfica”, selo de distinção este que possibilita à comunidade produtora a requisição dos direitos de propriedade intelectual. O descompasso entre o discurso inclusivo de patrimônio, calcado na autodeterminação dos diferentes grupos, e a repetição de práticas unívocas sobre o autêntico gera, indubitavelmente, um impasse;<sup>240</sup> embora se tenha avançado nas discussões conceituais de atribuição de valor de patrimônio com a supressão da noção estática do autêntico, são as próprias comunidades que continuam a reiterar a ideia de autenticidade para cunhar legitimidade às práticas e aos produtos comercializados:

Em outras palavras, ‘dessencializa-se’ a cultura, mas ‘essencializam-se’ as relações entre seus detentores. Promover um dispositivo fundado pelos usos estratégicos da cultura, purificando acepções essencialistas, revela-se, em resumo, algo extremamente utópico.<sup>241</sup>

As dificuldades de se aplicar, na prática, uma noção amplificada de autenticidade mostram-se ainda mais desafiadoras na lida com o patrimônio material. Segundo Flaviana Lira, muitos

---

<sup>238</sup> BORTOLOTTI, 2017, p. 25.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>240</sup> Outro antropólogo, José Maurício Arruti, ao analisar as políticas de reconhecimento contemporâneas a respeito dos quilombos no Brasil, afirma que essas práticas institucionalizadas suscitam, em grande medida, entendimentos essencialistas de cultura. Cf. ARRUTTI, 2008.

<sup>241</sup> BORTOLOTTI, 2017, p. 36.

dossiês ignoram as orientações inclusivas das Diretrizes de 2005, tomando a autenticidade como um valor absoluto, vinculada apenas à dimensão material dos bens; descartam, pois, as inclusões conceituais que vieram a partir dos anos 1990, utilizando-se de frases de efeito como “esse bem é inegavelmente autêntico”, muitas vezes emitidas nos pareceres dos dossiês por órgãos como Icomos e Unesco. Para Lira, “apesar dos esforços da Conferência de Nara (1994), na prática da conservação do patrimônio cultural o pensamento dominante ainda é aquele que associa a autenticidade aos aspectos físico-materiais do bem”.<sup>242</sup>

Por sua vez, o Programa Memória do Mundo passou incólume às discussões sobre a noção do autêntico fomentadas pela Unesco, em especial no Setor de Cultura. A inclusão do critério de autenticidade, a partir da publicação das Diretrizes do Patrimônio Documental de 2002, não faz qualquer referência aos debates realizados a partir da década de 1980. Pelo contrário, as atenções se voltam exclusivamente para os acervos documentais, enquanto um bem arquivístico, que se distancia dos bens culturais materiais e intangíveis. Nesses termos, o MOW recorre às referências conceituais do campo arquivístico para identificar os documentos autênticos, ao mesmo tempo em que se utiliza da concepção ‘dura’ de autenticidade presente no campo do patrimônio nos anos 1970. Desse modo, o Programa delimita seu universo de atuação, consonante com as iniciativas do Setor de Comunicação e Informação.

O assento privilegiado que se confere à autenticidade na avaliação das candidaturas apresentadas como patrimônio documental, não se faz a partir de uma definição sistematizada do termo, antes com perguntas como: “é o que parece? Determinou-se fidedignamente sua identidade e sua procedência?”.<sup>243</sup> Numa outra passagem, existe a demanda para “explicar como se sabe que o elemento do patrimônio documental é autêntico. Por exemplo, porque se conhece com certeza sua procedência, ou porque um perito demonstrou que é genuíno”.<sup>244</sup> Esse tipo de posicionamento investigativo das origens dos documentos é bastante comum no âmbito da Diplomática,<sup>245</sup> que analisa a estrutura formal e a autenticidade dos registros

---

<sup>242</sup> LIRA, 2009, p. 119

<sup>243</sup> UNESCO, 2002, p. 24.

<sup>244</sup> UNESCO, 2002, p. 46.

<sup>245</sup> Segundo Heloísa Bellotto, “a Diplomática, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata-se, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, pelo efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. Tornam-se esses documentos, por isso mesmo, eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito. Assim sendo, não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação” (BELLOTTO, 2002, p. 13). Já o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística adota uma definição mais sucinta sobre o significado da Diplomática: “Disciplina que tem como objeto o estudo da estrutura forma e da autenticidade dos documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 70)

documentais. Os arquivistas se apropriaram mais do conceito a partir do século XX, quando o inglês Hilary Jenkinson estudou de maneira sistemática o fluxo dos documentos no âmbito das administrações públicas e privadas. Leitora crítica de Jenkinson,<sup>246</sup> Luciana Duranti estende a noção de autêntico para além das origens da produção dos documentos:

A autenticidade está vinculada ao continuum da criação, manutenção e custódia. Os documentos são autênticos porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos com garantias para futuras ações ou para informação, e ‘são definitivamente separados para preservação, tacitamente julgados dignos de serem conservados’ por seu criador ou legítimo sucessor como ‘testemunhos escritos de suas atividades no passado’. Assim, os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados.<sup>247</sup>

Os processos de tratamento e guarda dos documentos são fundamentais, nessa medida, para garantir a autenticidade. O uso desse conceito se adequou à perspectiva do MOW, que procura valorar, na maioria das vezes, acervos localizados em grandes instituições de referência nos diferentes países participantes do Programa. São esses “lugares de memória”<sup>248</sup> institucionalizados que conseguem atender, com maior rigor, a uma das três regras citadas por Luciana Duranti na verificação da autenticidade: “melhor prova”, que consiste na hipótese de que o documento original é a fonte mais confiável e, por isso, deve ser sempre apresentado na sua versão original; “autenticação”, regra que varia conforme o tipo de documento, tendo como premissa a utilização de provas exteriores ao registro que atestem, também, o seu caráter autêntico; e “garantia circunstancial da fidedignidade”, que chama a atenção para a necessidade de se remontar adequadamente o contexto de criação do documento.<sup>249</sup>

A busca obstinada pela autenticidade documental marcou manuais de Arquivologia, pouco afeitos às reflexões que lançassem problematizações em torno dessa noção. Identificar documentos autênticos tornava-se, dessa forma, uma ação corriqueira a qual não cabiam questionamentos, bastando seguir as orientações a fim de separar os registros não condizentes com os princípios intrincados de criação, tratamento e guarda documental que assegurassem o traço de autenticidade de determinado acervo documental.<sup>250</sup> Uma das críticas a essa visão

---

<sup>246</sup> Trata-se da obra “*A Manual of Archival Administration*”, publicada em 1922.

<sup>247</sup> DURANTI, 1994, p. 51.

<sup>248</sup> NORA, 1993.

<sup>249</sup> DURANTI, 1994, p. 53.

<sup>250</sup> O conceito de autenticidade adequou-se aos novos suportes digitais, trazendo definições como: “Autenticidade refere-se ao fato de que os documentos arquivísticos são o que eles dizem ser e que não foram adulterados ou corrompidos de qualquer outra forma. Assim, com relação aos documentos arquivísticos em particular, a autenticidade refere-se à confiabilidade dos documentos enquanto tais. Para assegurar que a

utilitarista veio do filósofo Jacques Derrida que, segundo Luciana Heymann, trouxe reflexões instigantes aos acervos documentais:

Em colóquio sobre a história da psiquiatria, realizado em Londres em 1994, Derrida expressou sua crítica à ideia de que os documentos armazenados nos arquivos preservam uma ‘originalidade’ e uma ‘autenticidade’ capazes de lhes conferir fidedignidade, da mesma forma que o subconsciente freudiano não constitui o repositório imaterial da memória individual. Implodindo com as dicotomias original/cópia, autêntico/artificial, dentro/fora, Derrida sustentou o argumento de que não há, nem jamais houve, um registro original, uma matriz ‘interior’ ou ‘anterior’ da verdade, coletiva ou individual, apenas traços que deixam traços.<sup>251</sup>

O espírito questionador de Derrida somava-se aos esforços que historiadores e antropólogos também realizavam com o intuito de repensar o arquivo enquanto um problema social, político, epistêmico, onde se travam disputas de poder em busca da consagração de certas memórias e o silenciamento de determinadas representações do passado.

Refletir sobre a autenticidade não estava no mérito de competências assumidas pelo MOW. O Programa optou por referendar o autêntico pelo viés da Arquivologia, ao valorizar candidaturas que apresentassem documentos considerados autênticos nos processos intrincados de criação, trâmite e guarda dos acervos arquivísticos. A publicação do “Companheiro do Registro” que ocorreu dez anos após a inclusão do critério de autenticidade nas Diretrizes de 2002, reforçou o perfil arquivístico do Memória do Mundo: sem maiores questionamentos em torno da construção social e simbólica do autêntico, buscou apenas uma atualização em termos do suporte digital em que os documentos podem ser produzidos:

Determinar a autenticidade nem sempre é uma questão simples. A tecnologia digital oferece enormes possibilidades de manipulação de texto, imagens e sons para não deixar qualquer vestígio da alteração. Às vezes, os originais não existem e para estabelecer a autenticidade é necessária a identificação de cópias históricas que, por sua vez, podem mostrar seus próprios traços de identificação, como, por exemplo, os manuscritos medievais. A mídia audiovisual, especificamente, é muitas vezes copiada e os originais podem não existir mais. O recipiente mais antigo pode não conter o conteúdo autêntico. Os filmes e fotografias podem ser alterados de forma muito variada para mudar o conteúdo.<sup>252</sup>

Nota-se a permanência da busca sistemática pelo que é considerado autêntico, agora agravado pelos meandros e sutilezas do mundo digital. Diante da explosão de novos suportes que

---

autenticidade possa ser presumida e mantida ao longo do tempo, deve-se definir e conservar a identidade dos documentos arquivísticos e proteger sua integridade. A autenticidade é colocada em risco sempre que os documentos arquivísticos são transmitidos através do tempo e do espaço” (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p. 23).

<sup>251</sup> HEYMANN, 2012, p. 25.

<sup>252</sup> UNESCO, 2012a, p. 9. Minha tradução do espanhol para o português.



podem abrigar documentos autênticos, o discurso do MOW alinha-se a projetos coletivos que prezam por boas práticas em termos de preservação digital.<sup>253</sup> A escolha por se encerrar às questões afeitas ao campo arquivístico acaba por reforçar o perfil documentalista do Memória do Mundo e, concomitantemente, inibir maiores diálogos programáticos com outras ações preservacionistas do Setor de Cultura da Unesco.

Por fim, interessa perceber como um conceito controverso como o de autenticidade foi acionado, por diferentes agentes em contextos distintos, para estabelecer fronteiras entre áreas especializadas: a Conservação e o Restauro calcaram-se nos traços materiais dos bens para definir o autêntico, ao passo que a Antropologia implodiu a perspectiva estática de autenticidade, enquanto a Arquivologia se concentrou na busca pretensamente objetiva dos documentos autênticos. As Diretrizes de 2002 do MOW trouxeram à cena principal o critério de autenticidade pela perspectiva do campo arquivístico, almejando dotar o Programa com um perfil supostamente mais ‘objetivo’, ‘neutro’ e ‘apolítico’, valores estes que continuam a ser conclamados por agentes do Memória do Mundo na tentativa de suplantar-se às dimensões política, social e cultural dos arquivos.

### 2.2.2. Consolidação do perfil arquivístico do MOW

Não somente a autenticidade, sob o ponto de vista da Arquivologia, foi a responsável por mudanças no aspecto geral do Memória do Mundo. A inclusão de um segundo critério, denominado “único e insubstituível” pelas Diretrizes de 2002, tornou-se importante para a maior identificação do Programa com os acervos arquivísticos. Considerado hierarquicamente inferior à noção de autêntico pelo MOW, a igualmente denominada “unicidade” revela-se como um atributo complexo quando se trata de documento de arquivo. Segundo Luciana Duranti, “a unicidade provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental”.<sup>254</sup> Se num primeiro olhar analítico, todo e qualquer documento arquivístico pode ser considerado único, diferenciando-se, por exemplo, dos livros e publicações de bibliotecas que são multicópias, a unicidade deve ser apreendida enquanto traço específico inserido num determinado contexto, ou seja, ela é permanentemente relacional. Heloísa Bellotto assinala que “o único”, para a Arquivologia, designa singularidades presentes na produção do registro “não podendo, em

---

<sup>253</sup> A “Pesquisa Internacional sobre Registros Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos (InterPARES)”, coordenado pela professora Luciana Duranti, é um exemplo dessas tentativas de mobilizar debates em torno da preservação de documentos em formato digital. Para maiores detalhes ver: <http://www.interpares.org/>

<sup>254</sup> DURANTI, 1994, p. 52.

qualquer hipótese, haver outro que lhe seja idêntico em propósito pontual, nem em seus efeitos”.<sup>255</sup>

A utilização adicional do termo “insubstituível” reforça o tipo de caráter único dos documentos contemplados no âmbito do MOW. Trata-se de provar a inexistência de uma documentação similar, ainda que esse conjunto de documentos seja produzido a partir de atividades rotineiras de um órgão público e/ou privado. Ou seja, um dos pressupostos básicos do Programa consiste em desconsiderar tudo aquilo que tem caráter serial – por exemplo, um conjunto documental que pertence ao acervo da Câmara Municipal de Ouro Preto pode apresentar similitude com documentos do arquivo do município de Mariana, e rechaça o caráter único e insubstituível que uma documentação possa reivindicar em alguma dessas Câmaras Municipais. Porém, dependendo dos argumentos mobilizados, se forem capazes de fomentar traços distintos do suposto acervo, a unicidade poderá ser considerada pelos avaliadores das candidaturas.<sup>256</sup> Concordamos com Bourdieu quando afirma que a distinção é um atributo construído a partir de tênues diferenças, em especial quando gestada por campos especializados como o artístico e o científico; tal característica leva os agentes a valorizarem ainda mais os traços de distinção, oriundos dos processos de lutas de representações:

A dinâmica do campo no qual os bens culturais se produzem, se reproduzem e circulam, proporcionando ganhos de distinção encontra seu princípio nas estratégias em que se engendram sua raridade e a crença em seu valor, além de contribuírem para a realização desses efeitos objetivos pela própria concorrência que os opõe entre si: a ‘distinção’ [...] existe apenas através das lutas pela apropriação exclusiva dos sinais distintivos que fazem a ‘distinção natural’.<sup>257</sup>

De maneira análoga, observamos que o campo arquivístico adota estratégias específicas com vistas a distinguir os documentos de arquivo, tendo na unicidade uma dessas formas possíveis desse empreendimento. Uma vez construído tal valor de distinção, que se ancora na aprovação legitimada perante um determinado grupo social, as formas de reconhecimento parecem naturalizadas e sem necessidade de serem questionadas.

---

<sup>255</sup> BELLOTTO, 2002, p. 23.

<sup>256</sup> O edital MOW Brasil, no ano de 2012, recebeu as candidaturas da Câmara Municipal de Mariana e da Câmara Municipal de Ouro Preto. Enquanto a primeira centrou seu argumento no caráter de antiguidade da documentação, sob o argumento de que Mariana é a cidade mais antiga de Minas Gerais, a Câmara ouro-pretana destacou dois movimentos políticos como a Revolta de Felipe dos Santos e a Inconfidência Mineira, sublinhando que ambos estão registrados nos autos que integram o acervo candidato. Como resultado final, a Câmara de Ouro Preto recebeu o título de Memória do Mundo, enquanto o arquivo de Mariana não teve seu pedido contemplado. Acreditamos que a análise do Comitê MOW Brasil se respaldou no critério de unicidade para tomar essa decisão. O capítulo 4 se dedicará a uma análise pormenorizada sobre os julgamentos dessas e outras proposições apresentadas nos editais nacionais e internacionais do Programa Memória do Mundo.

<sup>257</sup> BOURDIEU, 2008, p. 233-234.

O Memória do Mundo cria o efeito de distinção dos acervos candidatos a partir de investigações hipotéticas: “algo cuja desapareção ou deterioração constituiria um empobrecimento prejudicial para o patrimônio da humanidade”;<sup>258</sup> “quão graves seriam as consequências de sua perda?”;<sup>259</sup> ou “quanto isso realmente importa se o patrimônio documental desaparecer? Essa perda comprometeria o patrimônio global?”.<sup>260</sup> Ao relacionar o critério arquivístico de unicidade com os riscos a que qualquer bem cultural está sujeito, o MOW aproxima-se do discurso que já é costumeiramente adotado pela Unesco no âmbito do Programa do WHC:

A Convenção do Patrimônio Mundial está fundada no reconhecimento de que o patrimônio cultural e natural está entre os bens inestimáveis e insubstituíveis, não apenas de cada nação, mas da humanidade. A perda por deterioração ou desaparecimento de qualquer um desses valiosos bens constitui um empobrecimento do patrimônio de todos os povos. Parte desse patrimônio, devido a suas qualidades excepcionais, podem ser consideradas de Valor Universal Excepcional (muitas vezes chamado de VUE) e, como tais, merecem proteção especial contra perigos que cada vez mais as ameaçam.<sup>261</sup> (meus grifos)

A utilização de expressões semelhantes, como as sublinhadas acima, além da “retórica da perda”<sup>262</sup> e do risco de constantes ameaças esboçam o compartilhamento de valores que estão no escopo dessas duas iniciativas da Unesco. Ademais, podemos pensar que o caráter “único e insubstituível” se assemelha ao “valor universal excepcional”, entendido pela agência como “a razão por que o bem é considerado tão significativo a ponto de justificar seu reconhecimento na Lista do Patrimônio Mundial”.<sup>263</sup>

A excepcionalidade atribuída aos bens culturais revelou-se como prática distintiva muito presente nos processos de patrimonialização. Muitas vezes naturalizado enquanto um atributo a ser identificado nos bens passíveis de tombamento, o fato de ser citado em legislações amplificou o status da sua própria legitimação.<sup>264</sup> Afirmar que um bem possui valor excepcional faz parte da rotina dos agentes do campo do patrimônio; a

---

<sup>258</sup> UNESCO, 2002, p. 24.

<sup>259</sup> UNESCO, 2002, p. 46.

<sup>260</sup> UNESCO, 2012a, p. 10. Minha tradução do espanhol para o português.

<sup>261</sup> UNESCO/IPHAN, 2013, p. 16.

<sup>262</sup> Expressão cunhada em GONÇALVES, 1996.

<sup>263</sup> UNESCO; IPHAN, 2013, p. 58

<sup>264</sup> O decreto lei nº 25, de 1937, que institui o tombamento federal no Brasil traz logo no seu 1º artigo: “Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (meus grifos).

monumentalidade é evocada, igualmente, como critério a ser reconhecido, perfazendo uma espécie de dueto valorativo em que o imóvel arquitetônico pode, por exemplo, ser reconhecido como expressão excepcional e monumental da nação. Não obstante existirem práticas que buscam se contrapor a esse tipo de justificativa baseadas nos cânones da excepcionalidade,<sup>265</sup> na tentativa de ampliar os valores de representatividade dos bens associados a diversos contextos sociais, há a permanência desse discurso nas práticas preservacionistas. A começar pela Unesco que, ao declarar que “o conceito de valor universal excepcional é o que sustenta a Convenção do Patrimônio Mundial. É o fundamento de todos os bens inscritos”,<sup>266</sup> reitera uma perspectiva de conferir à excepcionalidade o poder central de definir o que é patrimônio da humanidade.

Apesar de guardar similitudes com a noção de excepcional, o critério de unicidade do Memória do Mundo aparece interligado com outras noções tipicamente arquivísticas. O edital veiculado pelo MOW Brasil, cujas especificidades serão abordadas no capítulo 4, associa o caráter único do acervo com a sua “organicidade”.<sup>267</sup> Tal característica consiste na perspectiva de que um arquivo se constitui a partir de um todo orgânico, tendo seus documentos como partes inter-relacionadas responsáveis por conceder o sentido de conjunto.<sup>268</sup> Referenciada exaustivamente nos manuais de Arquivologia, a noção de organicidade é uma marca identitária conclamada pelos agentes nos processos em que os acervos recebem o qualitativo de arquivísticos. Torna-se premissa básica que determinada reunião de documentos perfaça um agrupamento lógico, coerente e inteligível, caracterizando um conjunto orgânico passível de adequado tratamento documental a partir de normas técnicas internacionais.<sup>269</sup>

Luciana Duranti qualifica a organicidade a partir de duas noções complementares: o “inter-relacionamento” e a “naturalidade”. O primeiro termo abrange as intrincadas relações entre os documentos de um acervo, evidenciando a premissa de que um registro isolado não é suficiente para testemunhar suficientemente o passado: “os documentos são interdependentes

---

<sup>265</sup> O artigo de Flávia Brito do Nascimento realiza uma interessante análise sobre a atuação dos historiadores, no Iphan, a partir da década de 1980, como importante estratégia para propor os tombamentos de sítios urbanos para além da excepcionalidade. A ideia de “cidade documento” é valorizada, mostrando-se como caminho possível para uma maior amplitude e representatividade dos bens protegidos (NASCIMENTO, 2016).

<sup>266</sup> UNESCO; IPHAN, 2013, p. 10.

<sup>267</sup> Edital MOW Brasil 2015, item 5.

<sup>268</sup> RODRIGUES, 2006, p. 109.

<sup>269</sup> A ISAD(G), sigla em inglês para *General International Standard Archival Description*, editada pelo Conselho Internacional de Arquivos é uma das principais metodologias de conhecimento dos acervos arquivísticos. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) consiste na versão traduzida e adaptada da ISAD(G).

no que toca a seu significado e a sua capacidade probatória”.<sup>270</sup> Já a naturalidade - termo que pode suscitar complicadas apropriações, como se os documentos fossem consequências naturais dos atos humanos, subtraída a dimensão das intencionalidades, quase sempre não explicitadas, dos sujeitos envolvidos na produção, tramitação e tratamento dos acervos -,<sup>271</sup> evidencia os documentos como itens acumulados de forma permanente e progressiva, como se fossem sedimentos de estratificações geológicas.<sup>272</sup>

Evocando conceitos do campo arquivístico para definir seus critérios, o Programa delimita assim o universo de candidaturas que pretende julgar: o acervo precisa ser autêntico, único e orgânico para almejar o título de Memória do Mundo. O não atendimento de uma dessas premissas já se torna motivo suficiente para eliminar as pretensões de um possível proponente. Alicerçado num tipo de retórica da ‘objetividade’, os membros do Comitê ratificam que a distinção que o MOW concede ao documento contemplado não está erigida em critérios circunstanciais de valor:

Eu me sinto confortável com a atual metodologia. A única questão que nos apresenta um problema é esse limite de dez nomeações por edital do MOW Brasil. Porque imagina uma situação em que você tenha doze nomeações e você não pode nominar todas. Então é algo complicado, ou seja, aí voltamos à questão da necessidade do cumprimento dos aspectos formais da candidatura. Porque não há juízo de valor no sentido de considerar uma mais importante que a outra.<sup>273</sup>

Perpetua-se a noção de que a Arquivologia consegue analisar os acervos pelo viés da objetividade e neutralidade, e que, por consequência, o Memória do Mundo seria uma maneira isenta de identificar o patrimônio documental. A hipotética situação apresentada - em que há a necessidade de se escolher dez entre doze propostas aptas a receber o título do MOW, tendo em vista que todas cumprem os requisitos básicos da documentação arquivística - explicita, por sua vez, que o Programa faz uso deliberado de hierarquias, julga e seleciona bens, assim como acontece em outros processos de patrimonialização.

---

<sup>270</sup> DURANTI, 1994, p. 52.

<sup>271</sup> Luciana Heymann pondera que: “A ‘naturalidade’ associada aos arquivos, no sentido tanto da constituição de conjuntos de documentos quanto no de seu recolhimento às instituições de guarda, ancora-se na tradição da própria disciplina arquivística, podendo ser evocada para justificar o relativo alijamento dos arquivos dos debates que, já há algum tempo, têm movimentado o universo de outros construtos e instituições sociais, como coleções e museus, em relação aos quais a ‘intenção’ de exibir, os circuitos de exibição e as narrativas veiculadas por meio dos recursos museológicos, entre outros pontos, vêm sendo objeto de questionamento, com rebatimento importante no campo da museologia”. (HEYMANN, 2012, p.13-14).

<sup>272</sup> DURANTI, 1994, p. 52.

<sup>273</sup> Entrevista concedida por Paulo Peixoto, no Rio de Janeiro/RJ, em 22/03/2016.

### 2.2.3. O documento entre a Arquivologia e a História

Uma das tensões suscitadas pelo Programa consiste nas diferentes concepções acerca do documento. As Diretrizes de 2002 trazem definições gerais: “Um documento é aquilo que ‘documenta’ ou ‘registra’ algo com um propósito intelectual deliberado”;<sup>274</sup> e “os arquivos são gerados organicamente pelas administrações estatais pelas empresas e pelas pessoas no curso de suas atividades normais”.<sup>275</sup> De uma maneira geral, problematizar esse tipo de visão hegemônica do documento não é uma das prioridades do MOW. Lançar luz para o debate de forma interdisciplinar, propiciando diálogos entre áreas do conhecimento, não entra no rol de problematizações que poderiam desnudar o caráter mítico do documento patrimonializado.

Recuperar as reflexões historiográficas das primeiras décadas do século XX serviriam para enriquecer a prática do Programa. A “Escola dos Annales” concentrou parte dessa iniciativa e, a partir dos trabalhos pioneiros dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, fomentou um movimento renovador na historiografia francesa e, por extensão, ao que foi denominado de “História Nova”.<sup>276</sup> Criticavam a abordagem da história narrativa e factual, adepta dos documentos como provas de veracidade, e propunham um tipo de leitura mais problematizadora dos processos sociais, lançando novos olhares e questionamentos para a documentação.

Outras importantes indagações vieram de áreas do conhecimento como a Filosofia e a Antropologia, principalmente a partir dos anos 1990, responsáveis por destacar “o arquivo como agente na construção de ‘fatos’ e ‘verdades’, como lócus de produção – e não simplesmente guarda – de conhecimento, como dispositivo do exercício do poder”.<sup>277</sup> Ao mergulhar numa ampla bibliografia interdisciplinar sobre os arquivos, Luciana Heymann sublinha que:

A arquivística e os arquivistas conservaram, de maneira geral, uma postura positivista, enquanto outras ciências humanas e sociais, como a antropologia, com a qual a arquivística compartilha questões como a preocupação com a

---

<sup>274</sup> UNESCO, 2002, p. 10.

<sup>275</sup> UNESCO, 2002, p. 12.

<sup>276</sup> Ressalva-se a existência de debates sobre os documentos presentes em outras tradições científicas europeias, como a alemã e a inglesa, que também realizaram críticas à escola metódica do século XIX. Optamos por referenciar historiadores franceses em razão da Unesco receber, sob diferentes circunstâncias, traços da influência francesa em termos acadêmico e científico ao longo da sua atuação programática. Por exemplo, a reiteração dos valores do Ato Constitutivo (1946) que criou e mantém a Unesco como instituição referencial entre os Estados-Membros é ainda hoje celebrada como herança do iluminismo do século XVIII, resultado dos esforços de personalidades francesas como Diderot, Condorcet e Voltaire (MAUREL, 2005, p. 32).

<sup>277</sup> HEYMANN, 2012, p. 23.

representação, a descrição e a autenticidade, foram convulsionadas pelos debates pós-modernos.<sup>278</sup>

Tal constatação se ancora nos estudos da arquivista Elisabeth Kaplan, a qual acrescenta que a Arquivologia foi permanentemente constituída a partir do “saber empírico, o que contribuiu para obscurecer as dimensões política e criativa do trabalho arquivístico – e no temor de que esses questionamentos gerassem o descrédito dos procedimentos adotados pela disciplina”.<sup>279</sup> A constituição do campo arquivístico configura-se, portanto, como um discurso científico, de uma área que demanda pelo status de cientificidade. Para ser considerado um bem representativo do “patrimônio da humanidade” pela Unesco, o documento precisa cumprir uma série de requisitos técnicos, ancorados em critérios basilares da Arquivologia, como as noções de autenticidade, unicidade e organicidade.

O Memória do Mundo destaca esses e outros atributos dos documentos de arquivo como forma de corroborar com a afirmação da Arquivologia enquanto campo autônomo. Por muito tempo vista como disciplina auxiliar da História, além de permanecer subsumida em relação à Ciência da Informação, os arquivistas têm lançado mão de estratégias com vistas a fortalecer seu campo de atuação profissional em especial a partir da segunda metade do século passado.<sup>280</sup> Nessas circunstâncias, podemos pensar o MOW como um desses instrumentos com vistas a conceber a legitimidade que é, continuamente, construída pelos agentes inseridos no campo arquivístico. Gestado no interior do Setor de Comunicação e Informação da Unesco e respaldado por associações internacionais como ICA, o Programa mostra-se inserido nas lutas de reconhecimento da Arquivologia. Ao mobilizar conceitos específicos para definir quais serão os acervos documentais passíveis de patrimonialização, o Memória do Mundo se alinha ao discurso de cientificidade dos arquivistas e se afasta de uma perspectiva mais plural e interdisciplinar do patrimônio cultural e de documento.

Uma das possibilidades de flexibilizar a noção de documento é oferecida pelo campo historiográfico. Em contraposição à escola metódica do século XIX, Marc Bloch mostra-se como um dos historiadores pioneiros ao conclamar uma postura crítica que questionasse o passado enquanto estrutura contextual rígida, imóvel e não passível de modificações. Ao compreender os documentos como “vestígios”, o historiador francês distancia-se da postura positivista de reificar critérios estáticos de avaliação dos documentos, investindo numa

---

<sup>278</sup> HEYMANN, 2012, p. 31.

<sup>279</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>280</sup> A institucionalização do curso superior de Arquivologia, no Brasil, durante a década de 1970, pode ser citada como uma das estratégias de legitimação. Para uma discussão completa do assunto ver MARQUES, 2007.

interpretação mais problematizadora desses registros; para Bloch, importa, em grande medida, a maneira através da qual se lançam indagações para os documentos. Além disso, o historiador lança reflexões acerca da configuração dos acervos documentais no seu clássico “Apologia da História”:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.<sup>281</sup>

Antes da consolidação da Arquivologia como disciplina autônoma, Marc Bloch alertava para as intencionalidades inerentes aos processos de tratamento documental; desnaturalizar os arquivos como meros locais passivos que recebem os documentos consiste em ter a dimensão das dinâmicas sociais de poder presentes tanto na produção desses registros, como também nas atividades responsáveis por organizá-los posteriormente. O documento apresenta-se, pois, como construto dinâmico, variável conforme as atividades propostas pelos seus custodiadores, dentre as quais pode estar uma candidatura ao Memória do Mundo. Ainda que os parâmetros de apresentação de propostas ao Programa se mostrem como supostamente técnicos, destacar documentos do acervo já se revela um ato revestido de intenções subjetivas dos proponentes. Ao refletir sobre a experiência da pesquisa do historiador nos arquivos, Márcia Chuva referenda Pierre Bourdieu para afirmar que a escolha de um determinado documento consiste numa operação que pretere muitos outros, ato investido de simbologia que depende, também, das propriedades daquele que faz a seleção.<sup>282</sup>

Em seu consagrado texto em que aproxima as noções de monumento e documento, o historiador Jacques Le Goff nos alerta que os itens que perseveram são aqueles que foram escolhidos a partir dos resultados de uma intrincada dinâmica de forças sociais. O documento deve ser compreendido enquanto resultado de um processo complexo de montagem, razão pela qual se aproxima da noção de monumento. Pensar os documentos enquanto monumento mostra-se como alternativa metodológica viável para que se consiga perceber os mecanismos envolvidos nas suas próprias constituições; ambos têm a pretensão de evocar o passado e perpetuar a recordação de uma maneira voluntária, trazendo, muitas vezes, a ‘versão vitoriosa da história’. Ademais, Le Goff é taxativo ao afirmar que “só a análise do documento enquanto

---

<sup>281</sup> BLOCH, 2002, p. 83.

<sup>282</sup> CHUVA, 2015, p. 109.



monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.<sup>283</sup> Esse tipo de equivalência leva o autor a estabelecer a expressão “monumento/documento” - título homônimo do artigo em questão -, a qual serve para problematizarmos práticas desenvolvidas pelo MOW: se “todo documento é monumento”, como afirma Le Goff, os documentos com o título do Memória do Mundo são ainda mais monumentos?

Luciana Heymann designa o termo “operações de monumentalização” com o intuito de nomear os processos de patrimonialização capitaneados por órgãos de natureza pública. O Memória do Mundo é destacado, inclusive, como uma dessas práticas de monumentalização dos documentos, já que concedem visibilidade a determinados acervos documentais “além de instituírem o valor que pretendem destacar, validam e legitimam os agentes sociais envolvidos na sua conservação e difusão”.<sup>284</sup> Artífices em monumentalizar documentos, os profissionais do campo arquivístico assumem a posição de protagonistas no Memória do Mundo: propõem diretrizes, apresentam propostas, julgam candidaturas e alimentam suas próprias posições de destaque no interior do aludido campo. Ao analisar a implementação das práticas preservacionistas no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1940, Márcia Chuva salienta que:

Embora nesse processo se dê a incorporação de profissionais de diversas áreas, a característica do momento de fundação das práticas de preservação do ‘patrimônio nacional’ no mundo ocidental foi a sua monumentalização, tendo disso consagrados como monumentos, essencialmente, os objetos arquitetônicos. Isso engendrou, a longo prazo, uma área de atuação profissional específica na qual o arquiteto assumiu o papel de ‘especialista’.<sup>285</sup>

De maneira análoga, podemos refletir sobre os profissionais da área da documentação, os quais assumiram posições protagonistas no ato de monumentalizar documentos via Memória do Mundo. Não obstante a grande maioria desses agentes não ter frequentado os recentes cursos universitários de Arquivologia, a formação prática continuada desses profissionais, no próprio campo arquivístico, mostra-se como importante requisito para definir quais são os especialistas autorizados a conceder o título monumental da Unesco. Interessante frisar que o capital simbólico dos agentes individuais se retroalimenta continuamente, sendo comum uma espécie de autoreferenciamento entre os pares, como acontece nas constituições do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e do Comitê MOW Brasil – assuntos a serem debatidos no próximo capítulo.

---

<sup>283</sup> LE GOFF, 1996, p. 546.

<sup>284</sup> HEYMANN, 2009, p. 1-2.

<sup>285</sup> CHUVA, 2009, p. 45.

Em contrapartida, importa sublinhar que os preenchimentos das cadeiras dos Comitês do Memória do Mundo não seguem, necessariamente, um perfil homogêneo de membros que sejam defensores da noção de documento por parte de uma Arquivologia pouco aberta ao debate. Muito pelo contrário, existem vozes dissonantes dessa visão conservadora que poderiam ser apreendidas caso tivéssemos acesso, por exemplo, às atas de reuniões com trechos mais pormenorizados sobre os debates a respeito das candidaturas apresentadas. Na primeira ocasião em que o CCI se reuniu para deliberar sobre as propostas que ganhariam o título de MOW Internacional, o relato do encontro de 1997 se limita a dizer: “O Comitê examinou as proposições recebidas de 33 países. De outros estavam muito tarde para essa reunião. Após um debate feroz, foi recomendada a inscrição do registro mundial nas proposições apresentadas por 21 países”.<sup>286</sup> Conforme assinalado na introdução, não obtive permissão para acompanhar as reuniões do Comitê MOW Brasil que discutiram as candidaturas brasileiras sob o argumento do sigilo conclamado pela Unesco, nem mesmo tive acesso aos pareceres emitidos pelos membros especialistas. Tal condição dificultou a nossa percepção no que se refere às diferenças entre o discurso presente nas Diretrizes do Programa e a prática, de fato, implementada pelos agentes. Contudo, conforme veremos no capítulo 4, as seleções de determinadas candidaturas por parte do Comitê Brasileiro são fortes indícios de que os preceitos oficiais do Memória do Mundo podem ser rechaçados, inclusive numa perspectiva que considera o documento como bem cultural socialmente dinâmico e versátil.

#### 2.2.4. A memória do Memória do Mundo

A memória apresenta-se como objeto de estudo multifacetado, sujeita a abordagens provenientes dos estudos psicanalíticos, sociológicos, científicos, literatos e historiográficos. Tema de grande interesse nas ciências humanas, a memória possibilita o estabelecimento de muitas conexões interdisciplinares. O sociólogo Maurice Halbwachs cunhou o conceito “memória coletiva” através do qual a memória deixa de ter uma perspectiva exclusivamente individual, tornando-se uma categoria de significância em relação a um grupo social. Memória coletiva e memória individual nutrem-se reciprocamente: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros

---

<sup>286</sup> Minha tradução do francês para o português de trechos da “*Troisième réunion du Comité consultatif International du programme Mémoire du monde*”, realizada em Tashkent, no Uzbequistão, entre os dias 29 de setembro a 1º de outubro de 1997.

meios”.<sup>287</sup> Atento a esse tipo de dinamicidade, Halbwachs frisa o papel dos “quadros sociais da memória coletiva”, responsáveis por conferir inteligibilidade às rememorações de um grupo específico. Uma vez coletivamente constituída, a memória de um determinado grupo pode predominar sobre os demais em função dos dispositivos de poder acionados, ganhando a prerrogativa de ser a versão do passado legitimamente aceita por todos.

Nas primeiras Diretrizes do MOW de 1995, há uma tentativa de conceituação do que seria a “memória do mundo”:

Pode-se definir a memória do mundo como a memória coletiva dos povos do mundo: é de crucial importância para a preservação das identidades culturais e cumpre uma função essencial na configuração do futuro. O patrimônio documental guardado nas bibliotecas e nos arquivos de todo mundo constitui uma porção importante da memória do mundo; no entanto, grande parte do dito patrimônio está atualmente em perigo. O patrimônio documental de muitos povos se dispersa como resultado do deslocamento acidental ou deliberado de fundos e coleções. A Unesco reconheceu que era necessário intervir para evitar que essa memória fosse perdida e, em 1992, criou o Programa Memória do Mundo.<sup>288</sup>

Sob um tom de universalismo típico dos seus discursos, a Unesco iguala a memória do mundo como se esta pudesse abarcar a totalidade da “memória coletiva dos povos do mundo”. Tal visão desconsidera as reflexões de Jacques Le Goff, leitor crítico de Halbwachs, acerca das dinâmicas dos grupos que buscam sobrepor suas memórias sobre os outros: “Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”.<sup>289</sup> A utopia da Unesco no congraçamento dos Estados-Membros, a partir de um tipo de narrativa totalizadora que abranja as diferentes identidades culturais, fomenta uma ideia de ‘memória-matriz’ isenta de conflitos e violências simbólicas. Em contraste a essa perspectiva idílica, podemos apontar o próprio MOW como uma das arenas de embates das versões de memórias, conforme assinalamos na introdução da tese.

Além disso, a definição da Unesco de que o patrimônio documental “constitui uma porção importante da memória do mundo”, estando “guardado nas bibliotecas e nos arquivos” transmite uma ideia um tanto estática da noção de memória, como se os registros documentais estivessem à espera de serem meramente ‘descobertos’ em meio às estantes das instituições de guarda. Em contraste a essa concepção, Andreas Huyssen confere traços multifacetados à memória, dentre os quais se destacam as suas formas plurais de reinvenção; o seu caráter maleável e suscetível às constantes reconstruções; o fato de ser negociada nos meandros do

---

<sup>287</sup> HALBWACHS, 1990, p. 50.

<sup>288</sup> UNESCO, 1995, p. 1.

<sup>289</sup> LE GOFF, 1996, p. 476.

corpo social de crenças e valores, rituais e instituições; além de seu lugar ser uma espécie de rede discursiva extremamente complexa, na medida em que congrega fatores, míticos, históricos, políticos e psicológicos dos diferentes grupos sociais.<sup>290</sup> As Diretrizes do MOW de 1995 não propõem esse tipo de problematização; existe apenas a atestação de que a memória corre riscos em decorrência da desintegração de acervos documentais motivada por fatores involuntários ou deliberados. Nesse cenário de incertezas, a Unesco se auto apresenta como a legítima salvadora, tendo no MOW o antídoto contra a possível perda da memória.

As Diretrizes do Programa de 2002 trouxeram uma conceituação de “memória do mundo” mais sucinta se comparada à publicação de 1995, além de reforçar a equivalência semântica com o patrimônio documental:

A memória do mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental – que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura.<sup>291</sup>

A visão teleológica se faz presente, como se a memória pudesse captar os estágios evolutivos da história da humanidade num tipo de perspectiva unívoca, linear e sem rupturas. Fernando Catroga ressalva que a memória não é um mero armazém acumulativo, estando suscetível às variações circunstanciais da “tensão tridimensional do tempo”:<sup>292</sup> passado, presente e futuro são as temporalidades responsáveis pela construção das memórias, na medida em que “o presente histórico é um permanente ponto de encontro da recordação e da esperança”.<sup>293</sup> Ao qualificar a memória como construção seletiva do passado, Catroga sublinha que o indivíduo tende a preencher os vazios da amnésia, transformando o ato de recordar como algo contínuo e sem incoerências: “Daí, também, o cariz totalizador e teleológico da recordação, pois a retrospectiva urde um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente”.<sup>294</sup> Sob essa ótica seletiva e com um discurso logicamente estruturado, a Unesco mostra a “memória do mundo” como algo coerente, contínuo, e representativamente plural, esquivando-se, com isso, de concebê-la enquanto uma dimensão suscetível aos esquecimentos, incoerências, acasos e escolhas.

---

<sup>290</sup> HUYSSSEN, 2000, p. 69.

<sup>291</sup> UNESCO, 2002, p. 5.

<sup>292</sup> CATROGA, 2001, p. 20.

<sup>293</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 21.

Narrar memórias faz parte da dinâmica de funcionamento do MOW. Os proponentes das candidaturas ao registro concedido pela Unesco devem adequar suas propostas a fim de obterem êxito nos editais periódicos. A narrativa sobre a memória é, portanto, a responsável por atribuir valor de patrimônio aos acervos documentais; como salienta Paul Ricoeur, a narratividade deve ser considerada como uma forma de existência da própria memória.<sup>295</sup> Podemos evocar Michael Pollak, em especial a noção de “trabalho de enquadramento da memória” para refletir que a Unesco busca, através das publicações das Diretrizes do MOW, lançar parâmetros do que considera a ‘memória do mundo’. As propostas apresentadas ao Programa devem se adequar a partir das informações demandadas nos formulários das candidaturas, tendo como pressupostos os critérios de seleção já destacados nas seções anteriores. Formalizar proposições ao Memória do Mundo significa, pois, enquadrar determinado acervo documental dentro dos parâmetros preconizados pela Unesco. Pollak esclarece que a memória consiste numa “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”,<sup>296</sup> e que “esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionais”;<sup>297</sup> no caso do MOW, os construtores dessas memórias são os agentes do campo arquivístico, responsáveis por enquadrá-las através de narrativas que passam a nomear determinados documentos como patrimônio documental.<sup>298</sup>

Um aspecto importante presente nas Diretrizes de 1995 e 2002, além de ser reiterado no Companheiro do Registro de 2012 consiste na afirmação de que a “memória do mundo se encontra nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e nos locais de custódia”.<sup>299</sup> Trata-se, de maneira clara, de explicitar qual é o foco dedicado pela Unesco nas suas ações via MOW: o perfil institucional dos proponentes, a memória a ser valorada encontra-se nas instituições de guarda. Pierre Nora, atento aos “lugares de memória” na contemporaneidade, salienta que:

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens,

---

<sup>295</sup> RICOUER, 2010.

<sup>296</sup> POLLAK, 1989, p. 9.

<sup>297</sup> POLLAK, 1989, p. 10.

<sup>298</sup> Pollak destaca que “os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas, etc.”. (Ibidem, p. 10). Nessa medida, podemos estender o “etc.” para os documentos.

<sup>299</sup> UNESCO, 2002, p. 5.

discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história.<sup>300</sup>

A análise de Nora encontra ressonância em Paul Ricoeur, que qualifica os documentos de arquivos como “memória arquivada”, a qual se diferencia das formas orais de rememoração: “Ora, esses testemunhos orais só se constituem em documentos depois de gravados; eles deixam então a esfera oral para entrar na da escrita, diferenciando-se, assim, do papel do testemunho da conversação comum. Pode-se dizer então que a memória está arquivada, documentada”.<sup>301</sup> O MOW é, marcadamente, um Programa que destaca os acervos escritos, entendidos como substratos da memória que se localiza armazenada em consagrados locais de guarda. Descartam-se, pois, outros tipos de registros memorialísticos que não se encaixem nos padrões arquivísticos de cientificidade.

Apesar de mobilizar termos como “memória coletiva”, “documento”, “patrimônio”, “autenticidade”, dentre outros, as publicações da Unesco têm a característica de não trazerem as referências bibliográficas consultadas para a elaboração dos seus textos. Durante a nossa pesquisa, não encontramos nenhum referenciamento a qualquer autor quando da mobilização de conceitos trabalhados pelo Programa. Isso ocorre em decorrência da postura assumida pela Unesco enquanto organização socialmente legitimada nos âmbitos de campos especializados como o do patrimônio e, no caso do MOW, o campo arquivístico. As Diretrizes assinadas pela agência investem-se do atributo de “doxa” destacado por Pierre Bourdieu:

Uma das propriedades importantes de um campo reside no fato de haver nele impensável; quer dizer coisas que nem sequer se discutem. Há a ortodoxia e a heterodoxia, mas há também a doxa, quer dizer todo o conjunto do que é admitido como óbvio, e em particular os sistemas de classificação determinando o que é julgado interessante e sem interesse, aquilo que ninguém merece ser contado, porque não tem procura.<sup>302</sup>

A memória do Memória do Mundo, quando anunciada e propagada pela Unesco, não trabalha com reflexões acerca da sua representatividade. É como se as palavras emitidas a partir da organização internacional fossem máximas a serem simplesmente respeitadas. A utilização da forma singular ao invés do plural - “Memória do Mundo” ao invés de “Memórias do Mundo” – pode servir para pensar na construção do discurso de autoridade da Unesco que conota, por sua vez, na materialização de uma violência simbólica. Ter a pretensão de englobar “toda a

---

<sup>300</sup> NORA, 1993, p. 14.

<sup>301</sup> RICOEUR, 2010, p. 189.

<sup>302</sup> BOURDIEU, 2003, p. 87.

memória do mundo” significa desconsiderar outras possibilidades de se lembrar, a partir das referências de determinados grupos, as quais não se expressam apenas pelos documentos.

### 2.3. Efeitos de nomeação e metamemória do MOW Brasil

É possível perceber algo diferente com os acervos e as respectivas instituições de guarda após receberem os títulos de Memória do Mundo? Quais os efeitos decorrentes da patrimonialização dos itens e coleções pelo MOW? Uma primeira resposta imediata é a de que os arquivos registrados no Memória do Mundo têm como uma das principais consequências alimentar o capital simbólico das instituições.<sup>303</sup> Apesar do título se restringir a um específico recorte temático e temporal do acervo, a nomeação pode expandir-se para além das fronteiras adotadas em cada proposta:

As pessoas muitas vezes perguntam: ‘- Tem premiação? Por que vale a pena me candidatar ao Memória do Mundo? É só por status?’ Eu falo: ‘-Não. É reconhecimento’. Que primeiro ele serve como uma função educacional. Quais são os grandes acervos do Brasil, aqueles acervos importantes, às vezes nem é o mais importante, mas é o que sobreviveu, porque os outros foram destruídos. Ou é o que se candidatou. As outras instituições não têm ainda o conhecimento para fazer isso, não têm a capacidade para fazer isso. Então ele é um acervo modelo.<sup>304</sup>

A fala da entrevistada do Comitê MOW Brasil aponta para o perfil didático assumido por alguns acervos; receber o título da Unesco possibilita transformá-los em exemplos bem-sucedidos de arquivos que, não obstante todas dificuldades de preservação, conseguiram sobreviver e, ainda, serem aprovados no edital público legitimado pelo campo arquivístico.

Ao realizar o mapeamento dos 83 acervos documentais que receberam o título de Memória do Mundo do Brasil, identificamos que 67 pertencem a instituições públicas, e 16 estão sob a responsabilidade de entidades privadas, enquanto que nenhuma das proposições oriundas de pessoas físicas obteve êxito nos editais.<sup>305</sup> Além de deterem o maior número de

---

<sup>303</sup> Pierre Bourdieu argumenta que o capital simbólico é baseado no reconhecimento coletivo, cuja distribuição num determinado campo mostra-se suscetível a várias circunstâncias, a começar pela percepção dos agentes que atuam no interior de cada microcosmo social. O aumento de capital simbólico ocorre a partir das dinâmicas de poder presentes entre agentes e instituições, responsáveis por criarem códigos de prestígio e autoridade àqueles considerados dominantes no campo. O autor pondera que “o capital simbólico, com as formas de lucro e de poder que assegura, só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas [...] e indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a *reconhecer* (no duplo sentido do termo) essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força” (BOURDIEU, 2013, p. 111).

<sup>304</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016.

<sup>305</sup> Em função do recorte da nossa pesquisa, consideramos o universo de candidaturas apresentadas entre os anos de 2007 a 2015 nos editais MOW Brasil. O capítulo 4 aprofundará na análise sobre as proposições formalizadas junto ao Comitê Brasileiro. Para um panorama geral das candidaturas (aprovadas e indeferidas) do Programa no país ver Anexo 2.

aprovações no MOW Brasil (44), as instituições federais são as que possuem o melhor aproveitamento – 68% das propostas apresentadas obtiveram os títulos de Memória do Mundo para partes dos seus acervos. A Fundação Biblioteca Nacional é a recordista de proposições (8 propostas, todas aprovadas), seguida pelo Arquivo Nacional (5 propostas, todas aprovadas) e Museu Imperial (4 propostas, todas aprovadas). O 100% de aproveitamento dessas instituições de envergadura e grande alcance nacional pode ser explicado por uma série de fatores conjugados: existência de técnicos nos seus quadros produzem candidaturas eficazes; profissionais de carreiras, com *habitus* institucional; membros do Comitê Brasileiro que ocupam cargos de chefia nessas instituições; e acervos alinhados à perspectiva do Memória do Mundo em valorar documentos representativos da memória nacional em excelentes condições de guarda e conservação.

O menor número de propostas aprovadas entre as instituições de alçadas estadual (12) e municipal (11), assim como dos seus respectivos índices de aproveitamento – 32% e 34%, respectivamente – têm relação direta com as dificuldades presentes no cotidiano desses organismos nos tratos com os seus arquivos e bibliotecas. A falta de estrutura dos acervos documentais nas esferas estaduais e municipais é bem mais recorrente, o que prejudica a formalização de propostas ao Memória do Mundo. Exceções nesse cenário adverso, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro lidera o número de proposições (6 candidaturas, 4 aprovadas), à frente do Arquivo Público do Estado da Bahia (4 candidaturas, 3 aprovadas) e do Arquivo Público do Estado de São Paulo (3 candidaturas, 2 aprovadas).

A obtenção do título do Programa Memória do Mundo da Unesco parece ser vista, pelas instituições, como uma maneira de declararem sua autovalorização no campo arquivístico do Brasil, destacando documentos dos seus acervos que comprovem trabalhos de excelência na preservação da memória do país. A ampla maioria dos conjuntos documentais valorados encontra-se sob condições de conservação muito satisfatórias se comparadas à grande massa documental não tratada adequadamente – as próprias instituições que ganham títulos do MOW enfrentam grandes problemas de conservação de outras partes do acervo.<sup>306</sup> A estratégia de patrimonializar documentos passa pela intenção de transformá-los em espécies de ‘cartões de visita’ das instituições que disputam visibilidade no campo. Em sua página na internet o Museu Imperial é, ao nosso ver, a instituição brasileira com acervos nominados pelo Programa que mais explicita a condição de ser guardiã de documentos históricos do MOW – estes, nas palavras do *site*, são “analisados e aprovados por comitês de renomados

---

<sup>306</sup> Das 83 candidaturas aprovadas pelo MOW Brasil, apenas seis declararam ter acervos em condições regulares.



especialistas”. O ícone “Patrimônio da Humanidade”, um dos principais destaques, oferece uma incursão por imagens e textos digitalizados, além de evidenciar os certificados da Unesco como atestados das conquistas obtidas.<sup>307</sup> No limite, o Memória do Mundo seria um concurso de boas práticas de arquivos?

Foi a partir do edital de 2009 que o MOW Brasil explicitou a intenção de mapear os efeitos dos títulos concedidos em nível nacional;<sup>308</sup> também nessa ocasião se iniciou a publicação de listas de acervos nominados nos anos anteriores, como se servissem de modelos de inspiração para futuros proponentes. Porém, o primeiro relatório sistematizado pelo Comitê Brasileiro é datado apenas de 2015; construído a partir das respostas dos responsáveis pelos acervos nominados, as informações disponibilizadas são gerais, sem maiores detalhamentos. Isso ocorreu tanto em razão da estrutura do questionário, que priorizou questões amplas, como por causa das respostas de teor reduzido emitidas pelos detentores desses acervos.<sup>309</sup>

Segundo o relatório de 2015, a maioria dos acervos (67%) sofreu pequenas intervenções, como o aprimoramento dos instrumentos de pesquisa, e a digitalização de itens que estavam indisponíveis para consulta à distância.<sup>310</sup> Apenas três conjuntos documentais admitiram ter sofrido riscos para suas integridades, sendo que não ocorreu nenhum sinistro. Dos 34 formulários preenchidos que tivemos acesso, quase 40% deles correspondem aos acervos patrimonializados do Arquivo Nacional e da Fundação Biblioteca Nacional; por serem documentos armazenados nos espaços de seções importantes - cujas infraestruturas ainda que não ideais, são uma das melhores tendo a rede brasileira como parâmetro -, pode-se afirmar que o MOW não trouxe mudanças na preservação desses acervos bem preservados.

Nessas condições, afirmar que o MOW cumpre com os objetivos de preservação e acesso pode ressoar até mesmo como algo inócuo. Muito possivelmente, aqueles documentos selecionados para concorrerem ao título de Memória do Mundo já ganharam algum tipo de tratamento diferenciado, na medida em que são considerados representativos e importantes pelas instituições proponentes. Da mesma forma, o termo “patrimônio em risco”, utilizado em

---

<sup>307</sup> Disponível em: <http://www.museuimperial.gov.br/palacio/patrimonio-da-humanidade>, acesso em 22/01/2018.

<sup>308</sup> De acordo com o item 9.3 do edital de 2009: “Os proprietários ou custodiadores dos acervos nominados têm o compromisso de, anualmente, enviar ao Comitê Nacional do Brasil informações atualizadas sobre a conservação, o tratamento técnico e a difusão do documento ou conjunto documental nominado. Essas informações deverão ser prestadas em formulário de acompanhamento elaborado pelo Comitê”.

<sup>309</sup> Segundo a Secretaria do MOW Brasil foram recebidas 64 respostas do universo possível de 73 questionários enviados; durante a nossa pesquisa, tivemos acesso a apenas 34 desses formulários preenchidos.

<sup>310</sup> Nesses casos, a digitalização é entendida como ferramenta importante para permitir um acesso mais amplo e democrático, não sendo compreendida enquanto atividade efetiva de preservação.

outras iniciativas da Unesco,<sup>311</sup> não faz muito sentido e nem encontra espaço no Memória do Mundo; no Brasil, somente em três situações que os estados de conservação dos acervos patrimonializados foram objetos de pauta pelo Comitê.<sup>312</sup>

Quando acompanhei uma das oficinas regionais de divulgação do MOW,<sup>313</sup> tive a percepção clara de que os participantes pretendem o reconhecimento com o objetivo de obter recursos financeiros para tratamento dos acervos documentais. Porém, o presidente do Comitê MOW Brasil reiterou que nem a Unesco, nem o Arquivo Nacional teriam condições de administrar qualquer recurso destinado à preservação documental, mesmo que esta seja, juntamente com o acesso, o fim para qual esta política de patrimonialização de acervos foi criada. Entretanto, os agentes do campo arquivístico entendem, não sem propósito, que um título chancelado pela Unesco agrega considerável valor simbólico ao acervo e até mesmo à instituição, tornando-se trunfo na negociação de recursos através de editais públicos.<sup>314</sup>

Ao ser indagado, por um dos participantes da oficina, sobre que decorrências traz o registro do Memória do Mundo para os acervos que ganham o título, Vitor Fonseca afirmou que “a nomeação é a parte que desperta mais interesse e sensibilização do público”.<sup>315</sup> Tal consequência foi destacada por Pierre Fontaine como um dos principais pontos de conflito entre a direção do Programa e as instituições internacionais que o embasavam tecnicamente:

<sup>311</sup> A Unesco tem a prática de atualizar a “Lista do Patrimônio Cultural ou Natural em Perigo”, responsável por alertar sobre os fatores de riscos aos bens reconhecidos como patrimônio mundial e divulga-la no seu portal.

<sup>312</sup> Em agosto de 2008, pouco depois de obter o título no MOW Brasil, o Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (Clamor) foi objeto de preocupação por conta da mudança do imóvel que a Arquidiocese de São Paulo, responsável pela guarda do acervo do Cedec/PUC-SP, planejava realizar. Após uma reunião entre membros do Comitê MOW Brasil e a direção do Cedec, criaram-se estratégias para minimizar os impactos com a transferência dos documentos, cujas importâncias foram também materializadas através de manifestos oriundos do Centro de Memórias Reveladas e do Seminário Internacional do Mundo dos Trabalhadores. O acervo do Clamor não sofreu qualquer tipo de problema e foi, inclusive, agraciado com os títulos do Mowlac (2012) e MOW Internacional (2015). A segunda situação ocorreu quando da entrega de uma carta às autoridades públicas do estado da Bahia (Governo Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Fundação Pedro Calmon) sobre a então situação de dois acervos patrimonializados pelo MOW (“Tribunal da Relação do Estado do Brasil 1652 a 1822” e “Registro de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador”). As trocas de correspondências entre o MOW Brasil e os órgãos baianos ocorreram em 2012 e, já no ano subsequente, o Arquivo Público da Bahia recebeu recursos financeiros para o início do tratamento documental. Por fim, nos idos de 2013, após a repercussão na mídia de que o acervo “Imagens Paulistas: Álbuns Fotográficos da Cidade de São Paulo, 1862-1919” estava contaminado por fungos, a Biblioteca Mário de Andrade veio a público esclarecer, através de um laudo da conservação, de que as fotografias haviam sido tratadas adequadamente e que não foram observados novos danos ao acervo. (Informações retiradas do Relatório de Atividades do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, 2007-2015, p. 10).

<sup>313</sup> Realizadas a partir de iniciativa do Comitê MOW Brasil, as oficinas regionais serão abordadas no capítulo 4.

<sup>314</sup> Durante a oficina regional realizada em 04/06/2014, no Arquivo Nacional, conversei com três participantes, quando todos afirmaram que o MOW seria utilizado como “trunfo” para obtenção de recursos destinados a outros conjuntos documentais da instituição que não eram aqueles que estavam pleiteando o título de Memória do Mundo do Brasil.

<sup>315</sup> Registro realizado a partir da minha observação participante na oficina regional realizada em 04/06/2014, no auditório do Arquivo Nacional.

Desde 1992 eu trabalhei na IFLA, junto com o ICA, e associações de museus e eu tive um problema com um senhor chamado Charles Kbsckemméti, que era o secretário geral do Conselho Internacional dos Arquivos. Uma vez, ele me disse ‘esse Programa é muito perigoso para os arquivos’. Eu perguntei ‘por que?’ e ele me disse: ‘o registro é muito complicado, pois ele vai isolar os itens que são belos e quanto a todo resto? Isso é perigoso, porque esse Programa vai negligenciar 98% dos arquivos e olhar apenas para os arquivos que são seguros?’ Imediatamente eu disse para ele: ‘isso não é verdade. Utilizam-se os arquivos mais importantes para atrair atenção para a área. O Memória do Mundo precisa selecionar os documentos, mas os arquivos são um bloco. Temos um bloco, como um corpo orgânico’.<sup>316</sup>

O dilema sobre o que selecionar, presente nos processos de patrimonialização, desponta como uma das polêmicas do Memória do Mundo. Por pertencer a uma área historicamente pouco valorizada e de menor visibilidade – se comparada com outras ações do campo do patrimônio -, os arquivos nominados pelo MOW recebem críticas por não serem aqueles que mais necessitam das ações de preservação. Em contrapartida, a possibilidade de funcionarem como ‘bons exemplos’ é um dos principais argumentos dos entusiastas do Programa. Em meio a essa divisão de opiniões que tocam na própria ‘razão de ser’ da iniciativa da Unesco, nota-se a preocupação com as consequências práticas dessa política de valorização dos documentos.

O título concedido pela Unesco pode servir como trunfo importante para que a instituição obtenha fundos no tratamento de outros itens e coleções documentais que não estão no recorte temático patrimonializado. O título de Memória do Mundo funciona como uma espécie de credencial para que o proponente consiga, em outros editais públicos, angariar financiamentos e recursos de instituições como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Conselho Federal de Direitos Difusos (CFDD), pertencente ao Ministério da Justiça. Membros do MOW Brasil destacaram esse viés potencializador do Programa:

Em uma reunião que aconteceu no BNDES, a gente estava vendo as linhas de preservação de acervos, uma representante do Banco falou assim: - ‘Olha, o BNDES não pode fazer uma linha de preservação para acervos Memória do Mundo, mas nós reconhecemos que na nossa linha de preservação de acervos quando chega um acervo que tem essa chancela, a gente já sabe que alguém viu que qualitativamente esse é um acervo importante’.<sup>317</sup>

Algumas instituições fazem bom uso do título obtido e capitalizam muito isso. Outras não. Mas, normalmente, mesmo as que não capitalizam, elas aumentam ao menos o seu prestígio ao deterem acervos nominados. Na verdade, o registro não é um fim em si, entendeu? O registro devia ser um

<sup>316</sup> Entrevista concedida por Pierre Fontaine em Paris/França, em 15/01/2017.

<sup>317</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016.

meio para você chamar a atenção por ter essa documentação, para você promover ações com relação à preservação, à documentação. Não necessariamente só daquela documentação nominada, mas sim da documentação em geral.<sup>318</sup>

O Memória do Mundo é uma chancela para obtenção de recurso. Estamos trabalhando, dando visibilidade para essa assertiva de forma que as instituições percebam que é um valor agregado a essa nomeação. O Memória do Mundo é uma chancela que auxilia e dá uma visibilidade muito significativa para as instituições.<sup>319</sup>

Capitalizar o título do MOW significa poder transformá-lo em outras ações benéficas para a instituição como um todo. No formulário da candidatura do edital de 2013, o Museu Imperial explicitou um dos desdobramentos caso a “Coleção Sanson: fotografias estereoscópicas de vidro pelo fotógrafo amador Octávio Mendes de Oliveira Castro” fosse uma das ganhadoras:

O plano de trabalho do Arquivo Histórico, setor responsável pela guarda do acervo proposto, tem como objetivos definidos a publicação do catálogo temático da Coleção Sanson e a elaboração de folders promocionais para a divulgação do conjunto. Espera-se que a chancela da Unesco dê maior visibilidade a este patrimônio documental, e seja um facilitador na captação de recursos e patrocínio para o cumprimento dos objetivos, o que, em contrapartida, possibilitará a divulgação do programa Memória do Mundo e a conscientização quanto à importância dos acervos documentais.<sup>320</sup>

O argumento do proponente de que o material promocional funcionaria como uma espécie de via de mão dupla - na medida em que divulgaria tanto o acervo patrimonializado, como o MOW como um todo, em especial a necessidade de “conscientização”<sup>321</sup> de se preservar os documentos históricos - mostra-se como estratégico para convencer os pares no âmbito do Comitê Brasileiro.

O Museu Imperial é uma das instituições que mais evidencia o título do MOW nos folders promocionais. Os documentos alusivos às viagens de D. Pedro II no Brasil e exterior são um dos destaques da folheteria, contendo trechos digitalizados de manuscritos, reproduções de fotografias e de desenhos realizados à mão pelo imperador e por membros da comitiva real. Ao abordar o Programa da Unesco, o impresso promocional realça que:

O Arquivo Histórico recebeu a nomeação no Registro Memória do Mundo do Brasil de 2010 da Unesco – MOW Brasil – com os Documentos relativos às viagens do imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo. O Programa Memória do Mundo da Unesco foi criado em 1992 com o objetivo de

<sup>318</sup> Entrevista concedida por Júlio Barroso, no Rio de Janeiro/RJ, em 05/04/2016.

<sup>319</sup> Entrevista concedida por Paulo Peixoto, no Rio de Janeiro/RJ, em 22/03/2016.

<sup>320</sup> Candidatura “Coleção Sanson: fotografias estereoscópicas de vidro pelo fotógrafo amador Octávio Mendes de Oliveira Castro”, apresentada pelo Museu Imperial/Ibram, no edital MOW Brasil 2013.

<sup>321</sup> Conforme destacamos na primeira página do presente capítulo, esse termo desconsidera o perfil autônomo e criativo do público nas dinâmicas educacionais.

identificar documentos ou conjuntos documentais que apresentem valor de patrimônio da humanidade. Esta nomenclatura, focada na salvaguarda e difusão de registros textuais, iconográficos, cartográficos e audiovisuais, visa chamar a atenção para a importância da preservação, conservação, divulgação e acessibilidade dos acervos documentais e equivale ao conferido pela Unesco aos bens culturais arquitetônicos, paisagísticos e artísticos.<sup>322</sup> (meus grifos)

Apesar do esforço em evidenciar a relevância dos acervos documentais, inclusive citando termos arquivísticos, interessa sublinhar a menção ao campo do patrimônio como tentativa de deixar a mensagem mais palatável e compreensível. Ainda que apresente dificuldades de comunicação, principalmente no sentido de perceber as diferentes vozes da comunidade em geral, as reflexões sobre o patrimônio cultural são mais difundidas e debatidas se comparadas aos arquivos.<sup>323</sup> O fato de buscar exemplos comparativos no campo do patrimônio demonstra que os agentes do campo arquivístico procuram deixar as fronteiras mais fluidas entre ambos conforme a circunstância; como se trata de um folder dirigido ao público em geral, a estratégia do Museu Imperial consistiu em qualificar seus arquivos como bens patrimoniais.

Além do tradicional recurso promocional da folhetaria - ferramenta conhecida e cuja eficácia depende de uma série de fatores conjugados como linguagens escrita e visual, tiragem, distribuição e público-alvo -, tive a oportunidade de identificar um uso diferente do título obtido junto ao MOW Brasil pelas ruas de Belo Horizonte/MG:<sup>324</sup>

---

<sup>322</sup> A data provável do folder situa-se entre 2012-2014. Tal suposição ancora-se em uma das informações trazidas pelos créditos, onde consta o nome de Marta Suplicy como então ministra da Cultura, cargo que a política ocupou entre 13/09/2012 a 11/11/2014.

<sup>323</sup> Um recente artigo que aborda a necessidade de problematizar os usos sociais do patrimônio nas/das cidades encontra-se em MENESES, 2017. Por sua vez, a obra “Saber dos arquivos” (SALOMÃO, 2011) apresenta uma perspectiva interessante e reflexiva sobre os arquivos na contemporaneidade.

<sup>324</sup> A sede do ICAM se localiza à localizada à rua Ceará, n. 2037 – bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG.

Imagem 1: **Fachada do imóvel que abriga o Instituto Cultural Amilcar Martins (ICAM)**  
Foto: Joseana Costa, em 13/05/2018.



A opção do Instituto Cultural Amilcar Martins (ICAM) em instalar essa placa informativa-decorativa na fachada do imóvel da sede deixa clara a intenção do custodiador em evidenciar a importância que atribui ao título chancelado pela Unesco.<sup>325</sup> Ao apresentar uma estante de livros raros como pano de fundo, a fachada assume a materialização da Coleção Mineiriana, integrando bens arquitetônico e documental. Sobre os usos da logomarca do Programa, o MOW Internacional alerta que “deve ser usada apenas em conexão com o item/fundo/coleção documental ou bibliográfico(a) específico(a) que foi inscrito(a)”. Na sequência, um exemplo hipotético tenta esclarecer esse veto:

Se um manuscrito da ‘Casa de Bonecas’ de Ibsen é exibido em uma vitrine, a logomarca acima da Memória do Mundo pode ser colocada na vitrine ou numa legenda próxima ao manuscrito. No entanto, a logomarca não deve ser colocada no saguão de entrada, nem deve ser usada de tal modo a dar a

<sup>325</sup> Apesar da “Coleção de Obras Raras da Biblioteca Mineiriana do Instituto Cultural Amilcar Martins” ter sido nominada em 2016 e, não entrar no nosso recorte temporal de 2007 a 2015, avaliei que o episódio era relevante para perceber outros tipos de apropriações por parte dos detentores de acervos.

impressão de que o edifício é um escritório da Unesco ou de alguma outra entidade vinculada a Unesco.<sup>326</sup>

Num primeiro momento, pode-se ter a impressão que o ICAM infringiu essa recomendação, já que a placa se encontra em local de amplo destaque como o hipotético “saguão de entrada”. Porém, a conexão que se estabelece entre o imóvel, a coleção de livros raros e a instituição ocorre de forma harmônica, demonstrando que a integração entre acervo documental e bem arquitetônico pode ocorrer sem conflitos, ambos passíveis da fruição pela comunidade.<sup>327</sup>

Divulgar o título do MOW não é regra geral entre as instituições. Para Sandro Delgado, o Programa está aquém da capacidade de ser referenciado:

Eu sempre falo em toda reunião, eu falo para o pessoal e faço minha crítica: às vezes as organizações não têm dado o valor no certificado que recebem. Não divulgam no site, não colocam o símbolo, pois a gente dá o direito de usar o símbolo da Unesco nos seus materiais de divulgação.<sup>328</sup>

A crítica do agente às instituições que subutilizam o título chancelado pela Unesco ancora-se na expectativa de que o “símbolo” da organização internacional poderá render frutos positivos caso os contemplados saibam utilizá-lo de maneira propositiva. Nessas circunstâncias, o peso institucional da organização internacional se sobressai ao próprio Programa: a utilização da logomarca da Unesco funcionaria como atestado de qualidade e representatividade sobre os trabalhos das instituições detentoras de acervos patrimonializados.

Com o intuito de averiguar qual a incidência dos usos das logomarcas do MOW e/ou da Unesco entre as instituições que receberam títulos do Memória do Mundo, realizamos uma busca nos *sites* que se encontram disponíveis para navegação na internet. Considerando que há 54 instituições diferentes a partir do total das 83 candidaturas reconhecidas,<sup>329</sup> pode-se chegar à percepção de que as logomarcas são pouco exploradas: apenas 17 instituições contempladas mantêm alguma referência ao título concedido aos seus acervos nominados pela Unesco.<sup>330</sup> Apesar dos *sites* na internet serem ferramentas que estão em constante aprimoramento pelas instituições - dentre as quais muitas não contam com adequado suporte

<sup>326</sup> Trecho do “Programa Memória do Mundo da Unesco - Diretrizes para o Uso da Logomarca –”, traduzido por Maria Elisa Bustamante, em 01/09/2014, a partir do documento “*Unesco Memory of the World Programme Guidelines on Logo Use*”.

<sup>327</sup> O imóvel que abriga o ICAM não é tombado nos níveis municipal, estadual e/ou nacional.

<sup>328</sup> Entrevista concedida por Sandro Delgado, no Rio de Janeiro/RJ, em 21/03/2016.

<sup>329</sup> Trata-se das candidaturas que obtiveram o título de Memória do Mundo nos editais do MOW Brasil entre os anos de 2007 a 2015. O capítulo 4 se dedicará a uma análise mais detida das proposições apresentadas ao Comitê Brasileiro no período aludido.

<sup>330</sup> A pesquisa nos *sites* considerou apenas os conteúdos que podem ser considerados ‘permanentes’ nas respectivas páginas virtuais; por causa disso, não fizemos buscas em redes sociais como *Facebook* e *Twitter*.

tecnológico - a pouca visibilidade dada ao MOW indica a dificuldade dos mantenedores dos acervos em explorarem o traço de distinção concedido pelo Programa.

Uma atividade promocional voltada para o público geral consistiu na montagem de exposições. Segundo o Comitê Brasileiro, poucas instituições se dedicaram a tal empreitada, cujas ocorrências se concentraram a partir de 2012, quando se comemoravam as efemérides dos 20 anos do Programa Memória Mundo.<sup>331</sup> O Arquivo Histórico do Exército e a Diretoria de Patrimônio Histórico e Documental da Marinha montaram duas exposições durante as ocorrências de eventos militares; tratava-se, respectivamente, da 2ª Semana de Cultura Militar (julho/2012), e do Encontro de História Militar (outubro/2012). Ambas as montagens foram qualificadas de “miniexposições” pelo Comitê Brasileiro, cujos itens selecionados eram reproduções de textos e imagens dos acervos com temática militar, ganhadores do título de Memória do Mundo Nacional.<sup>332</sup> Por ser à época o vice-almirante da Marinha, Armando de Senna Bittencourt, como presidente da Mesa Diretora do MOW Brasil,<sup>333</sup> as tratativas para que as instituições militares organizassem tais exposições fluíram, possivelmente, com maior desenvoltura.

Habituada a realizar exposições do seu acervo documental, a Fundação Biblioteca Nacional executou a mostra de seus documentos nominados no mês de dezembro de 2012. A publicação de um folder que continha informações gerais e imagens reproduzidas dos acervos serviu de suporte para a divulgação da exposição, concentrada em apenas uma semana, além de evidenciar a perspectiva que serviu de eixo norteador para a montagem:

Desde a Antiguidade, as bibliotecas e outras instituições culturais vêm servindo como lugar de preservação da memória. Nelas são guardados livros e documentos que podem nos dizer muito sobre a história do mundo, de nosso país, de nossa comunidade, e assim contribuir para que a nossa cultura se mantenha viva. [...]

Nessa mostra estão expostos os documentos e coleções do acervo da Biblioteca Nacional que foram reconhecidos pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. Esse reconhecimento representa para o nosso país mais um avanço em seu processo civilizatório. São passos indispensáveis à valorização e divulgação do nosso patrimônio documental – essenciais ao esforço coletivo de construção e fortalecimento da Nação brasileira.<sup>334</sup>

<sup>331</sup> Relatório de Atividades do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, 2007-2015, p. 9.

<sup>332</sup> À época, os acervos de instituições militares ganhadores do MOW Brasil eram: “Fundo Força Expedicionária Brasileira (FEB)”, “Acervo Documental da Guerra do Paraguai” e “Abrindo Estradas no Mar: levantamento hidrográfico da costa brasileira”.

<sup>333</sup> Ocupante da cadeira destinada ao segmento dos Arquivos Militares, o senhor Armando de Senna Bittencourt foi eleito para dois mandatos como presidente da Mesa Diretora do MOW Brasil (2009 a 2011) e (2011 a 2013). A configuração do Comitê MOW Brasil será explorada de maneira mais detalhada no capítulo 3.

<sup>334</sup> Folder de divulgação da “Miniexposição dos acervos Memória do Mundo da Fundação Biblioteca Nacional”, realizada no período de 3 a 7/12/2012.



O destaque conferido à biblioteca como local onde a memória se encontra devidamente guardada, tendo a prerrogativa de armazenar variados tipos de temas e assuntos, alinha-se aos valores destacados pelas Diretrizes do Programa. A concepção de que o conhecimento humano tende a evoluir de maneira teleológica é outra crença também explicitada pelo MOW, quando este qualifica a “memória do mundo” como atributo que “traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana”.<sup>335</sup> Além disso, a menção ao final do trecho transcrito de que o reconhecimento conferido pela Unesco significa mais um avanço no nosso processo civilizatório merece uma reflexão: que projeto de Nação brasileira é esse destacado pela exposição? Seria aquele que restringe às elites letradas, capazes de identificar quais são os ícones do nosso patrimônio? Ou seria aquela que procura abranger os diferentes sujeitos sociais como artífices da nossa memória?

Apesar de não ter visitado a exposição - já que em 2012 a presente pesquisa não havia se iniciado -, acredito que o folder em questão pode fornecer alguns indícios. Neste, existem trechos que oscilam entre uma perspectiva mais solene da história brasileira, e outros, em maior número, responsáveis por evidenciar um olhar diversificado para a nossa complexa realidade histórica. Há passagens em que a documentação é valorada como símbolo monumental, como na Carta de Abertura dos Portos que “marcou o início das mudanças nas relações entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira”. Porém, percebe-se o predomínio de um olhar para as nuances sociais que compunham os diferentes contextos históricos em que os documentos valorados como memórias do Brasil foram produzidos. Ao abordar as fotografias da “Coleção D. Thereza Christina Maria”,<sup>336</sup> destacam-se muitas possibilidades de suas respectivas apropriações nos campos da astronomia, arqueologia, artes, educação, arquitetura, medicina, botânica e planejamento urbano. Já a coleção de documentos das expedições de Alexandre Rodrigues Ferreira<sup>337</sup> tem nos desenhos a identificação de várias espécies da fauna e da flora da Amazônia ao longo do século XIX. Num dos trechos do folder justifica-se a importância do acervo por “registrar os costumes de povos indígenas hoje desaparecidos ou aculturados, o que reforça a importância da coleção para a nossa história”. Ora, o que se percebe é uma espécie de atualização e naturalização da postura colonial, tendo

---

<sup>335</sup> UNESCO, 2002, p. 5.

<sup>336</sup> Primeira candidatura brasileira a ganhar o título do MOW Internacional, em 1999, agrega mais de 20 mil fotografias reunidas pelo imperador D. Pedro II durante o século XIX. Analisaremos a proposição no capítulo 4.

<sup>337</sup> Naturalista que realizou expedições financiadas pela Coroa Portuguesa com o intuito de conhecer melhor a flora e fauna locais, além de mapear as comunidades indígenas encontradas pelos colonizadores.

como destaque a afirmação da prática civilizatória ao utilizar termos inapropriados como “aculturados”.

Por sua vez, a ação promocional do Museu da República teve uma duração mais estendida e, muito possivelmente, abrangeu um público maior por ser bastante visitado. A exposição “Canudos: Memória do Mundo” iniciou-se em novembro de 2012 e durou até janeiro de 2013, elegendo as fotografias pertencentes ao arquivo histórico do Museu como principais itens expostos. Um dos grandes diferenciais em relação às demais relatadas é que a narrativa expográfica não ficou limitada ao MOW: a articulação entre os 69 registros fotográficos patrimonializados com outras fontes como áudios, vídeos, jornais, livros e o filme “Guerra de Canudos”, de Sérgio Rezende, deu dinamismo ao tratamento da temática. Outro traço distinto dessa exposição consistiu na sua itinerância, viabilizada a partir da parceria institucional entre o Museu da República e o Museu da Maré. Após entendimentos entre ambas as instituições, o Museu da Maré apresentou um projeto junto a programas de fomento, tendo sido aprovado em 2015; seguida a fase de captação de recursos, a exposição teve o nome adaptado para “Canudos: Memórias da Favela”, ampliando o alcance e a diversificação do público visitante, além de concatenar as fotografias com problemas sociais contemporâneos.<sup>338</sup>

Por fim, a principal atividade promocional destacada pelo MOW Brasil residiu na exposição “Arquivos do Brasil: Memória do Mundo”. Inaugurada em 23 de fevereiro de 2013, a mostra permaneceu montada na sala de visitas do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, até 07 de junho de 2013. Apesar de fazer parte do escopo geral de comemorações dos 20 anos do Programa Memória do Mundo, a exposição foi pensada para abordar os cinco anos de trabalhos do Comitê Brasileiro, na tentativa de divulgar melhor o Programa nacionalmente e torná-lo conhecido nos meios não especializados dos arquivos. De acordo com a curadoria, o público-alvo era estudantes de ensino fundamental, médio e superior, além dos interessados pela preservação de acervos documentais; a prática das visitas mediadas foi por vezes adotada e o livro de registro de presenças contabilizou 1.886 assinaturas. Uma previsão que demorou a se concretizar foi a itinerância expositiva, a qual previa circular a exposição entre as instituições que ganharam alguma nomeação do MOW; segundo a Secretaria do Programa,

---

<sup>338</sup> Disponível em <http://jornalocidadao.net/exposicao-sobre-canudos-estreia-no-museu-da-mare/>, acesso em 24/01/2018.

os custos operacionais de transporte e montagem dos objetos – a maioria quadros com reproduções dos documentos, além de cópias do acervo audiovisual – retardaram o rodízio.<sup>339</sup>

Em documento que circulou como *release* para a imprensa, quando da inauguração da exposição, explicitaram-se os principais objetivos: “tornar conhecidos o Programa Memória do Mundo da Unesco, seus objetivos, ações e acervos nominados; difundir os 55 brasileiros nominados no Programa Memória do Mundo; promover a consciência sobre a importância da preservação do patrimônio documental da humanidade; e incentivar a candidatura de novos acervos em diferentes regiões geográficas brasileiras”. Caso se adote um jogo de palavras, pode-se afirmar que se buscou a metamemória do MOW Brasil, ou seja, a memória do Memória do Mundo a partir do ponto de vista de um Grupo de Trabalho (GT) de cinco profissionais do Arquivo Nacional. Ainda que nem todos os integrantes da equipe tenham ocupado cadeiras no Comitê, trata-se de um grupo de técnicos que mantêm relação próxima com o MOW Brasil, ora incorporando visões compartilhadas pelo Memória do Mundo, ora tendo uma visão mais crítica do processo de patrimonialização.<sup>340</sup>

As fontes de pesquisa disponíveis sobre a exposição encontram-se no arquivo do Comitê Brasileiro, onde é possível perceber algumas tratativas do planejamento. Ademais, destaca-se o *clipping* de notícias jornalísticas a respeito da mostra, organizados pelo Arquivo Nacional a partir da sua assessoria de imprensa. Já o catálogo da exposição acaba por concentrar importantes aspectos para nossa análise: publicado em extensas 200 páginas pelo AN, o impresso apresenta várias reproduções de documentos - manuscritos, impressos, fotografias, caricaturas, desenhos, mapas, ilustrações, plantas, partituras musicais - que foram selecionados a partir dos acervos registrados como Memória do Mundo do Brasil até 2012.<sup>341</sup> As legendas das imagens reproduzidas apresentam breves informações descritivas, além dos nomes das instituições de guarda correspondentes.

O título adotado para a exposição e o respectivo catálogo, “Arquivos do Brasil: Memória do Mundo” é outra evidência do destaque conferido aos acervos arquivísticos pelo Programa, apesar dos itens bibliográficos serem passíveis de patrimonialização. Os textos que abrem o catálogo são assinados por agentes que não ocupam mais estes cargos nos dias atuais:

---

<sup>339</sup> Informações disponibilizadas pela Secretaria do MOW Brasil, através de e-mail, em 09/06/2015. Somente em 2016 houve a primeira montagem da exposição fora do Arquivo Nacional, mais precisamente no Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul. Para alguns detalhes da exposição: <https://www2.jfrs.jus.br/exposicao-com-documentos-historicos-reconhecidos-pela-unesco-chega-a-porto-alegre/>, acesso em 24/01/2018.

<sup>340</sup> Os técnicos que compuseram o GT da exposição foram Denise de Moraes Bastos (coordenadora e curadora), Carlos Augusto Ditadi, Gláucia Tomaz de Aquino, Maria Elisa Bustamante e Sátiro Nunes.

<sup>341</sup> ARQUIVO NACIONAL, 2013.

a secretária-geral do MOW Internacional (Joie Springer), o presidente da Mesa Diretora do Comitê MOW Brasil (Armando de Senna Bittencourt) e o diretor-geral do Arquivo Nacional (Jaime Antunes). Na sequência, existe uma apresentação elucidativa e reflexiva da curadoria, que se mostra contrastante com o tom adotado pela representante da parte internacional do Programa. Se na primeira nota de abertura há referências à perspectiva histórica factual e de grandes nomes da história, tendo como um dos eixos a temporalidade evolutiva, a organização dos argumentos da curadoria é disposta em temas que agrupam os acervos nominados sem ficarem presos à lógica tradicional de remontar o passado.

Pode-se notar o esforço da exposição em evitar um tipo de abordagem cronológica e calcada em grandes eventos, a começar pela maneira que os nove módulos foram divididos:

- Povos indígenas e política indigenista.
- História da ciência.
- Guerras, contestações, rebeliões, movimentos sociais e religiosos.
- Expansão marítima portuguesa, administração colonial e movimentos de afirmação de autonomia.
- Evolução urbana, arquitetura e urbanismo.
- Escravidão, movimento abolicionista e imigração.
- Censura e repressão às lutas políticas no Brasil e na América do Sul.
- Cartografia.
- Artistas e intelectuais.

A reunião dos acervos documentais valorados a partir de eixos temáticos possibilita leituras que não estão, necessariamente, atreladas a uma narrativa histórica tradicional, adepta por indicar uma sucessão de fatos sem realizar maiores problematizações sobre a documentação. Pelo contrário, a abordagem adotada pela exposição mostra-se como ferramenta interessante para que os visitantes percebam as possibilidades de realizar apropriações críticas dos documentos, descartando visões que compreendem os documentos como mero portadores de uma única mensagem. Ao divulgar essa ação promocional, o Comitê Brasileiro assinalou que:

A exposição utiliza cerca de 400 imagens, além de textos explicativos, vídeos e áudios, distribuídos em nove módulos, que integram acervos brasileiros nominados pelo Programa Memória do Mundo da Unesco para demonstrar as conexões entre os diversos acervos nominados e sua representatividade para o entendimento da construção e organização da sociedade brasileira.<sup>342</sup>

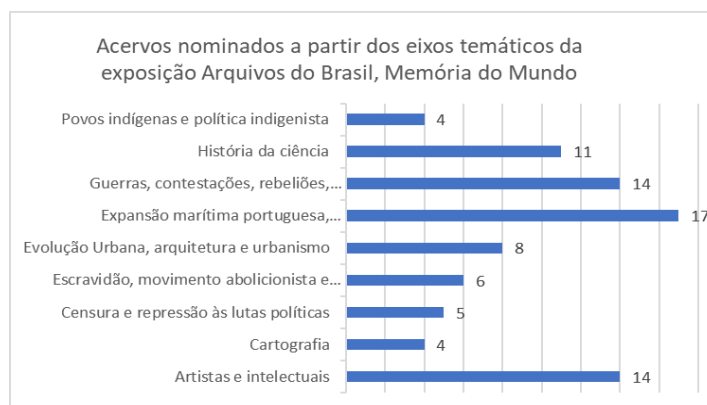
E foi justamente a partir das buscas dessas conectividades que a curadoria reuniu os acervos nominados a partir dos nove eixos temáticos destacados anteriormente. Como a exposição abrangeu os editais do MOW Brasil até o ano de 2011, optamos por estender a

---

<sup>342</sup> Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/not%C3%ADcias/66-cat%C3%A1logo-da-exposi%C3%A7%C3%A3o-cinco-anos-do-comit%C3%AA-mowbrasil.html>

reunião dos acervos considerando o nosso recorte temporal (2007-2015). Do universo total de 83 candidaturas aprovadas, obtivemos a seguinte distribuição entre os módulos expositivos:

**Gráfico 1: Temas dos acervos nominados na exposição “Arquivos do Brasil, Memória do Mundo”**



Os níveis desiguais de representatividade de algumas temáticas podem ser explicados em razão das próprias dificuldades de constituição e manutenção de alguns acervos no campo arquivístico brasileiro: populações indígenas, escravidão e lutas contra a censura e repressão política concentram documentos que sofreram destruições físicas e/ou que sequer foram registrados sob algum suporte físico que contribuísse para guarda em arquivos, bibliotecas e museus. Com relação aos outros agrupamentos, nota-se certo equilíbrio quantitativo entre as temáticas propostas, possivelmente como consequência do esforço da curadoria em manter uma divisão mais homogênea entre os módulos. A exceção fica por conta do eixo temático “Cartografia” que, caso fosse fundido com o “Evolução urbana, arquitetura e urbanismo”, reuniria doze candidaturas, perfazendo um número mais próximo aos demais. A maior concentração de acervos no módulo “Expansão marítima portuguesa, administração colonial e movimentos de afirmação de autonomia” pode ser explicada pela grande abrangência temática e temporal; em tempo, ressalva-se que alguns acervos poderiam ser deslocados para outros módulos, demonstrando que as divisões modulares da exposição são apenas possíveis leituras dos acervos documentais patrimonializados.<sup>343</sup>

Alinhado à perspectiva de que a documentação histórica permite várias abordagens, há um trecho do folder da exposição que suscita uma boa reflexão:

<sup>343</sup> Por exemplo, acervos como de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, ambos da Fiocruz, que se encontram classificados como “História da Ciência” poderiam estar, também, no eixo “Artistas e Intelectuais”.

Os documentos aqui exibidos chegaram até nós após sucessivos processos de seleção, fruto de iniciativas individuais e institucionais. Patrimônio coletivo, sua nomeação como Memória do Mundo é uma nova seleção que cancela a prioridade de ações de preservação, acesso e difusão. Longe de serem portadores de verdades objetivas, estes documentos servem como fontes para a construção de saberes por parte de estudiosos das mais diversas áreas e de um público mais amplo que, ciente de sua existência e importância, poderá também reivindicar ações que visem garantir sua permanência no futuro.<sup>344</sup>

A questão da seletividade dos documentos, envolvendo processos de concepção, tratamento e guarda, mostra-se como aspecto fundamental a ser relevado nas análises que serão construídas a partir dessas fontes de pesquisa. Imbuídos de valores e visões de mundo, os acervos patrimonializados são acionados como dispositivos cognitivos que (re)fomentam memórias com vistas a perenizarem narrativas sobre a história nacional.

---

<sup>344</sup> Trecho retirado do texto de autoria de Denise de Moraes Bastos, localizado no folder de divulgação da exposição “Arquivos do Brasil, Memória do Mundo”.

## CAPÍTULO 3 - Memória do Mundo no Brasil

O capítulo analisa de que forma o MOW foi estruturado no país, atentando-se para a dinâmica de funcionamento do Programa a partir das especificidades nacionais. As posturas de agentes e as estratégias das instituições do campo arquivístico brasileiro serão destacadas com intuito de compreender as tratativas, a implementação e o desenvolvimento do Memória do Mundo no Brasil. Nessa medida, discorreremos sobre algumas características da área de documentação aqui constituída com intuito de compreender o processo de configuração dessa iniciativa da Unesco a partir das condições encontradas no início dos anos 2000.

Num primeiro momento identificamos o Comitê MOW Brasil, buscando caracterizá-lo a partir de traços que ora se conformam às Diretrizes do Programa, ora se apresentam como adaptações da representação brasileira. Na sequência, o aprofundamento conferido ao campo arquivístico é fundamental para entender a apropriação do MOW nesse cenário permeado de profissionais e instituições que atuam entre tensões, conflitos e acordos. Ao final, destacamos dois instrumentos de valorização dos acervos: o tombamento e a declaração de interesse público e social que, somados ao registro do Memória do Mundo, desvelam práticas de distinção tanto para os arquivos chancelados, como para os agentes responsáveis por essas operações de patrimonialização.

### 3.1. Aspectos gerais do Comitê MOW Brasil

Conforme assinalado no capítulo anterior, a constituição dos Comitês Nacionais não segue um modelo rígido e centralizador por parte da Unesco. A agência flexibiliza os tipos de representações locais do Programa com intuito de incentivar uma maior adesão dos Estados-Membros, ainda vista pela Secretaria Geral do MOW como “tímida e insuficiente”.<sup>345</sup> Os 77 Comitês Nacionais encontram-se distribuídos pelas cinco regiões geopolíticas da Unesco da seguinte maneira: Estados Árabes (6), África (11), Ásia e Pacífico (16), América Latina e Caribe (21) e Europa e América do Norte (23).<sup>346</sup> Se comparado com os demais Comitês, o

---

<sup>345</sup> O relatório “*Implementation of Unesco Memory of the World Programme at National Level – Survey Results*”, datado de abril de 2012, afirma que o MOW “ainda é relativamente desconhecido para os Estados-Membros da Unesco, embora tenha sido estabelecido há 20 anos (1992)”. Minha tradução do inglês para o português.

<sup>346</sup> O relatório referenciado na nota anterior realiza um panorama analítico dos Comitês Nacionais a partir dessas cinco regiões da Unesco: “Na região da África, é mais provável que, devido a uma situação sociopolítica, os Comitês Nacionais do MOW ainda não foram muito estabelecidos”.

“A situação dos Estados Árabes é ligeiramente diferente daquela na África. Não houve interesse nos Estados Árabes pelo estabelecimento de Comitês Nacionais do MOW”.

Brasileiro é considerado um dos mais formalizados do ponto de vista institucional por ter seu regulamento aprovado por autoridades governamentais do país.<sup>347</sup>

Alinhado às Diretrizes do MOW, pode-se inferir que o Comitê Brasileiro apresenta “uma abordagem altamente formalizada e estruturada”:<sup>348</sup> publicações de Portarias Ministeriais, reuniões ordinárias planejadas, nomeações dos membros via Diário Oficial da União e certificados entregues aos acervos escolhidos são alguns exemplos de como a representação brasileira se ancora em rituais consagrados pela administração pública com fins de legitimar seus atos. Formalismo este que recebe, ainda, o peso simbólico de ser chancelado por uma agência com grande prestígio pelo mundo nas áreas de cultura, educação e ciência. Ou seja, o Comitê Nacional adota procedimentos que o fortalece, fazendo uso de um rigor formal na publicização dos atos principais e da rotina administrativa, sem deixar de mobilizar, sempre que possível, a referência simbólica da Unesco nos seus comunicados.

Contudo, a configuração formal do Comitê MOW Brasil não se mostra como das mais simples. O processo administrativo que culminou na gênese do Comitê Brasileiro no ano de 2004 é emblemático: por que a abertura acontece no Ministério da Cultura (MinC), tramita para o Iphan e retorna para guarda permanente no gabinete da direção-geral do Arquivo Nacional (AN)?<sup>349</sup> Uma possível resposta a essa pergunta estará diluída ao longo do capítulo, que aglutina uma série de fatores convergentes responsáveis pelo formato que o Programa da Unesco assumiu no Brasil. Por enquanto, cumpre assinalar que o Memória do Mundo tem

---

“Ásia e Pacífico pode ser considerada como a região mais estável em relação ao interesse no Programa desde o seu início. Na China foi estabelecido um dos primeiros Comitês, mas também em cada triênio foram estabelecidos novos Comitês. Um dos primeiros registros de acervos foi estabelecido na Austrália e o número de nomeações está crescendo”.

“A maior diferença entre a Europa e a região da América do Norte de outras regiões da Unesco é a relevância e a conveniência do Programa. Em parte dos países europeus e norte-americanos, o campo do patrimônio documental é relativamente avançado e bem organizado. [...] Assim, de acordo com os questionários, parte desses Estados consideram o MOW, mas o Programa não é priorizado e o registro nacional é visto como redundante e desnecessário, porque eles, por exemplo, têm registros de patrimônio documental em paralelo”.

“Na região da América Latina e do Caribe, podemos observar mudanças rápidas em relação ao seu interesse no Programa MOW. No final dos anos 1990, havia um grande interesse no Programa MOW e, em 2000 e 2001, houve o pico de estabelecer Comitês Nacionais de MOW na região. Nos próximos triênios o interesse diminuiu, resultando em dois Comitês Nacionais de MOW recentemente estabelecidos. No entanto, os registros nacionais de MOW têm sido um interesse contínuo dos inquiridos da América Latina e do Caribe desde 2003”.

Trechos retirados do relatório “*Implementation of Unesco Memory of the World Programme at National Level – Survey Results*”, de abril de 2012. Minha tradução do inglês para o português.

<sup>347</sup> Segundo o relatório “*Implementation of Unesco Memory of the World Programme at National Level – Survey Results*”, de abril de 2012, do total das 67 respostas recebidas dos Estados-Membros, apenas Brasil e Letônia declararam ter regulamentos aprovados junto às instâncias oficiais do governo.

<sup>348</sup> UNESCO, 2002, p. 37.

<sup>349</sup> Processo Administrativo do MinC, número de protocolo 01400.007441/2004-24, aberto em 13/08/2004.



atos oficializados pelo MinC, responsável pela manutenção de custos operacionais, porém o gerenciamento da logística do Programa fica a cargo do AN, que assume despesas indiretas de manutenção do Comitê – cita-se, por exemplo, a alocação de funcionários para o desempenho de funções específicas do MOW, além da página do Comitê Brasileiro ficar hospedada no domínio do Arquivo Nacional.<sup>350</sup>

A Portaria do Ministério da Cultura n° 85, publicada em 03/10/2013, promoveu a primeira e última mudança até o momento na distribuição das cadeiras representativas do Comitê MOW Brasil desde 2006, ano das primeiras nomeações dos membros conselheiros.<sup>351</sup>

A disposição dos segmentos representados apresenta o seguinte perfil:

- Arquivo Nacional;
- Comissão Nacional da Unesco no Brasil;
- Conselho Nacional de Arquivos (Conarq);
- Ministério da Cultura;
- Fundação Biblioteca Nacional (FBN);
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan);
- Instituto Brasileiro de Museus (Ibram);
- Arquivos Eclesiásticos;
- Arquivos Militares;
- Arquivos Privados;
- Arquivos Públicos Municipais;
- Arquivos Públicos Estaduais;
- Arquivos Audiovisuais;
- Entidades de Ensino e Pesquisa;
- Notório Conhecimento em Preservação do Patrimônio Documental Brasileiro (03 vagas);<sup>352</sup>

Acresce o fato de que há a previsão de mais um assento destinado ao representante brasileiro no Comitê Regional do MOW na América Latina e Caribe (Mowlac), totalizando, portanto, 18 postos disponíveis, cujos mandatos individuais são de dois anos, podendo haver até uma recondução com o mesmo período de duração. A forma de ingresso dos membros será melhor explorada adiante; cabe destacar, por ora, que a renovação do Comitê Brasileiro atingiu uma constância que permite a renovação de um terço dos integrantes a cada dois anos.

Por sua vez, as Diretrizes do Programa de 2002 preconizam o número de cinco a dez membros por Comitê Nacional, sugestão que contrasta com as 18 cadeiras possíveis de serem preenchidas no MOW Brasil. Além disso, a proibição “não poderá haver mais de um membro de qualquer organização ou organismo importante”<sup>353</sup> foi relevada, haja vista que o Arquivo

<sup>350</sup> A página do Comitê MOW Brasil encontra-se hospedada em <http://mow.arquivonacional.gov.br/>

<sup>351</sup> Apesar de ter sido criado oficialmente em setembro/2004, o Comitê Brasileiro realizou as primeiras nomeações de membros dois anos depois, através da Portaria do MinC n° 102, de 05/12/2006.

<sup>352</sup> A ordem apresentada seguiu o mesmo sequenciamento da Portaria do MinC n° 85, de 03/10/2013.

<sup>353</sup> UNESCO, 2002, p. 59.

Nacional sempre manteve, no mínimo, dois profissionais nas conformações do Comitê de 2006 a 2015.<sup>354</sup> Na amostra de uma composição sugerida pelo modelo da Unesco, uma outra recomendação não adotada pelo Comitê Brasileiro residiu na não-inclusão de um membro da comunidade indígena no grupo de representantes; as demais sugestões foram, de certa medida, absorvidos pelos assentos existentes – profissionais de arquivos, bibliotecas, conservação, museus, patrimônio cultural e conhecimento ou experiência apropriados. A ausência de grupos indígenas pode ser percebida, também, nos tipos de acervos nominados pelo Programa como um todo: ao reconhecer maciçamente os registros escritos, excluem-se as memórias e conhecimentos orais transmitidos nessas comunidades.

Retornando à Portaria do MinC de 2013, as duas grandes novidades foram a inclusão da representação do Ibram e o acréscimo de um assento para os especialistas de notório saber; ademais, houve o esclarecimento de que as cadeiras dos Arquivos Estaduais e dos Arquivos Municipais são distintas, encerrando dúvidas de procedimentos que por vezes acometiam o Comitê Nacional. A decisão por esses acréscimos ocorreu na reunião de 29 de maio de 2013, porém a ata não traz qualquer justificativa, limitando a compreensão dos encaminhamentos tomados – não sabemos, por exemplo, como surgiu a demanda ou se houve algum debate em torno desse quesito. Por outro lado, a notícia veiculada no portal do Arquivo Nacional mostra a imagem de consenso nessa decisão:

Os membros do Comitê defenderam junto ao MinC que a participação do Ibram no MOW Brasil estimularia a divulgação do Programa entre as instituições museológicas detentoras de acervos documentais, seja para que estas apresentassem candidaturas, seja para que participassem como parceiras do Comitê em atividades de divulgação e preservação do patrimônio documental brasileiro.<sup>355</sup>

O desejo pela maior participação das instituições museológicas mostrou-se, portanto, como o principal argumento do Comitê. De fato, se consultarmos as 197 candidaturas apresentadas ao MOW Brasil entre 2007 a 2015, percebemos que apenas 17 são oriundas de museus, tendo uma ampla concentração de 166 propostas dos arquivos e centros de documentação e um número reduzido de 13 proposições das bibliotecas.<sup>356</sup>

Não se identificou nenhum documento que trouxesse comentários sobre a inclusão da terceira cadeira para os representantes de notório saber. Possivelmente esse tipo de acréscimo

---

<sup>354</sup> O quadro com todos os membros do Comitê MOW Brasil encontra-se no Anexo 3.

<sup>355</sup> Disponível em: [www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91](http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91), acesso em 14/09/2015.

<sup>356</sup> Ressalva-se que, dentro do recorte previsto pelo MOW, a premiação destina-se aos acervos arquivísticos e/ou bibliográficos existentes nas instituições, as quais podem ser arquivos, bibliotecas e/ou museus. O capítulo 4 da tese analisa o perfil das 197 candidaturas formalizadas junto ao MOW Brasil entre 2007 a 2015.

não traz no seu bojo o ‘peso’ de um assento permanente para determinada instituição, já que os membros ocupantes podem pertencer a variadas entidades, sem excluir, ainda, as chances de ser algum profissional aposentado. Na prática, essa cadeira destinada aos especialistas de notório saber pode servir como trunfo no equilíbrio geral dos segmentos representados, além de funcionar como alternativa para situações específicas em que exista, por exemplo, mais de uma indicação de nome para um determinado assento. Em outra ocasião, apenas um mês após a criação do Comitê, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) entrou com pedido formal para integrar o rol de instituições que compunham o MOW Brasil. A solicitação da FCRB foi dirigida ao gabinete do Ministério da Cultura que, de imediato, encaminhou a demanda para parecer do Iphan.<sup>357</sup> A área técnica do órgão de patrimônio argumentou que não poderia opinar sobre o assunto, uma vez que existia o Comitê Brasileiro como instância autônoma e legítima para se posicionar nesses assuntos. Na sequência, realizou-se uma reunião com quatro membros do Comitê que, apesar de dois deles serem representantes que trabalhavam em instituições do Ministério da Cultura, decidiu-se, por unanimidade, refutar o pedido da Casa de Rui Barbosa.<sup>358</sup>

A motivação oficial para a negativa ao pedido da FCRB ancorou-se no argumento de que entre as cadeiras do Comitê Brasileiro que englobam instituições permanentes “foram registradas apenas aquelas que são reconhecidas como cabeças de sistema”.<sup>359</sup> Apesar das instituições com assento permanente no Comitê MOW Brasil - Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Ibram e Iphan - assumirem papéis protagonistas nas atividades em plano nacional -, o desprovimento do pleito da Fundação Casa de Rui Barbosa pode ser explicado por motivos não explicitados nos trâmites oficiais. A começar pelo incômodo que o ingresso da FCRB poderia gerar nas outras instituições do Ministério da Cultura, cujos setores de pesquisa e documentação, ainda que pouco valorizados pelo próprio governo, disputam visibilidade. A

---

<sup>357</sup> No ofício dirigido ao MinC, de 05/10/2004, a Fundação Casa de Rui Barbosa argumentou através da sua diretora do Centro de Memória e Informação: “Acredito que a integração da Fundação Casa de Rui Barbosa - com larga experiência no campo da preservação documental, em especial no tratamento, conservação e divulgação de coleções privadas de caráter histórico e literário, como a Biblioteca e o Arquivo de Rui Barbosa, e a dezena de arquivos privados de escritores brasileiros -, ao Comitê representará uma efetiva contribuição para dotar o Ministério da Cultura de um instrumento estratégico na direção de uma política plural e efetiva de preservação dos acervos documentais do país”. Informações do Processo Administrativo 01400.007447/2004-24 que formalizou a criação e regulamentação do Comitê MOW Brasil no MinC.

<sup>358</sup> O encontro ocorreu no Arquivo Nacional, em 18/04/2005, reunindo dois representantes de instituições vinculadas ao MinC (Iphan e Biblioteca Nacional), além de um membro da Comissão Nacional da Unesco e outro do Arquivo Nacional. A representante da FCRB também esteve presente. Informações localizadas no Processo Administrativo 01400.007447/2004-24.

<sup>359</sup> Trecho do memorando interno do Iphan, datado de 19/08/2005, que contém uma recapitulação da reunião realizada quatro meses antes. O documento foi incorporado ao Processo 01400.007447/2004-24.

ausência de integração entre as vinculadas do MinC,<sup>360</sup> através de projetos que poderiam render melhores resultados,<sup>361</sup> pode ter gerado desentendimentos e situações constrangedoras - como possivelmente aconteceu quando da reunião que decidiu pelo veto ao ingresso da FCRB no MOW, já que servidores da própria Pasta da Cultura se manifestaram contrários à inclusão da Casa de Rui Barbosa. A alternativa adotada para amenizar a insatisfação da FCRB foi do MinC realizar um rodízio na sua própria cadeira; porém, tal sugestão não foi adotada,<sup>362</sup> e o assunto encerrou-se nesse momento de constituição do Comitê Nacional.<sup>363</sup>

Para além da permanência do aspecto geral das cadeiras da representação brasileira do MOW, outro traço que se mantém estável no Programa consiste na agenda anual. Desde a publicação do primeiro edital, nos idos de 2007, é possível perceber uma espécie de repetição das atividades desenvolvidas pelo Comitê durante os meses de cada ano: enquanto o primeiro semestre aglutina as ações de discussão de formato e divulgação dos editais de candidaturas, a segunda parte do ano contempla o recolhimento e o julgamento das propostas pleiteadoras do título de Memória do Mundo, assim como as cerimônias de entregas dos títulos. As reuniões do Comitê Brasileiro ficam na média de dois a três encontros anuais, podendo os mesmos serem divididos em dois dias de programação. Ademais, as atividades de capacitação e promoção do Programa - tais como oficinas, palestras, seminários e exposições - variam de acordo com o envolvimento dos membros a cada ciclo de renovação.

Outra faceta que não se alterou desde o início das atividades do MOW Brasil foi o regulamento do Comitê Brasileiro. Publicado em 2007, o formato inspirou-se nos modelos

---

<sup>360</sup> O decreto federal nº 7.743, de 31/05/2012, estabelece sete entidades vinculadas do MinC: três autarquias (Ancine, Ibram e Iphan) e quatro fundações (Biblioteca Nacional, Casa de Rui Barbosa, Funarte e Palmares).

<sup>361</sup> Um exemplo dessa falta de diálogo consistiu na implantação do Mestrado Profissional em Memória e Acervos, da FCRB, cujo primeiro edital foi lançado em 2015. Reconhecido pela Capes, o curso apresenta duas linhas de pesquisa - "Patrimônio documental: representação, gerenciamento e preservação de espaços de memória" e "Práticas Críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e Imaterial" - e não estabeleceu parcerias com as demais vinculadas do MinC. O Iphan, por seu turno, tem seu curso interdisciplinar de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural reconhecido pela Capes desde 2012, oriundo do Programa de Especialização ainda mais antigo, de 2004. Atualmente, o Mestrado do Iphan apresenta, inclusive, disciplina com conteúdo específico da área de arquivos e conservação preventiva. Apesar dessas proximidades, não houve qualquer tipo de parceria entre as duas instituições do Ministério da Cultura.

<sup>362</sup> Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, servidor da Fundação Biblioteca Nacional, foi o único membro de uma das vinculadas a ocupar a cadeira do Ministério da Cultura, entre os anos de 2011 a 2015.

<sup>363</sup> Outra sugestão dirigida à FCRB consistiu no incentivo à candidatura de algum acervo da Fundação ao MOW. A única proposição foi oficializada somente sete anos depois, quando a FCRB apresentou o "Arquivo Rui Barbosa" no edital MOW Brasil de 2011. Seriam resquícios de uma possível insatisfação após o veto à entrada de representantes da Casa de Rui no Comitê Brasileiro?

adotados na América Latina - especialmente o México<sup>364</sup> - e nas Diretrizes do Programa. Estas últimas trazem um trecho denominado “modelo de mandato para um Comitê Nacional”<sup>365</sup> em que há cinco itens, dentre os quais dois foram seguidos estritamente pela representação brasileira: o “nome” e as “funções”, que se encontram na seção “das finalidades” do regulamento brasileiro. Quanto aos outros três tópicos, destacamos traços que demonstram a adaptabilidade do MOW Brasil: a Comissão Nacional da Unesco não nomeia o presidente e vice, pois ambos são eleitos pelos próprios membros do Comitê; a administração dos recursos não acontece de maneira autônoma, porque há a dependência tanto do MinC como da instituição responsável pelos serviços de secretariado; e a duração do mandato dos membros integrantes, cujo modelo de quatro anos com possibilidade de uma renovação, foi reduzida pela metade.

A estrutura do Comitê MOW Brasil é relativamente simples. Além dos 18 assentos, a Mesa Diretora e a Secretaria assumem papéis importantes ao centralizarem todas as ações de rotina e aquelas programadas no calendário anual; não existem as instâncias intermediárias dos Subcomitês como se observa no Comitê Consultivo Internacional. Eleita pela maioria dos membros, a Mesa Diretora aglutina três postos: presidente, vice-presidente e relator, os quais assumem mandatos de dois anos sem possibilidade de recondução. O regulamento do Comitê Brasileiro prevê algumas diretivas:

Título VI – Do Funcionamento do Comitê:

Art. 16º Caberá à instituição que detém a Presidência da Mesa Diretora assumir os custos do apoio administrativo relativo a comunicação entre os membros, organização das reuniões ordinárias e extraordinárias e infraestrutura de apoio e serviços durante a vigência de seu mandato.

Art. 17º Cabe ao Ministro da Cultura o custeio de passagens e diárias que viabilizem a participação de todos os membros nas reuniões programadas.

Parágrafo Único. As atividades de divulgação que venham a ser programadas pelo Comitê - seminários, workshops, oficinas, produção de material gráfico, publicações, dentre outros - serão objeto de projetos específicos a serem apresentados ao MinC para avaliação e aprovação, com a possibilidade de financiamento por agências de fomento ou pelo próprio Fundo de Cultura.<sup>366</sup>

Por ser um Programa que a Unesco não disponibiliza recursos financeiros para a sua gestão, a contrapartida oferecida pela instituição que abriga a Presidência da Mesa Diretora mostra-se como de fundamental importância para o funcionamento do MOW no Brasil. Apesar do MinC

<sup>364</sup> O Comitê Mexicano foi um dos primeiros a ser fundados na rede da Unesco, no ano de 1996. Todos os nossos entrevistados apontaram a representação mexicana como a mais ativa na região da América Latina e Caribe. Para um panorama geral das atividades ver: <http://www.memoriadelmundo.org.mx/>

<sup>365</sup> UNESCO, 2002, p. 59-60.

<sup>366</sup> Trecho do Regulamento do Comitê MOW Brasil, publicado pela Portaria do MinC n. 61, de 31/10/2007.

ser o responsável pela emissão de passagens e diárias para os membros se deslocarem quando dos eventos e reuniões, assim como se apresentar como possível financiador de algumas ações do Memória do Mundo, importa sublinhar que a sustentação do Comitê acontece a partir dos serviços cotidianos da Secretaria formalmente constituída.<sup>367</sup>

O primeiro presidente da Mesa Diretora foi o ex-diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes, eleito por aclamação na reunião que instalou o Comitê Brasileiro.<sup>368</sup> A ausência de disputa pelo posto mais alto do MOW Brasil revela uma tendência que predominou ao longo da constituição do Programa no país: um relativo desinteresse das instituições em assumirem a responsabilidade logística do Memória do Mundo. Se por um lado houve demandas para ocupar assentos permanentes no Comitê, a gestão do MOW não se mostrou atrativa, conforme pode ser percebido na dinâmica de funcionamento da Secretaria. Esta última nunca saiu dos quadros do Arquivo Nacional, permanecendo sob a responsabilidade da servidora Maria Elisa Bustamante desde o início do funcionamento operacional do Programa em 2007.

Terminado o primeiro biênio de atividades do Comitê MOW Brasil, o representante do segmento dos Arquivos Militares, senhor Armando de Senna Bitencourt, foi eleito para a presidência da Mesa Diretora.<sup>369</sup> Porém, a transferência da Secretaria para a instituição em que o novo presidente trabalhava não ocorreu, conforme previa o regulamento do Comitê.<sup>370</sup> O AN foi indicado por unanimidade para continuar com os serviços de secretariado, explicitando a falta de interesse dos representantes das instituições em assumirem um papel mais próximo da rotina cotidiana do Memória do Mundo.<sup>371</sup> Nem mesmo quando o diretor do

---

<sup>367</sup> A referência ao Ministério da Cultura explicita uma característica do Comitê Brasileiro que permanece desde a sua fundação em 2004: o MinC é o organismo do governo que abrigou o MOW no Brasil, ficando responsável pela série de procedimentos formais que legitimam a existência do Memória do Mundo no país. Apesar da existência da Comissão Nacional da Unesco, cuja presença exige do Comitê Brasileiro uma subordinação hierárquica, pode-se afirmar que é o MinC que se apresenta como instância legitimadora da maioria dos atos formais do MOW Brasil. Isso porque toda e qualquer aprovação do Comitê Brasileiro depende do ‘de acordo’ do ministro da Cultura, inclusive o deferimento das candidaturas aprovadas anualmente pelos 18 membros, protocolos não realizados pela Unesco. Contudo, o vínculo com o MinC é estritamente formal, uma vez que a gestão cotidiana do Comitê, em especial o planejamento e execução das suas atividades, são desempenhados pela Secretaria do Programa.

<sup>368</sup> A reunião ocorreu no dia 13/03/2007, quando se elegeu a Mesa Diretora, por aclamação, com os seguintes membros: Jaime Antunes (presidente), do Arquivo Nacional; Esther Bertolotti (vice-presidente), representante do MinC; e Luciana Heymann (relatora), representante do segmento dos Arquivos Privados.

<sup>369</sup> A indicação do nome de Armando Bittencourt partiu da representante do MinC, Esther Bertolotti, e foi aceita por aclamação por todos membros presentes à reunião realizada no dia 17/03/2009.

<sup>370</sup> À época, Armando Bittencourt era vice-almirante e exercia o cargo de diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

<sup>371</sup> Na ata da reunião que elegeu a segunda Mesa Diretora do MOW Brasil, há a seguinte passagem: “O Vice-Almirante, tomando a palavra, aceitou a indicação, agradecendo a confiança nele depositada e declarando que gostaria de contar com o apoio de todos, especialmente do diretor do Arquivo Nacional, ficando acordado que

Museu Imperial, Maurício Vicente Ferreira Júnior elegeu-se presidente da Mesa Diretora do MOW Brasil nos idos de 2015 houve a transferência da Secretaria do Programa para a instituição museológica. Apesar de dotado de uma infraestrutura capaz de gerenciar os afazeres do Programa, o Museu Imperial não pleiteou os serviços de secretariado, condição acordada no plenário do Comitê.<sup>372</sup>

Com a permanência estável da Mesa Diretora nos seus quadros institucionais, aliada a outros fatores circunstanciais que abordaremos na próxima seção desse capítulo, o Arquivo Nacional apropriou-se proativamente do Programa, alinhando-o às suas ações programáticas. O selo da Unesco no Memória do Mundo mostra-se como trunfo da inserção do AN nas redes internacionais, a qual já era cultivada a partir de outras iniciativas: parcerias técnicas com os Arquivos Nacionais de países como Itália, Holanda, Portugal, Polônia e Estados Unidos; projetos de preservação documental implementados no Líbano, Timor Leste e Moçambique; e participação ativa em iniciativas promovidas pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) com vistas a aperfeiçoar padrões de tratamento e acesso à informação podem ser citados como exemplos de iniciativas constantes no relatório institucional, mais especificamente na área denominada “Ações Internacionais do Arquivo Nacional”.<sup>373</sup>

O item “O Arquivo Nacional e o Programa Memória do Mundo da Unesco” mostra-se como o mais extenso da referida área “Ações Internacionais”. Após a apresentação do MOW, o relatório destaca que o AN sedia a Secretaria do Comitê Brasileiro desde a sua implementação em 2007, disponibilizando servidores para o funcionamento permanente do Programa. No tópico relativo à participação brasileira no Mowlac, existem informações sobre candidaturas aprovadas do Brasil, além dos relatos de conferências e palestras ministradas por Vitor Fonseca em países da América Latina.<sup>374</sup> Além disso, há o informe que o sítio eletrônico do Mowlac é administrado pelo AN, muito em função da iniciativa de um dos funcionários, o

---

parte das atividades administrativas e de apoio à Presidência da Mesa-Diretora serão mantidas no Arquivo Nacional, que permanecerá depositário do acervo documental do Comitê Nacional e seu endereço oficial”.

<sup>372</sup> A reunião ocorreu nos dias 22 e 23/09/2015. Em tempo, cumpre salientar que o mandato de Armando Bittencourt foi renovado uma vez por unanimidade, prorrogando-se até 2011, contrariando o artigo 7º do regulamento do Comitê Brasileiro que impedia renovações. Posteriormente, o então servidor do Arquivo Nacional, Vitor Fonseca foi eleito para a presidência do Comitê entre os anos de 2013 a 2015.

<sup>373</sup> O “Relatório de Atividades 2011-2014” do Arquivo Nacional delinea oito “áreas de atuação”. Além das “Ações Internacionais do Arquivo Nacional”, destacam-se “Política Nacional de Arquivos – Conselho Nacional de Arquivos”; “Ação Interinstitucional”; “Gestão de Documentos”; “Processamento Técnico e Preservação do Acervo”; “Acesso à Informação”; “Gestão Administrativa, Infraestrutura e Logística”; e “Investimentos em Projetos Futuros”.

<sup>374</sup> As temáticas das comunicações tiveram o patrimônio documental como objeto central, a partir do qual se apontavam para questões do Programa Memória do Mundo. Costa Rica, México e Peru foram os países que receberam o representante brasileiro para as atividades nos anos de 2012 e 2013.

então representante brasileiro no Mowlac, Carlos Augusto Ditadi. A presença do Arquivo Nacional no Comitê Internacional é realçada: participação nos debates que culminaram na “Recomendação relativa à preservação do patrimônio documental, compreendendo o patrimônio digital e o acesso ao mesmo” – instrumento normativo da Unesco aprovado em 2015 e já analisado no capítulo 1. Nota-se, portanto, que o Arquivo Nacional valoriza as ações do MOW, portando-se como um dos protagonistas do funcionamento do Programa da Unesco no Brasil.

### 3.2. Campo arquivístico brasileiro

Pierre Bourdieu preconiza que as abordagens de uma dada realidade considerem que “o real é relacional”, na medida em que as coisas sociais não podem ser explicadas em si mesmas, mas através de uma complexa rede de relações construídas entre os diversos agentes que disputam simbolicamente os poderes que se mostram, também, fluidos.<sup>375</sup> Adentrando nas especificidades da categoria “campo”, Bourdieu reconhece que a mesma se transformou ao longo da sua obra, assim como a noção conceitual de “habitus”.<sup>376</sup> A definição de campo mostra apreço pela flexibilidade e perspectiva relacional, possibilitando a percepção das disputas individualizadas e coletivas em torno de determinadas práticas sociais; os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento acerca do mundo. Cada campo é responsável por criar seu próprio objeto – cultural, político, educacional, artístico, dentre outras possibilidades – e sua própria maneira de compreensão. A partir do momento em que um campo social é caracterizado, qualificado e definido, torna-se viável destacar quais lutas o integram, faceta esta apontada pelo próprio Bourdieu como traço importante da sua obra.<sup>377</sup>

A lógica de cada campo depende da sua própria forma de organização, e das ações dos agentes em seu interior - nesse sentido, a faceta relacional sobressai, trazendo a dinâmica do mundo social e as possíveis ligações com outros campos construídos. Para Roger Chartier, o conceito de campo de Bourdieu é marcadamente histórico, dotado de regras, princípios e

---

<sup>375</sup> BOURDIEU, 1996, p. 9-12.

<sup>376</sup> BOURDIEU, 1989, p. 59-73.

<sup>377</sup> Em entrevistas realizadas por Roger Chartier, em 1988, no Programa *À voix nue* da rádio *France Culture*, Pierre Bourdieu destaca o poder simbólico do ato de se nomear as coisas, assim como as disputas envolvidas nesses tipos de construções sociais: “Em suma, há palavras que, sabe-se, adquirem seu valor na luta pelo fato de serem alvo na luta de interesses diferenciados. E nós, para falar dessas lutas e em todos os universos que designo como ‘campos’ [champs] - essas espécies de pequenas arenas em que se desenrolam coisas diferentes: pode ser o campo científico, o campo político ou o campo dos historiadores, o campo dos sociólogos, etc. -, em cada um desses universos, haverá palavras-chave pelas quais alguém vai lutar” (BOURDIEU, 2011, p. 27).



hierarquias. Ademais, a definição conceitual de campo nutre-se a partir dos conflitos e tensões presentes na sua própria delimitação por parte dos diferentes agentes:

E me parece ser esta uma lição essencial do trabalho de Bourdieu: sempre pensar as relações que podem estar visíveis nas formas de coexistência, de sociabilidade, ou de relações entre indivíduos, ou ainda de relações mais abstratas, mais estruturais, que organizam o campo - conceito essencial, nesse sentido - da produção estética, filosófica, cultural, num momento e num lugar dados.<sup>378</sup>

Os campos se mostram geridos no seio social, imersos num jogo de linguagens e práticas que representam coisas materiais e simbólicas.<sup>379</sup> A necessidade de se aprofundar na caracterização de cada campo a ser investigado é fundamental para que a análise proposta tenha envergadura suficiente; a partir do momento em que se investe nessa descrição qualitativa do campo em estudo, evitam-se as temidas generalizações.

A noção operatória de campo pode ser utilizada sob diferentes escalas e contextos.<sup>380</sup> A nossa proposta consiste em lançar um olhar retrospectivo para a área de documentação no Brasil, principalmente a partir dos anos 1980, e considerar o arranjo de instituições e agentes envolvidos sob a denominação ‘campo arquivístico brasileiro’. Acreditamos que, a partir da implementação e desenvolvimento do Memória do Mundo no país, torna-se possível perceber algumas das lutas que fazem parte dessa área especializada. Ademais, importa frisar que esse campo apresenta interseções com outros campos como o do patrimônio cultural, cujos pontos de fronteiras se apresentam às vezes permeáveis, outras vezes mais intransponíveis, condição que permite que alguns agentes possam transitar por esses diferentes campos.<sup>381</sup>

### 3.2.1. Processo de configuração do campo

A rede arquivística em voga no Brasil - tanto as suas pretensões, como as dimensões da sua concretude - é fruto de um amadurecimento contínuo que se iniciou de maneira mais incisiva a partir da segunda metade do século XX. Apesar das primeiras instituições terem

---

<sup>378</sup> CHARTIER, 2002b, p. 140.

<sup>379</sup> BOURDIEU, 1989, p. 69.

<sup>380</sup> A tese de Janice Gonçalves, por exemplo, tem como proposta “compreender os processos de definição e constituição, no século XX, em Santa Catarina, de dois campos profissionais e de conhecimento – o campo historiográfico e o campo arquivístico –, tentando detectar suas aproximações, distanciamentos e interações” (GONÇALVES, 2006, p. 14).

<sup>381</sup> Ao analisar a dinâmica de preservação do patrimônio cultural no Brasil, Márcia Chuva destaca um intrincado conjunto de agentes e instituições políticas, intelectuais e religiosas para além da ação hegemônica do Estado. Alicerçada por Bourdieu, a historiadora afirma que “nesses diferentes campos, interagem e disputam posições, compondo uma rede de forças sociais dotadas de meios, instrumentos e legitimidade para participar da definição dos termos da proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, ainda que se trate de uma permanente luta pela manutenção do monopólio da agência do Estado, nessa ação de proteção” (CHUVA, 2009, p. 78).

surgido ainda no período imperial, destacando-se o Arquivo Nacional<sup>382</sup> e outros arquivos hoje constituídos no âmbito dos estados,<sup>383</sup> a área de documentação brasileira estruturou-se melhor nas últimas décadas tanto na qualificação profissional dos seus agentes, como na adequação dos locais de guarda de acervos. Mesmo tendo apresentado avanços significativos, o cenário arquivístico se mostra ainda bastante vulnerável nas rotinas das instituições públicas e privadas, somado às incertezas das políticas públicas recentes; um traço representativo desse setor reside nas inconstâncias e interrupções dos seus processos de melhoramentos, o que acaba gerando certas fragilidades nos arquivos aqui constituídos.

A partir do período entreguerras mundiais é possível observar um fluxo e acúmulo cada vez maior de informações, aliada à necessidade de recuperá-las em ritmo acelerado, fenômeno este consagrado pela expressão “explosão informacional”<sup>384</sup>. A preocupação com a lida dos diferentes acervos arquivísticos gerou variadas iniciativas pelo mundo, tendo na ideia de “gestão documental”<sup>385</sup> um dos alicerces estabelecidos para o tratamento dos arquivos pelas diferentes tendências teóricas e experimentais. Ao tecer um panorama geral sobre a área arquivística no Brasil, o autor Paulo Elían Santos discorre que:

A arquivística no Brasil desenvolveu-se buscando estabelecer laços estreitos com o conhecimento que se produzia na área em países da Europa e nos Estados Unidos. A formação dos principais quadros profissionais que atuaram no país entre os anos 50 e 70 sofreu, de alguma forma, a influência das escolas vinculadas às tradições norte-americana e francesa. Nas décadas seguintes, os esforços de uma reflexão original, proveniente das instituições

---

<sup>382</sup> Mesmo tendo sido criado oficialmente em 1838, sob o nome de Arquivo Público do Império, já havia a previsão da sua criação desde a Constituição de 1824. Com a Proclamação da República, passou a se chamar Arquivo Público Nacional. Décadas mais tarde, nos idos de 1911, assumiu a nomenclatura atual de Arquivo Nacional. Para uma cronologia institucional ver: [www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3](http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3)

<sup>383</sup> Boa parte dos estaduais surgiram após a Proclamação da República: Bahia (1890), São Paulo (1892), Pará (1894), Minas Gerais (1895), Mato Grosso (1896) e Rio Grande do Sul (1906) são alguns exemplos.

<sup>384</sup> Muitos autores identificam, nesse contexto pós-guerras mundiais, a origem do termo Ciência da Informação (CI), vista como de natureza interdisciplinar e ligada à tecnologia na formação da sociedade contemporânea. Diante do cenário da explosão informacional, os países adotaram medidas com vistas a racionalizar todo esse acúmulo e fluxo de dados gerados nas suas atividades científicas e tecnológicas: “Nos Estados Unidos, o Congresso e outras agências governamentais aprovaram, durante os anos 50 e 60, inúmeros programas estratégicos que financiaram os esforços em larga escala para controlar a explosão informacional, primeiro na ciência e tecnologia, e depois em todos os outros campos. Empresas privadas uniram-se a eles. Eventualmente, esses programas e esforços foram responsáveis pelo desenvolvimento da moderna indústria da informação e das concepções que a direcionam” (SARACEVIC, 1996, p. 43).

<sup>385</sup> A tradução contextualizada do termo gestão documental, além da sua conceituação encontram-se bem sumarizados por Ieda Bernardes: “O termo ‘gestão de documentos’ ou ‘administração de documentos’ é uma tradução do termo inglês ‘records management’. O primeiro é originário da expressão franco-canadense ‘gestion de documents’ e o segundo é uma versão ibero-americana do conceito inglês”. Já o conceito geral pode ser resumido como “conjunto de medidas e rotinas que garante o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade desde sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), com vistas à racionalização e eficiência administrativas, bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural” (BERNARDES, 1998, p. 11).

arquivísticas ou das universidades, valeram-se ainda de uma aproximação com outras escolas, entre as quais se destacam a canadense, representada pelos trabalhos do grupo de arquivistas de Quebec, vinculados à Universidade de Montreal, e a espanhola, com a tradição dos estudos produzidos nos ambientes da administração e da formação universitária.<sup>386</sup>

Interessante frisar que a profissionalização da área documental brasileira se ligou às então recentes redes internacionais que compartilhavam alternativas diante do grande passivo de documentos não-tratados, além das crescentes demandas por acesso aos mesmos. Entretanto, a situação das instituições brasileiras era bem diferente e desfavorável se comparada àquelas localizadas nas redes internacionais formadas por países centrais europeus. Apesar dos esforços de racionalização administrativa do Estado propiciada durante o governo Getúlio Vargas,<sup>387</sup> inúmeras dificuldades inviabilizaram uma melhor estruturação da área de arquivos como um todo - os problemas começavam desde a insuficiência de recursos para o tratamento da documentação, passando pelo papel secundário atribuído às instituições responsáveis pela guarda de documentos e pelas embrionárias práticas de gestão documental.

A direção de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional, durante os anos de 1958 a 1964, foi um marco não apenas para a instituição, mas para toda a área de arquivos no Brasil. Tão logo iniciada a sua gestão, o diretor explicitou em seu relatório “A situação do Arquivo Nacional”<sup>388</sup> uma série de informações alusivas ao AN, perfazendo um diagnóstico detalhado do estado dos acervos sem tratamento, dos problemas detectados nas organizações daqueles que já poderiam ser consultados, das limitações dos recursos técnicos, da insuficiência infraestrutural em razão dos baixos recursos angariados e dos profissionais que lá trabalhavam com pouca especialização na área de arquivos. Para superar parte desses obstáculos, o antigo diretor propiciou a vinda de renomados arquivistas estrangeiros ao país,<sup>389</sup> além de fomentar cursos de formação em arquivos para técnicos de níveis superior e

---

<sup>386</sup> SANTOS, 2008, p. 95.

<sup>387</sup> No capítulo 3 da sua tese de doutorado, Paulo Elian Santos traça um panorama geral da área de arquivos no Brasil, a partir dos anos 1930, trazendo outras instituições criadas no período que, mesmo não pertencendo estritamente ao setor arquivístico, valorizavam iniciativas de tratamento documental: Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) em 1938; Fundação Getúlio Vargas (FGV), no final de 1944; e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos idos de 1951.

<sup>388</sup> RODRIGUES, 1959.

<sup>389</sup> A vinda do norte-americano Theodore Schellenberg, nos idos de 1960, foi uma das visitas realizada à época; o então vice-diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos estudou vários problemas arquivísticos brasileiros, deixando um importante legado de obras traduzidas no país. Profissionais franceses também se inseriram nesse intercâmbio com a área arquivística brasileira, cujas influências deixaram marcas nas formações dos profissionais brasileiros, seja nas noções básicas de ‘respeito aos fundos’, oriunda ainda do século XIX, seja nas metodologias de classificação dos acervos na época das visitas dos técnicos estrangeiros – citam-se, por exemplos, as vindas de Boullier de Branche e de Michel Duchein, este último na década de 1970, durante a gestão do ex-diretor do AN, Raul do Rego Lima (1969-1980). Para uma abordagem completa do assunto,

auxiliar, cujas iniciativas foram fundamentais para a posterior implantação do curso em sua versão permanente nas universidades brasileiras.<sup>390</sup>

O estudioso José Maria Jardim é categórico ao afirmar que “as primeiras iniciativas para a divulgação de uma literatura arquivística internacional no Brasil devem-se ao Arquivo Nacional, quando dirigido por José Honório Rodrigues”.<sup>391</sup> Em tom complementar, Paulo Elian dos Santos articula o legado desse ex-diretor do AN com outras importantes ocorrências que se observavam na segunda metade do século XX: o início da implementação do Sistema de Arquivos da FGV, a partir de 1961, e a estruturação de uma área de gestão documental no antigo Estado da Guanabara, ainda que em fase preliminar:

À institucionalização dos projetos da Fundação Getúlio Vargas e da administração pública no Rio de Janeiro, entre o final da década de 50 e início da década de 60, podemos somar a gestão inovadora de José Honório Rodrigues à frente do Arquivo Nacional no período compreendido entre 1958 e 1964. Embora não tenham existido relações orgânicas entre as duas experiências acima descritas e o processo institucional do Arquivo Nacional, é possível afirmar que eles se complementam na medida em que incorporam, em graus diferenciados, aspectos relacionados à experiência prática, ao conhecimento teórico e metodológico, à profissionalização e às políticas públicas.<sup>392</sup>

Pode-se inferir que essas iniciativas na área de arquivos estavam em consonância com as propostas apresentadas pela Unesco através dos setores específicos criados pela agência desde o seu nascedouro.<sup>393</sup> Isso porque a informação, considerando seu tratamento adequado na seara arquivística, pôde propiciar desenvolvimento estratégico nos países que valorizem essa dimensão por vezes negligenciada pelos setores público e privado.<sup>394</sup> Ao invés de serem vistos como meros acessórios das instituições, os acervos arquivísticos ganham atributos que

---

destacando as apropriações brasileiras em torno das noções preconizadas pelo Arquivo Nacional da França, ver ESTEVÃO; FONSECA, 2010.

<sup>390</sup> O Curso Permanente de Arquivo, criado em 1959 no Arquivo Nacional, foi importante para o estabelecimento dos primeiros cursos universitários no Brasil a partir da década de 1970 (SANTOS, 2008, p. 130).

<sup>391</sup> JARDIM, 1995, p. 76.

<sup>392</sup> SANTOS, 2008, p. 112.

<sup>393</sup> O detalhamento de algumas dessas iniciativas, aliadas aos organogramas que culminaram no atual Setor de Comunicação e Informação da Unesco encontram-se no capítulo 1 da tese.

<sup>394</sup> A criação do Departamento de Documentação de Bibliotecas e Arquivos (DBA) da Unesco, no ano de 1967, foi decisiva para o compartilhamento das noções do Sistema Nacional de Informações (Natis – sigla em inglês para *National Information System*): o Natis preconizava a importância da informação para o desenvolvimento das nações, tendo foco principal nos Estados-Membros da África e América Latina. O Programa Unisist (sigla em inglês para *United Nations International Scientific Information System*) foi o principal desdobramento efetivo das ideias do Natis, apresentando-se como iniciativa intergovernamental com vistas ao desenvolvimento de um sistema de informações voltados para as trocas de experiências e tecnologias científicas. O Unisist perseverou entre os anos de 1967 a 1979, quando passou a ficar em segundo plano a partir do avanço geral da internet. Para uma abordagem aprofundada do Unisist ver FLEURY, 1998.

o qualificam enquanto instrumentos essenciais para a tomada de decisões e a comprovação de direitos individuais e coletivos, além de serem registros fundamentais da memória coletiva.

A década de 1970 presenciou o surgimento de iniciativas que não se restringiam às jurisdições federal, estaduais e municipais dos arquivos. Esse movimento qualificou o campo arquivístico brasileiro para além dos domínios do funcionamento das administrações públicas; não obstante o contexto de censura e repressão do regime militar, a valorização dos acervos arquivísticos foi possível a partir de trabalhos que aproximaram as dimensões da pesquisa e documentação. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à FGV, implementou ações pioneiras com vistas a constituir um acervo fundamental para análises sociais, políticas e culturais do país. Fundado em 1973, o CPDOC criou iniciativas como o Programa de História Oral que se tornou referência de metodologia em âmbito nacional, além de disponibilizar um rico acervo de entrevistas para novos estudos da contemporaneidade brasileira.<sup>395</sup> No ano subsequente, 1974, duas ações oriundas dos círculos universitários: o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP),<sup>396</sup> e o Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).<sup>397</sup> Ambos se notabilizaram pela constituição de acervos representativos e instigantes para reflexões sobre a sociedade brasileira e, paulatinamente, criaram estruturas adequadas com intuito de acondicionar documentos que receberam a partir de novas doações e aquisições.

---

<sup>395</sup> O Programa de História Oral do CPDOC foi criado em 1975. Dentre os muitos entrevistados pela equipe do CPDOC, destacamos nomes como de Aziz Ab'Sáber, Darcy Ribeiro e Juscelino Kubitschek.

<sup>396</sup> Apesar de criado em 1962, por Sérgio Buarque de Hollanda, o IEB estruturou seu arquivo apenas em 1974. O acervo diversifica-se entre fundos pessoais de artistas e intelectuais brasileiros como Anita Malfatti, Caio Prado Júnior, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, João Guimarães Rosa, José Honório Rodrigues, Mário de Andrade, Milton Santos e Tarsila do Amaral.

<sup>397</sup> Inicialmente voltado para a preservação da memória do proletariado brasileiro, tendo a greve de 1917 como destaque, o acervo do AEL foi se diversificando em meios aos registros das lutas dos movimentos estudantis, gays e feministas. No histórico do Arquivo, escrito por Walnice Nogueira Galvão, há uma narrativa interessante sobre os bastidores da transferência do acervo para a Unicamp no contexto da ditadura brasileira: “Leuenroth morreu em 1968, justamente o ano do AI-5, que fecharia o regime e instituiria o terror de Estado. Seu espólio, depositado num galpão no Brás e conhecido de Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, corria, portanto, perigo, e toda a operação de resgate seria feita na clandestinidade, [...]. A preocupação era tanta que se temia a possibilidade de um atentado a bomba contra o galpão. Assim que chegou à Unicamp o riquíssimo material - o mais importante do país - trataram de microfilmá-lo tudo, guardando uma cópia nos cofres do Citibank e depositando outra no mencionado Instituto em Amsterdam. A relevância das coleções já era conhecida em círculos seletos da esquerda, e Caio Prado Jr., que cruzara caminhos com Leuenroth nos mesmos cárceres, embora um fosse comunista e o outro anarquista, lhe propusera providenciar abrigo e manutenção por sua conta, sem que a proposta fosse aceita. Aziz Simão e Antônio Candido, patronos da proeza e autores do parecer que acompanhou o Projeto de Aquisição pela Unicamp, manifestaram-se em texto admirável nos circunlóquios impostos pela necessidade de armar uma cortina de fumaça. Tanto que o dono do arquivo é mencionado como ‘humanista’ e não como anarquista, o interesse de seus papéis é atribuído a uma generalidade histórica e jamais é mencionada a classe operária ou a formação do proletariado”. Para maiores detalhes ver: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/historico>.

Além do incremento com instituições qualificadas, o campo arquivístico brasileiro se fortaleceu através da profissionalização dos seus agentes: o curso de Arquivologia recebeu aval para ser ministrado nos cursos superiores a partir de 1972, abrindo novas possibilidades de discussões políticas, sociais e acadêmicas dos arquivos nas universidades.<sup>398</sup> Antes mesmo das primeiras turmas de alunos serem formadas, houve a regulamentação do profissional arquivista nos idos de 1978; o surgimento da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) acompanhou esse contexto de novidades que lançaram as primeiras bases visando à afirmação profissional do arquivista. Angélica Marques realiza um amplo panorama do processo de constituição da Arquivística no Brasil e, ao recuperar outros autores que se dedicam ao tema, sublinha que a “década de 1970 pode ser considerada um divisor de águas na área, quando são criadas instituições, lançados periódicos especializados e realizados eventos importantes para o fortalecimento da instituição arquivo público no Brasil”.<sup>399</sup>

Os anos 1980 colheram os primeiros frutos das ações em prol da Arquivologia como conhecimento científico no país. Somada à modernização institucional e administrativa do Arquivo Nacional - a incorporação de novos técnicos especializados em gestão documental, conservação preventiva e outras práticas de preservação foi significativa no quadro funcional da instituição-<sup>400</sup> Paulo Elian Santos sublinha o funcionamento descentralizado do Fórum de Direitos dos Arquivos Estaduais, os debates em torno de um projeto de lei para os arquivos brasileiros e a pressão do AN para que a Assembleia Nacional Constituinte incorporasse a noção de gestão documental no texto constitucional.<sup>401</sup> As tratativas para elaborar a legislação arquivística estenderam-se para a rede de agentes e instituições num contexto favorável de redemocratização do país; concomitante à busca ideal de um conjunto de arquivos mais condizente com os princípios de acesso aos acervos, notam-se esforços práticos como a implementação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) que se tornou referência no desafio de gerir a massa documental produzida no âmbito administrativo.<sup>402</sup>

---

<sup>398</sup> O Conselho Federal de Educação (CFE) autorizou os cursos de Arquivologia em nível superior a partir de março de 1972. Em 1977 ocorreu a transferência do Curso Permanente de Arquivos do AN para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro, posteriormente transformada em Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Nesse mesmo ano a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) criou seu curso, seguida pela Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 1978. Informações retiradas de SANTOS, 2008.

<sup>399</sup> MARQUES, 2007, p. 91.

<sup>400</sup> O AN absorveu técnicos de instituições com trabalhos afins, como da extinta Fundação Nacional Pró-Memória (atual Iphan), do CPDOC/FGV e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além de viabilizar a incorporação de estagiários e terceirizados na carreira de servidor público.

<sup>401</sup> SANTOS, 2008, p. 137-138.

<sup>402</sup> SANTOS, 2008, p. 138-139. O ano de 1984 marcou o início da gestão documental via SAESP.

Não obstante os anos 1990 marcarem o início do governo Fernando Collor que, sob um controverso discurso de enxugamento da máquina estatal, promoveu o desmonte de várias instituições, percebem-se dois avanços significativos na seara documental: a promulgação da Lei Federal nº 8.159 que estabeleceu diretrizes para a política nacional de arquivos públicos e privados em 1991; e o início dos trabalhos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) a partir de 1994.<sup>403</sup> A legislação era marcadamente técnica e conceitual - por exemplo, a definição de gestão documental,<sup>404</sup> além de reforçar a necessidade de estabelecer critérios mínimos de acesso aos arquivos,<sup>405</sup> demanda cara aos segmentos sociais que permaneciam mobilizados após a censura do regime militar. Ademais, a Lei de Arquivos<sup>406</sup> explicita o dever do Estado em promover a gestão e proteção dos documentos, entendidos como “instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”; as qualificações atribuídas à documentação incorporavam o desejo coletivo de uma sociedade mais plural nesse contexto brasileiro de redemocratização.

A Constituição Federal de 1988 lançou luz para o termo “documentação” no artigo 216 que, juntamente com o de número 215, destacavam-se como porta-vozes da multiplicidade das manifestações culturais brasileiras. Pela primeira vez, no Brasil, uma Carta Constitucional explicitava uma terminologia mais específica e técnica da área de arquivos, como pode ser percebido no parágrafo segundo do artigo 216: “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. As pressões pelo acesso aos documentos, condição essencial para o pleno exercício da cidadania, foram também absorvidas nesse importante trecho constitucional. Pode-se afirmar que a aprovação dessas letras oficiais se mostrou emblemática por captar vozes de estudantes, professores e agentes do campo arquivístico; foi preciso ter um peso político para que a aprovação do parágrafo relativo à documentação acontecesse, papel que ficou a cargo de dirigentes das instituições arquivísticas brasileiras nos anos 1980.

---

<sup>403</sup> A 1ª Reunião Plenária do Conarq ocorreu em 15/12/1994, tendo como pauta principal o Regimento Interno do Conselho, além dos encaminhamentos para as constituições das Câmaras Técnicas e Comissões Especiais.

<sup>404</sup> De acordo com a Lei Federal n.º 8159/1991, “Art. 3º Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

<sup>405</sup> O capítulo V da Lei de Arquivos aglutinava, nos seus artigos 22 a 24, a questão “Do Acesso e do Sigilo dos Documentos Públicos”. A partir da Nova Lei de Acesso à Informação, de 2011, todo esse capítulo foi revogado.

<sup>406</sup> Trata-se da mencionada Lei Federal nº 8.195, publicada em 1991.

Um termômetro interessante que mensurava os fóruns e debates que culminaram na promulgação da Lei de Arquivos foi o início da publicação semestral da Revista *Acervo*, a partir de 1986, pelo Arquivo Nacional.<sup>407</sup> Já em seu primeiro número o periódico trouxe como artigo inaugural “Os arquivos nacionais: estrutura e legislação”, de autoria coletiva da ex-diretora-geral, Celina Vargas, e do consultor jurídico do AN, Aurélio Wander Bastos; ainda nesse dossiê, o texto intitulado “Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural” trazia reflexões do ex-diretor Arquivo Geral da Nação Argentina, César Belsunce. Outros artigos da Revista *Acervo* evidenciaram discussões que estavam presentes nesse momento de crescimento da arquivística brasileira - as edições temáticas de “Arquivologia e Fontes para História” (1987) e “Escravidão” (1988) são exemplos dessas tendências -, promovendo debates, inclusive, com a historiografia brasileira que revisava temas, como a escravidão, à luz de novas abordagens conceituais e metodológicas. A promulgação da Lei Federal n. 8.159 não passou despercebida pela *Acervo*; em capa que estampava, ao fundo e em segundo plano, os primeiros artigos da mesma, e que tinha como destaque, ao centro, o título “Arquivo e Cidadania”, a publicação de 1991 selecionou artigos que traziam parte do debate fomentado ao longo da década de 1980.<sup>408</sup>

Outro traço que a Lei de Arquivos evidenciou foi a relação com os acervos privados, muitas vezes negligenciados pelos poderes públicos.<sup>409</sup> Essa preocupação já estava presente nas tentativas de parcerias entre instituições particulares e públicas, tendo no Programa de Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento) um exemplo de como essas ações de confluências caminharam por um período, ainda que reduzido, entre os anos de 1984 a 1988. De funcionamento complexo, abrigado no interior da Fundação Nacional Pró-Memória,<sup>410</sup> e de perfil multidisciplinar por envolver áreas como biologia, história, química, arquivologia, física e informática, o Pró-Documento tornou-se referência nas propostas de

<sup>407</sup> Segundo os editores da Revista *Acervo*, a publicação substituiu o Mensário do Arquivo Nacional, que havia circulado, de forma mais inconstante, entre os anos de 1970 a 1982.

<sup>408</sup> A abertura do dossiê ficou sob responsabilidade do celebrado ex-diretor-geral José Honório Rodrigues. O perfil dos autores era diversificado, os quais trabalhavam com temáticas como acesso e legislação, além de relatarem experiências com arquivos estrangeiros (canadenses) e de origem privada (AEL/Unicamp).

<sup>409</sup> A Lei 8.159/1991 apresenta no seu Capítulo III, “Dos Arquivos Privados” um total de seis artigos. Há um grande destaque para o instrumento federal de valoração dos arquivos privados identificados como de interesse público e social. Discutiremos melhor essa ferramenta de patrimonialização na próxima seção desse capítulo.

<sup>410</sup> A Fundação Nacional Pró-Memória trata-se de uma das muitas configurações institucionais assumidas pelo IPHAN ao longo da sua trajetória: “A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural”. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).



tratamentos de acervos de sindicatos, empresas, igrejas e instituições de ensinos. Suas atividades eram valorizadas sob a perspectiva de lançarem luz nos diferentes acervos que, se continuassem sem os devidos cuidados, poderiam sucumbir à ação destruidora do tempo e descaso; sob a ótica dos técnicos do Programa, de nada adiantariam os esforços da luta política pós anistia em trazer essas memórias plurais da sociedade brasileira, se não se concretizassem práticas mínimas de preservação e acesso aos diferentes arquivos. A experiência fugaz, porém bastante intensa do Pró-Documnto, gerou bons frutos nas práticas preventivas dos acervos, trazendo um leque de opções de tratamento documental, também em consonância com os debates internacionais da época; boa parte dos técnicos que trabalharam no Programa foram alocados e distribuídos em instituições públicas como Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Fiocruz e Iphan.<sup>411</sup>

Ainda que “periferizada”<sup>412</sup> nos programas de governos municipal, estadual e federal, a área documental tem conseguido avanços que buscam romper com a lógica dos arquivos permanecerem invisibilizados na sociedade. Apesar das críticas dirigidas ao Arquivo Nacional por parte de diferentes segmentos de arquivos em todo país,<sup>413</sup> há o reconhecimento de que o Conarq tem conseguido estabelecer padrões mínimos visando à preservação do patrimônio documental; para tal intento, o funcionamento das Câmaras Técnicas<sup>414</sup> mostra-se essencial para a divulgação dessas pesquisas e discussões. A literatura internacional da área vem sendo bastante traduzida, trazendo importantes títulos que versam sobre temas como descrição de acervos permanentes; classificação, temporalidade e destinação dos documentos da área administrativa; conservação preventiva de vários suportes documentais; e recomendações para digitalização de documentos históricos.<sup>415</sup>

---

<sup>411</sup> Para uma abordagem sobre o Pró-Documnto ver BASTARDIS, 2012.

<sup>412</sup> JARDIM, 1995, p. 120.

<sup>413</sup> A realização da I Conferência Nacional de Arquivos, em 2011, foi importante para captar as vozes plurais dos agentes das instituições de todas as cinco regiões geográficas país. Dentre a série de propostas aprovadas na plenária final da Conferência destaca-se “Alterar o art. 26 da Lei 8.159, desvinculando o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) do Arquivo Nacional e o cargo da presidência, do cargo de diretor-geral do Arquivo Nacional” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 41).

<sup>414</sup> Atualmente, as Câmaras Técnicas do Conarq estão divididas em sete: Documentos Eletrônicos; Paleografia e Diplomática; Preservação de Documentos; Capacitação de Recursos Humanos; Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais; Normalização da Descrição Arquivística; e Gestão de Documentos. Criadas para subsidiar tecnicamente as propostas de estudos e normas votadas no plenário do Conarq, o funcionamento das mesmas é bem heterogêneo, reunindo especialistas que atuam em instituições públicas e privadas.

<sup>415</sup> Um exemplo de como o debate internacional foi apropriado de forma propositiva no Brasil consistiu na elaboração da “Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital”, aprovada pelo Conarq em 2004, a partir de um documento de natureza semelhante, divulgada pela Unesco, no ano anterior à publicação brasileira. A agência da ONU alertara, em trechos da sua “Diretrizes para a preservação do patrimônio digital”, sobre os perigos e riscos que corremos com as informações que produzimos digitalmente no mundo tecnológico atual; caso os desaparecimentos desses dados se tornem constantes, sem um trabalho voltado para busca de alternativas

Janice Gonçalves afirma que a década de 1990 foi aberta com boas perspectivas para os arquivos no Brasil. Além da legislação favorável, materializada em artigos da Constituição e da Lei Federal 8.159, a historiadora destaca o início das atividades do Conarq que destinava cadeiras para vários segmentos arquivísticos, a criação de associações de arquivistas pelos estados da federação, além do aumento dos cursos universitários de Arquivologia no país.<sup>416</sup> Isso provocou uma espécie de transferência da produção intelectual da área, antes concentrada nas instituições de guarda, para as universidades; a Arquivística buscou se diferenciar tanto da Biblioteconomia como da História, criando estratégias de afirmação que refutavam o atributo que recebia de ‘ciência auxiliar’, “o que frequentemente se traduziu em tensões e disputas acirradas entre profissionais de distintas formações que atuavam (e atuam) na área de arquivos”.<sup>417</sup> Era e ainda é muito comum a presença de historiadores, museólogos e cientistas sociais no ambiente arquivístico, cuja aproximação com a Arquivologia acontece através das práticas profissionais continuadas desempenhadas pelos diferentes agentes que podem, eventualmente, frequentar cursos de especialização e pós-graduação. A partir da formação do arquivista na universidade, nota-se um enfrentamento nas disputas de locais de prestígio no campo arquivístico, tanto através da produção acadêmica, como na ocupação dos postos de trabalho das iniciativas pública e privada – para muitos arquivistas, o diploma na área passou a ser um pressuposto na atuação profissional.

A maior visibilidade da Arquivologia no meio universitário foi acompanhada de problematizações em torno dos seus paradigmas:

Em termos mundiais, *grosso modo*, a década de 1990 pode ser considerada um momento de crise do campo arquivístico e, sintomaticamente, a literatura da área, nos vários países, passa a abrigar o questionamento de seus princípios fundamentais, tidos como anacrônicos. [...]

Entre os que afirmam a obsolescência da Arquivística ‘custodial’ (ou ‘clássica’, ‘convencional’, ‘tradicional’) encontram-se tanto os que apontam a sua não-cientificidade (devendo a Arquivística, portanto, constituir-se como ciência) quanto os que, numa perspectiva pós-moderna, criticam suas pretensões científicas; tanto os que afirmam ser seu objeto a informação, quanto os que reafirmam a posição central dos documentos nas reflexões e ações arquivísticas; tanto os que negam a possibilidade de continuar a empregar conceitos e princípios forjados no século XIX como os que entendem que eles permanecem, em essência, válidos. Se há concordância,

---

técnicas e políticas, boa parte do legado digital da humanidade estará comprometido - o tom do discurso lembra as premissas básicas do Programa Memória do Mundo, as quais alertam para os perigos da destruição do patrimônio documental.

<sup>416</sup> GONCALVES, 2006, p. 131.

<sup>417</sup> *Ibidem*, p. 131-132.

parece apenas residir no entendimento de que, frente ao novo contexto histórico, a Arquivística deve ser repensada.<sup>418</sup>

Importa frisar que os olhares críticos de outros campos do conhecimento foram os principais responsáveis por esse estremecimento das bases em que estava assentada a Arquivologia. O interesse reflexivo sobre os acervos nas áreas da Filosofia e Antropologia<sup>419</sup> possibilitaram que os arquivos não fossem vistos como meros “depósitos dos fatos e das provas” para serem “considerados parte do processo de construção de discursos sobre o passado”.<sup>420</sup> Esse tipo de questionamento provocou novas conformações ao campo arquivístico, na medida em que os campos se constroem, justamente, nessas tensões de ordem conceitual e prática;<sup>421</sup> da mesma forma que a perspectiva teórica de outras áreas do conhecimento contribuiu para transformar o campo arquivístico, as práticas profissionais dos agentes tiveram efeitos nessa configuração que é fluida, dinâmica e histórica.

E foi justamente nesse contexto de questionamentos em torno da Arquivologia que o Memória do Mundo foi criado: eram os idos de 1992 quando a Unesco lançou a proposta de patrimonializar acervos arquivísticos. A iniciativa não fora resultado de uma ação exclusiva dos documentalistas; conforme assinalamos no capítulo 2, o MOW respaldou-se em critérios do campo do patrimônio para subsidiar suas primeiras ações, reforçando o perfil arquivístico do Programa posteriormente, a partir da atuação mais contundente de profissionais alinhados à Arquivística. A nossa hipótese é que o Memória do Mundo se transformou, paulatinamente, num dos instrumentos de afirmação do campo arquivístico. A ideia de valorizar acervos documentais, a partir de uma rede de especialistas, configura-se como estratégia de fortalecimento do campo: a partir do funcionamento do MOW, tanto os agentes como as instituições ratificam o prestígio dessa iniciativa da Unesco, que, numa via de mão dupla, agrega capital cultural aos especialistas ligados ao Programa.

---

<sup>418</sup> GONCALVES, 2006, p. 132-133.

<sup>419</sup> A Revista Estudos Históricos publicou uma série de artigos interessantes sob o dossiê “Antropologia e Arquivos”, datada de 2005. A publicação foi um dos desdobramentos do seminário “Quando o campo é o arquivo: etnografias, histórias e outras memórias guardadas”, promovido pelo CPDOC/FGV e pelo Laboratório de História e Antropologia da UFRJ. Conforme assinala a apresentação do dossiê, os trabalhos demonstram o interesse crescente dos antropólogos pelos arquivos desde meados dos anos 1980.

<sup>420</sup> HEYMANN, 2012, p. 23.

<sup>421</sup> Para Pierre Bourdieu, “o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial” (BOURDIEU, 1983, p. 122).

### 3.2.2. A implantação do MOW Brasil

As primeiras tratativas para implementação do Memória do Mundo no Brasil, através de um Comitê Nacional constituído, iniciaram-se no ano 2000. As circunstâncias da chegada da demanda da Secretaria internacional do MOW, desejosa por expandir novas unidades pelo mundo, seguiram um trâmite costumeiro das relações estabelecidas entre Unesco e Ministério das Relações Exteriores: a representação do antigo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), localizada na cidade do Rio de Janeiro,<sup>422</sup> tinha como uma das suas funções dar prosseguimento aos assuntos iniciados na agência internacional da ONU. As questões gerais alusivas a patrimônio seguiam, via de regra, para o Ministério da Cultura ou até mesmo diretamente para o Iphan. Por entender que o Programa Memória do Mundo era uma iniciativa afeita ao patrimônio cultural, representantes do IBECC<sup>423</sup> destinaram a pauta de instalação do Comitê MOW Brasil para o MinC.

A demanda originada na Unesco visando à implementação de novos Comitês não se restringiu ao Brasil. De início, a estratégia foi regionalizada: a partir de um ofício dirigido aos países da região geopolítica América Latina e Caribe, houve o convite geral para que se indicassem representantes a fim de participarem da reunião inaugural do respectivo Comitê Regional. Em maio de 2000, o Iphan recebeu a comunicação de que uma das suas servidoras, Lygia Maria Guimarães, estava convidada a participar da reunião programada para a cidade de Pachuca, no México.<sup>424</sup> Indagada sobre como surgiu a oportunidade de integrar o grupo de especialistas<sup>425</sup> que participou da reunião inaugural do Mowlac, Lygia Guimarães admite que o processo foi rápido e inesperado. Em conversa informal que tivemos, a técnica afirmou que o Memória do Mundo apareceu repentinamente. A indicação para participar do encontro no

---

<sup>422</sup> A representação do IBECC funcionava no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro/RJ. Sobre a Comissão Nacional da Unesco, Jurema Machado afirma que “em 1946, o Brasil criou sua Comissão Nacional, operacionalizada por meio do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, o IBECC. A Comissão Nacional do Brasil sempre foi um tema mal equacionado na estrutura do Itamaraty, até que, em 2009, o IBECC foi extinto e, desde então, a Comissão não foi restabelecida” (MACHADO, 2017, p. 255). Atualmente, a Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC), pertencente ao Ministério das Relações Exteriores incorporou parte das funções do extinto IBECC.

<sup>423</sup> O senhor Joaquim Caetano Gentil Netto, antigo secretário executivo do IBECC no Rio de Janeiro é apontado, em duas entrevistas da nossa pesquisa, como o principal responsável por ter tratado o MOW Brasil como pauta do Ministério da Cultura. Segundo Lygia Guimarães muitas demandas que vinham da Unesco para o Brasil passavam, primeiro, pelo IBECC do Rio. Este, por sua vez, dava destino às questões de educação e cultura. Ainda segundo a técnica, no entendimento senhor Joaquim Gentil, o Iphan era a instituição que tinha que lidar com o Memória do Mundo no Brasil.

<sup>424</sup> Ofício Circular assinado por Isidro Fernández-Aballi, conselheiro regional para a América Latina e Caribe, da Divisão de Informação e Informática, datado de 26/05/2000.

<sup>425</sup> Além do Brasil, os outros sete países representados foram: Chile, Jamaica, México, Nicarágua, Trindade e Tobago, Peru e Venezuela.

México veio da diretoria do Iphan em Brasília, em uma época em que o Programa era pouco conhecido no Brasil.

Oriunda do extinto Pró-Documento, Lygia Maria Guimarães ingressou na Fundação Nacional Pró-Memória no ano de 1987, após se especializar na área de conservação preventiva de papéis no exterior.<sup>426</sup> À época da primeira participação no MOW já coordenava trabalhos em várias unidades descentralizadas do Iphan com vistas a implantar laboratórios de conservação documental, destacando-se na instituição por ser uma das poucas especialistas dedicada à área de arquivos e bibliotecas. Apesar de ser reconhecida pelo seu trabalho no órgão de patrimônio, as suas principais redes de atuação, sociabilidade e de trocas de experiências profissionais estão em outros espaços como a Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (Abracor)<sup>427</sup> e o Conarq, onde desempenha papel ativo na Câmara Técnica de Preservação de Documentos. Ademais, Lygia Guimarães mantém estreitos contatos profissionais com antigos colegas do Pró-Documento que hoje trabalham no Arquivo Nacional, estabelecendo vínculos devido à sua trajetória de atuação individual enquanto conservadora preventiva. Ou seja, a agente transita entre os campos do patrimônio e arquivístico, mas está muito mais inserida na rede de profissionais de arquivos e bibliotecas devido às suas tomadas de posição profissionais que não dependem de acordos interinstitucionais entre Iphan e AN.

A partir do encontro de 2000 no México, onde se oficializou a criação do Mowlac, os novos membros empossados tiveram como principal incumbência viabilizar os surgimentos dos Comitês Nacionais do MOW na América Latina e Caribe. A técnica do Iphan envolveu-se rapidamente com a rede de especialistas do Memória do Mundo<sup>428</sup> e, no Brasil, buscou o apoio institucional do Iphan para a implementação do Comitê Brasileiro. O que parecia ser o passo mais prático, logo esbarrou na histórica falta de interesse da instituição de patrimônio pela área e, por conseguinte, pelo Programa da Unesco. Nessa época, o Iphan concentrava esforços em outras linhas de atuação: as políticas de patrimônio imaterial ganhavam concretude através do decreto federal 3.551, publicado em 2000, e que versava sobre o instrumento do registro de bens intangíveis e a constituição do Programa Nacional de

---

<sup>426</sup> Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), Lygia Guimarães especializou-se na *Camberwell School of Arts and Crafts of London* (1985) e cursou Mestrado em *Archives and Public History*, pela *New York University* (2011).

<sup>427</sup> Além de participar como membro da Abracor, a conservadora foi eleita diretora para o mandato 2005-2007.

<sup>428</sup> Conforme destacamos no capítulo anterior, Lygia Guimarães participou diretamente da redação das Diretrizes do MOW, publicadas em 2002, sob coordenação geral de Ray Edmondson.

Patrimônio Imaterial;<sup>429</sup> o Programa Monumenta, destinado às obras de grande impacto nos centros históricos tombados, permaneceu se expandindo, sendo depois incorporado ao Iphan<sup>430</sup>; e o antigo Departamento de Museus despontava com um criativo arsenal de novas propostas voltadas para aproximar os equipamentos museológicos dos cidadãos.<sup>431</sup>

Por sua vez, a área de pesquisa e documentação também ganhou novo fôlego nesse cenário de fortalecimento institucional do Iphan, principalmente durante a gestão do ministro da Cultura Gilberto Gil.<sup>432</sup> A partir do legado construído nas décadas de 1980 e 1990, através dos inventários de proteção de sítios urbanos tombados e da reflexão sobre a trajetória institucional, o Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) tornou-se realidade no ano de 2004.<sup>433</sup> O setor de documentação do Iphan se estruturou a partir da criação de uma gerência específica dedicada à rede de arquivos e bibliotecas da instituição distribuída por todo país, obtendo investimentos através de editais externos. Contudo, não obstante os esforços realizados em prol da preservação documental dos seus acervos, o Iphan ainda sofre com uma situação que é generalizada no serviço público: diante da dificuldade histórica na alocação de recursos e do número insuficiente de funcionários, os acervos arquivísticos e bibliográficos das instituições ficam relegados a um segundo plano das prioridades destacadas como essenciais.<sup>434</sup>

---

<sup>429</sup> Boa parte das novas abordagens aos bens culturais, no início dos anos 2000, concentraram-se naqueles de natureza intangível. Os documentos continuavam, em certa medida, ‘esquecidos’ pelas políticas públicas no campo do patrimônio. Sobre esse contexto, Márcia Chuva salienta que “os sentidos históricos dados à noção de referência cultural, principalmente a partir da implantação do Decreto nº 3.551/2000, estabeleceram uma associação quase que exclusiva com o patrimônio imaterial, que não estava prevista na Constituição. Para Maria Cecília Londres Fonseca (2003), a noção refere-se aos sujeitos de atribuição de valor de patrimônio e não à natureza dos bens tornados patrimônio. Desse modo, é possível afirmar que isso significou uma importante inversão na lógica consagrada dos processos de patrimonialização, fundada na ideia de que os objetos teriam valores intrínsecos” (CHUVA, 2017, p. 91).

<sup>430</sup> A incorporação do Monumenta pelo Iphan ocorreu no ano de 2006. Para uma análise crítica da atuação do Programa Monumenta ver MOTTA, 2000.

<sup>431</sup> Um interessante panorama da política nacional de museus à época pode ser visto em IPHAN; DEMU, 2006. Como resultado dessa expansão quantitativa e qualitativa das práticas museológicas, o Ibram foi criado oficialmente a partir de 2009, desvinculando-se do Iphan.

<sup>432</sup> Gilberto Passos Gil Moreira foi ministro da Cultura durante o governo de Lula, entre os anos de 2003 a 2008. Além das muitas iniciativas de descentralização das atividades culturais pelo país, destacou-se a preocupação em dotar as vinculadas do MinC com melhor infraestrutura e condições de trabalho, incluindo a realização dos primeiros concursos públicos no Iphan, Biblioteca Nacional, Funarte e no próprio Ministério.

<sup>433</sup> O viés interdisciplinar do conhecimento é referência imprescindível do PEP, que alia trocas entre a perspectiva teórica e a dimensão prática da lida com o patrimônio nas diferentes unidades do Iphan de todo território nacional. Inicialmente gestado em parceria com a Unesco, o PEP tornou-se Mestrado Profissional, reconhecido pela Capes, a partir do ano de 2012. Para uma abordagem retrospectiva ver IPHAN, 2010.

<sup>434</sup> O relatório da antiga Gerência de Documentação Arquivística e Bibliotecária do Iphan traz um interessante panorama histórico da área na instituição, além de sistematizar dados que permitem visualizar os investimentos nos arquivos e bibliotecas do órgão federal. O relatório foi adaptado para uma publicação de circulação interna. Cf. IPHAN, 2008.

Diante do cenário de disputas internas no Iphan, dinâmica que ocorre desde a busca de maiores investimentos nas frentes de trabalho da instituição, passando pelos discursos que legitimam a importância de cada área especializada, o setor de documentação mostra-se como um dos mais vulneráveis ao longo dos oitenta anos de vida do Iphan.<sup>435</sup> O lugar do documento é, em grande parte, historicamente relegado na instituição: os tombamentos de acervos são raros e as ações preservacionistas de arquivos não ganham destaque quando inseridos em processos mais amplos.<sup>436</sup> Nessas circunstâncias, o não recebimento do Programa Memória do Mundo pelo Iphan pode ser explicado por essas duas variantes: tanto pela falta de estrutura generalizada na área documental, normalmente restrita ao trabalho de poucos especialistas, como pela indiferença da instituição para com as políticas de patrimonialização de acervos documentais.

A instalação do Comitê Brasileiro demorou quatro anos para ser concretizada. Desde a reunião inaugural do Mowlac em 2000 até a publicação da Portaria do MinC no ano de 2004, os trâmites concentram-se no Iphan e no Ministério da Cultura, tendo Lygia Guimarães como a principal articuladora desses esforços que evidenciam o papel individual da agente na tentativa de dar concretude ao Comitê MOW Brasil. Em carta dirigida ao então presidente do Iphan, Antônio Augusto Arantes,<sup>437</sup> a técnica em conservação documental realiza um relato com detalhes dos trabalhos de bastidores:

Após conversar com o Dr. Juca Ferreira durante sua visita ao Rio de Janeiro e com a Dra. Maria Elisa Costa, ex-presidente do Iphan, enviei ao Secretário Executivo do MinC um dossiê sobre o assunto, em 08/12/2003, que encaminhou ao Dr. Roberto Pinho. O Secretário de Projetos e Programas do MinC fez um contato por telefone comigo dizendo que tinha o dossiê e que

---

<sup>435</sup> IPHAN, 2008.

<sup>436</sup> A Lei Federal nº 11.483, de 31/05/2007, relativa ao processo de liquidação da extinta Rede Ferroviária Federal S. A. (RFSSA), estipula que o Iphan deverá “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural” (art. 9º). Na sequência, esclarece que a preservação e difusão da “Memória Ferroviária” deverá ser promovida através da “construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos” (parágrafo 2º, inciso I). De uma maneira geral, poucas são as Superintendências do órgão que têm conseguido trabalhar a partir de uma perspectiva mais ampla de patrimônio, a partir de parcerias com arquivos estaduais, AN e outras associações de antigos ferroviários. Diante do grande passivo de bens da antiga RFSSA (incluindo as estações e os demais imóveis, além dos antigos veículos e locomotivas), os documentos são menos priorizados, conforme constata Mônica Elisque do Carmo: “Embora as iniciativas de preservação da memória no Brasil através da constituição de unidades de informação – arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação, centros de memória, centros de referência, centros culturais – tenham aumentado significativamente em diversas regiões do país, o interesse por essa área de atuação no âmbito do Iphan continua negligenciado. Na realidade o Iphan não possuía e ainda não possui uma estrutura técnica administrativa adequada para a realização de gestão do patrimônio ferroviário, composto por um acervo diversificado e fragilizado devido às mudanças sofridas pela RFSSA nas últimas duas décadas (CARMO, 2014, p. 160).

<sup>437</sup> Antropólogo, é professor na Unicamp. Antônio Augusto Arantes Neto foi presidente do Iphan entre os anos de 2004 e 2006, depois de ter sido diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação (2003-2004), quanto iniciou a implantação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial na instituição.

logo após as festas de final de ano ele iria voltar a fazer contato. Mas não foi possível continuar o assunto devido sua saída.

Quando V. S. assumiu como Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação, no final de 2003, entreguei-lhe, de forma informal, também um dossiê sobre o programa. [...]

Nós do Comitê Nacional estamos visualizando, através de Vossa Senhoria, uma possibilidade de interlocução com o MinC, para que enfim o Comitê Brasileiro seja criado.

Uma possibilidade seria tentar agendar uma conversa minha e de outros componentes do Comitê, como por exemplo a Célia Corsino, o professor Jaime Antunes e a Dra. Esther Bertoletti, com os técnicos do MinC que estão envolvidos com o Programa.<sup>438</sup>

Apesar da criação do Comitê não ter sido oficializada, percebe-se que já havia o entendimento de que, na prática, as atividades poderiam ser consideradas como pertencentes a um grupo de agentes comprometidos com a causa arquivística. As buscas por apoio político junto ao então secretário-executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira,<sup>439</sup> à ex-presidenta do Iphan, Maria Elisa Costa e ao então diretor Antônio Arantes, que passara a ser presidente do Instituto, revelam as tentativas em obter o capital simbólico necessário para a implementação do Comitê. As referências aos nomes de Célia Corsino e Esther Bertoletti,<sup>440</sup> profissionais que coordenavam importantes projetos da área da documentação, somados à figura do diretor-geral do Arquivo Nacional e presidente do Conarq, Jaime Antunes, explicitam, por sua vez, os contatos nutridos por Lygia Guimarães no seio do campo arquivístico brasileiro - percebe-se, portanto, uma estratégia discursiva de legitimar seu pleito, ao dizer que estava acompanhada de especialistas. Diante da falta de apoio institucional do Iphan e do Ministério da Cultura para implantar o Comitê, a técnica recorreu aos seus pares com intuito de coletivizar a demanda que julgava importante.

<sup>438</sup> Carta de Lygia Guimarães dirigida ao então presidente do Iphan, Antônio Augusto Arantes, em 05/05/2004, parte integrante do Processo Administrativo nº 01400.007441/2004-24. Interessante frisar que a remetente assina o documento como “representante do Brasil no Programa Memória do Mundo da Unesco e Vice-Presidente do Comitê Regional da América Latina e Caribe”, sem fazer menção ao seu cargo de Chefe da Divisão de Conservação de Acervos Documentais do Iphan.

<sup>439</sup> João Luiz Ferreira Silveira, mais conhecido como Juca Ferreira, trabalhou na Secretaria-Executiva do MinC de 2003 a agosto de 2008, durante a gestão de Gilberto Gil. Com a saída deste último, chegou a ocupar o cargo de ministro até ser substituído por Ana de Hollanda. Voltou ao Ministério da Cultura, na condição de ministro, a partir de janeiro de 2015; com o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 contra o governo Dilma Rousseff, saiu do MinC e atualmente ocupa o posto de presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

<sup>440</sup> Atual Superintendente do Iphan em Minas Gerais, Célia Maria Corsino é museóloga de formação e exerceu o cargo de Diretora do Departamento de Identificação e Documentação (DID) do Iphan entre os anos de 1996 a 2002, quando se dedicou aos projetos de preservação dos acervos documentais da instituição, apoiando, inclusive, os trabalhos coordenados por Lygia Guimarães. Já Esther Caldas Guimarães Bertoletti é historiadora, com diversas especializações nas áreas do direito, ciências sociais e ciência da informação, tendo sido a Coordenadora Geral do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, financiado pelo MinC. Ambas agentes integraram a primeira composição do Comitê MOW Brasil, nos idos de 2006, sendo que Esther Bertoletti teve seu mandato estendido até 2011 e Célia Corsino apresentou sua renúncia ao papel de membro no ano de 2008.



Enquanto isso, Lygia Guimarães também exercia suas atividades no Mowlac, tendo participado de todas as reuniões anuais com especialistas da América Latina e Caribe.<sup>441</sup> Enfim, as ações do MOW no Brasil, no período de 2000 a 2004, caracterizaram-se muito mais pelas práticas individuais de uma técnica que, não obstante a ausência de assistência das instituições da Cultura, buscou, justamente no campo em que o patrimônio documental é mais valorizado, a alternativa para a formalização do Programa da Unesco no Brasil. Ao consultarmos os conteúdos das atas das primeiras reuniões preliminares, percebe-se como já existia uma certa homogeneidade entre os seus participantes. Traços semelhantes que eram conformados devido à existência do campo arquivístico aqui construído que, apesar das diferenças profissionais que existiam entre os agentes, apontava para certa uniformidade concentradora: a maioria era de técnicos oriundos de instituições públicas, sediadas no Rio de Janeiro e trabalhavam desde os anos 1980 na área da documentação.

Denominada como “I Reunião de Trabalho do Programa MOW”, tal evento ocorreu nos dias 04 e 05 de setembro de 2000, no Palácio Gustavo Capanema, que na ocasião concentrava parte expressiva dos setores de pesquisa e documentação do Iphan.<sup>442</sup> O local onde se realizou a reunião foi simbólica para o início das tratativas do Memória do Mundo no Brasil: no ‘coração’ de um setor muitas vezes relegado a um segundo plano na instituição, mas que buscava, desde a década de 1980, por uma melhor estrutura na rede de arquivos e bibliotecas do Iphan pelo país. Como dois encaminhamentos principais desse encontro coordenado por Lygia Guimarães, citam-se a demanda pela tradução das Diretrizes do Programa para melhor divulgação no Brasil,<sup>443</sup> e a promoção de oficinas com profissionais e instituições detentoras de acervos arquivísticos e bibliográficos, ações ocorridas somente a partir de 2012.

A “2ª Reunião de Trabalho do Programa Memória do Mundo”, realizada no dia 06 de fevereiro de 2004, teve como uma das novidades o local do encontro: o salão nobre da sede do Arquivo Nacional. Para além de uma simples mudança de espaço físico em relação à reunião de quatro anos antes, esse era um indício de que o AN havia se aproximado do Programa que despertara pouca atenção do MinC. Apesar da coordenação dos trabalhos

---

<sup>441</sup> Depois do evento inaugural no México (2000), ocorreram encontros no Equador (2002) e Chile (2004). Nessa última reunião, a ata registra: “Lygia Guimarães destacou os problemas que teve que enfrentar antes da criação do Comitê Nacional Brasileiro, que finalmente havia sido formalizado em setembro deste ano”. Minha tradução do espanhol para o português de trecho da “*Relatoría Reunión Santiago de Chile, 21 al 23 de septiembre 2004*”.

<sup>442</sup> Atualmente em obras, o Palácio Gustavo Capanema está esvaziado e a guarda dos acervos documentais mais antigos e emblemáticos da Instituição (Arquivo Central do Iphan – Seção RJ e Biblioteca Noronha Santos) encontram-se provisoriamente em outro prédio localizado no bairro Cidade Nova, no Rio de Janeiro.

<sup>443</sup> A tradução para o português aconteceu dois anos depois. UNESCO, 2002.

continuarem sob a responsabilidade de uma técnica do Iphan, esta, por sua vez, tinha amplo trânsito profissional com os servidores ao Arquivo Nacional, pertencendo, também, ao grupo de agentes que se reuniram para deliberar sobre os próximos passos da oficialização do Comitê Brasileiro.<sup>444</sup>

Essa segunda reunião serviu para que os participantes debatessem acerca da minuta de Portaria ministerial que havia sido previamente enviada por Lygia Guimarães. Devido à sua participação no Mowlac, a técnica revelou que o modelo tinha sido baseado a partir das trocas que tivera com os representantes dos países latino-americanos no período de 2000 a 2003. A proposta em torno da composição do Comitê não foi polemizada, possivelmente em razão desse acordo ter sido selado há mais tempo; em toda documentação consultada, nota-se uma pequena variação sobre a distribuição dos assentos,<sup>445</sup> já existindo, também, as indicações dos nomes dos profissionais que viriam a ocupar esses postos. A decisão unânime em acatar a sugestão de Célia Corsino de transformar as cadeiras das instituições públicas como as únicas de caráter permanente evidencia o papel atribuído às mesmas como protagonistas desse fórum participativo. Em razão dessa decisão coletiva, as instituições privadas conseguiriam ser representadas apenas nos assentos destinados aos “segmentos de arquivos”, os quais, mesmo assim, passaram a ser predominantemente ocupados por representantes de instituições públicas. Para se ter uma ideia desse predomínio, considerando apenas os membros dos “segmentos de arquivos” que já passaram pelo Comitê, do total de 16 integrantes, 12 tinham vínculos com representações do Estado, enquanto somente quatro trabalhavam em organizações privadas. Situação bastante semelhante à configuração do campo arquivístico brasileiro, marcadamente predominado por agentes com trajetórias em instituições públicas, sejam naquelas de guarda de acervo ou nas universidades, apesar de se notarem as presenças de especialistas das esferas arquivísticas privadas. Desde o início do seu funcionamento, em 1994, o Conarq se mostra como um nicho de atuação em que os agentes participantes amplificam seus capitais sociais no campo, tendo no serviço público uma esfera de atuação reconhecida e legitimada pelos pares. Nessa medida, o Comitê MOW Brasil utilizou a referência do Conarq na dinâmica da sua própria constituição, como se fosse um

---

<sup>444</sup> Além de Lygia Guimarães (Iphan), a lista de presentes registrou os nomes de Carlos Augusto Ditadi (Arquivo Nacional), Carmem Moreno (Biblioteca Nacional), Célia Corsino (AT&AT Consultoria Cultural – à época não trabalhava no Iphan), Edilaine Carneiro (Arquivo Público Mineiro), Esther Bertolotti (MinC) Francisca Helena Lima (Iphan), Jaime Antunes (Arquivo Nacional) e Luciana Heymann (CPDOC/FGV).

<sup>445</sup> As técnicas do Iphan presentes à reunião apresentaram a proposta de disponibilizar mais uma cadeira para o Iphan, enquanto os representantes do Arquivo Nacional reivindicaram que não ocorresse o rodízio entre AN e Conarq no preenchimento de um dos assentos. A votação do plenário decidiu pela manutenção de somente uma cadeira para o Iphan, enquanto AN e Conarq foram contemplados separadamente.

espelhamento do grupo de especialistas que já desfrutava de prestígio profissional no campo arquivístico. E, por seu turno, os agentes perpetuam suas posições de distinção a partir de um novo fórum de deliberação sobre quais acervos devem receber o título da Unesco.

Após a publicação da Portaria do MinC que criou o Comitê Brasileiro, em setembro de 2004, a “3ª Reunião de Trabalho no Brasil do Programa MOW Unesco” ocorreu um ano depois, no dia 19 de setembro de 2005 - apenas sete profissionais compareceram ao encontro, o que configurava um pouco menos da metade do quórum estimado. Os inícios dos trabalhos exigiam uma série de decisões de curto prazo que puderam ser percebidas nessa reunião de 2005: elegeu-se, por aclamação, uma Mesa Diretora provisória, tendo Lygia Guimarães como presidente, Jaime Antunes de vice-presidente e Carlos Augusto Ditadi, também do AN, na relatoria; considerando a necessidade de compor as cadeiras do Comitê, solicitou-se aos participantes que indicassem possíveis membros a serem nomeados, prática que confirmou a tendência de conformar o MOW Brasil de acordo com os membros do campo arquivístico que tivessem maior capital simbólico; e, por fim, a então recém eleita presidente se prontificou a verificar no Iphan a possibilidade de oferecer uma estrutura de secretaria que pudesse receber o Comitê Brasileiro.

Imediatamente, no mês de outubro de 2005, o assunto sobre a necessidade de criar um apoio de secretariado veio à tona no MinC. O IBECC, através do senhor Joaquim Gentil, fez consulta formal ao Ministério da Cultura, cujos desdobramentos podem ser visualizados nas trocas de mensagens eletrônicas entre a então coordenadora-geral de promoção do Iphan, Grace Elizabeth (GE), e Lygia Guimarães (LG):

GE: O Ministério da Cultura está precisando saber com urgência com quem ficará a secretaria do Comitê do Memória do Mundo. O Gabinete do Ministro indicou o Iphan por achar que é a instituição capaz de responder pelo tema. Preciso da sua ajuda com urgência.

LG: Em nossa última reunião em setembro, enfim, decidimos, eleger a mesa diretora do Comitê porque achei que eu estava fazendo (e estou) todo o trabalho sozinha.

Todos foram unânimes em me indicar como Presidente, e vice-Presidente o diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes e o 2 Vice Esther Bertolotti, e relator Carlos Augusto Ditadi, Arquivo Nacional.

Diante disso, a Secretaria deveria ficar, é claro, com o Iphan. Mas não sei bem o que vocês estão chamando de Secretaria, porque chegamos a discutir o assunto e vimos que precisamos de uma estrutura de secretaria, tudo direitinho, certo? Você poderia me dar uma força e tentar me ajudar a organizar uma Secretaria para o Programa no Iphan?

Porque acabei achando que foi um erro ficar com a presidência, ao invés de ter deixado com o Arquivo Nacional, porque tem uma estrutura da direção do próprio Arquivo Nacional.

No momento, estamos remontando a composição do Comitê, porque muitos membros desistiram e, também, temos que indicar os substitutos. Estou trabalhando nisso aqui e me correspondendo com o pessoal no Rio.

Como você sabe, na Portaria, o MinC deverá dar apoio financeiro para os membros se deslocarem para reuniões. Mas, sabendo das dificuldades, estamos tentando no Comitê o maior número de pessoas do RJ, pelo menos nessa primeira gestão, que é justamente a que vai definir como o Comitê vai trabalhar, ou melhor, funcionar.

Adoraria poder contar com o MinC para montar a secretaria no Iphan.<sup>446</sup>

Num misto de entusiasmo e incerteza, a técnica conservadora revelou o desejo de ver a Secretaria na estrutura do Iphan/MinC. Ao reconhecer que deveria ter deixado a presidência da Mesa Diretora com o Arquivo Nacional, Lygia Guimarães aponta para a situação que tenderia a se confirmar nos próximos meses do Memória do Mundo no Brasil: o Ministério da Cultura que apontara o Iphan como eventual gestor do Programa da Unesco se silenciava, assim como a própria instituição de patrimônio, sem apresentar qualquer tipo de alternativa que pudesse receber a Secretaria do MOW na estrutura administrativa do MinC ou da sua vinculada. A indiferença do Ministério da Cultura para com o Programa é mais uma evidência de como a gestão de arquivos se mostra como objeto de preocupação somente para um círculo mais restrito de instituições, as quais estão inseridas no campo arquivístico. Apesar de veicular metas e objetivos consonantes ao tratamento adequado de acervos documentais,<sup>447</sup> o MinC se mostra, de uma maneira geral ao longo da sua trajetória, como instância do governo pouco envolvida nas questões afetas à preservação do patrimônio documental.<sup>448</sup> Ou seja, é mais um Ministério que, assim como boa parte da administração pública, relega os arquivos como espaços quase invisíveis de acúmulo desordenado de informações.

---

<sup>446</sup> Trechos de trocas de mensagens eletrônicas internas no Iphan (outubro/2005), que integram o Processo Administrativo nº 01400.007441/2004-24.

<sup>447</sup> O atual Plano Nacional de Cultura, por exemplo, destaca alguns objetivos que deveriam ser alcançados, no âmbito do MinC até o ano de 2020: “Meta 40: disponibilização na internet dos conteúdos que estejam em domínio público ou licenciados. Disponibilizar na internet o acervo das instituições do Ministério da Cultura: 100% das obras audiovisuais do Centro Técnico Audiovisual e da Cinemateca Brasileira; 100% do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa; 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo Iphan; 100% das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional; 100% do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual da Funarte”. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metasp/40/>, acesso em 13/05/2018.

<sup>448</sup> Como um dos exemplos dessa falta de prioridades, cita-se a extinção de três ações específicas voltadas aos acervos documentais, realizada pelo MinC em 2011. Implementadas no ano de 2003 (“Preservação de acervos documentais, arquivísticos e bibliográficos do patrimônio cultural”; “Ampliação de acervos documentais”; e “Ampliação e modernização de laboratórios de conservação e restauração de bens culturais”) as ações integravam o Plano Plurianual do MinC e foram importantes para a descentralização de recursos nas unidades do Iphan para investirem nas estruturas de arquivos e bibliotecas. A extinção dessas ações representou, na prática, um retrocesso na área de documentação do Iphan, que passou a buscar recursos nos editais externos de fomento como BNDES e Caixa Cultural. (Observações retiradas a partir da minha experiência profissional no Iphan).

Sob esse clima de incertezas e de falta de apoio efetivo da Pasta da Cultura, realizou-se a “4ª Reunião de Trabalho no Brasil do Programa Memória do Mundo/Unesco” no dia 24 de outubro de 2006. A pauta foi enxuta, tendo como principal destaque os atos mais efetivos para a publicação do primeiro edital das candidaturas de acervos históricos. Para isso, consideraram necessário mapear possíveis postulantes ao título, na medida em que a divulgação do edital do MOW dependeria dos esforços junto às instituições com acervos históricos. As indicações de nomes para ocuparem as cadeiras do Comitê Brasileiro continuavam em voga, tendo como medida efetiva a publicação da primeira Portaria ministerial com os nomes dos membros no mês de dezembro de 2006. A Mesa Diretora continuava em caráter provisório, tanto é que nos últimos artigos da referida Portaria houve a explicitação dos próximos passos a serem dados:

Art. 2º - Na reunião de instalação do Comitê Nacional deverá ser eleita, entre os seus membros, a Mesa Diretora, conforme determina o inciso IV do art. 4º da Portaria nº 259/MinC, de 2004, devendo a sua deliberação ser registrada em ata.

Parágrafo Único – O Comitê Nacional elaborará a minuta de seu regulamento a ser submetido à aprovação do Ministério da Cultura, conforme determina o Inciso IX do Art. 3º da Portaria nº 259/MinC, de 2004.

Art. 3º - O Comitê Nacional deverá ser instalado no prazo de até trinta dias após a publicação da portaria de nomeação de seus membros.<sup>449</sup>

Após quatro reuniões realizadas no longo do período de seis anos, e funcionando de maneira inconstante, o Comitê Brasileiro ganhava ares de oficialização na virada de 2006-2007.<sup>450</sup> Os membros que compuseram essa primeira configuração pertenciam, em sua grande maioria, ao campo arquivístico brasileiro gestado nos últimos trinta anos. Instituído através da Portaria do Ministério da Cultura, nº 259, de 02 de setembro de 2004, o Comitê MOW Brasil começou a funcionar oficialmente somente em 2007, quando outra Portaria do MinC<sup>451</sup> explicitou o regimento interno da representação brasileira, além de ser o mesmo ano da publicação do primeiro edital aos candidatos ao título nacional de Memória do Mundo. O desenho dessa nova Portaria foi resultado do trabalho maturado pelos agentes do campo arquivístico ao longo de sete anos que, em meio as muitas idas e vindas, configuraram uma nova instância deliberativa com vistas a patrimonializar acervos documentais.

---

<sup>449</sup> Trechos da Portaria do MinC nº 102, de 01/12/2006.

<sup>450</sup> Na linguagem jurídico-administrativa, resume-se que depois de criado e nomeado, faltava ao Comitê MOW Brasil ser regulamentado pela Portaria Ministerial.

<sup>451</sup> Portaria do MinC nº 61, publicada em 31/10/2007.

### 3.2.3. O MOW no campo arquivístico brasileiro

O dia 13 de março de 2007 foi escolhido como data para a realização da “Reunião de Instalação do Comitê Memória do Mundo da Unesco”. O local do encontro voltava a ser o Palácio Gustavo Capanema, tendo contado, inclusive, com a presença de autoridades do MinC e de suas instituições vinculadas. A solenidade de abertura aglutinou discursos oficiais de representantes do Ministério da Cultura, Iphan, Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional. Na sequência, a sessão dos trabalhos técnicos se iniciou com a leitura da minuta do regulamento do Comitê MOW Brasil, a qual havia sido encaminhada com antecedência para todos os integrantes. Outros pontos aprovados foram a sugestão de realização de cinco *workshops*, a partir de 2008, nas diferentes regiões do país com o objetivo de disseminar as Diretrizes do Programa; todos os dossiês encaminhados seriam analisados, cada um, por dois pareceres de membros do Conselho selecionados a partir de suas expertises; os pareceristas seriam responsáveis, ainda, por indicar se as candidaturas apresentadas teriam condições de concorrer aos títulos regional e internacional; e a formação de uma pré-comissão avaliadora seria importante para descartar as propostas irregulares do ponto de vista formal do edital.

A partir da definição dos procedimentos técnico burocráticos do Programa, instituídos nesse encontro inaugural, houve a legitimação dos atos simbólicos conferidos aos agentes na tarefa de selecionar quais acervos seriam contemplados com o registro do Memória do Mundo. A rotinização dos rituais de atribuição de valor aos acervos documentais passou a ser um dos aspectos centrais do modo de funcionamento do Comitê; as entrevistas com membros nos permitiram perceber que esses procedimentos se mantêm praticamente inalterados desde 2007, evidenciando que o ato simbólico de nomeação goza de respaldo perante o grupo de especialistas. Ao mesmo tempo, nota-se que a permanência do sigilo em torno dos pareceres demonstra a intenção, do ponto de vista da Secretaria do Comitê Brasileiro, de blindar parte importante do processo de valorização dos acervos, como se a decisão dos membros fosse incontestável e sem necessidade de ser exposta perante ao público. Enfim, uma sistematização dos atos do Comitê para o próprio Comitê, sem buscar uma interlocução com a sociedade.

Realizada ainda sob a coordenação de Lygia Guimarães, qualificada como “coordenadora do grupo para implantação do Comitê do Brasil”, a reunião serviu, também, para que fosse eleita a Mesa Diretora. Sem causar maiores sobressaltos e nenhum tipo de ruptura, a passagem da coordenação dos trabalhos de uma técnica do Iphan para agentes do Arquivo Nacional - o ato de presidir a Mesa exigia que o membro designado oferecesse toda infraestrutura necessária para os serviços de secretaria do Memória do Mundo - concretizou-

se a partir dessa solenidade do dia 13 de março de 2007. Um detalhe interessante pode ser percebido no site oficial do Comitê Brasileiro:<sup>452</sup> na aba das reuniões, não se visualizam os quatro encontros que antecederam aquele que aprovou o regulamento de 2007. Esse esquecimento seria uma atitude deliberada do Arquivo Nacional em demarcar sua posição, via Memória do Mundo, no campo arquivístico brasileiro?

Lançamos a hipótese de que ao omitir a trajetória do período entre 2000 a 2007, o AN desconsidera as ações implementadas ao longo desses anos, perenizando-se como fundador do Programa e, nessa medida, colocando-se enquanto protagonista na cena principal com outras instituições e agentes que estavam envolvidos no processo de implantação do Programa no Brasil. Ainda que estivesse participando desses encontros que não estão registrados no portal que abriga informações consideradas oficiais pelo Comitê, o processo de aproximação do Arquivo Nacional ao MOW ocorre através de duas formas concomitantes e complementares: se por um lado existe a postura de Lygia Guimarães em acionar os colegas afins do campo arquivístico, em busca de apoio para implantação, por outro se percebe o movimento do AN de avaliar que passará a ocupar um lugar que lhe é legítimo. Nessa composição de forças institucionais, o MinC assume um papel ambíguo: desempenha uma postura de órgão normatizador, publicando portarias e indicando especialistas da área da documentação,<sup>453</sup> assim como realiza um papel meramente operacional, emitindo passagens e diárias para os membros quando das realizações de reuniões do Comitê. Porém, nota-se certo descaso do Ministério perante o MOW, postura semelhante à do Iphan, mais interessado em promover e valorizar bens patrimonializados que não se situam nos arquivos e bibliotecas. Apesar do trabalho realizado na instituição em prol da documentação desde os anos 1980, o Iphan não disputou a Mesa Diretora do Comitê Brasileiro com o Arquivo Nacional. Este, por sua vez, mantém sua posição anfitriã no MOW, recebendo muito bem, no seu salão nobre, os agentes que atuam no campo arquivístico. Ritual parecido com as reuniões plenárias do Conarq, que assim como o Memória do Mundo, reforçam o protagonismo do AN no cenário arquivístico do país.

Importa salientar que o Arquivo Nacional não protagoniza o papel de articulador do MOW de maneira isolada. Há uma rede de agentes que participam desse equilíbrio de forças institucionais que não simplesmente aquiescem ou concordam com todas as práticas do AN.

---

<sup>452</sup> Cf.: <http://mow.arquivonacional.gov.br/reuni%C3%B5es.html>

<sup>453</sup> Depois de Esther Bertoletti (2006-2011), Joaquim Marçal Ferreira assumiu a cadeira do MinC (2011-2015). Especialista na área de fotografia e iconografia, o técnico atua na Fundação Biblioteca Nacional há mais de 30 anos, além de ser membro da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoro do Conarq e professor universitário do curso de fotografia na rede particular (PUC-Rio e Universidade Cândido Mendes).

O fato do Museu Imperial ter dispensado a oportunidade de sediar a Mesa Diretora do MOW Brasil<sup>454</sup> revela, por exemplo, que as instituições acordaram em manter o *status quo* da Secretaria do Programa no Arquivo Nacional. Além disso, o AN passou a abrigar o Comitê somente depois do Iphan dispensar tal prerrogativa. Avaliamos, portanto, que o Arquivo Nacional não lançou mão de uma estratégia de poder deliberado com intuito de controlar o Memória do Mundo no Brasil. Ao contrário, acreditamos num contexto favorável de fatores convergentes, onde os agentes retroalimentam as narrativas e os capitais simbólicos, confluindo para que o AN permaneça como personagem fundamental do campo arquivístico - a configuração do MOW Brasil é um indício da maneira como as circunstâncias presentes nesse campo são decisivas para o funcionamento do Programa.

A primeira composição do Comitê MOW Brasil não se iniciou de maneira abrupta e inesperada, como se fosse um novo agrupamento de representantes repentinamente designado pela Unesco; tal tendência se observou nas sucessivas renovações dos membros após mais de uma década de funcionamento. Excetuando a cadeira ocupada pela Comissão Nacional da Unesco, a qual aglutina profissionais que estejam nomeados para os seus respectivos cargos diplomáticos, as demais 17 vagas se mostram, de certa maneira, ocupadas por profissionais do campo arquivístico. No caso específico da implementação do Programa no país, destacaram-se agentes que atuavam profissionalmente e que já estavam inseridos no campo há algumas décadas.<sup>455</sup> Considerando a atual composição do Comitê MOW Brasil, percebe-se que oito cadeiras têm correspondência direta com uma das mais importantes instâncias representativas do campo arquivístico brasileiro, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq):

Tabela 2: **Cadeiras comuns do Comitê MOW Brasil e do Conarq**

Cadeiras comuns	Comitê MOW Brasil	Conarq
Arquivo Nacional	1 vaga	1 vaga
Conarq	1 vaga	1 vaga
Arquivos Estaduais	1 vaga	2 vagas
Arquivos Municipais	1 vaga	2 vagas
Instituições de Ensino	1 vaga	1 vaga
Notório Conhecimento	3 vagas	3 vagas

<sup>454</sup> Conforme ressaltamos no início do capítulo, o diretor do Museu Imperial, José Maurício Vicente Júnior, assumiu a presidência do MOW Brasil a partir de 2015. O Comitê Brasileiro decidiu, por unanimidade, em manter os serviços de secretariado junto à estrutura administrativa do Arquivo Nacional.

<sup>455</sup> O perfil dos agentes do campo arquivístico que integraram o Comitê MOW Brasil encontra-se no Anexo 3.



O Conarq tem a previsão de um total de 17 cadeiras, e considerando que explicitamos na tabela acima 10 dessas vagas, sobram 7 assentos cuja distribuição se dá da seguinte maneira: Poder Executivo Federal (2), Poder Judiciário Federal (2), Poder Legislativo Federal (2) e Associações de Arquivistas (1). Se compararmos essas 7 cadeiras do Conarq com as outras 10 cadeiras previstas no Comitê MOW Brasil, temos a seguinte configuração:

Tabela 3: **Outras cadeiras do Comitê MOW Brasil e do Conarq**

Comitê MOW Brasil		Conarq	
Arquivos Audiovisuais	1 vaga	Associações de Arquivistas	1 vaga
Arquivos Eclesiásticos	1 vaga	Poder Executivo Federal	2 vagas
Arquivos Militares	1 vaga	Poder Judiciário Federal	2 vagas
Arquivos Privados	1 vaga	Poder Legislativo Federal	2 vagas
Biblioteca Nacional	1 vaga		
Comissão Nacional da Unesco	1 vaga		
Ibram	1 vaga		
Iphan	1 vaga		
Ministério da Cultura	1 vaga		
Mowlac (representante brasileiro)	1 vaga		

Importante assinalar que o perfil abrangente dessas cadeiras previstas no Conarq permite outras congruências como aquelas assinaladas na tabela 3: por exemplo, o Iphan tem sido representado por seus servidores no plenário do Conarq na cadeira “Poder Executivo Federal” e, conforme previsto no MOW Brasil, tem vaga assegurada no Comitê Brasileiro, evidenciando, com isso, outro caso que identificamos como ‘cadeira comum’.<sup>456</sup> Acreditamos que a proposta de composição do Comitê MOW Brasil se respaldou num tipo de fórum representativo que já tinha legitimidade no campo arquivístico: o Conarq. Esse espelhamento concederia, também, maior apoio ao Programa que estava recém instalado, sem entrar em possíveis conflitos que mesmo assim não foram evitados - como já assinalamos no caso do pedido negado de ingresso da Fundação Casa de Rui Barbosa no ano de 2005.

<sup>456</sup> Cabe salientar que cada um dos 17 membros do Conarq tem seu respectivo suplente, o qual pode participar de todas as reuniões, mesmo se o titular da cadeira estiver também presente.

De que forma alguns profissionais conseguem integrar instâncias deliberativas como o Comitê MOW Brasil e o Conarq? Afinal, estamos pensando num tipo de espaço social que apresenta uma homogeneidade relativa, com sua devida autonomia, trazendo no seu bojo estratégias de construção de prestígio e legitimidade de pertencimento. Os agentes têm trajetórias distintas, mas a maioria apresenta algum tipo de inserção institucional pública ou privada, seja nas instituições de guarda de acervos ou nas universidades; outros têm produzido artigos que circulam em periódicos e revistas especializadas, promovendo debates em redes que se conectam, cada vez mais, aos circuitos internacionais da Arquivologia e de suas áreas afins.<sup>457</sup> A configuração do campo mostra-se suscetível às iniciativas dos agentes que, por sua vez, encontram-se imersos numa dinâmica de concorrência constante.<sup>458</sup>

É justamente nesse ponto que o conceito de “habitus” se articula com a noção de campo. A partir do momento em que os agentes interiorizam partes estruturantes do mundo social, transformando as mesmas em orientação para suas condutas e escolhas, e, em contrapartida, os seus gostos e preferências se apresentam como uma espécie de ponto de partida para as mudanças estruturais, o campo se mostra como algo passível de dinamicidade. Ao discorrer sobre a noção de habitus, Bourdieu faz um interessante jogo de palavras: afirma que o conceito pode ser compreendido como “a interiorização da exterioridade” e “como a exteriorização da interioridade”, funcionando enquanto noção mediadora entre o indivíduo e a sociedade; além disso, o autor desnaturaliza qualquer tipo de gosto ou preferência dos agentes, qualificando os mesmos como escolhas dotadas de historicidade. O habitus é “diferenciador e diferenciado”, permitindo a emergência de práticas distintas que, por sua vez, qualificam determinado agente num campo específico. As preferências dos agentes não devem ser entendidas como algo natural e inato, ainda que disponham de capacidades inventivas produtoras de ações singulares na dinâmica do campo. O processo de construção de habitus deve ser calcado em contextos históricos datados, tendo a consciência de que os diferentes agentes não se portam sempre de maneira racional.<sup>459</sup>

O campo arquivístico apresenta uma cadeia de reconhecimento, a partir da qual se notam as relações dos agentes com vistas a melhor posição no campo, assim como a busca pela autoridade do discurso dominante e pela legitimidade para enunciá-lo. Participar de

---

<sup>457</sup> Canadá e Estados Unidos aglutinam importantes revistas eletrônicas na Arquivologia contemporânea. Uma publicação conhecida do público brasileiro é a *Archivaria*, organizada pela Associação dos Arquivistas Canadenses. Cf. <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/issue/view/462/showToc>

<sup>458</sup> BOURDIEU, 1983.

<sup>459</sup> BOURDIEU, 1996, p. 21-22.

grupos seletos como o Comitê MOW Brasil está ao alcance daqueles que estabelecem as regras para quem se encontra fora desse círculo de agentes. A ação de retroalimentar é permanente: constitui-se uma rede, de onde se destacam possíveis atributos de distinção individual numa área de trabalho que já é saturada de profissionais de alta qualificação. A afirmação do grupo perpetua práticas de distinção, e o modo como isso opera torna-se fundamental para entender a constituição do habitus.<sup>460</sup>

Cabe sublinhar que o campo arquivístico não deve ser confundido com o Comitê MOW Brasil; este último, por sua vez, é um lugar de prestígio para aqueles agentes que pertencem a esse campo. As regras acionadas para que determinado profissional pertença ao Memória do Mundo evidenciam características do campo arquivístico – por exemplo, os dominantes nesse campo são aqueles com maior reconhecimento e que, por consequência, terão maiores possibilidades de vir a pertencer ao Comitê Brasileiro. A própria escolha dos membros é uma indicação entre os pares:

A cada dois anos trocamos um terço dos membros e temos que discutir [os nomes]. Há um momento na discussão em que perguntamos: quem já foi? Naquele setor, na área de audiovisual, quem já foi? É uma pessoa que está se destacando? A gente está sentindo falta de que? Tem que ter sempre alguém do Nordeste. Tem que ter do Norte, tem que ter do Sul. Tem que ter homens e mulheres também. E quem é a pessoa de melhor currículo? Para notório saber logo pensamos em Ana Maria Camargo, Heloísa Bellotto...<sup>461</sup>

O campo se fortalece de modo autoreferenciado. Os agentes, responsáveis diretos pela caracterização do Programa Memória do Mundo no Brasil, tecem uma rede de especialistas que buscam consensos na configuração do Comitê a cada dois anos.

Verticalizando nossa análise para os agentes do campo arquivístico brasileiro que já fizeram parte do Comitê MOW Brasil, interessa fazer algumas considerações que nortearam o olhar para os dados tabulados no Anexo 3. O ponto de partida foi mapear todas as Portarias de nomeações de membros entre os anos de 2006 a 2015; depois disso, reunimos várias listas produzidas pela Secretaria da Mesa Diretora, as quais traziam dados profissionais e contatos institucionais dos membros. Na sequência, as buscas pelos currículos dos agentes consistiram em outra empreitada, na medida em que traziam informações mais detalhadas que puderam ser aproveitadas na elaboração do Anexo 3.<sup>462</sup>

---

<sup>460</sup> BOURDIEU, 2011.

<sup>461</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016.

<sup>462</sup> A Plataforma Lattes, do CNPq, foi a referência principal para a busca dos currículos. Nos casos em que os membros não estavam registrados nesse banco de dados, optamos por currículos que estivessem disponíveis na internet. Do total de 43 membros, não encontramos informações curriculares a respeito de dois deles.

Interessante notar que o maior número de rodízios aconteceu no assento da Comissão Nacional da Unesco, em que cinco pessoas se sucederam em curtos intervalos, à exceção do último, que permaneceu por quatro anos. Essa itinerância pode ser explicada pela rotatividade dos cargos no Ministério das Relações Exteriores em Brasília, mas também pelo fato das indicações não terem levado em conta o perfil técnico do indicado, o que pode ter gerado desinteresse dos mesmos na participação das reuniões realizadas. A coluna “Instituição de Trabalho” aponta para a presença maciça de representantes oriundos de instituições públicas: do total de 43 membros que já passaram pelo Comitê Brasileiro, 37 deles se encontravam em órgãos do Estado, enquanto apenas 6 trabalhavam em entidades privadas. Tal desnível pode apontar para as prioridades concedidas ao setor público no campo arquivístico em detrimento das representações particulares que, não obstante a obrigação do poder público em viabilizar políticas arquivísticas no cenário nacional,<sup>463</sup> os mesmos acabam secundarizados nas instâncias representativas - no Conarq, por exemplo, os arquivos privados não têm cadeira permanente, ficando na dependência dos seus profissionais ocuparem outros assentos para se fazerem representados. Já na coluna “Função na Instituição”, mesmo com a variedade de nomenclaturas utilizadas pelas instituições, é possível perceber a prevalência de agentes que são servidores públicos que ocupam postos de coordenação e/ou chefia, além das presenças de professores dos cursos de Arquivologia e História. Ademais, interessa notar que esses docentes transitam bem nas duas áreas aludidas, ocupando, em sua maioria, as cadeiras destinadas ao “Especialista de Notório Conhecimento na Área de Preservação do Patrimônio Documental Brasileiro”.

No tocante ao perfil profissional dos membros do Comitê MOW Brasil, distribuímos os dados coletados em duas colunas que se comunicam. Na “Primeira Formação” há o quantitativo das graduações cursadas pelos agentes, tendo o amplo predomínio da História (19 membros) contra apenas um arquivista. Porém, isso pode ser relativizado a partir da coluna “Formações Continuadas” que traz uma série de detalhes das trajetórias desses profissionais que se aperfeiçoaram, buscando alternativas de ensino complementares de especialização e pós-graduação na área de arquivos. Esse traço do Comitê MOW Brasil encontra plenas similitudes na configuração profissional de outros agentes que integram o campo arquivístico, mostrando que este último se constituiu a partir dessa dinâmica de formação continuada que

---

<sup>463</sup> A Lei de Arquivos (8.159/1991), traz no seu resumo os seguintes dizeres: “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”.

ocorre nas instituições arquivísticas, tendo o devido respaldo das universidades.<sup>464</sup> E não são apenas os historiadores que buscam alternativas na Arquivologia, profissionais como museólogos e cientistas sociais também se interessam pela formação continuada profissional, evidenciando no MOW algo que acontece recorrentemente no cotidiano de trabalho do campo arquivístico. Avaliamos que o perfil do Comitê Brasileiro aproxima-se consideravelmente das características do Conarq: constituído por agentes formados em ciências humanas, com forte influência da experiência profissional em instituições de memória, ainda que existam aqueles que participem desses fóruns por ocuparem cargos políticos de direção no serviço público. E, se ampliarmos para uma perspectiva geral do campo arquivístico brasileiro, podemos afirmar que tanto o Comitê MOW Brasil como o Conarq representam, metonimicamente, o perfil de agentes que se destacam nesse campo de atuação profissional bastante especializado.

Quanto à distribuição geográfica das cadeiras do MOW, tendo como critério as cinco regiões brasileiras, percebe-se uma nítida prevalência do Sudeste (28 membros), seguida do Centro-Oeste (11), Nordeste (3) e Sul (1). Ressalva-se que o número de representantes no Distrito Federal se justifica pela rotatividade já observada na cadeira da Comissão Nacional da Unesco, assim como no Iphan, que depois de destacar uma técnica da área de conservação de arquivos os para se fazer representado, tem optado, nos últimos anos, por indicar diretores que, não obstante pertencerem à estrutura administrativa da área de documentação do Instituto, ocupam posição periférica no campo por não terem uma formação continuada em arquivos.<sup>465</sup> A ausência de representantes da região Norte do país evidencia as constantes dificuldades da política nacional arquivística em se fazer presente no território brasileiro, agravado pelo fato de que a concentração no Sudeste ocorre no eixo Rio-São Paulo. No caso do MOW, quando da sua primeira composição, houve a justificativa de que “procurou minimizar ao máximo o custo operacional do MinC com a emissão de passagens, e está composta de representações pessoais e funcionais ligadas às Universidades e Instituições

---

<sup>464</sup> Interessante frisar que para além das presenças em congressos e seminários de Arquivologia e da Ciência da Informação, alguns membros têm procurado realizar debates em fóruns da História, voltando-se às reflexões historiográficas balizadas por suas experiências profissionais nos arquivos. Como um recente exemplo dessa mescla interessante, cita-se o Simpósio Temático “Arquivos como objeto: materialidade, temporalidade e trajetórias dos acervos documentais”, coordenado pelas professoras Luciana Heymann e Letícia Nedel, na Anpuh Nacional de Florianópolis (julho/2015). Ambas já integraram o Comitê do Memória do Mundo, assim como os professores Ana Maria Camargo e Vitor Fonseca. A partir da reunião desses quatro agentes, promoveu-se uma das mesas dos “Diálogos Contemporâneos” sob o nome de “Os historiadores e os arquivos”, também realizada nesse Simpósio Nacional da Anpuh.

<sup>465</sup> Os três diretores do Departamento de Articulação e Fomento (DAF – que tem sob sua jurisdição a Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação), participaram do Comitê MOW entre os anos de 2011 a 2015, interrompendo o traço da cadeira do Iphan ser ocupada por um agente de perfil técnico, como acontecera durante o mandato de Lygia Maria Guimarães. Ou seja, os diretores vêem essa cadeira como política e não técnica.

culturais de guarda de documentação e memória, com sede na cidade do Rio de Janeiro”.<sup>466</sup> Apesar dessa prática ser justificável diante do contexto de dificuldades orçamentárias, isso não invalida a percepção de que o campo documental brasileiro ainda pouco se expandiu territorialmente, sendo que a configuração do Comitê MOW Brasil é apenas mais uma evidência desse desequilíbrio.

A coluna “Forma de Entrada” traz três possibilidades que se complementam: tanto a classificação “Rede de Arquivos”, a qual se refere aos agentes que participavam dos circuitos de atuação arquivística quando dos entendimentos para a implantação do Comitê, como as categorias “Convite Formal Comitê MOW” e “Indicação Comitê MOW” referem-se às tratativas que culminaram nos ingressos de membros que estavam inseridos fortemente no campo arquivístico. Os contatos estabelecidos, as experiências trocadas e o capital simbólico acumulado por esses agentes (total de 31) mostraram-se decisivos para os seus ingressos no Comitê Brasileiro. O agrupamento “Períodos Mandatos” evidencia que a grande maioria dos membros os cumpre de maneira integral, existindo, ainda, as ocorrências das reconduções previstas pelo regulamento em quase 60% dos membros. O caso de maior tempo de permanência centra-se em Jaime Antunes, ex-diretor-geral do Arquivo Nacional e ex-presidente do Conarq, que ficou no MOW desde o seu nascedouro até o ano de 2015. A ligação com o Conselho Nacional de Arquivos é, aliás, outro elemento importante entre os membros do Memória do Mundo, conforme traz a penúltima coluna: identificamos 20 membros que já compuseram o Conarq, seja no Plenário ou nas Câmaras Técnicas. Por fim, mas não menos importante, a coluna “Função MOW Brasil” que permite visualizar como a Mesa Diretora se constituiu ao longo das suas quatro eleições, cujos mandatos se estendiam por dois anos não renováveis.

Nossa hipótese de identificar um habitus dos agentes que trabalham nas instituições arquivísticas calca-se na percepção de que esse habitus é incorporado pelos sujeitos que o praticam como se fosse ‘natural’. Bourdieu assinala que a construção do habitus é permanente “como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”<sup>467</sup>. O habitus significa uma espécie de estado adquirido pelos agentes no campo, estabelecido de maneira tão forte que será

---

<sup>466</sup> Trecho do ofício de Esther Caldas Bertolotti, Coordenadora Técnica do Projeto Resgate e membro do MinC no Comitê MOW Brasil, ao então Secretário Executivo do MinC, Juca Ferreira, datado de 18/01/2007. A documentação integra o Processo Administrativo nº 01400.007441/2004-24.

<sup>467</sup> BOURDIEU, 2007, p. 191.

responsável por definir condutas coletivas. Contudo, não se trata de entendê-lo como algo estático, mas como prática social oscilante suscetível às variáveis de tempo, lugar e fluidez das relações de poder - ainda que essa percepção seja difícil de captar, principalmente para aqueles inseridos no campo, que vêem suas práticas enquanto formas legítimas de aumentar seus capitais simbólicos e, por consequência, fortalecer o próprio campo. Porém, há de se ressaltar que em função das lutas de representação presentes no interior do próprio campo, empreendidas pelos agentes, não existe um habitus que seja uniforme e homogêneo.

Se focalizarmos apenas no Comitê Brasileiro, perceberemos que em torno do AN é tecida uma rede segura de agentes que o apoiam nesse papel de protagonista encampado desde a década de 1980. Os membros do MOW pertencem ao rol de profissionais que apoiam, em menor ou maior grau, as ações do AN no Programa da Unesco - isso é um sinal de como as críticas fazem parte das disputas no campo. Nessas circunstâncias, a legitimação alcançada pelo Arquivo Nacional fundamenta-se de maneira permanentemente relacional: o AN não manipula sua posição de destaque, muito pelo contrário, percebe-se um equilíbrio nutrido nas relações tecidas por agentes e instituições. O habitus é, portanto, uma disposição para a ação no interior do campo arquivístico brasileiro, responsável por qualificar posturas muitas vezes conciliatórias, adotadas com vistas a atenuar discordâncias em torno de práticas consideradas ‘naturais’ e que, justamente por tal condição, são pouco contestadas – na maior parte das vezes, são os agentes externos ao campo que se portam como críticos ao *modus operandi* das instituições e dos profissionais de maior projeção.

### **3.3 Outros instrumentos de patrimonialização**

Conforme assinalamos no capítulo 1, o instrumento de registro e/ou nomeação do Programa Memória do Mundo foi criado em 1995. Específico para a valorização dos acervos documentais, essa ferramenta da Unesco somou-se a outras estratégias que já eram utilizadas no Brasil: o tombamento, instituído pelo Decreto-lei nº 25 de 1937 e a declaração de interesse público e social, estabelecida pela Lei nº 8.159 de 1991. Enquanto o primeiro dispositivo legal consolidou-se como marca de atuação do Iphan em nível federal,<sup>468</sup> expandindo-se para as esferas estaduais e municipais através de órgãos ligados às secretarias de cultura, o segundo instrumento integra a conhecida Lei de Arquivos, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 4.073 de 2002, além de disciplinado pela Resolução nº 17 do Conarq. Percebe-se, portanto,

---

<sup>468</sup> Segundo Sônia Rabello, o tombamento “é a forma mais antiga e consolidada de preservação do patrimônio cultural”, e que após a criação via Decreto-lei nº 25/1937, “foi recepcionado pela Constituição de 1988, na qual o conceito ampliado de patrimônio cultural insere esse instrumento como uma espécie dentre as diversas do gênero da preservação, dirigido a determinados tipos de bens” (RABELLO, 2009, p. 1).

que o ato de tombar mostra-se mais abrangente diante do leque de possibilidades de bens culturais a serem protegidos, ao passo que a declaração de interesse público e social se circunscreve ao campo arquivístico.

Ao longo da sua trajetória institucional, o Iphan pouco tombou acervos de arquivos e bibliotecas. Geralmente esses bens receberam essa proteção jurídica por estarem situados nos interiores de imóveis de interesse arquitetônico - igrejas, conventos, museus, dentre outros -, sem que isso significasse um pleno conhecimento dos itens desses acervos.<sup>469</sup> Pelo contrário, na maior parte dos casos não existia um inventário sistematizado dos documentos, fato que acaba reforçando a invisibilidade desses acervos frente aos bens edificados. Com o intuito de subsidiar nossas colocações, tomamos como referência uma tabela denominada “Controle de Bens Tombados”, elaborada pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan,<sup>470</sup> a qual estabelece 16 categorias de bens culturais<sup>471</sup> dentre outras variáveis a fim de possibilitar algumas leituras sobre os Processos de Tombamento abertos desde 1938. Do total de 1.263 bens tombados, apenas 22 estão enquadrados entre “Coleções e Acervos”, dentre os quais somente cinco se alinham às características de documentação arquivística e bibliográfica: Coleção Mário de Andrade do Instituto de Estudos do Brasil (IEB/USP); Partituras de Villa-Lobos, depositadas no museu homônimo, pertencente ao Ibram; Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente do Rio de Janeiro; Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, pertencente ao Centro Cultural São Paulo; e Pergaminhos do Torah, localizados no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Não temos a intenção de aprofundar pelos meandros desses tombamentos, já que nossa ideia consiste tão somente em sublinhar a prática pouco comum de se tombarem acervos de arquivos e bibliotecas de maneira isolada, desvinculados dos imóveis tombados. Esse tipo de postura do Iphan favoreceu a emergência de poucas interfaces em torno das políticas de valorização de arquivos com instituições como o AN; até mesmo quando existiam condições para que ambos os órgãos se aproximassem com o intuito de somarem esforços, isso não se observou no nível institucional, ficando as trocas restritas às iniciativas de agentes que

---

<sup>469</sup> A Resolução do Conselho Consultivo do Iphan, de 13/08/1985, estabeleceu que todos os acervos de bens móveis, localizados nos interiores de bens tombados desde 1938, passariam a ter a mesma proteção jurídica.

<sup>470</sup> Uma versão adaptada da tabela, destinada ao público geral e com dados mais enxutos, encontra-se disponível no portal do Iphan:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista\\_bens\\_tombados\\_processos\\_andamento\\_2018](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018)

<sup>471</sup> As 16 categorias de bens culturais estipuladas são: Bem Paleontológico; Bens Móveis e Integrados; Coleções e Acervos; Coleções e Acervos Arqueológicos; Conjunto Arquitetônico; Conjunto Rural; Conjunto Urbano; Edificação; Edificação e Acervo; Equipamentos e Infraestrutura urbana; Jardim Histórico; Paisagem; Quilombo; Ruína; Sítio Arqueológico; e Terreiro.



transitavam pelos campos arquivístico e do patrimônio. Nos idos do ano de 1987, quando o Pró-Documento funcionava na estrutura da Fundação Nacional Pró-Memória, Sydney Solis e Vivien Ishaq defendiam que:

Entendemos que, mediante a elaboração de cadastros e de outros instrumentos de pesquisa – inventários, guias de fontes etc. – e garantindo a inserção desses arquivos no circuito científico cultural através de uma ampla divulgação dos mesmos e se seu conteúdo, obteremos sua valorização e uso social, condições básicas de preservação. O valor dessa documentação, portanto, só se manifesta quando ela recebe o tratamento devido que a torna disponível para os diversos usos sociais.

O instituto do tombamento e outras medidas legais permanecem como instrumentos válidos para casos extremos, onde haja risco iminente, ou para acervos notavelmente exemplares.

A proteção documental, contudo, só será viável se formos capazes de envolver a sociedade civil nesta tarefa, o que, por sua vez, dependerá de uma ação continuada e sistemática do Estado, através do sistema Sphan/Pró-Memória, no inventariamento dos acervos documentais e no apoio à sua preservação como contrapartida à permissão do acesso público a essas fontes.<sup>472</sup>

Percebe-se no trecho transcrito a valorização do tratamento arquivístico como condição básica e elementar para a preservação dos acervos documentais. Afeitos às atividades de gestão de documentos muitas vezes esquecidos pelos poderes públicos, os agentes do Pró-Documento investiam seus esforços nos arquivos privados que poderiam trazer importantes leituras sobre os contextos históricos passados e do presente. A falta de referência ao Arquivo Nacional ao longo do texto de onde foi retirada a citação destacada talvez reflita um descompasso entre a Fundação Nacional Pró-Memória e o AN no trato das questões arquivísticas nacionais durante a década de 1980 - ambos caminhavam, lado a lado, mas sem trocar muitas experiências. A indicação de que o tombamento só viria em situações especiais, somada às poucas demandas sociais de se patrimonializar os acervos arquivísticos, acabaram inibindo possíveis tensões entre os dois órgãos.

Por sua vez, um interessante pedido de abertura de Processo de Tombamento no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) ganhou repercussão entre algumas das principais instituições de guarda de acervos no Rio de Janeiro. Em carta dirigida ao Conselho Estadual de Cultura, o professor Luiz Cristiano Oliveira Andrade discorreu sobre os motivos que o levaram a solicitar a proteção especial aos acervos arquivísticos e bibliográficos que estavam sob jurisdição federal: ao lado da sua exuberante paisagem natural e dos seus exemplares arquitetônicos, a cidade do Rio se mostrava como “capital cultural do país”; a partir de uma perspectiva de mão dupla, acreditava que os “os acervos são constituintes da

---

<sup>472</sup> SOLIS; ISHAQ, 1987, p. 190.

cidade e constituídos pela cidade, cuja história ainda hoje se confunde com a história da nação”; além disso, a própria dinâmica estabelecida entre pesquisadores e estudiosos nessas instituições de memória merecia ser destacada como fator que impedisse a transferência de acervos para a capital federal Brasília, mudança que vinha sendo aventada por alguns órgãos como o Iphan.<sup>473</sup>

O pedido de tombamento estadual listou onze acervos de arquivos e bibliotecas, a saber: 1. Biblioteca Nacional, 2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB; 3. Arquivo Nacional; 4. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis; 5. Biblioteca Noronha Santos do Iphan; 6. Arquivo Central do Iphan - Seção RJ; 7. Acervo Arquivístico e Bibliográfico do Museu Histórico Nacional; 8. Biblioteca Paulo Santos, do Paço Imperial; 9. Acervo Cartográfico da Mapoteca do Itamaraty; 10. Serviço de Documentação da Marinha; e 11. Arquivo Histórico do Exército. Dentre os desdobramentos observados no Processo do Inepac, apontou-se a necessidade de recolher o maior nível de detalhamento sobre os acervos que seriam protegidos, exigência que não foi cumprida em nenhum dos onze casos. As instituições se limitaram a cumprimentar o órgão estadual pela iniciativa do tombamento, outras como o Iphan sanaram dúvidas jurídicas, descartando qualquer tipo de problema pelo fato do Inepac tomar bens de propriedade federal – segundo a Procuradora Federal, Tereza Beatriz Miguel, “nem a Constituição Federal de 1988, nem mesmo a legislação infraconstitucional que rege a matéria estabeleceram normas impeditivas à realização do tombamento sob essas circunstâncias. Pelo contrário, há o incentivo para que isso ocorra”.<sup>474</sup> Interessante assinalar que, apesar de notificado, o Arquivo Nacional não se manifestou sobre o tombamento provisório aprovado pela então governadora do estado fluminense, Benedita Souza da Silva Sampaio.<sup>475</sup>

A manifestação contrária veio expressa no plenário do Conarq anos depois, quando a discussão repercutiu entre os conselheiros que participam do campo arquivístico. A ata da 39ª Reunião do Conarq, realizada no dia 05 de dezembro de 2005, explicita as tensões, lutas de representação e disputas de posição pela hegemonia nas ações de preservação de acervos arquivísticos:

---

<sup>473</sup> A carta encontra-se incorporada ao Processo de Tombamento do Inepac E.18/001681/2002. Há, também, um artigo publicado sob o título “Papeis monumentais: a cidade do Rio de Janeiro e o patrimônio documental brasileiro”, em coautoria com a historiadora Márcia Chuva, que aborda a temática dessa patrimonialização (CHUVA; ANDRADE, 2003).

<sup>474</sup> Trecho do Parecer da Procuradoria Jurídica do Iphan, emitido em 24/06/2003, do Processo de Tombamento do Inepac E.18/001681/2002.

<sup>475</sup> A publicação do tombamento provisório foi oficializada no Diário Oficial de 01/12/2002 (Ano XXVIII, n. 234, parte I).

Continuando, o presidente Jaime e a conselheira Ismênia fizeram um relato sobre a reunião, ocorrida na Colômbia, para tratar do Programa Memória do Mundo da Unesco. Em decorrência desse relato, desencadeou-se ampla discussão sobre a questão do tombamento de acervos arquivísticos públicos pelos órgãos de patrimônio, em nível nacional, estadual ou mesmo municipal, provocada pela conselheira Ana Maria Camargo, uma vez que tal prática contraria a função precípua dos arquivos, qual seja, a guarda, a gestão e a preservação do patrimônio arquivístico público, bem como a garantia do direito dos cidadãos de acesso às informações. A propósito, a conselheira Francisca Helena esclareceu que, na sua opinião, a questão do tombamento de documentos de arquivo tem sua origem na visão equivocada dos órgãos de patrimônio sobre o papel e as funções dos arquivos, sejam eles públicos ou privados. Assim, sugeriu que o Conarq, por correspondência ou outro meio de comunicação dirigido aos órgãos de patrimônio estaduais e municipais, promova uma campanha de esclarecimento, definido o que é documento público, quais as categorias de valor que os caracteriza, bem como divulgue a legislação arquivística brasileira em contraponto com a legislação sobre patrimônio. A conselheira Ismênia, igualmente contrária ao tombamento, sugeriu, também, que fosse incentivada, junto aos governos estaduais e municipais a criação de sistemas de arquivos com vistas à implementação de políticas públicas estaduais ou municipais, objetivando, com essa iniciativa, impedir o tombamento indesejável e inoportuno de acervos arquivísticos que hoje condenamos.<sup>476</sup>

A questão da patrimonialização de acervos fora o desencadeador de toda discussão ocorrida nessa reunião do Conselho Nacional de Arquivos de 2005. O simples relato de um encontro do Programa Memória do Mundo na Colômbia foi suficiente para despertar nos conselheiros o grande incômodo gerado a partir do tombamento de acervos arquivísticos. Apesar de não mencionado, pode-se supor que o contexto da ação protecionista do Inepac ainda repercutia entre os agentes do campo documental. Estes, desejosos em fortalecer os procedimentos de gestão adequada dos documentos, enxergavam, de maneira temerosa, o ato de tombar esses tipos de bens, talvez ainda ancorados em visões equivocadas acerca das consequências do tombamento - percebe-se, no trecho transcrito, o receio de que os órgãos de patrimônio pudessem contrariar as funções básicas dos arquivos de preservar e dar acesso, como se isso fosse inviável de compatibilizar com a gestão de acervos tombados. É possível enxergar um campo arquivístico permeado de tensões, tendo a busca pela construção de consenso nessa questão do tombamento um exemplo de como o Conarq busca criar um espaço de fala exclusivo ou o monopólio da fala legítima nesse campo – e, por consequência o Arquivo Nacional, justamente por estar tão imbricado com o Conarq. Parte dessa estratégia passa pela tentativa de legitimação de um campo que se enxerga como desprestigiado pelas políticas públicas no Brasil como um todo, haja vista os recursos escassos destinados a projetos de

---

<sup>476</sup> Trecho retirado da Ata da 39ª Reunião do Conarq, realizada no dia 05/12 /2005.

preservação de arquivos. Nota-se, portanto, uma fala de afirmação desses agentes que consideram o instrumento do tombamento um equívoco para a lida dos acervos documentais.

Acreditamos que o Arquivo Nacional está, de fato, disputando posições no campo arquivístico, medindo poderes e capitais simbólicos com outras instituições, mesmo que não interesse ao Iphan participar de maneira protagonista nesse campo. Por outro lado, o campo do patrimônio se apresenta como esfera de atuação preponderante do Iphan, onde o órgão concentra seus esforços na busca do monopólio legítimo de suas ações. As tensões entre os campos arquivístico e patrimonial surgem quando órgãos preservacionistas como o Iphan e o Inepac interferem na política de valorização de acervos, ainda que tenham usado, de modo reduzido, um instrumento legal já bastante consolidado no país. Os cinco tombamentos de acervos arquivísticos que o Iphan realizou, todos pertencentes a instituições públicas, foram inscritos nos Livros do Tombo sem causar maiores alardes como o que foi observado nas tratativas do tombamento estadual do Inepac para o conjunto de onze acervos situados no estado do Rio de Janeiro. Havia, é verdade, o diferencial de que o próprio acervo do Arquivo Nacional estava sendo tombado, o que seria suficiente para iniciar toda a polêmica, como de fato aconteceu. Porém, essa reação generalizada dos agentes do campo arquivístico demonstra uma postura coletiva, acordada no plenário do Conarq, com vistas a garantir a soberania e o monopólio dos agentes e das instituições arquivísticas nas decisões que chancelam os acervos merecedores de distinção.

A declaração de interesse público e social dos arquivos privados, sejam acervos pessoais ou institucionais, consiste num instrumento valorativo previsto desde a Lei de Arquivos de 1991. Gestada a partir dos debates nutridos no interior do campo arquivístico, traz a exigência de que os acervos “sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”.<sup>477</sup> O Decreto nº 4.073 de 2002 regulamentou a Lei de Arquivos e atribuiu ao Conarq uma série de tarefas alusivas à política nacional de arquivos. O primeiro acervo foi reconhecido como de interesse público e social somente em 2004:<sup>478</sup> a partir de uma comissão de três técnicos nomeada pelo Conarq, os especialistas visitam o local de guarda e emitem um parecer que é avaliado e votado pelos membros do Conarq. Após esse sequenciamento, iniciam-se os trâmites administrativos que culminam na publicação do decreto do presidente da República, responsável por reconhecer o título do acervo candidato. Há um ponto controverso, previsto no Decreto 4.073/2002, donde

---

<sup>477</sup> Trecho do artigo 12 da Lei Federal nº 8.159, de 1991.

<sup>478</sup> Trata-se do acervo documental privado de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, cuja instituição custodiadora é o Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho.

se afirma que “são automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público”.<sup>479</sup> Esse tipo de situação ainda não se aplicou aos 15 acervos<sup>480</sup> que já receberam parecer favorável do Conarq, porém joga luz nos embates que ocorreram quando do tombamento coletivo de arquivos e bibliotecas por parte do Inepac. Pode-se conjecturar que a diferença está no fato de que a declaração de interesse público e social destina-se, exclusivamente, aos acervos privados, ao passo que as polêmicas em torno do ato de se tombar acervos concentram-se quando estes são públicos. Ou seja, os conflitos se concentraram em torno das instituições em que a maioria dos agentes do campo arquivístico brasileiro atuam, entendendo que o tombamento seria uma espécie de violação da prerrogativa que esses especialistas detêm para definir quais acervos públicos são passíveis de patrimonialização.

Porém, existem situações em que os embates se atenuam e a declaração de interesse público e social torna-se uma solução para os órgãos de patrimônio. Um exemplo recente e emblemático dessa postura consistiu na negativa para abertura de Processo de Tombamento do Acervo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro: após pedido do Ministério Público Federal, no ano de 2007, o Iphan promoveu uma série de desdobramentos entre as áreas técnicas que decidiram pela não instrução do Processo. Em ofício para o solicitante, a presidência do Iphan resumizou os argumentos que revelam o desinteresse do órgão em propor um tombamento para o acervo em questão:

Foram conduzidos estudos que envolveram técnicos de diversas especialidades desta Instituição (arquitetos, arquivistas e historiadores), de onde se concluiu que a abertura do processo de tombamento possivelmente não seja o procedimento mais adequado se seu objetivo principal consistir na preservação do acervo em questão.

Isso porque, além de possuir legislação específica que regula a preservação de acervos arquivísticos, cuja base está na Lei 8.159 de 1991, existem mecanismos de captação de recursos para tratamento e preservação de acervos que podem ser muito mais eficazes e menos morosos que o tombamento federal.<sup>481</sup>

---

<sup>479</sup> Há, ainda, outras duas situações em que os documentos são automaticamente considerados como de interesse público e social: “os arquivos presidenciais” e “os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei nº 3.071, de 01/01/1916” (também conhecido como Código Civil de 1916).

<sup>480</sup> Os 15 acervos declarados de interesse público e social são: Barbosa Lima Sobrinho; Associação Brasileira de Educação; Companhia e Cervejaria Brahma; Companhia Antártica Paulista; Glauber Rocha; Atlântida Cinematográfica; Darcy Ribeiro; Berta Gleizer Ribeiro; Oscar Niemeyer; Abdias Nascimento; César Lattes; Paulo Freire; Cúria Diocesana de Nova Iguaçu; Dom Lucas Moreira Neves; e Associação Circo Voador.

<sup>481</sup> Trecho do ofício do então presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, para o procurador da República, Renato de Freitas Souza Machado. Rf.: Ofício nº 563/2010 – PRESI/IPHAN, datado de 13/09/2010, do Processo Administrativo nº 01458.002417/2010-81.

Até a emissão desse posicionamento oficial do órgão - cuja argumentação poderia ser contestada pelo fato de não atender a uma prerrogativa elementar de que “toda pessoa física ou jurídica será parte legítima para provocar, mediante proposta, a instauração do Processo de Tombamento” -<sup>482</sup> o Ministério Público Federal insistiu, constantemente, com a possibilidade de se tombar o Acervo da Cúria de Nova Iguaçu. A partir dessa resposta do Iphan, o órgão jurídico acionou o Arquivo Nacional que, através do Conarq, aprovou o parecer que declarou o acervo arquivístico como de interesse público e federal em 2012.<sup>483</sup> Nessa medida, pode-se inferir que existe a aceitação consensual de que o Iphan enxerga a posição hegemônica do AN no campo arquivístico brasileiro, revelando parte da própria dinâmica desse campo.

Além disso, a sugestão do Iphan para que a Cúria de Nova Iguaçu se atentasse para as publicações de editais de captação de recursos destinados ao tratamento documental, revela um desejo comum nutrido pelos depositários desses arquivos privados: a partir desse título de distinção, cujo decreto do presidente da República é o atestado representativo, abrem-se novas possibilidades de fomento a esses acervos que correm riscos de integridade. A própria página na internet do Conarq explicita a função pragmática do título de interesse público e social: “Esse diploma, além de valorizar o arquivo, é um importante instrumento para a obtenção de apoio junto a agências financiadoras públicas ou privadas visando à preservação e divulgação do acervo”.<sup>484</sup> Acresce que a Resolução nº 17 do Conarq, publicada em 2003 e responsável por estabelecer os procedimentos para aqueles interessados nesse tipo de patrimonialização, explicita que o parecer da comissão avaliadora<sup>485</sup> baseia-se em três pontos: “I - mensuração aproximada, traduzida em unidades, metros lineares e/ou metros cúbicos; II – estado de conservação dos documentos, incluindo o tipo de acondicionamento e armazenamento; III – resumo do conteúdo e histórico do acervo”<sup>486</sup>. Os critérios centram-se mais na dimensão dos riscos a que os arquivos estão sujeitos do que na monumentalização dos mesmos; no limite, a declaração de interesse público e social é vista como impeditiva para a destruição de acervos arquivísticos.

---

<sup>482</sup> Artigo 2º da Portaria nº 11, de 11/09/1986, responsável pela regulamentação das normas de procedimento para constituição dos Processos de Tombamento do Iphan até os dias atuais.

<sup>483</sup> A aprovação no Conarq aconteceu após apresentação do Parecer nº 16/2011. Já o Decreto presidencial é de 09/05/2012, publicado em Diário Oficial: [www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm)

<sup>484</sup> Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/declaracao.html>, acesso em 26/04/2018.

<sup>485</sup> De acordo com o artigo 3º da Resolução nº 17 do Conarq, de 25/07/2003: “A Comissão Técnica de Avaliação será permanente e composta de três membros, e seus respectivos suplentes, indicados entre os servidores ocupantes de cargo efetivo do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.

<sup>486</sup> Trecho retirado do artigo 8º da Resolução nº 17 do Conarq, de 25/07/2003.

Se comparado com o registro do Memória do Mundo, o instrumento utilizado pelo Conarq resgata, em certa medida, aquela que era a proposta inicial do Programa da Unesco: patrimonializar acervos que estivessem sob considerável risco de existência. Ainda que tenha um viés que monumentaliza o arquivo reconhecido como de interesse público e social, nota-se que os agentes do campo conferem sentidos às chancelas de forma que cada uma tenha a sua função específica: como a nomeação do MOW passou a ter um caráter monumental logo nos primeiros anos de funcionamento do Programa, a declaração de interesse público e social surge como alternativa para destacar acervos privados importantes que corram riscos de integridade. Ao ser indagado se os instrumentos causam redundâncias e sobreamentos na proteção dos arquivos, Sandro Delgado adota uma postura conciliatória:

Cada um tem uma jurisdição diferente, então, na verdade eles se somam. Junto com a nomeação do Memória do Mundo, a utilidade pública faz a mesma coisa, o tombamento também é a mesma coisa [...]. Não me lembro de conflitos, como algo do tipo: ‘Ah, isso aqui já é tombado, para que eu vou fazer a declaração?’ Não. A gente acrescenta, na realidade eu acho que um instrumento acrescenta o outro.<sup>487</sup>

De fato, os três instrumentos – nomeação do MOW, declaração do Conarq e tombamento dos órgãos de patrimônio – não são excludentes, existem casos em que os acervos agregam esses títulos simultaneamente.<sup>488</sup> A ocorrência dessas sobrepatriomonalizações não é impeditiva, porém, dos conflitos que podem ocorrer caso a dinâmica encontrada pelos membros do campo arquivístico destoe do habitus cultivado. Esse tipo de equilíbrio foi construído a partir de uma divisão de competências reconhecida e legitimada pelo próprio funcionamento do campo: a declaração de interesse público e social destina-se aos acervos de natureza privada que estejam em situações de risco, o registro do Memória do Mundo se volta para os arquivos em sua maioria públicos e o tombamento é visto como instrumento inadequado, ainda mais por se originar do campo concorrencial do patrimônio. Conforme veremos no próximo capítulo, o título da Unesco passou a ser utilizado frequentemente como a alternativa mais viável para a patrimonialização de acervos arquivísticos no Brasil: evitam-se atritos com órgãos de preservação, na medida em que se respalda no simbolismo de uma agência que se porta como uníssonas no campo do patrimônio internacional e, ao mesmo tempo, legitima a atuação protecionista da Arquivística diante daqueles bens considerados como de sua alçada de competência e especialidade.

---

<sup>487</sup> Entrevista concedida por Sandro Delgado, no Rio de Janeiro/RJ, em 21/03/2016.

<sup>488</sup> O Anexo 4 evidencia os acervos que receberam pelo menos dois desses títulos de reconhecimento. Não houve ainda um arquivo que congregasse os três instrumentos de patrimonialização.

## **CAPÍTULO 4 - Patrimonialização de acervos históricos brasileiros**

Este capítulo analisa como e por meio de quais processos acervos históricos receberam o título de “Memória do Mundo”. Buscamos elucidar características dos conjuntos documentais valorados, assim como das respectivas instituições de guarda. Por outro lado, interessa investigar porque certas candidaturas não obtiveram o título de reconhecimento chancelado pela Unesco, de forma a compreender os possíveis motivos que culminaram no indeferimento dessas memórias. Tendo como referência o campo arquivístico brasileiro abordado no capítulo anterior, sublinhamos as ações empreendidas por especialistas que se portam como agentes autorizados a conceder títulos de distinção a determinados acervos e coleções de documentos.

Inicialmente, o foco são editais lançados pelo Comitê MOW Brasil, cuja frequência anual permite perceber as alterações e permanências dessa prática que atingiu uma década de vida no país. Na sequência, a investigação centra-se sobre os argumentos mobilizados pelos proponentes nas candidaturas apresentadas, ao construir narrativas de memórias durante os processos de valoração dos documentos. Por fim, destacamos as candidaturas brasileiras que obtiveram o título internacional, evidenciando estratégias utilizadas nas propostas bem como as condições sócio-históricas de nomeação desses acervos documentais considerados “patrimônio da humanidade”.

### **4.1 O universo delimitado das candidaturas**

Como ponto de partida para nossa análise constatamos que as seleções dos acervos ocorrem a partir de um conjunto restrito de possibilidades; ou seja, o Comitê não tem a prerrogativa de escolher livremente os documentos para registro no Memória do Mundo, na medida em que existe um instrumento público de seleção, regulado a partir de um edital que se publica anualmente, viabilizando a formalização das candidaturas oriundas de pessoas físicas e/ou jurídicas. O poder decisório dos membros especialistas é, portanto, realizado sobre um conjunto circunscrito de acervos documentais que se mostra como alternativa para as avaliações seletivas. A rigor, tal universo é formado pela conformação das candidaturas, na qual se mobilizam instituições e agentes que tomam contato com a publicidade do Programa, ou mesmo passam por seus treinamentos. No limite, podemos inferir que o rol de candidaturas se consolida diante de modos de operar a memória,<sup>489</sup> uma vez que a proposição de um acervo

---

<sup>489</sup> Existem muitos estudos que focalizam os vários ‘modos de falar’ da memória, dentre os quais citamos a abordagem do historiador e antropólogo Ricardo Roque acerca do colonialismo europeu nos séculos XIX e XX. Num dos seus recentes artigos, o pesquisador esclarece que o seu objetivo é refletir sobre a circulação de objetos



permite que os candidatos possam ‘esculpir’ a forma do que se diz sobre a memória, hipótese que vamos desenvolver adiante.

A versão atual do edital MOW Brasil data do ano de 2013, e introduziu mudanças que a aproximou mais do modelo adotado pelo Memória do Mundo Internacional. O formato destinado às candidaturas internacionais estruturou-se tendo como referência as “Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental” - mais especificadamente o item 4.2 “Critérios de seleção para o Registro de Memória do Mundo” - cujas nuances foram problematizadas no capítulo 2 da tese.<sup>490</sup> A parte introdutória do edital brasileiro fornece pressupostos básicos que norteiam o certame, quais sejam: o limite máximo de dez candidaturas nominadas por ano; a apresentação de documento ou conjunto documental de natureza arquivística ou bibliográfica; e a condição de que as seleções dos acervos sejam de competência única e exclusiva dos membros do Comitê MOW Brasil, cujo julgamento é soberano e não passível de contestações posteriores.

O “anexo I” do edital destrincha os itens da introdução, que possibilita que as propostas sejam apresentadas na modalidade individual ou em grupo,<sup>491</sup> e exige que o acervo nominado sempre faça referência ao Programa nos seus materiais de divulgação e possíveis instrumentos de pesquisa. A obrigatoriedade da Unesco em disponibilizar recursos financeiros para os mantenedores dos acervos é totalmente descartada, confirmando a tendência que se consolidou já nos primeiros anos de funcionamento do MOW Internacional.<sup>492</sup> Nesse anexo do edital há, também, um item que pode ser apontado como mais um exemplo de como o Programa procura se distinguir, constantemente, do ato de tomar bens culturais: “a inscrição no registro Memória do Mundo do Brasil não significa qualquer modalidade de tombamento ou de impedimento para a transferência de propriedade do acervo inscrito”.<sup>493</sup> O que

---

e pessoas no denominado “imperialismo europeu tardio”, procurando investigar “como este trânsito de coleções coloniais se fez acompanhar da produção de histórias e narrativas acerca do passado colonial dessas mesmas coleções. É, pois, a interação entre a circulação dos objetos e a circulação da documentação a eles associada que aqui pretendo explorar. [...] Proponho que se preste atenção redobrada aos processos através dos quais histórias e biografias de objetos são inventadas, corrigidas, reinventadas, ou obliteradas desde o momento original da aquisição das coleções” (ROQUE, 2013, p. 455-456).

<sup>490</sup> UNESCO, 2002, p. 24-26.

<sup>491</sup> Para as candidaturas apresentadas em grupo, o edital esclarece que as mesmas se aplicam quando se objetiva: “I) restituir, intelectualmente, a integridade dos fundos ou coleções que estejam fragmentados entre distintos depositários; II) dar visibilidade a distintos conjuntos documentais que, integrando o acervo de depositários diversos, se correlacionem tematicamente, permitindo complementar informações pertencentes a fundos distintos” (Edital MOW Brasil 2015, item 3.3).

<sup>492</sup> Conforme assinalado no capítulo 1, o MOW Internacional disponibilizou, na sua fase inicial de implantação, recursos para tratamento e digitalização de documentos. Essa prática não teve prosseguimento, restringindo-se a cinco “projetos-pilotos” que tiveram como produtos finais CD’s com a documentação digitalizada.

<sup>493</sup> Edital MOW Brasil 2015, item 8.4.

demonstra uma interpretação equivocada comumente atribuída aos bens tombados, como se a mudança de propriedade fosse vedada aos bens protegidos por instrumentos jurídicos específicos.<sup>494</sup>

Um tópico importante incluído a partir da versão de 2013, que se mantém no formato atual, revela parte da política de acesso às informações do MOW Brasil. Nas palavras do edital brasileiro: “Em conformidade com o *Register Protocol and Ethics* do *International Advisory Committee* do Programa Memória do Mundo da Unesco, os nomes dos pareceristas de cada projeto, seus pareceres e as discussões de avaliação são confidenciais”.<sup>495</sup> De fato, o MOW Internacional traz no último tópico do seu “Protocolo de Ética” a seguinte passagem: “Confidencialidade: Toda discussão sobre as nomeações deve permanecer confidencial e a recomendação do CCI não pode ser comunicada até que o Diretor-Geral tenha feito um anúncio sobre as novas inscrições”.<sup>496</sup> A postura do MOW Brasil mostra-se mais rigorosa ao especificar quais são os conteúdos e momentos censurados, resguardando-se dos pedidos de acesso às avaliações, e do olhar investigativo do Programa.<sup>497</sup> É desse modo que obstaculizar vistas aos pareceres, ou vetar o acesso a trechos das reuniões em que os méritos das candidaturas são debatidos entre os membros do Comitê tornam-se contraditórios com aquilo que o Programa determina como princípio de funcionamento: o amplo acesso aos acervos.

Os formulários da candidatura propriamente ditos encontram-se reproduzidos a partir do “anexo II”, abarcando um total de dez seções a serem preenchidas. A versão brasileira é uma tradução do modelo em inglês disponibilizado pelo MOW Internacional desde 2012, quando o Programa completou vinte anos de vida. As seções dividem-se da seguinte maneira:

- 1.0 Resumo;
- 2.0 Proponente;
- 3.0 Identidade e descrição do patrimônio documental;
- 4.0 Informação jurídica;
- 5.0 A avaliação segundo os critérios de seleção;
- 6.0 Informação contextual;
- 7.0 Consulta com partes interessadas;
- 8.0 Avaliação de risco;
- 9.0 Plano de gerenciamento de preservação e acesso; e
- 10.0 Qualquer outra informação.<sup>498</sup>

<sup>494</sup> O Decreto-lei nº 25/1937, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, traz em capítulo III, denominado “Dos efeitos do tombamento” procedimentos a serem respeitados se os bens tombados vierem a sofrer mudança de titularidade do proprietário, como a obrigatoriedade da comunicação desse tipo de transação ao órgão de patrimônio – no caso, Iphan (artigo 13, parágrafo 1º).

<sup>495</sup> Edital MOW Brasil 2015, item 5.5.

<sup>496</sup> Minha tradução do inglês para o português do “*Register Protocol and Ethics*”, item “*Confidentiality*”.

<sup>497</sup> A inclusão desse item do edital ocorreu em 2013, mesmo ano de início da nossa pesquisa.

<sup>498</sup> Para uma melhor visualização desse formulário, ver a sua reprodução completa no Anexo 5 da tese.

A maioria das seções e os respectivos subitens contam com partes explicativas, grafadas em itálico, que servem como referenciais para que os proponentes preencham todos esses campos alinhados às expectativas do Programa. Tais explicações - que têm por base tanto as Diretrizes de 2002, como o “Companheiro do Registro de 2012”, ambos analisados no capítulo 2 - permitem-nos inferir algumas peculiaridades na atribuição de valor aos acervos documentais pelo MOW.

Dentre as orientações de preenchimento que oferecem novidades ao formulário internacional, destaca-se aquela localizada na seção “3.0 Identidade e descrição do patrimônio documental”, que recomenda a necessidade de delimitar bem o acervo candidato, na medida em que “qualquer conjunto deve ser finito, com datas iniciais e finais”,<sup>499</sup> assim como solicita realizar uma espécie de biografia do acervo,<sup>500</sup> conforme consta na seguinte passagem: “descreva o que se conhece da história do conjunto ou do documento. Embora a informação possa não ser completa, deve-se oferecer a melhor descrição possível”.<sup>501</sup> Ainda nessa seção, dois itens buscam identificar a potencialidade do acervo postulante como subsídio para pesquisas acadêmicas: o primeiro item demanda por uma bibliografia que demonstre que os documentos candidatos são fontes de pesquisa, recomendado “citar trabalhos científicos, claramente independentes tanto de sua instituição como da Unesco”,<sup>502</sup> enquanto o outro item solicita detalhes de pesquisadores ou organismos que possam atestar a importância do acervo candidato.<sup>503</sup> Em última instância, trata-se de uma tentativa de interseccionar o campo arquivístico com outros campos do conhecimento, buscando neles respaldo, incumbindo aos agentes e suas instituições concederem legitimidade à postulação dos candidatos. Tomando o conceito de campo desenvolvido por Pierre Bourdieu, concordamos que os campos mostram intersecções, as quais funcionam como zonas fronteiriças ocupadas por agentes que transitam por campos distintos. Contudo, não se trata de qualquer tipo de profissional, é preciso ter a autoridade necessária para emitir o atestado sobre a importância do acervo; tal prerrogativa está restrita aos dominantes do campo arquivístico, e que tenham, também, posição relevante no campo científico.<sup>504</sup>

---

<sup>499</sup> Edital MOW Brasil 2015, subitem 3.1 do anexo II.

<sup>500</sup> Recentes trabalhos refletem sobre circulação de objetos museológicos, servindo de inspiração para pensarmos, também, no processo de constituição dos acervos documentais. Ver CHUVA, 2014; ROQUE, 2013.

<sup>501</sup> Edital MOW Brasil 2015, subitem 3.4 do anexo II.

<sup>502</sup> Edital MOW Brasil 2015, subitem 3.5 do anexo II.

<sup>503</sup> Edital MOW Brasil 2015, subitem 3.6 do anexo II.

<sup>504</sup> Para uma abordagem aprofundada das características dinâmicas do campo científico ver BOURDIEU, 1996.

Além do Comitê Brasileiro ter assento destinado a um representante de “Entidades de Ensino e Pesquisa” e três reservados àqueles agentes reconhecidos como de “Notório Conhecimento em Preservação do Patrimônio Documental” - conforme destacado no capítulo 3 - há outras possibilidades de conexões entre os campos arquivístico e científico: professores que conhecem acervos em função de investigações realizadas, pesquisadores que produzem conhecimento a partir das fontes disponibilizadas e técnicos que trabalham em locais que priorizam intercâmbios entre as áreas da documentação e pesquisa. De maneira complementar a esse mapeamento de redes legitimadoras de uma possível candidatura, a seção “7.0 Consulta com partes interessadas” lança a pergunta: “Além da própria instituição proponente, consultou-se a outras organizações ou grupos ao preparar-se esta candidatura, e em caso positivo, como foi a resposta: apoiaram, foram contrárias ou fizeram comentários úteis?”.<sup>505</sup>

A seção “4.0 Informação jurídica” detalha as condições legais dos acervos postulantes ao MOW, suscitando dados sobre seus respectivos proprietários, entidades custodiadoras e direitos autorais. A acessibilidade é mais uma vez destacada nos seguintes termos:

Estimular o acesso é um objetivo básico do MOW. Consequentemente, estimula-se a digitalização que possibilita o acesso e deve-se comentar caso esteja sendo realizada ou prevista. Também devem ser apontados os fatores legais ou culturais que restrinjam o acesso.<sup>506</sup>

Com a pergunta: “se a candidatura for bem-sucedida, como utilizará esse fato para promover o Programa MoW?”,<sup>507</sup> a Unesco explicita o interesse em promover o próprio Memória do Mundo, evitando se posicionar enquanto instituição diplomática e articuladora política, diante da incongruência que está posta com a possibilidade de se outorgar o título de patrimônio a um acervo que não possa ser acessado livremente. Nas duas entrevistas que realizamos na sede da Unesco, ambos entrevistados afirmaram que não tinham conhecimento de qualquer tipo de impedimento de acesso a acervos nominados pelo Programa em nível internacional. Um deles, funcionário do setor de Comunicação e Informação, declarou “a Unesco sempre chama a atenção de países como Cuba e Coreia do Norte para a liberdade de expressão, mas a organização não tem qualquer ingerência sobre isso”.<sup>508</sup>

Já o formulário presente no “anexo III” do edital é uma especificidade brasileira, conforme relato de Sônia Scarpa:

<sup>505</sup> Edital MOW Brasil 2015, subitem 7.1 do anexo II.

<sup>506</sup> Edital MOW Brasil 2015, item 4.4 do anexo II.

<sup>507</sup> Edital MOW Brasil 2015, subitem 10.0 do anexo II.

<sup>508</sup> Entrevista concedida por Louis Gerard em Paris/França, no dia 10/02/2017.

O anexo III é baseado na Nobrade, porque a gente queria já conhecer aqueles acervos de uma forma arquivística. Realmente, o viés não era tanto historiográfico, mas era mais arquivístico no começo do MOW Brasil. Depois é que a gente começou a puxar mais bibliotecas, começou a puxar museus. E aí a gente viu que para alguns o viés arquivístico era problemático porque eles não sabiam trabalhar o edital.<sup>509</sup>

Cada vez mais utilizada com o objetivo de mensurar, conhecer e qualificar melhor os diversos acervos arquivísticos, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade)<sup>510</sup> pode ser entendida como um dos instrumentos estratégicos de fortalecimento do campo arquivístico. Os esforços por disseminar e incentivar o uso da Nobrade fazem parte da agenda do Arquivo Nacional e do Conarq, na tentativa de criar uma identidade ampliada para os arquivos, assim como acontece com as classificações universais utilizadas pelas bibliotecas.<sup>511</sup> A utilização do formato sugerido pela Nobrade revela uma tendência em priorizar os acervos de natureza arquivística, que pode ser observada desde os editais do MOW Brasil publicados entre 2007 a 2012, quanto nas versões veiculadas a partir de 2013. Portanto, o espelhamento com os campos da Nobrade existiu desde o início do MOW Brasil, ainda que os acervos bibliográficos também sejam passíveis de patrimonialização pelo Programa.

Até o ano de 2012 o formulário do “anexo II” se dividia entre oito partes principais, dentre as quais havia a “exposição de motivos sobre o documento ou conjunto documental”, com a seguinte recomendação:

Descrição, a mais exaustiva possível, das características intrínsecas e extrínsecas do documento ou conjunto documental apresentando a candidatura, com indicação do tempo, lugar, autoria, assunto(s) ou tema(s) tratado(s), forma e estilo, justificando sua: proveniência; autenticidade; singularidade, e importância para a história e a cultura nacionais, assim como uma análise do seu estado de conservação. Deverá informar, igualmente, o regime de propriedade, condições de acesso, questões jurídicas julgadas relevantes, inclusive a respeito de direitos autorais.<sup>512</sup> (meus grifos)

Se considerarmos o campo do patrimônio cultural, a menção às “características intrínsecas e extrínsecas do documento” são ao menos intrigantes, tendo como referência uma bibliografia contemporânea que evidencia a construção social, histórica e simbólica dos bens culturais,

<sup>509</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016. A menção aos museus, na fala da entrevistada, trata dos documentos arquivísticos e bibliográficos que se localizam em instituições museológicas.

<sup>510</sup> A primeira versão publicada da Nobrade é de 2006, fruto da adaptação das normas de descrição arquivística propostas pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) através das normas ISAD(G) e ISAAR (CPF).

<sup>511</sup> A Classificação Decimal de Dewey (CDD) foi elaborada pela primeira vez em meados do século XIX e sofreu uma série de revisões a partir de estudos contemporâneos na área de Biblioteconomia.

<sup>512</sup> Edital MOW Brasil 2009, parte D.

assim como dos valores a eles atribuídos.<sup>513</sup> Coloca-se em cheque, portanto, quaisquer tipos de características inatas e permanentes de qualquer bem, incluindo-se os documentos físicos. No entanto, como mostra Isabel Alonso, mesmo que o valor intrínseco do bem patrimonializado venha sendo questionado há algumas décadas, o exercício profissional, o discurso sobre patrimônio e a sua legislação regulatória continuam se respaldando nessa noção. Sob esse ponto de vista, segundo a autora, os valores e significados culturais se concebem como imutáveis e a elucidação dos valores culturais do patrimônio tornam-se absolutamente mais importantes que o processo de formação dos significados e o lugar de fala dos agentes.<sup>514</sup>

Por outro lado, alguns manuais de Arquivologia distinguem o que seria intrínseco e extrínseco num documento de arquivo:

Os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com sua forma de apresentação. Relacionam-se com o gênero, isto é, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos de que seus executores se serviram para registrar a mensagem.

Os caracteres ou elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substância têm a ver com o conteúdo substantivo, seu assunto propriamente dito, assim como com a natureza de sua proveniência e função.<sup>515</sup>

Tal antagonismo artificial reforça uma perspectiva, segundo a qual seria possível distinguir as ‘formas’ dos ‘conteúdos’ dos documentos, como se fossem elementos estanques, ou se a estrutura física de um documento não influenciasse o conteúdo substantivo, e vice-versa. Segundo nosso entendimento, a noção de intrínseco reitera a crença de que a essência permanente pode ser encontrada no conteúdo dos documentos, tendo como pressuposto que as interpretações e visões de mundo são constantemente as mesmas. A proposição apresentada pela Fundação Oscar Niemeyer, ao discorrer sobre o estado de conservação dos documentos, sublinha que “em virtude de seu valor intrínseco, priorizaram-se a restauração de álbuns e croquis”;<sup>516</sup> observa-se que a justificativa adotada para priorizar determinados documentos do acervo ancora-se na hipótese de que são ‘naturalmente’ mais importantes que os demais, ou que o valor intrínseco dos croquis e dos álbuns é um elemento facilmente identificado. Em contraste aos entendimentos que buscam uma espécie de visão essencialista das coisas, Roger Chartier argumenta que:

---

<sup>513</sup> CHUVA, 2009; FONSECA, 2005; e GONÇALVES, 1996 são alguns dos títulos referenciais.

<sup>514</sup> ALONSO, 2011, p. 11.

<sup>515</sup> BELLOTTO, 2002, p. 24-25.

<sup>516</sup> Candidatura “Arquivo Oscar Niemeyer” apresentada ao MOW Brasil em 2008.

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.<sup>517</sup>

Michel de Certeau também nos oferece ferramentas reflexivas para desconstruir a ideia de que os documentos são estáticos e imutáveis, como se fossem registros a partir dos quais pudéssemos delinear claramente os elementos ‘intrínsecos’ e ‘extrínsecos’. Ao refletir sobre o ofício do historiador, Certeau reitera a necessidade de avaliar as condições sociais, políticas e culturais em que se realiza a leitura crítica das fontes históricas:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto.<sup>518</sup>

Ao nosso ver, os documentos são resultados de um complexo processo sobre aquilo que se propõe a representar e as suas possíveis formas de apropriação, tendo os contextos históricos como variáveis importantes para que os mesmos sejam reconstruídos de maneira constante.

As publicações de nove editais ininterruptos entre os anos de 2007 a 2015 renderam um total de 197 candidaturas ao MOW Brasil,<sup>519</sup> do julgamento desse pleito os membros do Comitê Brasileiro nominaram 83 proposições, perfazendo um percentual de 42% de aprovações entre as propostas apresentadas. A atribuição do título de Memória do Mundo do Brasil a alguns documentos deve ser entendida a partir desse universo delimitado e circunscrito, cujas características serão apresentadas nos próximos gráficos e tabelas. Como metodologia, realizamos um levantamento exaustivo de todas as candidaturas existentes no acervo do Comitê MOW Brasil, cuja guarda está sob responsabilidade do Arquivo Nacional.

O número de candidaturas oscilou entre períodos de crescimento seguidos por quedas bruscas: o período entre 2008 a 2011 se caracteriza como o de declínio do número de postulantes, diminuindo de 27 para 11 candidaturas. No ano de 2012 houve um grande salto

---

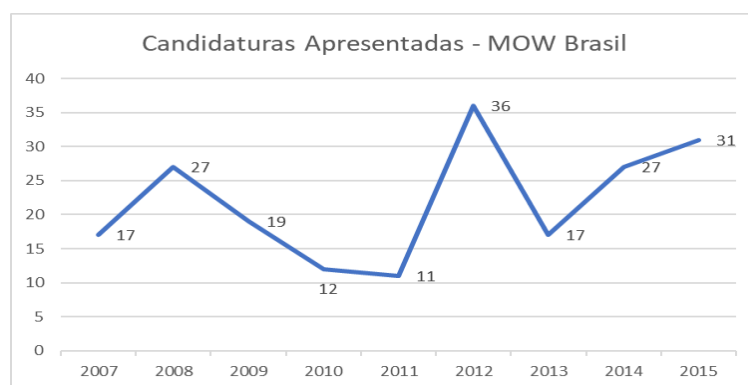
<sup>517</sup> CHARTIER, 2002b, p. 26-27.

<sup>518</sup> CERTEAU, 1982, p. 81.

<sup>519</sup> A listagem de todas as candidaturas apresentadas nos editais MOW Brasil, entre 2007 a 2015, encontra-se no Anexo 2.

para o recorde de 36 proposições, seguida da maior queda, mas com uma recuperação rápida nos anos de 2014 e 2015:

Gráfico 2: **Número de candidaturas apresentadas nos editais MOW Brasil (ano a ano)**



O início crescente das candidaturas nos dois primeiros anos pode ser explicado pela condição de ‘novidade’ que o Programa assumiu ao se inserir no campo arquivístico brasileiro; já a vertiginosa queda ocorreu em função, provavelmente, das dificuldades do MOW divulgar-se para além das instituições que já o conheciam, acrescido da perda da força do efeito do ‘novo’. Por sua vez, o marcante aumento de 2012 foi efeito direto das ocorrências das primeiras oficinas que tinham como objetivo principal “diversificar o perfil das instituições que se candidatem ao registro e aperfeiçoar as propostas apresentadas, de forma que estados e regiões ainda não representados no registro nacional possam apresentar candidaturas de qualidade”.<sup>520</sup> De acordo com os entendimentos para a realização dessas oficinas regionais, os locais foram selecionados em virtude dos apoios logísticos de algumas instituições<sup>521</sup> e pelo argumento de que acervos de alguns estados da federação não tinham sido contemplados ainda com o título de Memória do Mundo.<sup>522</sup> As oficinas não ocorreram em 2013, o que pode explicar a grande queda do número de candidaturas se comparada a 2012; mas foram

<sup>520</sup> Trecho retirado do material de divulgação das primeiras oficinas regionais do MOW Brasil, datado de 2012.

<sup>521</sup> Casos de parcerias concretizados ocorreram com a Secretaria de Cultura de Florianópolis (Região Sul), Universidade Federal de Pernambuco e Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco (Região Nordeste).

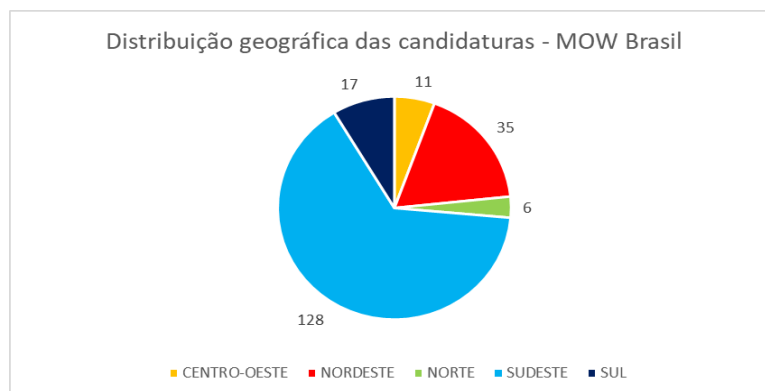
<sup>522</sup> Minas Gerais (Sudeste), Mato Grosso (Centro-Oeste) e Pará (Norte) eram alguns dos estados que ainda não tinham acervos representantes até o edital MOW Brasil 2012, quando do início das oficinas regionais.



retomadas nos anos subsequentes, quando os postulantes voltaram a se inscrever de maneira crescente em 2014 e 2015.<sup>523</sup>

A distribuição geográfica das candidaturas considerando o recorte temporal da nossa pesquisa foi a seguinte:

Gráfico 3: **Distribuição geográfica das candidaturas** (MOW Brasil – 2007 a 2015)

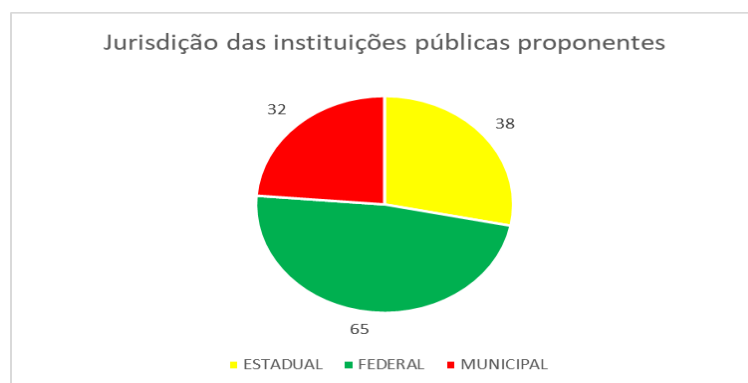


A concentração de acervos postulantes na região Sudeste é bastante nítida: as 128 proposições apresentadas equivalem a 65% do conjunto total contabilizado entre 2007 a 2015. Somente o estado do Rio de Janeiro apresenta 73 candidaturas, o que lhe confere 57% das postulações do Sudeste e 37% de todas propostas submetidas ao MOW Brasil. Por seu turno, a ocorrência das primeiras oficinas regionais, no ano de 2012, foi decisiva para a distribuição mais equitativa já observada ao longo dos nove editais: 2 no Centro-Oeste, 2 no Norte, 7 no Sul, 10 no Nordeste e 15 no Sudeste. Contudo, essa tendência não permaneceu nos anos subsequentes, mesmo com a repetição das oficinas; o ano de 2015, por exemplo, foi o mais desigual nessa distribuição ao contabilizar 68% das candidaturas somente para a região Sudeste.

Sobre o perfil dos proponentes, a ampla maioria é constituída de instituições, em detrimento das iniciativas de pessoas físicas: do total de 197 candidaturas, 181 são oriundas das instituições e apenas 16 se originaram de propostas individuais. Dentre as organizações que formalizaram pleitos junto ao MOW Brasil, 135 são públicas e 46 pertencem à iniciativa privada; no conjunto das instituições públicas, observa-se a seguinte distribuição:

<sup>523</sup> Cumpre sublinhar que o MOW Brasil optou por realizar oficinas exclusivas no estado do Rio de Janeiro, muito possivelmente devido ao suporte oferecido pelo Arquivo Nacional – tanto do ponto de vista das instalações físicas, como pela participação dos funcionários que eram, via de regra, os principais responsáveis por ministrarem as oficinas pelo país – acrescido da grande concentração de instituições detentoras de acervos documentais no município do Rio de Janeiro/RJ.

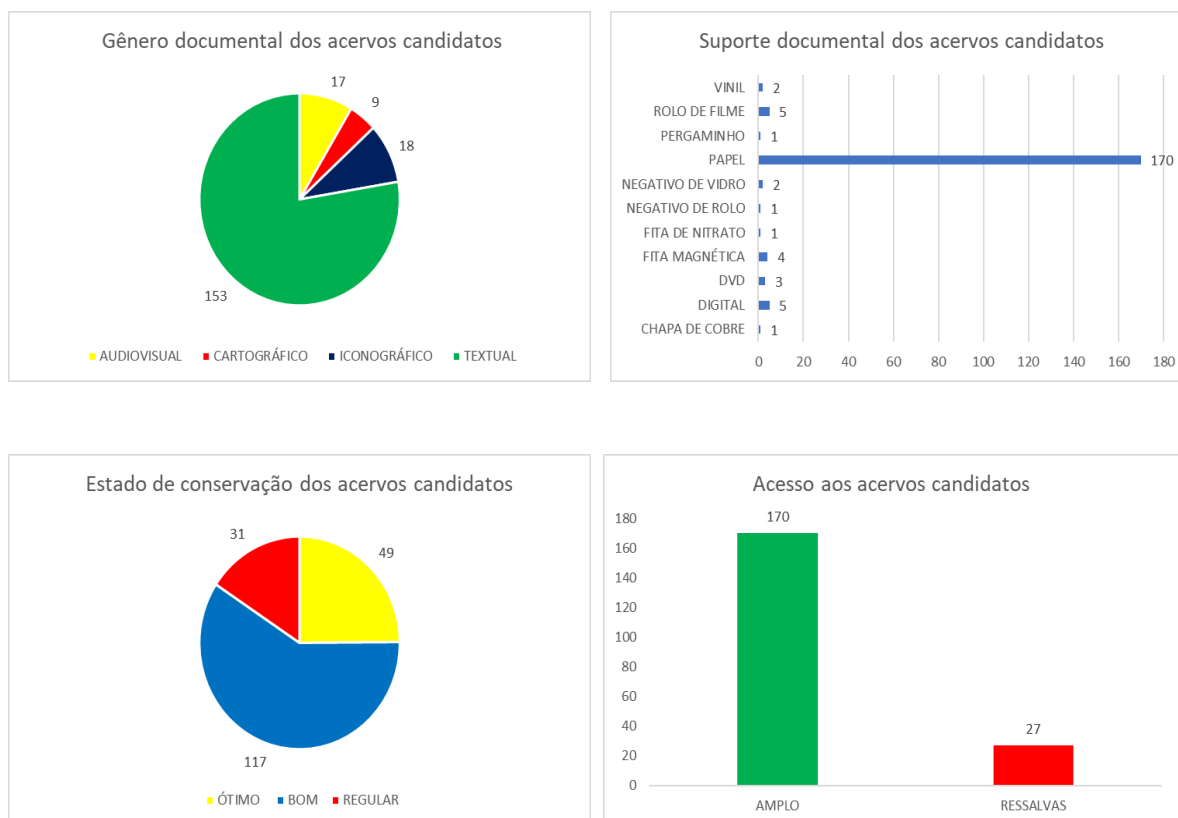
Gráfico 4: **Jurisdição das instituições públicas proponentes** (MOW Brasil – 2007 a 2015)



A prevalência das instituições públicas federais, totalizando quase metade desse conjunto das 135, pode ser explicada pelas melhores condições de estrutura das mesmas, dotadas de maiores recursos humanos e financeiros para a realização das atividades de preservação de acervos documentais. Dentre as 65 candidaturas contabilizadas no período, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é recordista com um total de 8 proposições, seguida pelo Arquivo Nacional e pelo Arquivo Histórico do Exército, que apresentaram 5 candidaturas cada um. Na esfera estadual, o Arquivo Público do Estado da Bahia aglutina 4 propostas, ao passo que os órgãos municipais são aqueles que mais se diversificam nos tipos de proponentes por conta dos funcionamentos heterogêneos dos seus arquivos, bibliotecas, fundações, câmaras, prefeituras e secretarias – a exceção fica por conta do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que formalizou 6 propostas. A dificuldade das instituições particulares em formalizarem proposições pode ser explicada pelo próprio edital MOW Brasil: as exigências do formulário de inscrição dialogam com o perfil das instituições detentoras de acervos públicos, além dos membros do Comitê serem em sua grande maioria, conforme assinalamos no capítulo anterior, profissionais alocados no serviço público.

Considerando os acervos candidatos, apontamos algumas particularidades que puderam ser identificadas a partir da análise das propostas apresentadas ao longo dos nove editais:

Gráficos 5, 6, 7 e 8: Características dos acervos candidatos (MOW Brasil - 2007 a 2015)



Vemos que a maioria das candidaturas privilegiou recortes nos seus acervos que abrangeram documentos textuais sob o suporte do papel – apesar de algumas proposições mesclarem esse tipo de registro com outros de gênero iconográfico e audiovisual, consideramos, para efeitos de cálculo, o que prevaleceu em termos quantitativos em cada candidatura. É possível afirmar que a tendência geral no MOW Brasil reside na apresentação de propostas de valoração de documentos no seu tipo mais clássico: utilização da linguagem escrita, materializada sobre o papel. O fato desse suporte ser bem mais estável fisicamente se comparado aos demais e o avanço das técnicas de conservação para a lida com os papéis podem esclarecer sua primazia, além do que, em termos quantitativos, o suporte do papel é predominante nas instituições.<sup>524</sup> Cumpre realizar uma importante ressalva: os números mais modestos para os registros

<sup>524</sup> Para um panorama geral da preservação de acervos documentais no Brasil, tendo como destaque o suporte de papel ver CASTRO, 2010.

audiovisuais (17), cartográficos (9) e iconográficos (18), dentro do universo total das 197 candidaturas, justificam-se porque se tratam de propostas que foram exclusivamente fomentadas a partir desses tipos de documentos, quando identificamos vários casos em que existe a mescla de gêneros documentais na mesma proposição. O maior quantitativo de documentos textuais nos permite inferir que a constituição dos acervos acumula mais registros na forma textual, subordinando, muitas vezes, os documentos audiovisuais, cartográficos e iconográficos ao poder que a escrita detém na nossa sociedade ocidental contemporânea.<sup>525</sup>

Quanto ao estado de conservação dos acervos candidatos, cerca de 84% auto declarou que os documentos se encontram em boa ou em ótimas condições. Ao escolher uma parte do acervo que está bem conservada a candidatura alinha-se à tendência que o MOW assumiu, internacionalmente, pouco tempo depois da sua implementação nos idos de 1992: ao invés de lançar esforços para o salvamento de arquivos e bibliotecas sob riscos de destruição, o Programa passa a patrimonializar acervos que estão muito bem conservados e seguros das ocorrências de riscos de degradação, conforme vimos no capítulo 1. Os próprios proponentes adequam suas propostas em função dos critérios relevados pelos Comitês - internacional, regionais e nacionais -, na medida em que apenas 27 proposições declararam apresentar algum tipo de restrição ao acesso dos acervos.<sup>526</sup>

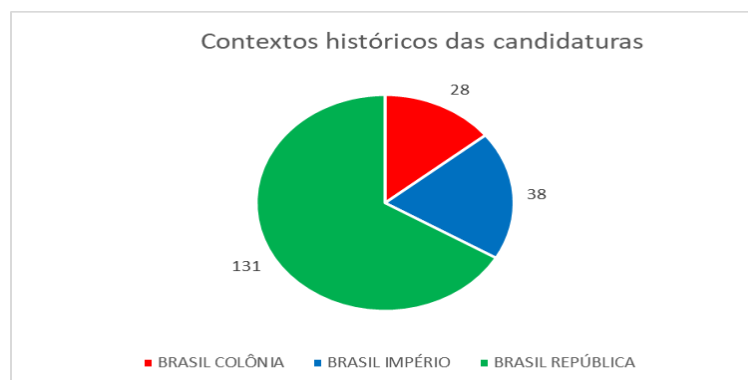
No que se refere ao recorte temporal das candidaturas apresentadas, optamos por adotar uma classificação ampla: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República, mesmo que essa divisão possa ser generalista em termos das especificidades dos contextos históricos. O resultado mensurado foi o seguinte:

---

<sup>525</sup> CERTEAU, 1999; CHARTIER, 1999.

<sup>526</sup> Dentre as 27 propostas apresentadas ao MOW Brasil que declaram ter acesso restrito aos acervos candidatos, 7 ganharam o título. Nesses casos, a justificativa para o não acesso se restringia a alguns documentos que estavam em piores condições de conservação. Boa parte dos proponentes afirmou que se tratava de um estado provisório e que, tão logo os documentos fossem adequadamente tratados, todos seriam disponibilizados para consulta.

Gráfico 9: **Contextos históricos dos acervos candidatos** (MOW Brasil - 2007 a 2015)



A preponderância das fontes documentais pertencentes ao período republicano brasileiro pode ser explicada, em primeiro lugar, pela maior produção de registros escritos a partir da segunda metade do século XX - característica observada em uma perspectiva mundial, condição que levou à crescente escalada do número de instituições de memória voltadas para a preservação de acervos.<sup>527</sup> E, também, pelo fato de que esses documentos, sendo mais recentes, foram menos suscetíveis à ação devastadora do tempo e de outros fatores de risco que levaram às perdas das fontes alusivas aos períodos colonial e imperial.

Como vimos, os processos de patrimonialização dos acervos pelo Memória do Mundo devem ser compreendidos a partir do universo de candidatos a cada ano, de modo que o elemento circunstancial está bastante presente no Programa. O limite estabelecido de dez nomeações por ano é um fator que determina o certame, como uma tentativa de evitar a possível saturação do processo de patrimonialização dessas memórias. Tal limitação dialoga com o panorama atual que, permeado de narrativas que patrimonializam bens culturais, mostra-se objeto de reflexão. Ao denunciar a patrimonialização excessiva, Fernando Catroga afirma que se corre o risco de não reconhecer ‘lugares de memória’ que, de fato, façam sentido para coletividade.<sup>528</sup> Nesses termos, Paul Ricoeur pondera a vulnerabilidade a que estamos sujeitos:

O exercício da memória é o seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso. Entre o uso e o abuso insinua-se o espectro da ‘mimética’ incorreta. É

<sup>527</sup> A Segunda Guerra Mundial é apontada como marco histórico para o processo que se denominou de “explosão documental”, aliando avanços tecnológicos na produção de documentos com a expansão das atividades gerais da dos Estados (CRUZ, 2013, p. 17-19).

<sup>528</sup> CATROGA, 2001, p. 33.

pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado.<sup>529</sup>

Ao ser indagado sobre como avaliava o número de títulos distribuídos aos acervos brasileiros pelo MOW, um dos mais ativos membros do Programa no Brasil, Sandro Delgado afirmou “sempre tive a preocupação de não banalizar, por isso o limite de dez é importante, embora já tenhamos aprovado muita coisa”.<sup>530</sup> A ressalva na fala do entrevistado aponta para algo interessante: se existe a preocupação em não saturar o Memória do Mundo a cada ano, por outro lado o acúmulo de memórias no longo prazo não alterou a postura do Comitê Brasileiro, haja vista que os editais continuam sendo publicados ininterruptamente.<sup>531</sup>

#### **4.2 Atribuição de valor de patrimônio aos acervos brasileiros**

A fim de acompanhar o processo de instrumentalização das candidaturas, inscrevi-me em uma das oficinas regionais do MOW Brasil,<sup>532</sup> ministradas anualmente por todo país. Denominadas de “Oficina de divulgação do Programa Memória do Mundo da Unesco”, sua ocorrência evidencia que o MOW busca, reiteradamente, tornar-se mais conhecido, ainda que o objetivo declarado da oficina seja o de capacitar os que se inscreverem no evento. Como assinalamos na seção anterior do capítulo, o início dessas oficinas significou um aumento quantitativo do número de inscrições, seguido de uma maior distribuição geográfica das candidaturas, apesar da região Sudeste do país concentrar boa parte das proposições.

A estrutura e o desenvolvimento da oficina confirmam a busca pela publicização do MOW: a parte destinada à exposição do Programa ocupou um tempo extenso e antecedeu àquela dedicada ao preenchimento propriamente dito do formulário. O então presidente do Comitê Brasileiro, responsável pela oficina, frisou que o Memória do Mundo continuava com problemas de divulgação nas regiões Norte, Centro Oeste, Nordeste e Sul e que, além da ocorrência das oficinas descentralizadas, as reuniões do Comitê precisavam acontecer fora do Rio de Janeiro.<sup>533</sup> Ao longo de sua exposição, Vitor Fonseca trouxe uma série de elementos

---

<sup>529</sup> RICOEUR, 2010, p. 72.

<sup>530</sup> Entrevista concedida por Sandro Delgado, no Rio de Janeiro/RJ, em 21/03/2016.

<sup>531</sup> Desde o primeiro edital houve o estabelecimento desse limite: “Poderão ser aprovadas até dez candidaturas. O Comitê Nacional do Brasil poderá reduzir o número de candidaturas aprovadas, inclusive a zero, caso não atendam aos critérios estabelecidos no Edital e neste Regulamento” (Edital MOW Brasil 2007, item 5.5).

<sup>532</sup> Oficina regional ministrada por Vitor Manoel Marques Fonseca, no mini auditório da sede do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro/RJ, no dia 04/06/2014.

<sup>533</sup> A primeira vez que o Comitê Brasileiro se reuniu fora do Rio de Janeiro foi em 2017, quando o encontro de deliberação sobre candidaturas ocorreu em Belo Horizonte nos dias 02 e 03/10/2017.

descritivos sobre a fundação do Programa, passando por algumas características gerais da Unesco, além de dar exemplos de candidaturas bem-sucedidas no plano internacional.

A segunda parte da oficina dedicou-se ao preenchimento propriamente dito do formulário que integra o edital do Programa. Cada seção e os respectivos campos foram apresentados, com a ressalva do ministrante ao reconhecer que, se considerarmos os critérios elencados pelo Memória do Mundo, nenhum acervo consegue atender a todos. Segundo Vitor Fonseca, o “processo de sedução” de uma candidatura deve destacar, de maneira estratégica, os pontos mais fortes e evitar abordar aspectos vulneráveis do acervo, construindo para isso uma argumentação clara e direta. Nesses termos, emerge a importância da ‘boa narrativa’ na patrimonialização dos documentos através do MOW.

Assim como se observa nos processos de patrimonialização dos diferentes bens culturais, a narrativa sobre a memória<sup>534</sup> é um elemento chave para analisar as valorações dos acervos documentais no MOW Brasil. É a forma como se fala do acervo, como se enuncia a memória que captura a atenção do Comitê, do que o acervo propriamente dito. A coleção de documentos deve estar representada por fotografias na candidatura, não há a obrigatoriedade da visita ao local por parte dos membros do Comitê; o que está em jogo é o resultado final do preenchimento do formulário previsto no edital, é essa sistematização a ser analisada pelos especialistas. Prática um pouco diferente se comparada aos processos de tombamento e de registro de bens culturais no campo do patrimônio cultural, cuja obrigatoriedade de viagens possibilita o registro de fotografias que, somadas às observações da pesquisa de campo, são procedimentos já consolidados por profissionais responsáveis pela elaboração de pareceres técnicos.<sup>535</sup>

No caso do Memória do Mundo, o peso conferido ao ato de narrar torna-se ainda mais importante que o próprio bem, ou seja, a documentação produzida a partir do preenchimento dos campos do formulário adquire tamanha relevância que aparece como traço

---

<sup>534</sup> Conforme vimos no capítulo 2, o “enquadramento da memória” proposto por Michael Pollak (1989) pode ser uma das chaves de interpretação para refletir acerca das candidaturas formalizadas no Programa.

<sup>535</sup> Ao discorrer sobre as rotinas de trabalho no Iphan, empreendidas desde as primeiras décadas de funcionamento da instituição, Márcia Chuva destaca que: “Não bastavam informações vagas e passadas, extraídas da literatura ou de relatos de terceiros: era necessário deslocar-se de um ponto a outro e radiografar o bem indicado para compor a coleção do patrimônio nacional. Não bastava tampouco um relato textual no retorno da viagem a campo. Era preciso ver e comprovar o que se via, por meio de mapas, plantas e registros fotográficos. Nesses processos de trabalho, o registro fotográfico produzido nas viagens foi uma ferramenta fundamental para a produção de conhecimento sobre a arquitetura tradicional brasileira, tendo sido essa prática também disciplinarizada. [...] Por meio das fotografias, os arquitetos da equipe liderada por Lucio Costa, da área central do Iphan, entravam em contato com a materialidade do bem, com a fé na fotografia como documento do real, com a crença no conhecimento científico baseado na oposição entre arte e ciência, uma só verdade” (CHUVA, 2016, p. 34).

constituído do Programa. Apesar de ser uma forma de narrar, a fotografia perde espaço para a escrita nos processos de elaboração do dossiê do MOW:

Cada parecerista julga não no sentido da importância da documentação, mas da instrução. A avaliação vai por aí. Não vai muito na importância, entre aspas, que a documentação tem por si não. É da construção da candidatura, ou seja, nós avaliamos a candidatura. E não a documentação em si.<sup>536</sup>

Candidaturas amadurecem. É que nem uma tese: você faz um rascunho, depois faz outro, vai outro. Você tem três, quatro meses para apresentar a candidatura; você não precisa apresentar aquele ano. Se você acha que ainda não está boa, segura, continua trabalhando, apresenta no outro ano porque o edital tem todo ano.<sup>537</sup>

Em ambas as falas dos agentes, a atribuição de valor está atrelada à narrativa construída sobre o bem documental. A estratégia de mobilizar argumentos convincentes sobre a relevância do acervo tem como objetivo obter uma representação que sensibilize os membros do Comitê, sendo por vezes necessário reescrever a candidatura.<sup>538</sup>

Marta Lemos revelou que a dinâmica de distribuição das candidaturas entre os integrantes do MOW ocorre durante as reuniões presenciais do Comitê. Após a primeira triagem por parte da Secretaria, responsável por verificar se todas as proposições atendem aos requisitos mínimos de preenchimento exigidos no edital, o plenário reunido toma conhecimento do conjunto de candidaturas recebidas durante o prazo de inscrições.<sup>539</sup> Normalmente todos os membros apreciam o conjunto de proposições e, a partir de suas afinidades com temas relacionados aos acervos, entram em consenso sobre a melhor forma de distribuição. A Secretaria do Programa consolida a divisão equilibrada de dois pareceristas por candidatura. Após alguns meses, uma nova reunião é marcada para que as proposições sejam apreciadas, quando ocorre a fase de debates: “caso tenham divergências entre os dois pareceristas, que produzem uma espécie de relatoria da candidatura, o mérito passa a ser debatido livremente. Na maioria das vezes a discussão se alonga bastante”.<sup>540</sup> As atas que relatam as reuniões do Comitê Brasileiro são, conforme já destacamos, bastante sumárias e não disponibilizam o conteúdo dos debates em torno das proposições.

<sup>536</sup> Entrevista concedida por Paulo Peixoto, no Rio de Janeiro/RJ, em 22/03/2016.

<sup>537</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016.

<sup>538</sup> A candidatura “Acervo Educador Paulo Freire” foi aprovada pelo Comitê Brasileiro somente após a sua quarta tentativa consecutiva. Os pleitos concentraram-se entre os anos de 2011 a 2014.

<sup>539</sup> A partir das atas das reuniões é possível observar que algumas candidaturas são desclassificadas por terem sido apresentadas fora do prazo limite permitido para inscrições; há, também, casos em que os proponentes não formalizaram as propostas dentro dos padrões exigidos (número de cópias impressas, tipo de formato digital do arquivo enviado ao Comitê).

<sup>540</sup> Entrevista concedida por Marta Lemos, no Rio de Janeiro/RJ, em 12/05/2016.



Numa das conversas informais que tive com outro membro do MOW Brasil, mais precisamente durante um intervalo da reunião que acompanhei em 2013, fui questionado de que maneira citaria os discursos da reunião e de que forma utilizaria as informações coletadas. Visivelmente incomodado com a minha presença, afirmou, ainda em tom particular, que os pareceres produzidos pelos membros do Comitê eram vetados para pesquisa, alegando que havia o risco de expor os colegas e instituições do meio nas situações em que as candidaturas tivessem seus pleitos negados. Prontamente sugeri que se despreocupasse, pois agiria com ética e não colocaria nenhum profissional em situação embaraçosa, já que o meu interesse era compreender o processo de atribuição de valor de patrimônio aos acervos documentais como um todo e não particularizar as autorias dos pareceres. O ‘perigo’ de produzir o esquecimento ou o apagamento do acervo e das memórias que ele testemunha, representado pelo veto dado à nomeação de determinados acervos pelo Programa, é presente e forte entre os agentes desse campo. Publicizar apenas o resultado da avaliação do Comitê enquanto unidade institucional, e não divulgar as opiniões particulares emitidas nos pareceres resguarda em última instância a Unesco, na interpretação de membros julgadores, de possíveis contestações.

A sessão pública é uma característica republicana dos conselhos deliberativos de órgãos públicos no Brasil. Apesar da Unesco ser uma organização supranacional mediadora, dotada de regras próprias, não se pode perder de vista que a agência mantém relações estreitas com instituições de natureza pública nos diferentes países. O fato da Secretaria do Comitê MOW Brasil estar abrigado numa instituição pública, gestado por agentes que em sua grande maioria representa órgãos públicos, não é suficiente para propiciar atitudes mais condizentes com o acesso amplo às informações. Os Comitês do Memória do Mundo - nos seus três níveis de funcionamento nacional, regional e internacional -, mostram-se como espaços restritos em que os agentes falam para si mesmos, sem procurar maior interlocução com um público mais amplo. Os pareceres técnicos e as discussões que transcorrem no plenário de especialistas, cruciais no processo de patrimonialização de acervos documentais, ficam restritos a esse tipo de arena que se fecha em torno de si mesma, dificultando a própria divulgação do MOW.

Em contrapartida, o funcionamento de outros órgãos como o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, não segue essa lógica restritiva de publicização dos atos. Os conselheiros são também comumente intelectuais de notório saber, cujos pareceres são aguardados e respeitados, passando a compor parte importante do processo técnico, e ainda mais significativo, do processo de atribuição de valor ao bem. O conteúdo dos pareceres, assim como das discussões que ocorrem durante as reuniões, que são franqueadas ao público, tornam-se documentos fundamentais dos processos de tombamento e de registro dos bens

culturais.<sup>541</sup> Nessas circunstâncias, o Conselho Consultivo do Iphan é uma representação que adquiriu legitimidade justamente por suas posições serem publicizadas e conhecidas.

#### 4.2.1 Autenticidade: conflitos entre o campo arquivístico e o campo do patrimônio

Conforme visto no capítulo 2, a noção de autenticidade tem trajetórias distintas entre os campos do patrimônio e arquivístico, podendo apontar para distanciamentos e similitudes quando da sua aplicação. No caso do Memória do Mundo, as candidaturas que trabalham com o conceito de autenticidade alinhado às discussões conceituais da Arquivologia mostram-se mais propensas a convencer os membros do Comitê. Um dos acréscimos observados na candidatura “Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital”<sup>542</sup> - formalizada pela segunda vez em 2015, após à negativa inicial no ano de 2012 - foi a seguinte passagem:

O acervo da Comissão Construtora da Nova Capital constitui testemunho do processo de concepção, planejamento e construção da capital do Estado de Minas Gerais, na virada do século XIX para o século XX. Os documentos provenientes do acervo seguem o modelo ‘diplomático’, ou seja, são documentos públicos, que tratam das relações Estado-cidadão, legalmente válidos, e revestidos de formalidades específicas (BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004, p. 46). Portanto, a documentação possui autenticidade e procedência atestadas pelas instituições públicas que a produziram e recolheram e também pelas entidades custodiadoras e por pesquisadores.<sup>543</sup>

O esforço do proponente em evidenciar a característica de ser uma documentação autêntica e originada no âmbito da administração pública tem respaldo na citação de um livro cuja autora é uma das principais agentes do campo arquivístico brasileiro – Heloísa Bellotto, que ocupou uma das cadeiras do MOW Brasil destinadas à “especialista de notório conhecimento na área de preservação do patrimônio documental brasileiro” entre os anos de 2013 a 2017. Em outras ocasiões a autenticidade é apenas citada, não havendo detalhes acerca do que fundamenta tal atributo. O Arquivo Nacional, quando da apresentação da sua primeira proposta ao Memória

---

<sup>541</sup> A dissertação de mestrado defendida por Jamile da Silva Neto (SILVA NETO, 2018) aborda como as concepções de história fomentadas por alguns intelectuais que integravam o Conselho Consultivo do Iphan e, ao mesmo tempo o IHGB, foram importantes para a valorização do período imperial no órgão de patrimônio no período de 1938-1966. Dentre a série de particularidades do funcionamento do Conselho Consultivo exploradas pela historiadora, há uma comparação interessante que pode ser feita com o Comitê MOW Brasil: a distribuição dos processos de tombamento, assim como a repartição dos dossiês das candidaturas que os membros do Memória do Mundo realizam entre si durante as reuniões, eram momentos cruciais e politicamente importantes. A grande diferença reside no fato de que era o presidente do Iphan quem convidava o relator, ao contrário dos membros do MOW que buscam realizar um arranjo entre os próprios pares na tarefa de designar os pareceristas.

<sup>542</sup> Abrange documentação textual, cartográfica e iconográfica da Comissão Construtora responsável pela constituição de Belo Horizonte como nova capital mineira, na virada dos séculos XIX-XX. A proposição coletiva contempla acervos localizados no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, no Arquivo Público Mineiro e no Museu Histórico Abílio Barreto.

<sup>543</sup> Candidatura “Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital” apresentada ao MOW Brasil em 2015.

do Mundo, afirmou que “os onze volumes do códice nº 5, também conhecido como ‘Autos da Devassa’, reúnem documentos autênticos”.<sup>544</sup> O simples enunciado do AN já é suficiente para atestar a autenticidade da documentação, reiterando a posição de destaque da instituição no campo arquivístico do país.<sup>545</sup>

Em contrapartida, explorar o conceito de autêntico pelo viés do patrimônio cultural pode contribuir para o indeferimento de uma determinada candidatura. Em 2009, o Museu da Inconfidência/Ibram, localizado em Ouro Preto/MG, declarou que:

A coleção Antônio Francisco Lisboa é formada por trinta e dois recibos escritos e assinados relativos a obras na Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, abrangendo o período de 1722 a 1794; um recibo referente à fatura dos profetas para a Capela do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo, datado de 1802 e quatro riscos originais (atribuição), a saber: risco da fachada da igreja de São Francisco de Assis de São João del Rei; risco da fachada da igreja de Nossa Senhora do Carmo de São João del Rei; corte original da capela mor da igreja de São Francisco de Assis de Vila Rica e risco da grade do arco-cruzeiro da igreja de São Francisco de Assis de Vila Rica.<sup>546</sup>

A autenticidade dos “riscos originais” de Aleijadinho em obras nas igrejas mineiras é embasada a partir de análises de especialistas do campo do patrimônio - a proposta traz trecho de estudos de Myriam Ribeiro de Oliveira -,<sup>547</sup> além da importante ressalva de que “a autoria dos trabalhos artísticos era entendida de maneira diversa, ou seja, não havia o costume de se assinarem as obras como na atualidade”.<sup>548</sup> Mais adiante, o critério autenticidade é exposto da seguinte forma esquemática:

Autenticidade e Singularidade:  
 Recibos: manuscritos autógrafos de Antônio Francisco Lisboa  
 Riscos: além da atribuição feita por especialistas, são os únicos documentos dessa natureza relativa aos templos referenciados.<sup>549</sup>

Se para muitos arquivistas a noção de autêntico passa por uma busca marcadamente objetiva, como se fosse sempre possível determinar, com toda certeza, a autenticidade dos documentos, a indicação de que os riscos de Aleijadinho são considerados autênticos, a partir do olhar de especialistas de outros campos do conhecimento, pode ter prejudicado o pleito em questão. A

<sup>544</sup> Candidatura “Inconfidência em Minas – Levante de Tiradentes” apresentada ao MOW Brasil 2007.

<sup>545</sup> BOURDIEU, 2007.

<sup>546</sup> Candidatura “Fundo Cartorário e Coleção Antônio Francisco Lisboa” apresentada ao MOW Brasil 2009.

<sup>547</sup> Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira é professora da UFRJ e dedica-se a pesquisas em História da Arte, principalmente “Arte Barroca e Rococó”. Membro do Conselho Consultivo do Iphan, já trabalhou na instituição quando da implementação dos primeiros inventários de bens móveis e integrados.

<sup>548</sup> Candidatura “Fundo Cartorário e Coleção Antônio Francisco Lisboa” apresentada ao MOW Brasil 2009.

<sup>549</sup> Candidatura “Fundo Cartorário e Coleção Antônio Francisco Lisboa” apresentada ao MOW Brasil 2009.

resistência em aceitar uma noção mais amplificada do autêntico, contrastando com tendências observadas contemporaneamente no campo do patrimônio,<sup>550</sup> mostra como a autenticidade é utilizada pelo MOW para legitimar a Arquivologia como sua área de atuação. Como vimos no capítulo 2, a primazia atribuída ao critério de autenticidade nos processos de julgamento das candidaturas do Programa, a partir de 2002, ancorou-se numa perspectiva documentalista pouco aberta a outras áreas do conhecimento. Logo, evocar uma especialista do campo do patrimônio para qualificar o autêntico em documentos atribuídos a Aleijadinho não foi, muito possivelmente, uma boa estratégia de convencimento junto ao Comitê Brasileiro

Alinhado às Diretrizes Gerais do Programa que lançam perguntas com o intuito de identificar supostos documentos autênticos – “É o que parece? Determinou-se fidedignamente sua identidade e procedência?”<sup>551</sup> - o Centro Cultural São Paulo apresentou a candidatura “Missão de Pesquisas Folclóricas”. Centrada numa das figuras ícones do patrimônio, Mário de Andrade, a proposta demonstra em várias passagens as origens da documentação; resultado do mapeamento antropológico realizado nos estados do Norte e Nordeste do Brasil, em finais da década de 1930, os suportes dos documentos variam entre discos, filmes e fotografias de diversas manifestações culturais. Mesmo sem utilizar o termo autenticidade, a proposição traz evidências que atendem aos requisitos defendidos pelo MOW, detalhando com precisão o quantitativo dos itens documentais acumulados de maneira orgânica.

A menção de que “o Iphan aprovou o tombamento do conjunto de registros como patrimônio imaterial brasileiro, tornando-se o primeiro conjunto de registros imateriais a ser reconhecido”<sup>552</sup> ainda que contenha erros ao se referir aos instrumentos do tombamento e do registro de bens culturais, não trouxe problemas para a candidatura do Centro Cultural São Paulo. Diferentemente do que aconteceu quando do tombamento de acervos localizados no Rio de Janeiro pelo Inepac, cuja repercussão no campo arquivístico foi abordada no capítulo anterior, o Comitê MOW Brasil aprovou todas as candidaturas de 2009 sem qualquer tipo de ressalva na ata da reunião.<sup>553</sup> Após a informação de que se trata de um bem acautelado pelo

---

<sup>550</sup> Conforme frisamos na seção 2.2.1 desta tese, apesar da flexibilidade que o conceito de autenticidade ganhou nas últimas décadas, em especial a partir da contribuição de antropólogos na seara do patrimônio imaterial, é ainda bastante forte a ideia da busca por uma autenticidade essencializadora nos diferentes bens culturais.

<sup>551</sup> UNESCO, 2002, p.24.

<sup>552</sup> A Coleção Mário de Andrade foi tombada pelo Iphan no ano de 2008 e inscrita no Livro do Tombo Histórico.

<sup>553</sup> O trecho da ata da reunião de 19/08/2009 que contém informações acerca do processo de seleção dos acervos candidatos limita-se às seguintes palavras: “Das 19 propostas recebidas no prazo estabelecido pelo edital, uma não atendia aos termos do edital para recebimento e foi eliminada. As demais, após exposição feita por membros do Comitê baseados na documentação enviada pelos propositores e em parecer próprio, foram analisadas e 10 aprovadas pelo Comitê Nacional, por atenderem os termos do edital e das Diretrizes do Programa Memória do Mundo”.

Iphan, existem passagens que buscam utilizar termos arquivístico como: “trata-se de um rico conjunto arquivístico sobre a produção musical e suas manifestações do Brasil”. Ou seja, nota-se a estratégia do Centro Cultural São Paulo em adequar a proposta perante um Comitê que valoriza a Arquivologia como referência principal dos seus critérios de valoração. Se por um lado o Iphan já havia reconhecido valor cultural aos documentos produzidos quando das Missões Folclóricas, possivelmente o viés de valorização do MOW privilegiou a forma de constituição desse acervo do ponto de vista orgânico – atributo que, conforme destacamos no capítulo 2, é utilizado de forma conjugada com critérios como o de autenticidade. O dossiê detalha os itens documentais de forma a caracterizá-los de maneira articulada uns aos outros:

O acervo dos registros originais é composto por 20 cadernetas de campo, 168 discos, 78 RPM, 9 filmes, 674 fotografias e 775 objetos, enfim é o produto do primeiro mapeamento musical das manifestações culturais brasileiras cientificamente planejado [...]

Os documentos textuais, num total de 17.936 páginas e fichas, receberam tratamento organizacional mantendo a estrutura original dada por Oneyda Alvarenga, primeira diretora da Discoteca, e foram obedecidas etapas de mapeamento, arranjo, descrição, acondicionamento, armazenamento, elaboração de planilhas/vocabulário controlado e informatização.<sup>554</sup>

Ainda que a noção de autenticidade não tenha sido destacada na candidatura, possivelmente os membros do MOW Brasil consideraram que o acervo atendia aos requisitos basilares da Arquivologia. Muito provável que o atributo da unicidade também tenha sido valorizado pelos pareceristas, considerando que a documentação assume uma forte dimensão simbólica do trabalho etnográfico das Missões Folclóricas. Nessa chave de leitura, é possível aproximar os campos do patrimônio e o arquivístico, já que ambos tratam o acervo sob o ponto de vista do ‘excepcional’, tendo na figura ícone de Mário de Andrade uma forma de capitalizar valor ao acervo documental.

Contudo, o movimento de aproximação dos aludidos campos não ocorre de maneira explícita na avaliação das propostas. Por serem especialistas em arquivos, os membros do Comitê justificam seus posicionamentos a partir de noções arquivísticas, ainda que possam agregar valores cultivados de outros campos do conhecimento. Sônia Scarpa se recorda que foram poucas as situações em que o MOW Brasil recorreu aos pareceristas do tipo *ad hoc*. Em uma dessas ocasiões, a entrevistada frisou que “o parecerista vai, defende o seu parecer, mas ele não fica para a discussão porque a gente considera que os nossos especialistas de notório saber, uma vez que tenham recebido a orientação daquele *ad hoc*, eles têm capacidade de

---

<sup>554</sup> Candidatura “Missão de Pesquisas Folclóricas” apresentada ao MOW Brasil 2009.

discutir a candidatura”<sup>555</sup>. Percebe-se que a opinião do membro externo ao Comitê é filtrada pelos agentes que pertencem a esse lugar de prestígio no interior do campo arquivístico. A ‘palavra final’ será daqueles designados com atributos de poderem nominar os acervos, tendo nos preceitos da Arquivologia o alicerce para fundamentar muitos dos seus julgamentos, mesmo naqueles temas que desconheçam na sua plenitude.

Outro caminho possível para observar a predileção pelos princípios arquivísticos está nas cartas emitidas pelo Comitê que, dirigidas às instituições e pessoas físicas proponentes, expuseram as motivações que subsidiaram os vetos do MOW Brasil a determinadas propostas. Em quase todas as justificativas, as menções aos termos organicidade, unicidade e autenticidade – todos previstos nas Diretrizes Gerais do MOW e nos editais anuais – surgem como espécies de cânones a serem respeitados; caso contrário, mesmo que a temática seja relevante para a “história nacional”, a candidatura não é considerada consistente pelo Comitê. Foi o que aconteceu com a proposição do Arquivo do Museu da República/Ibram que, ao apresentar a proposta “Fundo Memória da Constituinte”<sup>556</sup> teve o pleito negado devido aos equívocos conceituais sobre a noção arquivística de fundo:

Trata-se na realidade de dois fundos documentais distintos, reunidos no Museu da República como Fundo Memória da Constituinte: um com o acervo da Comissão Provisória de estudos constitucionais – CEC, ou Comissão Afonso Arinos, e outro gerado pelo Centro Pró-memória da Constituinte – CPMC. Ao apresentar uma candidatura múltipla infringe as Diretrizes do Programa MOW/Unesco e as disposições do Edital divulgado pelo Comitê Nacional. Devem ser reconhecidos como registros na Memória do Mundo um documento ou conjunto de documentos de mesmo fundo levando-se em conta a formação orgânica e integridade do conjunto e a autenticidade dos documentos.<sup>557</sup>

O fato de não respeitar um princípio caro à Arquivologia, ou seja, a conceituação de fundo, acabou sendo suficiente para a desclassificação da proposta. O indeferimento não entra no mérito da exposição de motivos apresentada pelo Museu da República, restringindo-se a identificar se a proposição infringe ou não as normativas clássicas da arquivística. De forma didática, a comunicação do Comitê apresenta a autenticidade associada com outros critérios arquivísticos, como forma de evidenciar qual tipo de perspectiva deve ser valorizada: o documento autêntico sob um ponto de vista que se integre a outras noções como organicidade

<sup>555</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016.

<sup>556</sup> A documentação abrange vários estudos, pesquisas, cartas, relatórios e abaixo-assinados relativos ao processo de promulgação da Constituição Federal de 1988.

<sup>557</sup> Carta do Comitê MOW Brasil ao Museu da República datada de 12/01/2009.

e integridade. A conjunção entre tais critérios fortalece qual tipo de autenticidade é valorizada pelos especialistas do MOW Brasil.

Não raras vezes as explicações do Comitê Brasileiro adquiriram teor didático, como se notam em trechos da correspondência dirigida à Associação Cultural dos Descendentes Alemães em Teófilo Otoni/MG:

A documentação do referido ‘Arquivo’ é em realidade, não um arquivo pessoal orgânico acumulado pelo Pastor Hollerbach, mas sim acervo constituído por documentos da Igreja Evangélica de Mucuri/MG, e composto por iniciativa do referido pastor, continuada por seus sucessores, até 1936. [...]

Qualquer documento original pode ser considerado único, mas a unicidade aludida – requisito fundamental das Diretrizes do Programa Memória do Mundo – remete à comprovada inexistência de documentação similar, oriunda do exercício rotineiro de atividades de outras organizações ou entidade similares à entidade produtora do acervo em análise.<sup>558</sup>

A explicação mais pormenorizada sobre qual tipo de “unicidade” é valorizada evidencia um critério que se mostra complexo para os documentos de arquivo. O caráter único se aproxima das noções de “singularidade” e “insubstituível”, sendo um tipo de valor que precisa ser bem trabalhado pelas candidaturas para gerar convencimento. Na justificativa sobre a não seleção do “Fundo Câmara Municipal de Santos (1745-1889)” evidencia-se, inclusive, a referência a duas candidaturas que sublinharam o perfil autêntico, orgânico e único da documentação:

O Comitê Nacional do Brasil já aprovou parcelas (recortes) orgânicas de acervos de Câmaras Municipais, mas por entender que aquelas refletiam de modo singular a criação do Estado do Brasil e parcela fundamental do processo de Independência na 1ª metade do século XIX: no caso da Cidade de Salvador do Estado do Brasil e sua primeira capital, no século XVII e XVIII, e no caso da Cidade do Rio de Janeiro, parcela fundamental do processo político, na primeira metade do século XIX, de Independência do Brasil como nação autônoma em relação ao Estado Português.<sup>559</sup>

A construção da relevância da unicidade arquivística passa, portanto, pela tentativa de mostrar porque um determinado conjunto de documentos é único e insubstituível. Mesmo tendo uma documentação típica das Câmaras Municipais, cujos registros autênticos atestam atividades administrativas corriqueiras em várias partes do país, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro evidenciou traços de distinção no seu acervo:

A Câmara Municipal carioca teve papel ativo e inovador em muitos momentos da história do país desde o período colonial. Tal posição se justifica pelo fato da Câmara Municipal carioca ter conquistado o direito de exigir qualquer ato emanado da Coroa ou de outras instâncias do poder

<sup>558</sup> Carta do Comitê MOW Brasil à Associação Cultural dos Descendentes Alemães em Teófilo Otoni/MG, datada de 11/02/2011.

<sup>559</sup> Carta do Comitê MOW Brasil à Fundação Arquivo e Memória de Santos, datada de 06/05/2011.

metropolitano, para ser reconhecido como legítimo no Vice-Reino e Reino do Brasil precisaria ser registrado nos livros da Câmara, contrariando a legislação portuguesa. Portanto, no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, de caráter eminentemente local, encontram-se também documentos de abrangência nacional, como atos do governo geral e dos vice-reis da Colônia e do governo real, dentre outros. Neste caso específico, o livro de registro de Atas das Sessões da Câmara Municipal – 1822-1825 – reveste-se de importância especial, pelo fato de conter o registro de parte significativa dos eventos que ocorreram anteriormente à Independência.<sup>560</sup>

Apesar de não citar explicitamente os atributos de unicidade e autenticidade, percebe-se que o proponente consegue articulá-los de forma a demonstrar que os documentos acumulados no âmbito da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no contexto histórico da primeira metade do século XIX, são únicos e singulares se comparados aos conjuntos documentais de outras Câmaras Municipais.<sup>561</sup> A peculiaridade do processo de produção das atas das sessões foi, a partir dos argumentos do proponente, decisiva para que o acervo pudesse ser valorado como de relevância nacional – demonstrando, também, que as candidaturas mesclam valores do Programa sem utilizar fronteiras rígidas e intransponíveis.

A análise do critério de autenticidade merece, ainda, uma incursão pelas propostas de acervos bibliográficos. Dentre o universo total de 197 propostas, apenas quatro destacaram documentos de natureza bibliográfica como bens culturais passíveis de patrimonialização: “Coleção Bibliográfica do Escritor Joaquim de Jesus Dourado”, pertencente à Biblioteca Pública Professor Dido Facó, localizada em Beberibe/CE; “Coleção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca do Instituto de Psiquiatria da UFRJ”, parte integrante da Biblioteca Professor João Ferreira da Silva Filho, no Rio de Janeiro/RJ; “Cordelteca - Memória da Literatura de Cordel”, que integra a Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)/Iphan, também no Rio de Janeiro/RJ; e “Cultura e Opulência no Brasil, sob cuidados da Fundação Biblioteca Nacional. Somente a candidatura apresentada pela FBN logrou êxito, enquanto as outras tiveram os pleitos negados pelo Comitê.

No campo do formulário do MOW Brasil, denominado “Autenticidade”, a Biblioteca Nacional expõe que o exemplar de obra rara “apresenta todas as características de edição autêntica, originária dos prelos da Oficina Real Deslandesiana, no início do século XVIII:

---

<sup>560</sup> Candidatura “Vereanças do Senado da Câmara” apresentada ao MOW Brasil 2007.

<sup>561</sup> Dentre as sessões destacadas pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro que aglutinam maior peso simbólico de representatividade são os registros do “Dia do Fico” e a aclamação de D. Pedro I como imperador constitucional do Brasil.



papel de trapos de qualidade e boa resistência, com marca d'água brasonada".<sup>562</sup> Ainda que tenha concorrido como item bibliográfico, o proponente qualifica-o alinhado aos critérios arquivísticos: autêntico, único e singular. Constrói-se, portanto, um 'livro-documento', dotado da história da escrita, migração e sobrevivência desde Portugal até o Brasil:

O autor, o jesuíta italiano João Antônio Andreoni (1649-1716) nasceu em Lucca, Toscana, veio para o Brasil em 1681, estimulado pelo Padre Antônio Vieira, foi Reitor do Colégio Bahia e nunca mais partiu. Assinou a obra sob o pseudônimo criptográfico de André João Antonil e fomentou o mistério sobre sua identidade [...] A obra e a identidade do autor permaneceram desassociadas por longo tempo, até o mistério ser revelado por João Capistrano de Abreu, erudito historiador e bibliotecário da Biblioteca Nacional, no Prólogo de 'Informações e fragmentos históricos de Anchieta', em 1886.

Embora tenha obtido todas as licenças, a primeira edição de 'Cultura e Opulência' foi proibida, apreendida e destruída, por ordem do Rei de Portugal D. João V, a partir de uma recomendação do Rei de Portugal V, a partir de uma recomendação do Conselho Ultramarino, que considerou inconveniente a publicação das informações sobre as riquezas do Brasil e a enumeração das rendas da Coroa.

A decisão de D. João V quase apagou uma memória, quase privou o Brasil de salvaguardá-la.

Se não fossem os exemplares distribuídos antes da censura, a migração intercontinental de livros e bibliotecas e o afã de colecionadores na busca e preservação de tesouros bibliográficos, a leitura de 'Cultura e Opulência' se faria, apenas, em exemplares estrangeiros ou em itens com uma história de perda e sofrimento que só permitiriam a leitura truncada.

Há um belo exemplar no acervo da Divisão de Obras da Fundação Biblioteca Nacional brasileira [...]

Foi em 1911 que a 'Cultura e Opulência' entrou no acervo da Biblioteca Nacional [...].<sup>563</sup>

A candidatura traz, ainda, outros trâmites que esclarecem como o item bibliográfico passou por mãos de colecionadores até chegar ao acervo público da FBN. Fazendo uso de uma narrativa heroicizada, o exemplar mostra-se um raro testemunho da sobrevivência da obra única e singular, assim como um representativo documento de arquivo.

No que se refere às demais candidaturas de acervos bibliográficos, encontramos uma correspondência dirigida à coordenação do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular em que o presidente da Mesa Diretora do MOW Brasil explicita as razões que levaram à não inclusão do acervo "Cordelteca – Memória da Literatura de Cordel" no registro nacional do Programa Memória do Mundo:

<sup>562</sup> Candidatura "Cultura e Opulência do Brasil, de André João Antonil – livro publicado em Lisboa, 1711" apresentada ao MOW Brasil 2015.

<sup>563</sup> Candidatura "Cultura e Opulência do Brasil, de André João Antonil – livro publicado em Lisboa, 1711" apresentada ao MOW Brasil 2015.

O conjunto é único, entretanto, há outros exemplares dos folhetos ali depositados em outras instituições. Sugestão de que seja feita uma proposição conjunta com outras instituições detentoras de acervos semelhantes para atender o Edital de 2009. Por se tratar de registros multicópias serão valorizados projetos que apresentem para registro as matrizes de gravação.<sup>564</sup>

Apesar de reconhecer a singularidade da coleção bibliográfica do CNFCP, e mesmo com a previsão de receber candidaturas de acervos bibliográficos, o MOW explicita a forte tendência em privilegiar documentos arquivísticos. O que pode ser explicado pelo fato de o Programa ter sido criado, gestado e mantido no interior do campo arquivístico brasileiro, cujos paradigmas se alicerçam em preceitos da Arquivologia contemporânea. E, num caminho de mão dupla, o Memória do Mundo concede poder ao campo, já que o MOW é peça chave para a construção de legitimidade e autoridade do campo arquivístico.

Ademais, fica evidente a predileção do Comitê por aquilo que seja considerado o documento autêntico original, ao ponto de sugerir à Biblioteca Amadeu Amaral, integrante da rede de unidades do Iphan, que apresente as “matrizes de gravação” do cordel numa próxima candidatura, possivelmente se referindo aos tacos de madeira gravados com instrumentos de corte. Entretanto, a literatura cordelista, normalmente composta pela impressão dos versos e da imagem que estampa a capa do livreto, combina técnicas antigas e modernas: a imagem é impressa com a técnica de xilogravura, que consiste na impressão da gravura em relevo, de modo que as matrizes de gravação dos versos do cordel não utilizam mais tipografias antigas. E poderíamos pensar se a coleção de pequenos pedaços ou blocos de madeira esculpidos na forma das letras de alfabeto ou de imagens diversas faria sentido sem a série de folhetos que lhe deu origem. Nesse sentido, a autenticidade é um critério que, se não problematizado, pode trazer incongruências ao Programa, diante da perspectiva de encontrar os originais de alguma obra bibliográfica.

#### 4.2.2 Monumentalização dos documentos

Os documentos titulados como Memória do Mundo, sob nossa perspectiva, procuram produzir a narrativa representacional do “monumento”, na acepção de Jacques Le Goff. O que pretendemos argumentar é que ambos os sujeitos, propositores e avaliadores, envolvidos na construção autêntica do acervo e, portanto, da sua biografia, contribuem para a monumentalização do documento:

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados

---

<sup>564</sup> Ofício do Comitê MOW Brasil para o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, datado de 12/01/2009.

desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.<sup>565</sup>

Sob esta perspectiva, o conceito de monumento é relevante ao apontar que os acervos documentais estão suscetíveis às relações de forças e intencionalidades presentes nos contextos históricos biográficos – desde o momento da produção do registro sobrevivendo as razões da preservação e as condições que permitiram perpetuar o documento/monumento. Dessa forma, o ritual de preparação de uma candidatura, a construção narrativa em torno da biografia do acervo e a submissão aos critérios de seleção do MOW é parte de um processo de monumentalização, ou como o quer Le Goff, de fabricação de uma imagem ou representação do acervo.

O Museu Emílio Goeldi optou por escolher somente um documento como candidato ao MOW: o “Mapa Etno-Histórico do Brazil e Regiões Adjacentes”, de autoria de Curt Nimuendajú,<sup>566</sup> a partir do qual se constrói a representação de uma espécie de síntese da obra do antropólogo. Entre os argumentos mobilizados na proposta, procura-se criar uma narrativa em torno da temática nacional: a monumentalidade do mapa pode ser identificada tanto “do ponto de vista científico”, pois “trata-se de documento *sui generis* na história nacional pela erudição e capacidade de síntese” como do “ponto de vista social e político”, na medida em que “dá visibilidade à história das populações indígenas e permite que tenham acesso a informações muitas vezes restritas a publicações científicas ou manuscritos raros”.<sup>567</sup> Os argumentos do proponente explicitam as intencionalidades de perseverar o contínuo processo de monumentalização do mapa; aos olhos do Museu Goeldi, esse documento/monumento permanece com suas funções científica, social e política, cujo tipo de apropriação dependerá da leitura do observador.<sup>568</sup>

Já a Carta de Abertura dos Portos, constituída em três páginas de papel de trapo - primeira candidatura da Biblioteca Nacional -, e assinada pelo então príncipe regente de

<sup>565</sup> LE GOFF, 1996, p. 547-548.

<sup>566</sup> Kurt Unckel (1883-1945, Alemanha), chegou ao Brasil em 1907, quando passou a morar em São Paulo. Após contato com primeiros grupos indígenas, adotou o nome Curt Nimuendajú. Em 1913 mudou-se para Belém/PA, passando a conhecer boa parte da Amazônia através do Serviço de Proteção aos Índios. A relação de trabalho com o Museu Emílio Goeldi iniciou-se em 1915, onde desenvolveu vários projetos com as comunidades nativas.

<sup>567</sup> Candidatura “Mapa Etno-Histórico do Brazil e Regiões Adjacentes” apresentada ao MOW Brasil 2012.

<sup>568</sup> CHARTIER, 2002a.

Portugal há exatos 200 anos antes dessa proposição ao MOW Brasil<sup>569</sup> é assim apresentada: “uma espécie de marco do fim do período colonial, na medida em que extinguiu, de fato, o monopólio, ou exclusivismo comercial, que caracterizava fundamentalmente a relação do Brasil com a metrópole brasileira”. E ainda: “A Carta de Abertura dos Portos é o que se pode chamar um documento emblemático, que sintetiza as mudanças trazidas pelas guerras napoleônicas ao panorama mundial, tanto no plano da Europa como na América colonial”.<sup>570</sup> Percebe-se que esta narrativa outorga tal poder simbólico ao documento-monumento, supondo que seja possível condensar a complexidade do contexto histórico de mudança da Família Real Portuguesa para a então Colônia através da Carta de Abertura dos Portos. Apesar do formulário de candidatura oferecer possibilidades de apresentação que adotem uma perspectiva processual da história,<sup>571</sup> a Biblioteca Nacional não optou por esse caminho; pelo contrário, a “operação de monumentalização”<sup>572</sup> faz também referência à Carta de Pero Vaz de Caminha, valorada pelo MOW Intenacional.<sup>573</sup> O efeito comparativo as aproxima como registros icônicos e representativos da história nacional, por meio de uma perspectiva evolutiva, ao antever que tal sucessão de eventos culminaria na independência política brasileira décadas depois:

Se a carta de Caminha descrevia uma promissora – e lucrativa – colônia a ser explorada pelos portugueses, a de D. João inaugurou uma nova era, na qual, ao despontar no cenário mundial como sede do império colonial português, o Brasil deu um grande passo rumo à independência política.<sup>574</sup>

De forma distinta à Carta de Abertura dos Portos, no processo de monumentalização da Lei Áurea, a candidatura escrita pela equipe do Arquivo Nacional trabalha com a noção processual da história:

A historiografia entende a Lei Áurea como resultado de um processo iniciado muito anteriormente. Desde o início da escravidão, houve resistência por parte dos cativos, consubstanciada nas fugas, nos crimes contra os senhores, na formação dos quilombos e insurreições como a Revolta dos Malês (1835), em Salvador. Nessas lutas se forjaram figuras heroicas como Zumbi dos Palmares e Manuel Congo, o primeiro líder do

---

<sup>569</sup> As efemérides são constantemente sublinhadas nas proposições. O Museu Imperial, por exemplo, sempre faz uso dessas datas comemorativas como espécie de justificativa das suas candidaturas.

<sup>570</sup> Candidatura “Carta de Abertura dos Portos” apresentada ao MOW Brasil 2008.

<sup>571</sup> Na versão disponibilizada pelo edital 2008, a parte D “Exposição de motivos sobre o documento ou conjunto documental” do anexo I e o campo 3 “Área de conteúdo e estrutura” do anexo II oferecem, sob nossa visão, as possibilidades para uma abordagem mais processual da história.

<sup>572</sup> HEYMANN, 2009.

<sup>573</sup> O título do MOW Internacional foi obtido por Portugal no ano de 2005.

<sup>574</sup> Candidatura “Carta de Abertura dos Portos” apresentada ao MOW Brasil 2008.

Quilombo dos Palmares, no século XVII, e o segundo que liderou uma revolta de escravos em Vassouras (RJ), no século XIX. [...]

Ainda que exista nos dias de hoje uma séria discussão nos meios acadêmicos sobre a eficácia e o alcance da Lei Áurea – pois a liberdade concedida aos escravos, não foi acompanhada por uma política social e econômica que permitisse a sua inserção na sociedade brasileira – não se pode negar, de modo algum, o seu valor para a história brasileira.<sup>575</sup>

Apesar de estar atenta à necessidade de problematizar os efeitos sociais que de fato advieram com a Lei Áurea, a narrativa que apresenta o documento como candidato ao Memória do Mundo opta por aludir a grande representatividade que possui para a história nacional. A falta de articulação com acervos documentais referentes ao cotidiano de escravos do país não é exclusividade dessa proposição: apenas quatro no universo total de 197 apresentadas.<sup>576</sup> Os registros de escravos nas certidões de nascimento, batismo, casamento e morte, fartamente valorizados pelos historiadores na investigação dos três séculos de período escravocrata no país, não se traduziu no interesse pela patrimonialização via MOW por parte de possíveis proponentes.<sup>577</sup> No limite, o efeito da monumentalização da Lei Áurea eclipsa um perfil de acervos condizentes com a história social da escravidão brasileira, cujas candidaturas menos performáticas poderiam pleitear, do mesmo modo, o título concedido pelo Programa.

Sônia Scarpa revela que a indicação de acervos candidatos é alvo de disputa interna dentro do Arquivo Nacional:

Você pode ficar surpreendido, mas a gente manda para a área de acervo e nos últimos anos eles fazem como se fosse um concurso entre as áreas. Qual é o acervo da gente que nós achamos que é merecedor? E aí eu sei que ocorre uma grande disputa interna. [...]

É claro que o nosso primeiro foi a Lei Áurea, não tinha que discutir. Os ‘filés’, como a gente chama. O processo de Tiradentes foi também.<sup>578</sup>

E aponta que a escolha de alguns acervos para concorrerem ao MOW passa alheia à disputa ou são unanimidade de indicação, como a Lei Áurea e os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Tratam-se, ao nosso ver, de memórias consagradas que encontram ressonância no título da Unesco e podem ser compreendidas a partir dos efeitos oriundos dos quadros da

<sup>575</sup> Candidatura “Lei Áurea” apresentada ao MOW Brasil 2008.

<sup>576</sup> Além da “Lei Áurea”, destacam-se: “Marcas da Escravidão. Registro de Enterro de escravos – Livros do Banguê”; “O Jornal Abolicionista A Redenção (1887-1899)”; e “África Brasil Museu Intercontinental”.

<sup>577</sup> Interessa reforçar que o Comitê MOW Brasil não procura deliberadamente possíveis candidatos. Os maiores incentivos para novas candidaturas ocorrem durante as oficinas de capacitação, iniciadas em 2012 e hoje de ocorrências descentralizadas pelo país.

<sup>578</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016.

“memória coletiva” trabalhados por Maurice Halbwachs.<sup>579</sup> Ademais, percebe-se a naturalização das motivações que levaram dos dois conjuntos documentais, como se não fosse possível outra escolha a partir do extenso acervo do Arquivo Nacional.

#### 4.2.3 O acervo como bem cultural

A proposta do “Arquivo Canudos”, apresentada pelo Museu da República/Ibram, traz no seu bojo 68 fotografias produzidas durante o conflito transcorrido entre os meses de agosto a outubro de 1897, cuja autoria é do fotógrafo baiano Flávio de Barros:<sup>580</sup>

Ao inscrevermos o Arquivo Canudos como candidato ao Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco estamos certos da sua importância como patrimônio documental, seja pela forma de representação da arte fotográfica como registro de uma guerra no ano de 1897, como também pela relevância para a memória coletiva da formação da sociedade brasileira. A importância e a singularidade desse conjunto documental pode ser, ainda, autenticada na forma como vem sendo utilizada em pesquisas acadêmicas, como complemento educativo e registro histórico de livros didáticos, exposições, sites especializados, caracterizando-se como fonte indispensável no estudo da Guerra de Canudos e no movimento liderado por Antônio Conselheiro.<sup>581</sup>

A intenção de patrimonializar passa pela construção do valor desse acervo fotográfico como um bem cultural coletivo, que, nas palavras do proponente “explicita as contradições entre uma elite dita ‘civilizatória’, que pretendia ‘modernizar’ o país a todo custo e uma população pobre, arraigada a tradições e que buscava fugir da exploração dos potentados locais”.<sup>582</sup> Além de citar a obra clássica “Os sertões”, publicada por Euclides da Cunha em 1902, qualificando-a como uma das grandes referências das nossas ciências sociais, a candidatura traz uma gama variada de títulos das áreas da história, linguística, letras, jornalismo e ciência política, buscando demonstrar a pertinência do tema para a compreensão dos processos de fomentação da memória dos movimentos sociais no Brasil. Não se deixa de valorizar, a todo momento, a potencialidade das fotografias do seu acervo enquanto fragmentos do passado como fontes para a (re)construção da história nacional; as características de documento de arquivo são bem menos evidenciadas que o significado que possui como patrimônio. Este

---

<sup>579</sup> HALBWACHS, 1990.

<sup>580</sup> Segundo o Arquivo do Museu da República/Ibram, há poucas informações sobre o fotógrafo, que tinha um estúdio denominado “Fotografia Americana” em Salvador/BA. Flávio de Barros foi contratado pelo exército brasileiro para registrar a última expedição a Canudos.

<sup>581</sup> Candidatura “Arquivo Canudos” apresentada ao MOW Brasil 2009.

<sup>582</sup> Candidatura “Arquivo Canudos” apresentada ao MOW Brasil 2009.

sentido é explorado pelo proponente de forma a qualificar as fotografias de Canudos como “bem cultural” que, na visão de Carsalade, trata-se de um bem efetivamente “protegido”:

Na verdade, qualquer *bem* produzido pela cultura é tecnicamente, um *bem cultural*, mas o termo, na prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais – fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução *bem cultural* queira se referir ao *bem cultural protegido*.<sup>583</sup>

Em contraste, a candidatura apresentada pelo Arquivo Histórico do Exército, quatro anos após a proposição do Museu da República/Ibram, mostra um entendimento diferente do acervo como bem cultural. A começar pelo título da proposição, “Campanha de Canudos” que se alinha ao vocabulário militar; o conjunto documental é qualificado “como elemento fundamental para compreensão da participação do Exército brasileiro no combate ao movimento e abre espaço para abordagens que levem em conta aspectos socioeconômicos, político e culturais desse evento histórico”.<sup>584</sup> Mesmo abrindo possibilidades para esses outros tipos de abordagens, o tom geral da proposição busca, reiteradamente, destacar os elementos arquivísticos presentes no acervo. Tanto na tentativa de atestar a procedência, quando afirma que “o acervo acumulado consiste em documentos expedidos e recebidos pelo Exército durante a segunda, terceira e quartas expedições militares que foram formadas para combater o movimento social”,<sup>585</sup> como na busca obsessiva de distinção, presente na passagem “a documentação apresentada é única e autêntica, com caráter de raridade. O Exército teve intensa participação no combate ao conflito no interior do estado da Bahia, acumulando, dessa forma, significativo acervo documental”.<sup>586</sup> O que acaba por distanciar a proposta do Arquivo Histórico do Exército de uma perspectiva mais plural de patrimônio adotada pelo Museu da República. Ao invés da visão oficial do vencedor, outros atores sociais ganham visibilidade a partir do bem documental, tendo nas fotografias patrimonializadas traços possíveis de “gotas de sangue”.<sup>587</sup>

O bem cultural pode assumir feição de “reliquia”, conceito inicialmente ligado a contextos religiosos e, contemporaneamente, extensivo às coleções de museus.<sup>588</sup> Ademais, o uso do termo se faz presente nas matérias jornalísticas ao tratarem os bens tombados de uma

<sup>583</sup> CARSALADE, 2015, p. 14.

<sup>584</sup> Candidatura “Campanha de Canudos” apresentada ao MOW Brasil 2013.

<sup>585</sup> Candidatura “Campanha de Canudos” apresentada ao MOW Brasil 2013.

<sup>586</sup> Candidatura “Campanha de Canudos” apresentada ao MOW Brasil 2013.

<sup>587</sup> Expressão alusiva à obra de CHAGAS, 2006.

<sup>588</sup> BEZERRA, 2016.

maneira geral, propiciando um tipo de construção que vê o bem protegido como algo raro e sobrevivente das adversidades temporais. Por sua vez, a Unesco reforça esse tipo de imagem no título da publicação comemorativa dos 20 anos do Programa MOW: “Memória do Mundo: os tesouros que registram nossa história de 1.700 a.C. até os dias atuais”.<sup>589</sup> Nessa perspectiva, os documentos são tomados como ícones raros, preciosos e valorosos, como se fossem relíquias que foram preservadas não obstante a longa temporalidade. Esta, aliás, é vista como elemento importante na composição simbólica do bem documental visto como “patrimônio da humanidade”.

A candidatura do filme “Limite”, apresentada pela Cinemateca Brasileira/MinC, incorporou a perspectiva da ‘reliquia documental’. Obra cinematográfica de autoria de Mário Peixoto, datada de 1931, o suporte físico atual consiste em oito rolos de película 35mm, tendo a base de nitrato de celulose. Boa parte da descrição da proposta se volta para a descrição do roteiro do filme e do cineasta, na tentativa de expor argumentos que o qualifiquem como “um dos principais filmes da história do cinema brasileiro, extremamente inovador para a época”.<sup>590</sup> Contudo, desperta mais atenção o trecho que traz parte da trajetória biográfica do documento audiovisual:

Durante décadas *Limite* foi muito pouco visto, já que a única cópia existente estava guardada com Mário Peixoto, que exigia um projetor adequado para exibir o filme, o que ajudou a mitificar a obra. Posteriormente, o demorado processo de restauração contribuiu para afastar o filme das telas. Pelo impacto e pela raridade de exibições, o filme é frequentemente citado como o filme mais comentado e menos visto da história do cinema brasileiro.<sup>591</sup>

A quase inacessibilidade do filme revela um duplo paradoxo: tanto pelo fato de ser uma obra cinematográfica, que pressupõe ser apreciada pelo público, como pela condição de ser um item documental de difícil acesso, o que contraria as diretrizes básicas do MOW. O sentido de relíquia está principalmente associado com a persistência das histórias e narrativas que se contam sobre o acervo, que acrescentam fatos à sua trajetória biográfica ao longo do tempo, mais do que a durabilidade física da película. O fetiche depreende-se dessa condição: de um filme que sendo inacessível, praticamente intocável, ganha aura de ser um ícone do cinema nacional. Patrimonializar “Limite”, através do Memória do Mundo, nutre o fetichismo em torno de documentos relíquia.

---

<sup>589</sup> UNESCO, 2012b. Minha tradução do inglês para o português.

<sup>590</sup> Candidatura “Limite” apresentada ao MOW Brasil 2007.

<sup>591</sup> Candidatura “Limite” apresentada ao MOW Brasil 2007.



O processo de monumentalização de “Limite” não aciona os valores que costumam estar associados à relevância nacional. Já a “Coleção Brasil Nunca Mais”, do Arquivo Edgar Leuenroth, possui claro apelo à memória coletiva incorporado em sua narrativa biográfica, em razão do conjunto documental formado por processos de presos políticos durante o período da ditadura civil-militar iniciada em 1964. É, entretanto, desclassificado pelo Programa pois em termos arquivísticos não se constitui propriamente num conjunto, ao reunir documentos que não são originais, mas cópias dos processos instaurados para perseguição política:

Não resta dúvida sobre a importância do conjunto documental no tempo e espaço de sua produção, seu caráter ecumênico, realizado graças a uma grande conjugação de fatores, mas, principalmente pela coragem de indivíduos crentes nas liberdades democráticas e na justiça. No entanto, por se constituir em cópias de documentos originais, ainda existentes e preservados nos arquivos do STM e STF, e não acervo original, creio que os demais critérios, constantes das diretrizes do Programa MOW/Unesco e das disposições do Edital do MOW Brasil, como autenticidade, raridade, integridade e organicidade do conjunto documental, não são atendidos.<sup>592</sup>

Vemos emergir um conflito patente entre os campos arquivístico e o campo historiográfico, para quem a reunião desse conjunto de documentos adquire um sentido histórico premente que certamente justificaria sua inscrição no MOW. Os usos sociais desse acervo que poderiam transformá-lo em bem cultural são destacados pelo Arquivo Edgar Leuenroth em passagens como “a documentação foi de extrema importância, sobretudo, para os processos de anistia e reparação movidos por ex-presos políticos e seus familiares contra o Estado Brasileiro, pois os documentos originais nem sempre foram colocados à disposição dos requerentes”.<sup>593</sup> Nem mesmo essa ressalva fundamental para se entender o processo de constituição do acervo que, segundo o proponente é o mais consultado na Unicamp, atenuou o rigor formal arquivístico do Comitê Brasileiro.

#### 4.2.4 Dimensões do legado

Um conjunto de acervos documentais que recebe, de maneira contínua, títulos do Programa consiste naquele que faz alusão a figuras bastante conhecidas no cenário nacional. Os primeiros editais concentraram nomes como Getúlio Vargas, Machado de Assis, Oswaldo Cruz, Joaquim Nabuco e Oscar Niemeyer, cujos proponentes possivelmente com desejo de evidenciarem suas próprias instituições de guarda, trouxeram à tona essas personalidades –

---

<sup>592</sup> Carta do Comitê MOW Brasil ao Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), datada de 12/01/2009.

<sup>593</sup> Candidatura “Brasil Nunca Mais”, apresentada ao MOW Brasil 2008.

elencam-se, respectivamente, Fundação Getúlio Vargas, Academia Brasileira de Letras, Fundação Oswaldo Cruz e Fundação Oscar Niemeyer.<sup>594</sup>

Considerando a sistematização que Renato Crivelli<sup>595</sup> realiza a partir de “arquivos pessoais”,<sup>596</sup> observamos que a maioria das personalidades referenciadas nesses acervos documentais é de conhecimento do público; nota-se a predominância de figuras masculinas e pertencentes às elites políticas e culturais de suas respectivas épocas, o que aponta para a presença de traços de relações de poder que aproxima registros letrados e personagens influentes, através das quais os acervos arquivísticos são constituídos.<sup>597</sup> Apesar de existirem exceções como os nomes de Nise da Silveira, Betinho, Paulo Freire e Abdias do Nascimento, percebe-se que o MOW reitera, através das suas candidaturas apresentadas e aprovadas, feições predominantes de um Brasil branco, sexista e elitista. Inserido no contexto geral do campo arquivístico brasileiro, o Programa se mostra aquém da capacidade de representar a diversidade social, cultural e histórica do país.

Destacamos ainda a predominância maciça de instituições como proponentes desses arquivos pessoais. Caso se examine melhor a biografia desses documentos, percebemos que a passagem do âmbito pessoal para o institucional tem como fim a legitimação do acervo no campo arquivístico. Como Crivelli argumenta que:

O ato de institucionalizar um arquivo pessoal é um ponto de convergência entre vários sentimentos e entendimentos relacionados aos arquivos pessoais e suas correlações. São as memórias e identidades, a pesquisa histórica, a fonte de informação, o desejo de transmissão da imagem. Mas, principalmente, a monumentalização e a inserção junto ao contexto coletivo. Sob custódia de familiares, a transferência é, geralmente, realizada de modo previsto, pensado e intencional, com objetivos claros e estruturados. Em casos desta ordem, os documentos são encaminhados a alguma instituição cujas políticas internas, visão e missão são condizentes com a atuação do titular do arquivo. A transferência, deste modo, se configura numa ação política de perpetuação pessoal<sup>598</sup>. (meus grifos)

<sup>594</sup> Como o limite de títulos concedidos a cada ano não pode ultrapassar o número de 10 candidaturas, a média de reconhecer três acervos ligados às trajetórias de personalidades por edital pode ser considerada relevante. Ao todo, foram 28 propostas aprovadas em meio ao universo de 83 nomeações, perfazendo 34% dos títulos concedidos pelo MOW Brasil. Para maiores detalhes dessas e de outras candidaturas ver o Anexo 2.

<sup>595</sup> Renato Crivelli (CRIVELLI, 2013) sistematiza as candidaturas no MOW Brasil que versam sobre “arquivos pessoais” no período de 2007 a 2010. A fim de complementar a análise, estendemos o levantamento até 2015.

<sup>596</sup> Consideramos a seguinte definição geral de arquivos pessoais: “conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>, acesso em 01/02/2018.

<sup>597</sup> LE GOFF, 1996.

<sup>598</sup> CRIVELLI, 2013, p. 41.

O autor observa que as instituições de arquivo detêm instrumentos e procedimentos para resignificar os documentos, “enquanto às pessoas físicas não é atribuído esse poder, a elas cabe depender de alguma fonte de poder para realizar a monumentalização”.<sup>599</sup> Dessa maneira, o MOW Brasil consolida a prática de selecionar arquivos que já passaram por transformações, como a inserção no campo arquivístico institucionalizado, agregando valor simbólico aos documentos. Em grande medida, a valorização desses arquivos pessoais funciona por uma espécie de ‘contágio’, como se a história de vida legitimasse a importância dos documentos nele contidos. Do que pode decorrer, como alerta Crivelli, a selagem de conjuntos que não correspondem, necessariamente, com o simbolismo do titular.<sup>600</sup>

O que muitas vezes vem acompanhado de uma supervalorização do biografado, como se fosse dotado de atributos sobre-humanos; a costumeira expressão “à frente do seu tempo” serve para exemplificar esse tipo de construção, que termina por descolar o sujeito do seu contexto social e histórico. Dentre as candidaturas apresentadas ao MOW Brasil, duas se sobressaem ao adotarem essa abordagem: a do Museu Imperial, que trata o antigo imperador D. Pedro II como “cidadão do mundo” e “ilustre governante”, além de descrevê-lo como “intelectual, apreciador da ciência, das artes e da liberdade de informação e como homem tolerante, aberto ao diálogo e às transformações da vida social”.<sup>601</sup> A outra proposição é da Fundação Casa de Rui Barbosa que, ao se referir ao político que concede o nome à instituição, utiliza qualitativos como “foi embaixador extraordinário”; informando que “inúmeras são as crianças batizadas com o nome Rui Barbosa”; e que “sua atuação foi considerada brilhante” [na Conferência da Paz em Haia, em 1907].<sup>602</sup>

A consagração do acervo documental, por parte de uma instituição do peso político da Unesco, testemunha e confere mais veracidade à memória do homem político. As narrativas sobre a memória partem de um presente específico, munidas de intencionalidades com o intuito de perseverar, no futuro, a imagem de uma personalidade referencial, influente e exemplar para diferentes tipos de públicos – sejam de alcances regional, nacional e/ou

---

<sup>599</sup> Ibidem, p. 200. Excetuando a candidatura do “Acervo Educador Paulo Freire”, todas as 16 propostas que tiveram como proponentes pessoas físicas não foram selecionadas pelo Comitê Brasileiro; isso pode evidenciar tanto as dificuldades estruturais na constituição de arquivos pessoais no país, tendo como consequência até mesmo o não interesse e/ou o não conhecimento do MOW por parte desses detentores, como pode ser explicado pelas candidaturas mal formuladas (como foi a maioria desses 16 casos, em que as pessoas físicas parecem não ter compreendido as propostas do Programa).

<sup>600</sup> CRIVELLI, 2013, p. 192.

<sup>601</sup> Candidatura “Conjunto Documental Relativo às Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo Mundo”, apresentada ao MOW Brasil 2010.

<sup>602</sup> Candidatura “Arquivo Rui Barbosa” apresentada ao MOW Brasil 2011.

internacional. Nesses termos, o conceito de legado auxilia a compreender os processos de construção simbólica em torno dos acervos pessoais:

A noção de *legado* é usada aqui para interpretar o sentido conferido à trajetória de determinado personagem, para iluminar um determinado investimento social por meio do qual a memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto (político, pedagógico, ideológico etc.), podendo, a partir daí, ser abstraída de sua conjuntura e assimilada a uma ‘história nacional’.<sup>603</sup>

Inspirados pela reflexão de Heymann, identificamos que a dimensão do legado em candidaturas bem-sucedidas, constitui-se em valor relevante na avaliação dos membros do Comitê. Ao expor os motivos que justificam a candidatura do “Arquivo Herbert de Souza, o Betinho”, o CPDOC/FGV argumenta que o acervo agrega fontes de pesquisa fundamentais para trabalhos acadêmicos e culturais, tendo em vista as temáticas abrangidas, como ditadura militar brasileira, questão agrária, movimento pela ética na política, debates interdisciplinares sobre Aids e campanha contra a fome e a miséria. Instituição de referência no campo arquivístico brasileiro, o CPDOC possui importante lastro no trabalho com arquivos pessoais de personalidades públicas:

Fruto da acumulação de documentos empreendida por uma pessoa física no âmbito de suas atividades públicas e privadas, de seus interesses, os arquivos pessoais constituem uma fonte de pesquisa tão específica quanto insubstituível, cujo valor histórico e sociológico tem sido destacado há algumas décadas. Têm como característica e atributo maior oferecer a seus usuários informações sobre a trajetória pública e a vida privada de seus titulares. De fato, nesses arquivos, os domínios público e privado tanto se justapõem como se interpenetram, seja na confluência de temas de naturezas diversas, seja na indistinção entre as esferas que presidem o comportamento e as ações do ator político.<sup>604</sup>

O trecho transcrito deixa entrever arguta familiaridade com o meio arquivístico, e o potencial dos documentos como fontes de pesquisa, devido à versatilidade que possuem ao transitarem entre as esferas privada e política do homem público.

Outras personalidades progressistas tiveram seus acervos valorizados pelo MOW Brasil no ano de 2014, como Abdias do Nascimento, Nise da Silveira e Paulo Freire; a despeito disso, no mesmo edital, a documentação alusiva ao integralista Plínio Salgado igualmente teve o seu pleito reconhecido pelo Comitê Brasileiro, evidenciando o contraste de práticas e posturas políticas entre essas figuras públicas. Existiria algum tipo de discussão no plenário, entre os especialistas, em torno da noção de legado político desses agentes? Nossa

---

<sup>603</sup> HEYMANN, 2012, p. 87.

<sup>604</sup> Candidatura “Arquivo Herbert de Souza, o Betinho” apresentada ao MOW Brasil 2012.

hipótese é a de que esse tipo de discussão não tenha lugar no plenário do MOW Brasil, considerando que o Programa reforça a todo momento que é uma iniciativa da Unesco técnica e apolítica.<sup>605</sup>

O nosso Comitê sempre foi formado, em sua maioria, por técnicos. Muito mais! Toda vez que a gente pedia nomes, na hora de selecionar pessoas, de indicar, é por conhecimento dos técnicos e não por indicação política.

Nossas decisões se pautam por questões técnicas. Não somos um grupo guiado por nossos posicionamentos políticos. Nas nossas decisões deixamos bem claro que temos uma postura apolítica, isso não pode influenciar nas nossas opiniões.

Nos últimos anos, infelizmente, alguns assentos vêm sendo preenchidos por pessoas que não têm perfil técnico. Pelo menos isso é uma minoria, já que o Comitê sempre se pautou por análises que não sofrem influência da política nacional. Analisamos as candidaturas a partir de critérios objetivos estabelecidos pela Unesco em nível internacional.<sup>606</sup>

Entretanto, durante a reunião do Comitê MOW Brasil que pude acompanhar, percebi que um momento de tensionamento quando da distribuição das candidaturas a serem avaliadas entre os especialistas. Um dos membros pediu a palavra e declarou que se sentia incomodado pelo fato do membro representante dos “arquivos militares” ser um dos pareceristas da proposição “Campanha de Canudos”, apresentada pelo Arquivo Histórico do Exército. Houve um silêncio constrangedor no plenário e, após minutos de conversas reservadas entre alguns membros, foi informado que a proposta em questão seria apreciada por avaliadores sem vínculo militar.<sup>607</sup>

O caso da candidatura “Acervo Educador Paulo Freire” merece alguns apontamentos, por se configurar como a proposta mais persistente ao MOW Brasil; somente depois de ser apresentada pela quarta vez foi finalmente reconhecida com o título nacional. Traçando uma análise comparativa entre as quatro proposições do Acervo Paulo Freire – formalizadas nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 – é possível identificar algumas mudanças nas versões enviadas ao Programa. Primeiramente, houve um recorte significativo na dimensão do acervo inicialmente proposto para patrimonialização, em especial a retirada de parte da biblioteca e

---

<sup>605</sup> O fato de não termos recebido autorização para acessar os pareceres emitidos por esses especialistas, além do veto de acompanhar os debates em torno da relevância das candidaturas durante as reuniões, dificultaram a construção de uma resposta mais embasada para tais questionamentos.

<sup>606</sup> Trechos de entrevistas que, por tocarem em assuntos que os agentes consideram mais polêmicos, preferi não referenciar os entrevistados.

<sup>607</sup> Descrição retirada a partir da observação participante que realizei durante a reunião ordinária do Comitê MOW Brasil, realizada no salão nobre do Arquivo Nacional, em 25/03/2015.

dos objetos museológicos, o que sinaliza que o proponente buscou atender às possíveis sugestões do Comitê Brasileiro.<sup>608</sup>

Todavia, as candidaturas seguintes continuaram fazendo referências ao importante acervo bibliográfico constituído durante a vida profissional do educador; ademais, o fato do proponente não delimitar com precisão a procedência dos documentos que integram o acervo arquivístico, entre os quais há uma importante parcela com a companheira de Paulo Freire, Ana Maria de Araújo Freire, pode ter se constituído em empecilhos à patrimonialização. Somente em 2014, constrói-se uma biografia do acervo de maneira mais detalhada, incluindo a distinção entre os documentos pertencentes ao Instituto Paulo Freire e aqueles que continuam sob guarda da esposa, também conhecida como Nita Freire.

Desse modo, a falta de clareza quanto à procedência dos documentos, e de como foram incorporados ao acervo podem ter comprometido as proposições sequenciais, violando os princípios arquivísticos da organicidade e integridade.<sup>609</sup> Mesmo na última proposição, que é finalmente aceita, algumas incongruências podem ser notadas: indica-se o recorte temporal da documentação abrangendo o período de 1921 a 2013, porém em dois trechos do formulário o proponente afirma que o acervo permanece incorporando documentos “in memorium”,<sup>610</sup> caracterizando-se, portanto, como fundo aberto. Dessa vez, contudo, este detalhe não pesou na avaliação do Comitê MOW Brasil, e a narrativa em torno do acervo acumulado pela figura emblemática do educador, aparentemente, atenuou os campos sistemáticos do formulário:

Paulo Freire é o maior educador brasileiro de todos os tempos. Seu legado atravessa, cruza e rompe fronteiras até os dias de hoje. Suas ideias nascidas de suas experiências no nordeste brasileiro, como professor e como militante social, o fizeram uma das expressões mais críticas e genuínas da pedagogia crítica. Seu pensamento influencia as mais diversas filosofias e ciências e muito particularmente a educação popular ao lhe dar um novo entendimento.

Ana Maria Araújo Freire e o Instituto Paulo Freire acumularam conjuntos documentais capazes de fornecer aportes referenciais para novos caminhos para todos/as que se propõem a investigar a epistemologia de Freire tanto as temáticas relacionadas à educação popular, educação e alfabetização de

---

<sup>608</sup> Após pesquisa no arquivo corrente do MOW Brasil, não identificamos nenhuma manifestação oficial do Comitê sobre os indeferimentos das três propostas apresentadas. Além disso, quando indagados sobre os motivos dessas seguidas reprovações, dois entrevistados se limitaram a dizer que não poderiam comentar, sob pena de atrapalharem as tratativas do Instituto Paulo Freire de apresentar a candidatura ao MOW Internacional. As entrevistas ocorreram em 2015, a proposição internacional foi formalizada nos idos de 2016 e o resultado, com a aprovação, saiu no ano de 2017.

<sup>609</sup> De uma maneira geral, nota-se que o acervo se constitui como uma vasta coleção de documentos, não se caracterizando enquanto fundo arquivístico fechado.

<sup>610</sup> Paulo Freire faleceu em 1997 e desde então Nita Freire dá continuidade ao recolhimento de obras alusivas ao educador, bem como de outros documentos que façam alusão ao patrono da educação brasileira.

jovens e adultos, movimentos sociais em educação, política educacional, ecopedagogia quanto a ciências humanas, biológicas e exatas.

O conjunto documental de Paulo Freire contempla os diversos momentos históricos do Brasil. Suas ideias e práxis coerentes com o que se passava no país e no mundo carregam a dimensão do tempo histórico de maneira lúcida, crítica e radical.

Seus escritos são (...) obras de rara beleza estilística, linguística e estética, impactando, positivamente, aos que o leem e estudam. É conhecido pela criação de uma série de novos conceitos, categoria no âmbito da educação, tais como ‘educação bancária’, ‘educação libertadora’, e pela criação de neologismo, entre eles ‘dodiscência’, ‘dialogação’, ‘existenciação’, ‘autodesvalia’, etc.<sup>611</sup>

O pioneirismo, a criatividade e as reflexões de Paulo Freire são identificados como traços marcantes, os quais permitem a extensão dos conceitos e da prática peculiares ao educador para o acervo como um todo. O adiamento do reconhecimento da candidatura “Acervo Educador Paulo Freire” em nível nacional concedeu maior visibilidade política para os títulos obtidos posteriormente: em 2015 a proposição foi agraciada pelo Mowlac, e o título de Memória do Mundo Internacional veio no ano de 2017, com ampla repercussão nas redes sociais. Os discursos em torno dos usos simbólicos do reconhecimento ressaltam o título da Unesco como um importante contraponto aos desmandos e ataques que a educação pública no país vem sofrendo nos últimos anos.<sup>612</sup>

Em tempo, destacamos uma espécie de redundância de registros em torno da figura do músico Carlos Gomes, cujas candidaturas foram formalizadas pela Fundação Biblioteca Nacional em 2009 e pelo Museu Imperial no ano de 2012. Na primeira proposição, foram apresentados 12 volumes de partituras de papel de trapo produzidas entre 1871 a 1878, enquanto a segunda proposta diversificou os itens documentais, englobando documentos textuais, fotografias, gravuras, desenhos, periódicos e álbuns, datados de 1855 a 1942, sobre o musicista brasileiro. Apesar de ser uma modalidade prevista pelo edital, o baixo número de candidaturas interinstitucionais no Brasil - dentre as 197 propostas apresentadas, somente quatro são de cunho coletivo<sup>613</sup> - revela tanto a dificuldade das instituições em firmarem

<sup>611</sup> Candidatura “Arquivo Educador Paulo Freire” apresentada ao MOW Brasil 2014.

<sup>612</sup> A ameaça de cassar o título de patrono da educação brasileira de Paulo Freire foi objeto de manifestação pública no Seminário Internacional do MOW Brasil, promovido pelo Comitê Brasileiro em parceria com a UFMG, nos dias 3 e 4/10/2017. Durante o evento, uma moção de repúdio foi assinada pelos participantes com vistas a impedir a cassação – esta última é apenas mais uma das tentativas bizarras do movimento “escola sem partido” em se notabilizar nas redes sociais e mídias contemporâneas.

<sup>613</sup> As quatro ocorrências de candidaturas coletivas no MOW Brasil foram: “Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital” (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro e Museu Histórico Abílio Barreto), apresentada em 2012 e 2015. Já a proposta “Carlos Lacerda” teve participação do Arquivo Geral

parcerias de trabalho, como uma possível disputa velada entre os proponentes num cenário de pouca visibilidade para os arquivos no âmbito geral das políticas públicas.<sup>614</sup>

#### 4.2.5 Acesso entre a pesquisa e os direitos sociais

A atribuição de valor é igualmente outorgada à rede de agentes e instituições que possam atestar a representatividade do acervo candidato. Para isso, o edital recomenda a convocação de professores, pesquisadores e ocupantes de cargos públicos, aptos a elevar o capital simbólico<sup>615</sup> dos documentos avaliados. A candidatura “Processos Trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (1935-2000)”, argumenta que “esse acervo relaciona-se com a formação de leis sociais, instituições de fiscalização de cumprimento e de sua concretização, incluída a Justiça do Trabalho, em meio ao processo de industrialização brasileiro, processo que culminou com a Constituição cidadã de 1988”,<sup>616</sup> e tem o respaldo dos professores Angela Maria de Castro Gomes, Benito Schmidt e Fernando Teixeira da Silva,<sup>617</sup> essenciais para fundamentar o pleito em questão:

Nos processos trabalhistas gerados pelo Judiciário Trabalhista da 4ª Região é possível observar as ações de diversos agentes sociais ao longo da história: trabalhadores e patrões dos mais diversos setores econômicos (das fábricas aos serviços, passando pelas unidades produtivas rurais, pelo comércio e pelo âmbito doméstico). [...] nas páginas que compõem esses verdadeiros dossiês que são os processos, vislumbram-se atores, ideais, estratégias, embates e concepções a respeito do que seria o justo e o legal em diversos momentos da história, os quais ajudam a explicar as continuidades e transformações que moldaram o mundo do trabalho no país e, por extensão, a própria sociedade brasileira. Por vezes, o que temos são ‘pequenas histórias’ (a da empregada doméstica que não recebia seus direitos porque a patroa a considerava ‘quase da família’; a do mineiro que teve sua casa demolida, pois pertencia à Companhia Mineradora, a qual alegou em sua defesa que ele sublocava o imóvel; a do garçom que ingressou na Justiça porque nunca recebeu os 10% que lhe eram devidos, pois essa taxa era cobrada dos clientes a título de serviço, entre muitas outras), que aparentemente não causaram muito impacto na ‘grande História’ regional e

---

da Cidade do Rio de Janeiro e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (2012). E, também, a proposição “Presença de Stefan Zweig no Brasil”, reunindo Casa Stefan Zweig, Fundação Biblioteca Nacional, Museu da República, PEN Clube do Brasil e Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis (2015). Somente a candidatura “Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital”, versão 2015, conseguiu obter o título do MOW.

<sup>614</sup> A área de arquivos tem sofrido grandes dificuldades para manter o funcionamento das instituições no cenário atual. Em uma boa matéria veiculada na mídia que aborda as incertezas em torno do Arquivo Nacional ver: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/politica/1515169389\\_182854.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/politica/1515169389_182854.html), publicada em 06/01/2018.

<sup>615</sup> BOURDIEU, 1996.

<sup>616</sup> Candidatura “Processos Trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (1935-2000)” apresentada ao MOW Brasil 2013.

<sup>617</sup> Os professores citados, de reconhecida produção historiográfica na temática do trabalhismo, encontram-se vinculados às seguintes instituições, respectivamente: UFF/Unirio, UFRGS e Unicamp.



nacional, mas que, no seu conjunto, evidenciam como os trabalhadores lutaram por seus direitos e ampliaram o espaço da cidadania.<sup>618</sup>

A potencialidade dessas fontes para a produção historiográfica é um dos grandes trunfos para a valoração do acervo formado por processos trabalhistas. Lançar um olhar diferenciado para os documentos preservados no âmbito do Judiciário permite a construção de várias histórias que poderiam passar despercebidas e que, tecidas a partir de singularidades, fomentam um quadro multifacetado das relações sociais de trabalho no Brasil. A valorização do acervo vem a partir da atividade da pesquisa histórica, atenta às nuances da documentação e responsável por qualificar processos que poderiam permanecer no anonimato após o encerramento do trâmite jurídico.<sup>619</sup>

Em outra candidatura aprovada pelo Comitê, denominada “República e positivismo: a produção intelectual da Igreja Positivista do Brasil”, a rede de apoio é a mais extensa do nosso levantamento. Além dos três nomes exigidos, que referenciam o político mineiro Ângelo Oswaldo<sup>620</sup> e os professores Elisabete Leal e José Murilo de Carvalho,<sup>621</sup> a seção do formulário destinada ao genérico “Qualquer outra informação” agrega uma grande quantidade de correspondências oficiais de instituições que já trabalharam em projetos parceiros ou que simplesmente apoiaram o pleito da Igreja Positivista; dentre elas a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, o Instituto Brasileiro de Museus/Ibram, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/Inepac, a Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, o Iphan, o Museu da República, a *Université Paris I – Panthéon Sorbonne* e a Associação Internacional Casa de Auguste Comte.

O MOW é visto por algumas instituições como um meio de conferir visibilidade a acervos pouco acessados. O Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, pertencente à Universidade Católica de Goiás, apresentou a “Coleção Jesco von Putkamer” e tornou-a mais conhecida entre o público pesquisador e, de forma pragmática, buscou garantir a conservação dos documentos. Tal desejo pode ser percebido no trecho da candidatura: “cuidar para que esse material caminhe e chegue intacto ao futuro é a principal justificativa da solicitação de

<sup>618</sup> Trecho da carta do professor Benito Schmidt ao Comitê MOW Brasil, datada de 16/09/2013.

<sup>619</sup> Atualmente, o Conarq tem travado uma dura disputa no Senado Federal e na Câmara dos Deputados contra a tramitação do Projeto de Lei nº 7.970/2017 que trata da eliminação dos documentos públicos, mais conhecida como “queima de arquivos”. Tal discussão se iniciou desde o movimento do Poder Judiciário em buscar respaldo para eliminação de autos processuais após cinco anos (lei n. 7.627, de 10/11/1987), e tem ganhado força com o argumento equivocado de que a digitalização dos processos justificaria a eliminação física dos originais.

<sup>620</sup> Ângelo Oswaldo de Araújo Santos é, atualmente, secretário de cultura do Estado de Minas Gerais. Já ocupou cargos nas direções do Iphan e Ibram, além de ter sido prefeito de Ouro Preto em três oportunidades.

<sup>621</sup> Professores da UFPEL e da UFRJ, respectivamente.

sua candidatura ao selo de Memória do Mundo”.<sup>622</sup> O conteúdo do acervo etnográfico de cerca de 60 comunidades indígenas – a maioria da região amazônica, cujos registros foram coletados por Jesco von Putkamer<sup>623</sup> nas expedições com os irmãos Villas Boas e Francisco Meirelles entre as décadas de 1960 e 1990 -, foi qualificado em uma das entrevistas como “um precioso achado que o Memória do Mundo passou a divulgar”.<sup>624</sup> Após a aprovação da candidatura no âmbito nacional em 2009, o Comitê Brasileiro incentivou a apresentação junto ao Mowlac no ano de 2010, resultando no título regional; o entusiasmo com o potencial do acervo perseverou na proposição para o MOW Internacional em 2015.<sup>625</sup>

Já o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) selecionou a documentação oriunda do antigo “Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas (CFEACB)”,<sup>626</sup> destacando seu potencial de agregar tanto o ponto de vista oficial do aparelho de Estado, como a perspectiva dos registros pessoais de alguns responsáveis pelas ações do órgão governamental:

Esse duplo caráter confere ao conjunto um significado especial. Nele estão presentes duas representações – como o Brasil via os estrangeiros que classificava como expedicionários, e esses expedicionários representavam o Brasil como o lugar preferido. A documentação nele contida tem contribuído para os estudos que vem sendo realizados sobre a participação dos cientistas de diversos países e, ainda, para as definições de políticas públicas, principalmente às relacionadas à preservação do patrimônio científico brasileiro. A proteção deste acervo representa um importante registro para a memória científica nacional.<sup>627</sup>

Segundo a candidatura, após o tratamento técnico dessa massa documental – antes esquecida e confundida com o arquivo do CNPq, igualmente sob responsabilidade do MAST -, o acervo tornou-se acessível, possibilitando mobilizar argumentos para a patrimonialização, tais como

---

<sup>622</sup> Candidatura “Acervo Jesco von Putkamer” apresentada ao MOW Brasil 2009.

<sup>623</sup> De família alemã, nasceu em Macaé/RJ e se mudou para Goiás na década de 1950 para desenvolver trabalhos como documentarista e fotógrafo do governo estadual. A partir das primeiras incursões, teve contato com os irmãos Vilas Boas e Francisco Meirelles, responsáveis por frentes de conhecimento junto às comunidades indígenas no Xingu, estado de Rondônia e região norte de Minas Gerais.

<sup>624</sup> Entrevista concedida por Marta Lemos, no Rio de Janeiro/RJ, em 12/05/2016.

<sup>625</sup> Na reunião que acompanhei do MOW Brasil, em 25/03/2015, o presidente da Mesa Diretora relatou que havia sido tentada uma aproximação com o Peru visando à candidatura binacional, composição vista como desejável pela Unesco por não gerar grandes concorrências entre os países. Contudo, mesmo não se concretizando a aliança com o país sul-americano, o Comitê Brasileiro resolveu entrar individualmente com a proposta da Coleção Jesco von Putkamer, não obtendo sucesso na empreitada junto ao MOW Internacional.

<sup>626</sup> O CFEACB foi criado pelo governo federal em 1933, com o objetivo de normalizar, fiscalizar e proteger o patrimônio científico brasileiro. Não tinha sede própria durante seu funcionamento até 1967 e ficou por muito tempo pouco referenciado nos estudos historiográficos e de outras áreas.

<sup>627</sup> Candidatura “Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil” apresentada ao MOW Brasil 2008.

o caráter pragmático de subsidiar pesquisas na área científica, bem como políticas públicas. Ao afirmar como estratégia que o reconhecimento do acervo é “um importante registro para a memória científica nacional” temos a percepção que, para o proponente, os expedicionários deixaram testemunhos pouco conhecidos e, desse modo, trata-se de um registro que reivindica tomar assento junto à pretensa memória nacional. Diferentemente, por exemplo, da candidatura que contempla o “Conjunto documental relativo às viagens do imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo” apresentada pelo Museu Imperial/Ibram. Nesse trecho da proposição parte-se de uma espécie de pressuposto de que os documentos já possuem ‘lugar cativo’ na história:

Como o cerne do conjunto documental são os diários e as cadernetas de viagem do imperador, cabe ressaltar que parte expressiva dos documentos é formada por manuscritos, de próprio punho de D. Pedro II, inclusive os desenhos, o que garante, além do seu valor intrínseco, sua singularidade, raridade e importâncias históricas.<sup>628</sup>

O título do MOW funcionaria como ‘coroamento’ da importância do acervo que, nas palavras do proponente, já possui “valor intrínseco”, como se as características conclamadas desses documentos precisassem apenas ser descortinadas quando eles forem acessados.

Por fim, a acessibilidade pode gerar uma reflexão acerca da candidatura “Decisões que marcaram época: a caminhada do Poder Judiciário no reconhecimento de direitos sociais aos homossexuais”. Contemplada no edital de 2015, a proposição do Núcleo de Documentação e Memória da Justiça Federal de 1º Grau do Rio Grande do Sul esclarece:

O conjunto é formado por documentos públicos, disponíveis para acesso e consulta local mediante solicitação [...]. Os cuidados referem-se ao segredo de justiça, adotado no processo 9600020302 para resguardar a intimidade e privacidade das partes, bem como ao uso de informações pessoais relativas à intimidade, vida privada e imagem das pessoas mencionadas nos documentos, conforme art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Apesar de não ter previsão, caso realizada a digitalização para difusão, os nomes das partes/pessoas deverão ser mantidos ocultos.<sup>629</sup>

O respeito ao artigo 31 da Lei de Acesso à Informação, alinhado aos direitos garantidos pela Constituição Federal,<sup>630</sup> fundamentaram a não exposição dos nomes das pessoas citadas nos dois processos que se tornaram emblemáticos na luta contra a discriminação de gênero. Trata-

<sup>628</sup> Candidatura “Conjunto documental relativo às viagens do imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo” apresentada ao MOW Brasil 2010.

<sup>629</sup> Candidatura “Decisões que marcaram época: a caminhada do Poder Judiciário no reconhecimento de direitos sociais aos homossexuais” apresentada ao MOW Brasil 2015.

<sup>630</sup> Trata-se do artigo 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”

se de duas ações julgadas no estado do Rio Grande do Sul que se tornaram jurisprudência em outros casos: uma relativa ao direito de um homossexual de ser incluído como beneficiário do plano de saúde do companheiro, e a outra refere-se a uma ação civil pública que garantiu o recebimento de benefícios previdenciários em função da morte e/ou prisão nas uniões estáveis entre homossexuais.

A inacessibilidade aos nomes dos agentes presentes nos dois processos judiciais não interfere na representatividade da documentação. Pelo contrário, o anonimato mostra-se como aspecto que menos importa, na medida em que foram as lutas dessas pessoas que permitiram a extensão de direitos sociais a uma coletividade ainda muito discriminada. A argumentação do proponente fundamenta que:

As decisões a favor desses direitos exerceram e ainda exercem grande influência no curso da história de reconhecimento das relações homossexuais no Brasil e, por serem únicas e exclusivas da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, seu desaparecimento empobreceria nossa história [...]. Estas decisões que por meio dos direitos sociais reconhece e institui o direito à cidadania a pessoas independentemente de sua opção afetiva e tipo de constituição familiar, revela um dos aspectos essenciais do período de redemocratização do Brasil.<sup>631</sup>

A partir do reconhecimento do Memória do Mundo dessa candidatura progressista, destaca-se que os arquivos são, como bem frisa Jacques Derrida “uma questão de futuro”.<sup>632</sup> O título do Memória do Mundo joga luz, nessa medida, para debates que a sociedade brasileira precisa amadurecer permanentemente, em especial no contexto atual em que somos surpreendidos por atos e discursos intolerantes que ameaçam a nossa frágil democracia.

### **4.3 Candidaturas brasileiras no MOW Internacional**

Os editais internacionais do Memória do Mundo, lançados a cada dois anos, tiveram os primeiros acervos nominados em 1997, seguindo um curso ininterrupto até a atualidade. Considerando o recorte temporal da nossa pesquisa, entre 1992 e 2015, nesse período foram formalizadas doze propostas de instituições do Brasil ao longo de dez ocorrências do certame internacional.<sup>633</sup> Do conjunto dessas candidaturas, seis obtiveram o título considerado mais alto da hierarquia do MOW; importa ressaltar que o “Fundo Novacap – Brasil”<sup>634</sup> teve seu

<sup>631</sup> Candidatura “Decisões que marcaram época: a caminhada do Poder Judiciário no reconhecimento de direitos sociais aos homossexuais” apresentada ao MOW Brasil 2015.

<sup>632</sup> DERRIDA, 2001, p. 4.

<sup>633</sup> Ver lista completa das candidaturas brasileiras apresentadas ao MOW Internacional no Anexo 6.

<sup>634</sup> A Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) foi criada em 1956, durante o governo presidencial de Juscelino Kubitschek, com intuito de ter ampla autonomia na construção de Brasília. Atualmente se vincula à Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal; o Fundo Novacap foi transferido para o Arquivo Público

pedido indeferido em duas situações diferentes, o que significa que, na prática, cinco acervos brasileiros não ganharam o título internacional do Memória do Mundo. O CCI assim se pronunciou por ocasião da segunda vez em que o acervo da Novacap foi apresentado:

Nas suas deliberações, o CCI julgou que uma candidatura revista, levando em consideração as recomendações do Subcomitê de Registro para evidenciar a influência global da coleção, não havia sido apresentada e nenhuma informação comparativa havia sido fornecida para estabelecer uma reivindicação de importância mundial.<sup>635</sup>

Os membros do CCI indeferiram a candidatura da Novacap em função do não cumprimento das diligências solicitadas pelo Subcomitê de Registro.<sup>636</sup> Assim, os esforços do Arquivo Público do Distrito Federal em vincular o acervo a um patrimônio mundial já reconhecido pela Unesco<sup>637</sup> não surtiram o efeito esperado entre os avaliadores do Memória do Mundo.

Esse viés se repetiu em outras negativas às candidaturas brasileiras: sobre o filme “Limite”, declarou-se que “após uma cuidadosa revisão da avaliação, o CCI concluiu que o significado mundial não havia sido comprovado, já que o filme nunca havia sido divulgado comercialmente nem amplamente exibido”.<sup>638</sup> Quanto à proposição da Carta de Abertura dos Portos, a decisão do Comitê Consultivo Internacional foi um pouco mais detalhada:

Claramente, esta carta é emblemática para o Brasil e se tornou o símbolo do início do fim da colonização portuguesa. No entanto, a importância que pode ter para outros países parece superestimada. São necessárias mais evidências para demonstrar como este documento simboliza o fim do colonialismo globalmente.<sup>639</sup>

A máxima de que “muitos globalizadores vão pelo mundo simulando a globalização”,<sup>640</sup> de Néstor Canclini, é interessante para pensarmos as ações que a Unesco intenta protagonizar na contemporaneidade. Tendo em vista atingir um “universalismo global”, a Unesco, através do Memória do Mundo, procura justificar sua atuação através de documentos que comprovem e demonstrem o “significado mundial”. Para o sociólogo Elder Alves, a ideia de um

---

do Distrito Federal no ano de 1987. A candidatura concorreu em 1999 e 2009, quando teve o pleito negado nesses dois editais do MOW Internacional.

<sup>635</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho do “*9th Meeting of the International Advisory Committee*”, realizado em Christ Church, nos Barbados, entre os dias 29 a 31/07/2009.

<sup>636</sup> Como assinalamos no capítulo 2, o Subcomitê de Registro funciona como primeira triagem das propostas apresentadas.

<sup>637</sup> Trata-se da inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, ocorrida no ano de 1987.

<sup>638</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho do “*9th Meeting of the International Advisory Committee*”, realizado em Christ Church, nos Barbados, entre os dias 29 a 31/07/2009.

<sup>639</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho do “*10th Meeting of the International Advisory Committee*”, realizado em Manchester, no Reino Unido, entre os dias 22 a 25/05/2011.

<sup>640</sup> CANCLINI, 2007, p. 10.

universalismo engloba as demandas pela promoção da diversidade e da identidade cultural, defendidas por estados nacionais e instituições transnacionais para a elaboração e execução de novas políticas públicas de cultura.<sup>641</sup> O conceito passou a ser veiculado pela Unesco na tentativa de coordenar o trânsito simbólico e discursivo que adveio por meio dos multiculturalismos reivindicados; uma resposta à sensação generalizada de que o mundo estaria passando por um processo acelerado de homogeneização e padronização cultural.<sup>642</sup> Numa perspectiva comparativa, podemos sugerir que a política de gestão da memória capitaneada pelo MOW percorre o caminho inverso das Recomendações e Declarações para o Setor de Cultura, tanto devido à obstinação pela extensão mundial do significado, como pela presunção da influência global de um determinado documento.

É possível estipular parâmetros uniformes para avaliar acervos que se referem a realidades tão diferentes?<sup>643</sup> O valor e abrangência mundiais podem ser atribuídos a um documento *per se*? Quais devem ser os traços dessa memória que se pretende mundial? A Carta de Abertura dos Portos assinada em 1808, não foi produzida com o intuito claro de anunciar precocemente o fim do colonialismo português, já que foi assinada apenas quatro dias depois da chegada da família real do Brasil. Como o parecer do CCI poderia imputar a ela um significado, ainda que simbólico, de preconizar o fim do colonialismo globalmente? Ou ainda, como subestimar a importância e o interesse comercial que esta Carta produziu à época nas demais nações, inserindo-as na rota de comércio da Colônia, diante da perda do exclusivismo da Coroa portuguesa? O fato é que o patrimônio documental não passa incólume ao risco dos anacronismos dos sentidos que se atribuem à trajetória dos acervos. Nesse processo de patrimonialização mundial, desconsidera-se a percepção de que os registros e documentos não se mantêm os mesmos segundo os sujeitos que deles se apropriam em diferentes territórios e temporalidades.

---

<sup>641</sup> ALVES, 2010, p. 540.

<sup>642</sup> Há uma interessante literatura que aponta as incongruências dos estudos que pressupõem os processos incontornáveis de mundialização, como BHABHA, 2007, HALL, 2005 e SARLO, 2007. Néstor Canclini entende a globalização como um processo que “reordena diferenças” e não como uma mera homogeneização das diferentes culturas no plano internacional (CANCLINI, 2007). A flexibilização de fronteiras nacionais decorre da circulação de informações e de populações numa escala ampliada, até então não conhecida, movimento que se inicia na segunda metade do século XX, apontado por HEYMANN; ARRUTI 2012, como uma importante inflexão que desafia a classificação baseada em uma “unidade nacional original”. Desse modo, emergem coletividades multiculturais, anteriormente submersas na homogeneidade identitária de uma memória nacional.

<sup>643</sup> No capítulo 2 descrevemos o processo pelo qual o Programa privilegiou a noção de “autenticidade”, seguida pelo critério “único e insubstituível”, suprimindo o critério de “valor social” que pressupõe as circunstâncias históricas e sociais da produção do documento, na avaliação dos acervos que se candidatam ao título do MOW.

O impacto da nomeação internacional, concedida pelo Programa, ganha repercussão substancialmente maior dentro das fronteiras nacionais de cada país do que num cenário com amplitude mundial. O que nos leva à hipótese de que as instituições candidatam seus acervos ao MOW Internacional com vistas a aumentarem o prestígio dentro dos próprios países. O global mostra-se, portanto, como espécie de ‘supra instância’ que legitima ainda mais o poder local conquistado por um determinado acervo. O símbolo de distinção ganha efeito multiplicador caso a chancela internacional seja concedida pela Unesco. Os três títulos do Memória do Mundo – nacional, regional e internacional – acabam por hierarquizar os acervos documentais no âmbito interno de um país. Esse tipo de gradação é utilizado pelo Comitê Brasileiro para definir quais candidaturas receberão apoio no edital internacional: um dos requisitos básicos consiste na aprovação anterior no certame nacional, ao passo que a exigência do título no âmbito do Mowlac mostra-se como aspecto de avaliação circunstancial. Isso porque, na avaliação de alguns agentes entrevistados, o fato do Brasil não manter vínculos identitários muito fortes com a América Latina respalda a visão de que tal requisito não se mostra, necessariamente, obrigatório.<sup>644</sup>

Em 2003, a candidatura “Coleção do imperador: a fotografia brasileira e estrangeira no século XIX”, apresentada pela Fundação Biblioteca Nacional, logrou êxito junto ao CCI. A primeira nomeação brasileira no certame internacional diferencia-se das demais porque ainda não existia o Comitê MOW Brasil formalmente constituído. Desse modo, a confecção da candidatura foi gestada na instituição proponente diretamente para o CCI que, na ocasião, tinha Célia Zaher, então servidora da FBN,<sup>645</sup> como um dos membros integrantes. A presença da bibliotecária no plenário do CCI representou um peso político significativo junto aos demais pares.<sup>646</sup>

Um dos grandes trunfos da candidatura baseia-se na exposição de como a coleção de fotografias foi constituída. É clara a estratégia narrativa de mapear os registros fotográficos como se fossem um acervo orgânico. A ideia de tecer a “biografia do acervo”<sup>647</sup> confere

---

<sup>644</sup> A recente candidatura aprovada no MOW Internacional de 2017, relativa ao compositor Carlos Gomes, não foi apresentada no âmbito do Mowlac porque o Comitê Brasileiro considerou que o musicista projetou sua carreira mais na Europa do que na América Latina. Os laços de Carlos Gomes com a Itália fundamentaram a proposição binacional Brasil-Itália que foi nominada no âmbito internacional do Programa.

<sup>645</sup> Célia Zaher ocupou um dos altos cargos da direção da FBN entre os anos de 1997 a 2005.

<sup>646</sup> Segundo Marta Lemos, o fato de Célia Zaher possuir uma trajetória importante dentro da Unesco foi decisivo para que ocupasse uma das cadeiras do CCI. A condição de integrante do Comitê Internacional acabou sendo fundamental para que a aprovação da candidatura apresentada pela Biblioteca Nacional lograsse êxito. Rf. Entrevista concedida por Marta Lemos, no Rio de Janeiro/RJ, em 12/05/2016.

<sup>647</sup> Motivados pelas discussões em torno das disputas em torno da repatriação de coleções etnográficas de museus, autores como CHUVA, 2014, ROQUE, 2013, CLIFFORD, 2009 têm sublinhado a necessidade de

inteligibilidade, anula as imprecisões e reforça a perspectiva do conjunto coerente, independentemente das inserções das fotografias terem ocorrido sob circunstâncias diferentes. Logo na primeira frase do formulário existe a afirmação: “trata-se de uma coleção de fotos do século XIX, constituída por uma só pessoa ao longo de toda sua vida e depositada em uma biblioteca nacional onde ela está guardada e preservada com todo cuidado”.<sup>648</sup> Outros trechos mantêm o tom criterioso da reunião desses registros – “a coleção não foi jamais dividida durante toda a sua existência”; “trata-se da maior e mais importante coleção de fotografias brasileiras e estrangeiras do século XIX que existe em uma instituição pública do país”; e “as fotos estão microfilmadas, catalogadas e digitalizadas” –, fomentando um tipo de imagem de acervo autêntico, grandioso e preservado, atributos valorizados pelo Memória do Mundo e, em última instância, imputando valor de distinção e relevância aos documentos.

A figura de D. Pedro II é conclamada para unificar os 21.742 itens fotográficos. O olhar do imperador, qualificado na candidatura como “o primeiro cidadão brasileiro a fazer uma foto, talvez o primeiro monarca em todo mundo” e “um dos pioneiros do colecionismo fotográfico”, é eleito para assumir o papel de protagonista na confecção de memórias do mundo. Poderíamos pensar de que maneira a categoria cidadão brasileiro existia de fato no século XIX; de todo modo, qual outro luso-brasileiro estaria autorizado a falar do país, durante o século XIX, no plano internacional? Com esse raciocínio, a proposição da Biblioteca Nacional investe na construção da imagem de um imperador europeu nos trópicos, criando uma narrativa que elenca momentos incisivos de sua vida, que se confundem com a trajetória e a reunião das fotografias. Desde o interesse prematuro do monarca, ainda aos quatorze anos, pelo recém-inventado daguerreótipo, passando pelas viagens da comitiva real por países de diferentes continentes, ocasiões em que D. Pedro II tirava, ganhava ou adquiria fotos, nota-se a estratégia da FBN em transformá-lo como um dos “maiores mecenas da fotografia no mundo”.

A unicidade do acervo é justificada pelo argumento de que se trata “da maior coleção fotográfica reunida por um chefe de estado do século XIX, no período imediatamente subsequente à descoberta da fotografia”. Aliada ao traço “único e insubstituível”, sublinha-se que o acervo contém uma diversidade temática, perpassando por áreas do conhecimento como

---

refazer o percurso histórico dos objetos museológicos, propondo uma biografia desses acervos. De forma semelhante, arquivos têm investido na busca de informações sobre o processo de incorporação de coleções de documentos às instituições de guarda.

<sup>648</sup> Esse e os demais trechos haspeados, na sequência, acerca da candidatura foram retirados e traduzidos do francês para o português do formulário “*Brésil - La Collection de l'Empereur: La photographie brésilienne et étrangère au XIXème siècle*”.



arquitetura e urbanismo, artes plásticas, astronomia, biologia, medicina, arqueologia e engenharia. A narrativa reforça que “não são somente fotos de família ou de personagens da corte ou de eventos da vida cotidiana, mas trazem o interesse universal do imperador, a coleção possui fotografias que registram todos os aspectos da vida do século XIX”. Nesses termos, D. Pedro II é qualificado como um dos distintos homens que, por ter formação culta e contato com círculos letrados de diferentes nacionalidades, seria capaz de aglutinar uma visão panorâmica entre Brasil e o mundo. A proposição da FBN, consagrada pelo MOW, coroa o imperador como um porta voz legítimo do seu tempo. Dessa forma, a narrativa de construção de valor apresentada sobre as fotografias revela os filtros de uma visão elitizada, alicerçada numa compreensão do século XIX sob a ótica de uma civilização universal, silenciando outras memórias e registros possíveis da vida pública e privada.

A internacionalização da imagem do monarca brasileiro, através do Memória do Mundo, provocou ressonância em outra proposta apresentada posteriormente. Já com o Comitê MOW Brasil em atividade, o Museu Imperial/Ibram submeteu a proposição “Documentos sobre as viagens do imperador D. Pedro II no Brasil e no exterior” em 2012, conquistando o título internacional no ano subsequente. A candidatura consistiu numa tradução adaptada, para os moldes do formulário do MOW Internacional, das versões que obtiveram sucesso junto ao Comitê Brasileiro, em 2010, e na seleção do Mowlac, de 2013. Ou seja, o acervo cumpriu todos os níveis geopolíticos da atuação do Programa, acumulando patrimonializações no interior da Unesco. A sobrepatrimonialização do mesmo acervo pode ser compreendida como uma estratégia de ação das instituições proponentes, que disputam prestígio no âmbito dos três níveis de Comitês do MOW. Ao selecionar 2.210 itens documentais repertoriados entre diários, anotações, cartas, recortes de jornais, roteiros de itinerários e relatórios de despesas, o Museu Imperial associou ao arquivo constituído com série de transformações sócio-históricas:

D. Pedro II empreendeu várias viagens durante os 49 anos de seu reinado, através do Brasil e de quatro continentes, conhecendo novos territórios e outras culturas. A documentação nos permite desenhar um painel do século XIX e a passagem para a modernidade; revela aspectos do pensamento, das descobertas científicas, da diversidade cultural e das paixões políticas, além de analisar as relações diplomáticas entre o Brasil e países de diferentes continentes.<sup>649</sup>

A estratégia de focar no imperador permanece como mote principal da candidatura. Em outras passagens da proposta, D. Pedro II é inserido numa gama de contextos que definem suas

---

<sup>649</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho da candidatura “*Documents regarding the Emperor d. Pedro II’s journeys in Brazil and abroad*”.

características para além dos ‘homens comuns’: habilidade política quando das visitas aos governantes europeus; atento observador nas experiências com populações indígenas durante percurso das viagens; encontro com Gustave Eiffel, em Paris, na Exposição Universal de 1889; e conhecedor das discussões científicas da época, tendo participando de reuniões com Louis Pasteur na Academia de Ciências, na França. Em determinadas passagens da candidatura o biografado e o arquivo parecem se fundir, como se cada um nutrisse o outro reciprocamente. O professor José Murilo de Carvalho, ao concluir sua carta de apoio à proposição do Museu Imperial, salienta que:

Exaustivo no que diz respeito aos detalhes, ele planejou suas viagens, registrou e comentou tudo; ele manteve anotações, esboços, fotos, cartões postais e objetos. Esse legado nos dá um vasto panorama da segunda metade do século XIX que abrange política, história, artes, ciência e costumes. Victor Hugo poderia chamá-lo de 'filho de Marco Aurélio', então, é justo que ele seja considerado parte da memória do mundo – Unesco.<sup>650</sup>

A menção de que D. Pedro II deveria ser considerado “parte da memória do mundo”, ao invés do Memória do Mundo, referindo-se ao Programa, é um pequeno lapso, que traduz a intenção dos proponentes: a partir do acervo documental nominado pelo MOW intenta-se projetar o imperador brasileiro num seletivo cenário de personalidades reconhecidas pelo crivo da Unesco, e lograr o título pretendido. A biografia de D. Pedro II, tornada solene tanto pela narrativa do dossiê de candidatura, quanto pela carta de apoio do professor universitário nos remete simultaneamente às estratégias e táticas do escrito e do ato de escrever, em discussão suscitada por Michel de Certeau.<sup>651</sup> A narrativa da candidatura faz curiosa menção à “diversidade cultural” como painel do XIX identificado nos documentos: salta aos olhos o manejo de um conceito caro às políticas de gestão da cultura na atualidade, sobre o qual a Unesco reivindica a primazia no trânsito simbólico-discursivo.<sup>652</sup> Mateus Pereira e Flávia Sarti oferecem uma chave interessante de leitura para pensarmos os efeitos de dominação e as estratégias acionadas pelos agentes que narram e descrevem o acervo apresentado à Unesco.<sup>653</sup> Submetidos às regras do certame, tais agentes tiram proveito das escrituras

---

<sup>650</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho da carta de José Murilo de Carvalho ao Comitê MOW Internacional, datada de 19/03/2012, recomendando a candidatura apresentada pelo Museu Imperial.

<sup>651</sup> Trata-se da obra “A Invenção do Cotidiano”, de Michel de Certeau.

<sup>652</sup> ALVES, 2010.

<sup>653</sup> Mateus Pereira e Flávia Sarti citam os críticos da análise binária de Michel de Certeau, como Hébrard, o qual adverte que a dupla tática/estratégia pode dizer respeito à própria escrita, que também instaura a sua ordem por meio da “arte de dar golpes”, o que a faz assumir um teor tático que tradicionalmente tem sido reservado somente à leitura (PEREIRA; SARTI, 2010, p. 201).

anônimas<sup>654</sup> que produzem por meio de uma postura de tipo tática: “falseiam golpes de força, negociam alianças, captam reconhecimento ao encobrir escolhas subjetivas com a linguagem neutra da objetividade”.<sup>655</sup> Não há hierarquias entre os leitores instruídos e os produtores das escrituras de poder, todos estão implicados e reconhecem desde o ponto de vista eurocêntrico que se imprime à narrativa do acervo.

Por sua vez, Oscar Niemeyer já era deveras conhecido quando a Fundação de nome homônimo apresentou a candidatura “Coleção arquitetônica de Oscar Niemeyer” ao MOW Internacional em 2012.<sup>656</sup> Ganhadora dos títulos nacional e regional do Programa, ambos no ano de 2008, a construção da proposta internacional contou com o apoio do Comitê Brasileiro. Podemos dizer que a narrativa é ‘amadurecida’ a cada nova proposição, de modo que a Fundação tem oportunidade de agregar novos valores, quer tenha como interlocutor o Comitê Brasileiro ou Internacional: “acrescentaram uma sessão das obras internacionais do Niemeyer. Trabalharam a presença e a importância dele, destacando suas cátedras em universidades do exterior”.<sup>657</sup>

A candidatura articula a biografia do arquiteto com a extensa lista de projetos realizados fora do país, destacando-se as sedes da Organização das Nações Unidas (Nova York, 1947) e do Partido Comunista Francês (Paris, 1965), a Universidade Mentouri de Constantine (Argélia, 1969) e o Centro Cultural Le Havre (França, 1972). A primeira parte do formulário de proposição da candidatura solicita a descrição do patrimônio documental proposto e as razões da proposição. A Fundação Oscar Niemeyer apresenta então a coleção documental, que é composta por 468 conjuntos de croquis, 259 álbuns arquitetônicos e 1.018 conjuntos de plantas, “que constituem um precioso testemunho do trabalho de um artista que marcou a arquitetura internacional do século XX”.<sup>658</sup> Seguem-se as descrições de cada categoria de documentos: “os croquis são o resultado do processo criativo do arquiteto e refletem sua intenção e sua intuição”; os álbuns de arquitetura “possuem também valor excepcional para o estudo do processo criativo do arquiteto, pois são compostos de croquis e de textos explicativos relativos às soluções encontradas”; e “os conjuntos de plantas reúnem

---

<sup>654</sup> Os formulários do Memória do Mundo não solicitam a identificação dos autores da proposta.

<sup>655</sup> PEREIRA; SARTI, 2010, p. 202.

<sup>656</sup> Oscar Niemeyer veio a falecer no dia 05/12/2012, com 104 anos. À época da formalização da candidatura, o arquiteto ainda estava vivo e lúcido, condição destacada na proposta da Fundação Oscar Niemeyer.

<sup>657</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016.

<sup>658</sup> Esse e os demais trechos haspeados, na sequência, foram destacados e traduzidos do francês para o português do formulário “*Collection architecturale d’Oscar Niemeyer (Brésil)*”.

os desenhos técnicos produzidos nas fases de estudos, elaboração e submissão do projeto e nas de construção e aceitação da obra”. E conclui-se:

Porém, mais do que fontes primárias de pesquisa, grande parte desses documentos são verdadeiras obras de arte. Os croquis e os álbuns são documentos originais, raros e quase todos únicos. Não somente revelam os traços das curvas e da poesia que marcaram o trabalho de Niemeyer, mas revelam igualmente o método de trabalho do arquiteto.<sup>659</sup>

Não se trata de uma instituição de guarda ‘generalista’, como o AN e a FBN, mas de uma fundação, mantida pelos herdeiros de Oscar Niemeyer, que se torna dominante no campo. De acordo com Bourdieu, em todo campo se dispõem, com forças mais ou menos desiguais, os dominantes, que ocupam as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, cuja apropriação do capital é desigual, em relação à capacidade que tem para acumular recursos científicos no campo.<sup>660</sup> Nesse sentido, a instituição que possui legitimidade no campo para colecionar e organizar o acervo, lança mão da “estratégia” e dos efeitos dominantes da escrita, que produz novamente a consagração de um bem já consagrado. Potencializa-se a dimensão do legado.<sup>661</sup>

O item 5.0 do formulário trata da avaliação dos critérios de seleção. No primeiro deles, a narrativa da Fundação atesta a “autenticidade” de maneira categórica: “os documentos da coleção da Fundação são autênticos e realizados por Oscar Niemeyer, coletados diretamente de seu escritório”. Sobre a “importância mundial” discorre da seguinte maneira:

O trabalho de Oscar Niemeyer mantém um lugar decisivo na história da arquitetura. Dos cerca de 600 projetos, aproximadamente, projetados por Oscar Niemeyer, 342 estão representados na coleção da Fundação Oscar Niemeyer. Esta é a mais completa coleção existente do trabalho de Niemeyer. Nenhuma outra coleção reúne um volume tão significativo de documentos. Eles são raros, únicos para a maioria e, em muitos casos, as únicas referências existentes de seus projetos que não foram construídos.<sup>662</sup>

No item 6.0, solicita-se uma “informação contextual” sobre a “raridade” do acervo: “os croquis e álbuns arquiteturais da coleção da Fundação Oscar Niemeyer são documentos realizados à mão por Niemeyer, originais, raros e únicos. Croquis similares, de seus projetos mais conhecidos, se encontram em outras coleções. Os desenhos e técnicas são raros e únicos na maior parte dos casos”. E no que tange à “integridade”: “os documentos da coleção da

<sup>659</sup> Candidatura “*Collection architecturale d’Oscar Niemeyer (Brésil)*” apresentada ao MOW Internacional.

<sup>660</sup> BOURDIEU, 1996, p. 104.

<sup>661</sup> A dimensão do legado é novamente referenciada a partir do entendimento de HEYMANN, 2012, conforme tratamos na seção 4.2.4, capítulo 4, do presente trabalho.

<sup>662</sup> Candidatura “*Collection architecturale d’Oscar Niemeyer (Brésil)*” apresentada ao MOW Internacional.

Fundação Oscar Niemeyer fazem parte de uma coleção única, reunida em um só lugar, pertencentes e mantidos por uma instituição sem fins lucrativos cuja missão é preservar esse patrimônio”.<sup>663</sup>

A Fundação Oscar Niemeyer constrói o patrimônio documental através de uma narrativa legitimada sobre os documentos que são descritos como “obra de arte”. Tratados na perspectiva do documento-relíquia, os croquis demonstram por si mesmos sua autenticidade e raridade. A importância mundial do acervo confunde-se com a biografia do arquiteto e com a trajetória da instituição, que atua para garantir a integridade e a acessibilidade do acervo, conforme descrito no formulário: “A coleção pode ser consultada com restrições. Está aberta a pesquisadores sob hora marcada e com informações sobre o assunto da consulta. O acesso à coleção é limitado por motivos de preservação e segurança dos documentos”. Raros são os pesquisadores que detém o capital científico necessário para acessar a relíquia, mas as condições que sustentam a consagração devem estar disponíveis a todos.

A reiteração do simbolismo da figura de Niemeyer coaduna-se à prática de consagrá-lo em diferentes campos do conhecimento. Além da arquitetura, o campo do patrimônio cultural faz uso constante do seu nome como um dos maiores intelectuais do país, tendo no tombamento federal do “Conjunto da obra do arquiteto Oscar Niemeyer” uma das recentes demonstrações da força simbólica do legado.<sup>664</sup>

---

<sup>663</sup> A Fundação Oscar Niemeyer é uma instituição privada sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelo Governo Federal e pelos governos do Distrito Federal e do estado e da cidade do Rio de Janeiro. A criação e administração da Fundação, que teve participação de Oscar Niemeyer e continua tendo ingerência de seus herdeiros, logrou ser um centro de informação e pesquisa voltado para a reflexão e difusão da arquitetura, urbanismo, design e artes plásticas, e para a valorização e preservação da memória e do patrimônio arquitetônico moderno do país. As atividades da Fundação se desenvolvem em três diferentes espaços: a sede, no bairro da Glória, Rio de Janeiro (RJ), em casa que abrigou, na década de 1940, o escritório de Oscar Niemeyer e onde está localizado hoje o Centro de Pesquisa e Documentação; a Casa das Canoas, em São Conrado, também no Rio de Janeiro, antiga residência do arquiteto, com uma exposição permanente sobre Niemeyer e sua obra; e o Espaço Oscar Niemeyer, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Para mais informações, consultar: <http://www.niemeyer.org.br/>.

<sup>664</sup> O Iphan já havia tombado bens isoladamente de autoria de Niemeyer, mas por ocasião do centenário do nascimento do arquiteto, acolheu um novo pedido oriundo do Ministério da Cultura. Gilberto Gil, então ministro da pasta, visitou Niemeyer em dezembro de 2007, quando recebeu uma carta contendo uma relação de bens a serem tombados das mãos do próprio arquiteto. O Iphan abriu o Processo 1.550-T-07 com 28 obras e, na sequência, houve desdobramentos que culminaram nas inclusões de outros bens. Em um dos pareceres do Processo de Tombamento, assinado pelo arquiteto Andrey Rosenthal Schlee, lê-se a seguinte passagem que corrobora com a construção da imagem monumental de Oscar Niemeyer: “Com 104 anos bem vividos e com uma obra surpreendentemente grande e duradoura, Oscar Niemeyer foi estudado, analisado, criticado e historiado por um significativo número de autores. Afinal, estamos falando de um artista pleno do século XX, e que chegou ao XXI revigorado, produzindo arquitetura e promovendo saudáveis polêmicas. Estamos falando de um homem do nosso tempo. Do tempo social e individual de Fernand Braudel. De conjunturas e de acontecimentos. Em última instância, estamos falando do mais importante arquiteto brasileiro de todos os tempos!”.

A iniciativa da Fundação Niemeyer em apresentar a candidatura nos três níveis do Programa Memória do Mundo insere-se num mecanismo de consagração que renova continuamente a figura pública do renomado arquiteto. Luciana Heymann analisa os processos de preservação da memória de uma personalidade pública, como a estratégia de criar instituições voltadas para a “patrimonialização de trajetórias individuais”:

Nesse tipo de empreendimento, os arquivos pessoais ocupam sempre lugar de destaque: por meio do arquivo, preserva-se o personagem, sua atuação, seu ideário, enfim, seu ‘legado’. Nesse movimento, o próprio arquivo é associado à noção de legado, numa relação metonímica em que a parte – os documentos – representa, substitui e comprova o todo – a trajetória. É o estabelecimento dessa relação, por sua vez, que justifica que o acervo se torne ele próprio, objeto de projetos de preservação e valorização.<sup>665</sup>

O título da Unesco para a Fundação Niemeyer, que já detém uma boa estrutura na área da documentação, agrega-se aos valores patrimoniais que sustentam o capital simbólico da figura consagrada do arquiteto. Trata-se aqui da sobreposição de valores do patrimônio cultural que apontam para a sobrepatriomonalização do acervo:<sup>666</sup> os agentes que detém o capital científico e simbólico sobre o legado manejam e retroalimentam as narrativas, e com isso, novamente os capitais envolvidos. Este aspecto se consolida no interior do campo arquivístico brasileiro, sendo uma das características marcantes que perpassam agentes e instituições.

Se as candidaturas individuais do Museu Imperial e da Fundação Niemeyer receberam apoio do Comitê Brasileiro na formulação das propostas, tal envolvimento foi ainda mais evidente nas proposições de modalidade coletiva. A primeira a ser apresentada consistiu na “Rede de informações e contrainformação do regime militar no Brasil (1964-1985)”, resultado de um esforço coletivo de dez instituições,<sup>667</sup> que selecionou 17 fundos documentais produzidos no contexto da ditadura brasileira. Esse conjunto de acervos é parte do volume documental reunido pelo projeto “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, e incluem os documentos públicos produzidos e acumulados por órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação, como os acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI), do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e da Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia

---

<sup>665</sup> HEYMANN, 2009, p. 7.

<sup>666</sup> Ibidem.

<sup>667</sup> Ver Anexo 6 com a lista das dez instituições proponentes.

Federal (Distrito Federal, Minas Gerais e Paraná).<sup>668</sup> Icléia Thiesen salienta que a rede de informações formada pelo Estado brasileiro valeu-se de conhecimentos já consolidados, cujo desempenho foi aprimorado em cursos, como os oferecidos na Escola Superior de Guerra e nos Estados Unidos; tais saberes eram exportados para as ditaduras de países da América do Sul, estendendo e fortalecendo a rede repressiva constituída no Chile, Argentina, Uruguai e Brasil dentre outros países.<sup>669</sup>

A candidatura, apresentada ao MOW Internacional em 2010, mobilizou os “arquivos sensíveis”, qualificados como aqueles “produzidos em regimes repressivos ou totalitários, nos quais os direitos humanos e as liberdades são violados, como as ditaduras do cone sul, as guerras étnicas, as da descolonização, sem esquecer os conflitos civis da atualidade”.<sup>670</sup> Tendo como grande referência o projeto Memórias Reveladas, criado no ano anterior,<sup>671</sup> a proposta de patrimonialização inseriu-se num cenário favorável, cujas discussões amadureciam uma nova legislação de acesso aos documentos no país. Um projeto de Lei deu entrada no Congresso Nacional no mesmo ano, e culminou na “Lei de Acesso à Informação” (LAI) n.º 12.527, de 2011, que trouxe mudanças significativas na classificação dos documentos, além de preconizar o sigilo como uma exceção à regra geral de acessibilidade.<sup>672</sup>

O Comitê Brasileiro do MOW, dirigido por profissionais que ocupavam posições estratégicas no Arquivo Nacional, foi pragmático ao escolher um acervo documental que vinha se constituindo em rede, objeto central das políticas públicas de gestão da memória no período. O idealizador da candidatura, o então diretor-geral do Arquivo Nacional e do

---

<sup>668</sup> Informações retiradas de folder de divulgação do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, distribuído durante o “Seminário Arquivos da Ditadura e Democracia: a questão do acesso”, realizado entre os dias 11 a 13/05/2010 no Arquivo Nacional.

<sup>669</sup> THIESEN, 2011, p. 226.

<sup>670</sup> THIESEN, 2012, p. 3.

<sup>671</sup> A portaria n.º. 204 que criou o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas”, assinada pela então ministra da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, é de 13 de maio de 2009. Contudo, o início do processo de constituição do Memórias Reveladas pode ser apontado de fato em fevereiro de 2005, quando a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República criou um Grupo de Trabalho responsável pelas primeiras discussões em torno da constituição desse grupo de referência, que tinha por objetivo reunir e difundir documentos públicos e privados de interesse público sobre a ação repressora do Estado brasileiro nas décadas de 1960 a 1980, além de informações e acervos sobre desaparecidos políticos. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico>. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei federal n. 12.528, mesmo dia de promulgação da LAI, 18 de novembro de 2011. Tratou-se de um órgão temporário responsável por apurar as violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988; a CNV encerrou suas atividades em 2014, quando entregou um relatório final.

<sup>672</sup> Apesar da extrema relevância, a Lei de Acesso à Informação tem enfrentado grandes dificuldades de aplicação no cotidiano das instituições. Para um balanço crítico da LAI no Brasil ver JARDIM, 2013.

Conarq, além de coordenador do Memórias Reveladas,<sup>673</sup> recebeu apoio da rede de arquivos estaduais,<sup>674</sup> somando-se ao respaldo de instituições do campo arquivístico, do Ministério das Relações Exteriores, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das universidades públicas que explicitaram apoio através de ofícios anexados ao dossiê do MOW. O que revela que a articulação entre o complexo institucional: Memórias Reveladas-Arquivo Nacional-Conarq-Comitê Brasileiro, permitiu além de uma rede de intercâmbio de dados e de troca de capital simbólico e reconhecimento, a atuação bem-sucedida para a patrimonialização do acervo.

O papel protagonista do Arquivo Nacional fortalecia-se nesse cenário: coordenava o Memória Reveladas junto às instituições arquivísticas dos estados da federação, além de participar ativamente do processo de amadurecimento da Lei de Acesso à Informação no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.<sup>675</sup> Por estar dispersa e ter sofrido prováveis apagamentos e distorções, a documentação precisou ser tratada adequadamente pelos arquivos estaduais com intuito de franquear o acesso que, por sua vez, tornou-se o mote central da candidatura, juntamente com a noção de ‘documento-testemunho’:

Acessível a qualquer pessoa, o acervo ora apresentado para registro como Memória do Mundo é um importante testemunho para a história mundial (...) A disponibilização deste acervo na internet constitui, para o Brasil, um marco na democratização do acesso à informação (meu grifo).<sup>676</sup>

No contexto da narrativa polifônica de agentes e instituições do campo arquivístico brasileiro, o agenciamento do documento como testemunho é acionado sob duas óticas: ao supostamente explicitar detalhes dos acordos firmados entre os governos militares e potências ocidentais

<sup>673</sup> Jaime Antunes foi apontado, nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, como o principal articulador da candidatura “Rede de informações e contrainformação do regime militar”. Tentamos, sem sucesso, agendar uma entrevista com o ex-diretor-geral do AN depois da sua saída da instituição, ocorrida em janeiro de 2016.

<sup>674</sup> No âmbito do “Memória Reveladas”, foram firmados acordos entre a União e os governos estaduais detentores de acervos do período do regime militar, com vistas a integrar esses documentos ao Banco de Dados Memórias Reveladas, disponível no Portal do Centro de Referência ([www.memoriasreveladas.gov.br](http://www.memoriasreveladas.gov.br)). Com a gestão técnica do Arquivo Nacional, o projeto permitiu a captação de recursos para apoiar atividades de preservação, organização e difusão de acervos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) nos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Rf.: Folder de divulgação do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, 2010.

<sup>675</sup> O AN permaneceu na Casa Civil até janeiro de 2011, quando foi transferido para o Ministério da Justiça. Foi o principal articulador da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas, que resultou no banco de dados disponível no portal Memórias Reveladas, o qual oferece informação e, em muitos casos, cópia digital de documentos sobre investigações e diligências policiais-militares, cassações de direitos, controle individual de pessoas, associações e organizações tidas como suspeitas, acordos militares, Lei de Segurança Nacional, entre outros temas. Rf.: Folder de divulgação do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, 2010.

<sup>676</sup> Esse e os demais trechos haspeados, na sequência, foram destacados e traduzidos do inglês para o português do formulário “*Network of Information and counter Information on the military regime in Brazil (1964-1985)*”.



sob a alegação do ‘perigo comunista’, e ao trazer informações imprescindíveis para o esclarecimento dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro na repressão de opositores ao regime ilegítimamente constituído a partir de 1964, como parte do esboço de uma política de reparação às vítimas.<sup>677</sup>

Assim, tendo em vista a nomeação desse conjunto documental, que “constituirá importante chancela e reforçará a estratégia política de valorização dos acervos”,<sup>678</sup> a narrativa da candidatura segue contemplando os critérios de “autenticidade” e “raridade” solicitados pelo formulário: “Os documentos que integram o acervo são autênticos, tendo sido produzidos e acumulados no decorrer das atividades desenvolvidas pelos órgãos produtores”.

A documentação proposta à nomeação é, sem dúvida, singular e insubstituível, sendo fundamental para a construção da história dos regimes de exceção na América Latina na segunda metade do século XX e para a defesa dos direitos humanos. [...] A historiografia brasileira sobre o período, até então restrita a ter como fontes relatos de militantes de organizações clandestinas e arquivos particulares, pode agora ser ampliada com pesquisas baseadas em novos documentos, objetos e abordagens<sup>679</sup>.

O valor atribuído aos documentos, portanto, é imiscuído com o ineditismo do acesso possibilitado pela justiça brasileira. “Integrados por documentos originais, os conjuntos propostos são únicos e insubstituíveis, constituindo, ademais, prova evidente da maneira como o Estado brasileiro se organizou para a manutenção do regime de exceção”.<sup>680</sup> O sentido de documento-prova igualmente encontra ressonância na avaliação do Conselho Consultivo Internacional (CCI) do MOW:

Este é um importante complexo de referência para o estudo das consequências da Guerra Fria na América Latina e uma fonte primária de pesquisa sobre a colaboração instigada pelos Estados Unidos nos países do Cone Sul onde as ditaduras foram promovidas como parte de uma operação regional (Plano Condor) que resultou em violação sistemática dos direitos humanos dos nacionais, bem como dos estrangeiros residentes nesses países, entre 1976 e 1980. A importância destas coleções decorre não só da sua capacidade de esclarecer os métodos de espionagem do regime militar e da

---

<sup>677</sup> HEYMANN; ARRUTI, 2012. Icléia Thiesen avalia que passados mais de trinta anos da Lei de Anistia de 1979, os traumas e a sensação de injustiça permanecem, em especial nas famílias que não conseguiram enterrar seus entes mortos durante a ditadura brasileira. A ausência de responsabilização àqueles que cometeram crimes contra os direitos humanos sustenta o esquecimento coletivo, dificultando a superação desse período dramático (THIESEN, 2011, p. 17-18).

<sup>678</sup> Trecho retirado e traduzido do inglês para o português da candidatura “*Network of Information and counter Information on the military regime in Brazil (1964-1985)*”.

<sup>679</sup> Trecho retirado e traduzido do inglês para o português da candidatura “*Network of Information and counter Information on the military regime in Brazil (1964-1985)*”.

<sup>680</sup> Trecho retirado e traduzido do inglês para o português da candidatura “*Network of Information and counter Information on the military regime in Brazil (1964-1985)*”.

sua polícia, mas também pelo seu valor de prova para as vítimas da repressão<sup>681</sup> (meus grifos).

Ao longo do formulário preenchido, existem cartas que apoiam a candidatura e referendam a importância das pesquisas em torno do tema da ditadura no Brasil. A Operação Condor é destacada pela professora italiana Giulia Barrera (*Northwestern University*) e pelo professor brasileiro Carlos Fico (UFRJ) como acordo nutrido pelos governos ditatoriais sul-americanos com apoio decisivo dos Estados Unidos.

Apesar das duas candidaturas estarem inseridas no contexto histórico da Guerra Fria e de redefinição da supremacia dos países num novo cenário geopolítico, a candidatura intitulada “Vida e trabalho de Ernesto Che Guevara: dos manuscritos originais da sua adolescência e juventude ao diário de campanha na Bolívia”, que teve como proponentes Cuba e Bolívia, mostrou-se mais eficaz em causar fissuras diplomáticas,<sup>682</sup> que os arquivos da ditadura, apresentados pelo Brasil, que expõem a intervenção dos Estados Unidos em regimes ditatoriais na América Latina. A ata da reunião do CCI não se preocupou em ocultar a informação sobre o Plano Condor, que poderia sob perspectivas diferentes daquelas que se instauraram entre Cuba e os Estados Unidos, causar uma nova celeuma na Unesco. De todo modo, o processo de constituição dos acervos como patrimônio fica sujeito às idiossincrasias das ações hegemônicas e contra-hegemônicas dos sujeitos e nações envolvidos. Quando se tratam de ‘documentos-prova’ como enunciados pelos agentes que chancelam os documentos produzidos pelas ditaduras militares latino-americanas, impõe-se a retórica dessas questões: quem pode contestá-los? Quem tem o poder e o respaldo político para apresentar candidaturas? Por que alguns reconhecimentos causam fissuras e até rupturas no tabuleiro de movimentação política das Nações Unidas?

A primeira candidatura binacional tendo o Brasil como principal articulador manteve a temática da ditadura militar no centro da patrimonialização de acervos documentais. Trata-se do “Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (Clamor)”, apresentado ao MOW Internacional pelo Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho (Cedic) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pelo *Archivo General de la Nación – AGN (Uruguay)* em 2014.<sup>683</sup> Apesar de

---

<sup>681</sup> Minha tradução do inglês para o português de trecho do “*10th Meeting of the International Advisory Committee*”, realizado em Manchester, no Reino Unido, entre os dias 22-25 de maio de 2011.

<sup>682</sup> Conforme destacamos na introdução da tese, o título de Memória do Mundo aos diários de Che Guevara foi muito contestado pelos Estados Unidos no âmbito da Unesco e por órgãos da imprensa norte-americanos.

<sup>683</sup> A nomeação internacional foi conquistada em 2015, completando os níveis do MOW Brasil (nomeação nacional de 2007) e o Mowlac (nomeação regional de 2012).

existir a possibilidade de enviar candidaturas coletivas desde o início do Memória do Mundo, o Comitê Brasileiro adotou essa estratégia somente a partir da proposição do Fundo Clamor. E tal medida tornou-se costumeira desde então, conforme salienta Júlio Barroso:

Quando apresentamos uma candidatura coletiva, nós sustentamos e evidenciamos, claramente, que ela tem um interesse para além dos limites de um Estado. A outra coisa também é porque regimentalmente cada país pode oferecer até duas candidaturas próprias por edital, mas pode oferecer quantas candidaturas quiser desde que em associação com outros países. Então essa é uma boa estratégia para aumentar o número de candidaturas e eu tentei incentivar muito isso.<sup>684</sup>

A estratégia do Comitê Brasileiro em convidar uma instituição uruguaia para apoiar a candidatura apresentada pelo Cedic/PUC-SP ancora-se no desejo de aumentar as chances de obtenção do título da Unesco. Assim como as instituições são as responsáveis por fazer o Programa funcionar, numa lógica em que ratificam o prestígio da iniciativa e se prestigiam com o reconhecimento, os agentes fortalecem seus próprios capitais simbólicos em fóruns de participação altamente seletivos como Comitê Consultivo Internacional. Ademais, a possibilidade de congregar mais de um país em torno de uma proposição reitera o discurso performático da Unesco, na medida em que os Estados-Membros podem construir projetos memoriais coletivos sem maiores embates.

A proposição abarca o arquivo constituído a partir do funcionamento do Clamor no período de 1978 e 1991; São Paulo era a base operacional da organização, responsável por oferecer solidariedade aos refugiados políticos e seus familiares oriundos de países da América do Sul, em especial do Uruguai, Argentina, Bolívia, Paraguai e Chile à época dos regimes militares. A documentação reúne itens textuais, iconográficos e sonoros relativos às atividades de organizações de defesa dos direitos humanos; relatórios que divulgam nomes e as atuações de presos e desaparecidos políticos; e discursos, além de peças jurídicas e reflexões acerca do conturbado contexto de repressão. O Clamor se estruturou a partir da iniciativa de ativistas de formação humanística e ecumênica,<sup>685</sup> tendo como princípio norteador o intuito de denunciar os crimes e a violência sistemática cometidos pelos governos latino-americanos ditatoriais, através da divulgação de informações. Em certos trechos da

<sup>684</sup> Entrevista concedida por Júlio Barroso, no Rio de Janeiro/RJ, em 05/04/2016.

<sup>685</sup> Os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh e Michael Mary Nolan, além dos religiosos Jaime Wright (reverendo presbiteriano) e Dom Paulo Evaristo Arns (cardeal arcebispo de São Paulo) foram os principais responsáveis pela criação do Clamor no Brasil. Importa frisar que Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns foram, também, os coordenadores do Projeto “Brasil Nunca Mais”, cuja documentação hoje se encontra no AEL/Unicamp e que tem uma importância significativa por sistematizar centenas de cópias de processos do Superior Tribunal Militar na tentativa de esclarecer a situação de presos, desaparecidos e mortos em decorrência dos crimes cometidos à época da ditadura militar.

candidatura ao Memória do Mundo, o Cedec/PUC-SP<sup>686</sup> assume a prerrogativa de gestar um acervo respeitoso às memórias individuais:

Uma das tarefas mais importantes realizadas pelo Clamor foi a organização de uma lista de pessoas desaparecidas na Argentina, totalizando 7.291 nomes. O objetivo era mostrar que cada um dos milhares de desaparecidos era uma esposa, um pai, uma mãe, um filho, com uma identidade, não um número ou uma abstração.<sup>687</sup>

O compromisso do proponente em iluminar histórias de vida encontrava correspondência na razão de existência do Clamor. Encerrado no ano de 1991 pelos próprios organizadores, quando avaliaram que os países do Cone Sul desfrutavam de melhores condições sócio-políticas, o acervo foi transferido para o centro de documentação da PUC-SP, onde as memórias individuais continuam sendo nutridas dialogicamente a partir da memória coletiva do período da ditadura.

Entretanto, conforme salienta a candidatura, “o Fundo Clamor é importante não apenas para preservar a memória daqueles atos de solidariedade e resistência, mas também porque pode fornecer evidências para reivindicações de reparações e outros atos de justiça nos dias de hoje”<sup>688</sup>. Para além das memórias organizadas e descritas, que recebem identidade e importância no acervo, a narrativa que a proposição permite fazer dos documentos reivindica a noção de “dever de memória”, como um caminho legítimo de reconhecer os abusos sofridos por sujeitos e grupos políticos e de reparar, com isso, o sofrimento causado pela participação decisiva do Estado.<sup>689</sup> A proposição coletiva da “Rede de informações e contrainformação do regime militar”, igualmente evidencia o valor de prova dos documentos em prol das vítimas da repressão. Conforme pondera Icléia Thiesen, não por acaso o campo arquivístico tem suscitado a ideia de “dever de arquivo”, com base na ação política de coibir o esquecimento e induzir a reparação social de indivíduos e grupos violentados:

É fácil perceber que o dever de arquivo caminha ao lado do dever de memória, pois o contexto de formação de tais ideias coincide com o das lutas pela verdade, decorrentes dos embates provocados pelos conflitos mundiais,

---

<sup>686</sup> O Cedec/USP concentra todos os documentos do acervo do Clamor e foi a instituição responsável pela escrita da candidatura ao MOW Internacional. O *Archivo General de la Nación – AGN (Uruguay)* concedeu apoio formal à proposição, evidenciando que a estratégia de obtenção do título, via candidatura coletiva binacional, foi oriunda do Comitê Brasileiro.

<sup>687</sup> Trecho retirado e traduzido do inglês para o português da candidatura “*Committee for the Defense of Human Rights in the Countries of the Southern Cone - Clamor*”.

<sup>688</sup> Trecho retirado e traduzido do inglês para o português da candidatura “*Committee for the Defense of Human Rights in the Countries of the Southern Cone - Clamor*”.

<sup>689</sup> HEYMANN, 2006, p. 7.

as guerras de descolonização, as ditaduras do cone sul e, mais recentemente, as guerras de limpeza étnica.<sup>690</sup>

Nesse sentido, a obtenção do título da Unesco contribui com um movimento político mais amplo de iluminar documentos que evidenciam o terrorismo de Estado, retirando-os da “zona cinzenta”, como denuncia Primo Levi, ou da “memória subterrânea”, como conceitua por Michael Pollak.<sup>691</sup>

A patrimonialização de acervos da ditadura pelo MOW abarcou outros países latino-americanos: Argentina, Chile e Paraguai receberam o título internacional por candidaturas que dialogam com as duas proposições brasileiras, destacando memórias em consonância com os direitos humanos: “Arquivo dos Direitos Humanos do Chile” foi nominado em 2003; “Patrimônio documental dos Direitos Humanos, 1976-1983: Arquivos para verdade, justiça e memória na luta contra o terrorismo de Estado” propiciou o título do MOW Internacional à Argentina em 2007; e “Os Arquivos do Terror”, do Paraguai, recebeu a nomeação no ano de 2009. Além dos países latino-americanos, o CCI do Programa aprovou propostas oriundas de todas as áreas geopolíticas da Unesco tais como: “Processo do Tribunal Penal nº 253/1963 – Estado versus Nelson Mandela” (África do Sul, 2007); “Arquivo do Museu do Genocídio Tuol Sleng” (Camboja, 2009); “Diários de Anne Frank (Holanda, 2009); e “UNRWA – Arquivos de fotos e filmes dos refugiados palestinos (Palestina, 2009)”.

Numa perspectiva comparativa com a Lista do Patrimônio Mundial (1972), o Programa Memória do Mundo (1992) tem se desviado, por vezes, do perfil conservador,<sup>692</sup>

---

<sup>690</sup> THIESEN, 2011, p. 218-219.

<sup>691</sup> Icléia Thiesen faz uma leitura interessante de ambos os autores para pensar a documentação relativa à ditadura civil-militar brasileira. Sobre a “zona cinzenta”, a historiadora discorre que “a expressão criada por Primo Levi para definir o colaboracionismo de prisioneiros dos campos de concentração pode definir aqui um conjunto de episódios relativos à história da ditadura que ainda se encontram nebulosos, seja porque estão encobertos por segredos, seja porque os documentos com suas mediações ainda não estão disponíveis para análise” (THIESEN, 2011, p. 18). Já a “memória subterrânea”, referendada por Pollak, “permanece em silêncio, mas viva, à espera de condições sociais para sua emergência. Ao aflorar, coloca em cheque a história enquadrada e conhecida. Informações sobre o passado movimentam as diferentes versões dos acontecimentos que passam por processos sucessivos de negociação, em relações de poder que refletem a força e a coesão de grupos e instituições envolvidos” (THIESEN, 2011, p. 221).

<sup>692</sup> A geógrafa Simone Scifoni destaca que passados vinte anos da publicação da Convenção de 1972, “havia uma concentração de bens tombados na Europa, especialmente representativos da história clássica, constituindo mais de 50% do total, com mais de 30% somente na Espanha e Itália” (SCIFONI, 2003, p. 87). Ainda de acordo com a autora, essa tendência começou a se reverter a partir do início dos anos 2000, com a inclusão de novos bens externos ao continente europeu. Para além do movimento de descentralizar a localização dos bens, cumpre assinalar algumas mudanças, ainda tímidas, no viés valorativo de alguns dossiês do WHC. Ao nosso ver essas são as mais significativas, pois nada garante que a desconcentração de bens para outras regiões do mundo garantirá uma abordagem menos eurocêntrica – num exemplo hipotético, é possível patrimonializar um bem cultural africano a partir de uma narrativa do ponto de vista eurocêntrico. Caso pensem na presença de bens brasileiros na Lista do Patrimônio Mundial, o Cais do Valongo na cidade do Rio de Janeiro foi o primeiro sítio do país a ser reconhecido segundo a perspectiva de reconhecimento dos grupos socialmente excluídos. A inscrição ocorreu em 2017, depois de 20 sítios brasileiros terem sido inscritos na Lista da Unesco.

uma tentativa de compreender isso consiste em ter em vista que o MOW é contemporâneo à reestruturação da Unesco no início da década de 1990. Conforme assinalamos no capítulo 1, a agência referenda que as práticas nos arquivos se alinhem à defesa dos direitos humanos, segundo estão descritos nos instrumentos da ONU.<sup>693</sup> Icléia Thiesen também destaca que a Unesco tem se interessado, desde os anos 1990, por acervos constituídos em contextos de violação de direitos humanos; a parceria com o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) viabilizou a constituição de grupos de especialistas com o intuito de criar boas práticas na lida com arquivos sensíveis, os quais se encontram envoltos às memórias e histórias de conflitos, disputas e sensibilidades.<sup>694</sup> As realizações de encontros internacionais acerca do tema desdobraram-se em novas frentes de trabalho:

Confrontados com a tarefa considerável de realizar levantamento dos arquivos dessa natureza existentes em países que viveram regimes repressivos, assim como estabelecer um código de deontologia para o tratamento de tais arquivos, cujas informações estariam disponíveis para uso dos novos governos desses países, tornou-se imprescindível definir ‘arquivos da repressão’, assim como ‘instituições de repressão’.<sup>695</sup>

A patrimonialização de acervos sensíveis pelo MOW merece, nessas circunstâncias, ser constantemente problematizada. Valorar um determinado arquivo produzido num contexto de violação de direitos humanos pode corroborar com visões limitadas e omissas, ainda mais se os principais produtores foram os órgãos do governo responsáveis pelas perseguições, torturas, desaparecimentos e prisões daqueles considerados opositores. Em suas pesquisas sobre a ditadura militar no Brasil, Icléia Thiesen alerta para os riscos a que estamos sujeitos nas nossas investigações:

O que poderia ser um *tesouro* a ser recuperado no plano das lutas sociais pelo acesso aos arquivos pode se tornar uma *miragem* quando examinamos mais detidamente. Isto porque, embora se trate de documentos autênticos, sua existência não garante a veracidade das informações que eles contêm. Trazem a marca da suspeita por terem sido produzidos em episódios marcados pela violência de situações-limite, como sequestros, torturas e outras violações dos direitos humanos.<sup>696</sup>

Bastante acionado pelo Memória do Mundo nas suas avaliações, o critério de autenticidade mostra-se insuficiente para os julgamentos das propostas de arquivos sensíveis. Para além da busca do autêntico, o dever de memória e o dever de arquivo despontam como horizontes a serem acionados nesses processos de patrimonialização.

---

<sup>693</sup> FERRO, 2014, p. 168.

<sup>694</sup> THIESEN, 2012, p. 7-8.

<sup>695</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>696</sup> THIESEN, 2012, p. 7.

Por fim, a última das candidaturas brasileiras nominadas pelo MOW Internacional em 2015: “A Guerra da Tríplice Aliança: representações iconográficas e cartográficas”. Assim como a proposição do Clamor, Brasil e Uruguai apresentaram a proposição binacional de acordo com que o MOW permite no edital: “dois ou mais países poderão apresentar propostas conjuntas relativas a coleções divididas entre diferentes proprietários ou custódios. Esse tipo de colaboração é fortemente encorajado”.<sup>697</sup> Se as candidaturas podem abranger mais de dois países, por que a Argentina ficou de fora do conjunto de instituições proponentes, distribuídas entre oito brasileiras e uma uruguaia?<sup>698</sup> A pergunta mais constrangedora que se impõe é outra: como sustentar um tipo de candidatura que toca em questões sensíveis e traumáticas, sem envolver o povo paraguaio?

Quando indagados sobre como foram as tratativas com os paraguaios, os agentes do Comitê MOW Brasil reagem assim:

Não foi um ponto polêmico o Paraguai ter ficado de fora porque a documentação que o Paraguai possui sobre a Guerra do Paraguai foi copiada do acervo do Arquivo Nacional. Uma realidade do final da guerra é que o Paraguai não ficou com a documentação, o país foi arrasado. O Ministério das Relações Exteriores nos pediu essa colaboração, digitalizamos e mandamos tudo que tínhamos do Paraguai para lá.

Foi escolhida propositalmente a documentação iconográfica para evitar a interpretação ideológica da Guerra do Paraguai, já que com a imagem não tem como negar o que está acontecendo. Foi feita uma consulta ao Paraguai, ao Comitê Paraguaio se ele teria algum óbice a essa candidatura, porque o que a gente não queria era uma polêmica de ofender o Paraguai, e o Paraguai chegar no Comitê Internacional e fazer um protesto como houve em outros casos. E o governo paraguaio muito civilizadamente disse: ‘- Não temos nenhum óbice à candidatura. É história, apoiamos a sua preservação’.<sup>699</sup> (meus grifos)

Paulo Peixoto, um dos colaboradores da candidatura, relata que houve consultas às instituições argentinas, paraguaias e uruguaias. A Argentina alegou dificuldades operacionais e, por isso, segundo ele, não se habilitou, enquanto que o Paraguai decidiu participar somente às vésperas da submissão, num momento em que a viabilidade da participação já teria expirado.<sup>700</sup>

---

<sup>697</sup> UNESCO, 2002, p. 26.

<sup>698</sup> O Anexo 6 permite a visualização completa dos proponentes dessa candidatura.

<sup>699</sup> Entrevista concedida por Sônia Scarpa, no Rio de Janeiro/RJ, em 28/03/2016. Não identificamos, dentre o acervo reunido pelo Comitê MOW Brasil que nos foi franqueada a consulta, qualquer documento que fizesse menção à consulta ao Paraguai.

<sup>700</sup> Entrevista concedida por Paulo Peixoto, no Rio de Janeiro/RJ, em 22/03/2016.

Em busca dos documentos autênticos para compor a candidatura, supõe-se que o único registro da memória da guerra que o Paraguai possui refere-se às cópias enviadas pelo AN ao país. Aqui está em jogo a posição de poder que as instituições de guarda oficiais ocupam na identificação dos acervos legítimos que poderão ser valorizados pelo MOW, desconsiderando-se outros tipos de documentos não oficiais que inclusive, dado o recorte temporal adotado na candidatura, de 1857 a 1908, tenham sido produzidos *a posteriori* à guerra e possam fazer referência à memória da guerra no Paraguai.<sup>701</sup>

Ao apresentar “A Guerra da Tríplice Aliança que emerge das fontes fotográficas”, a candidatura assim descreve o acervo:

A história política e militar da Guerra da Tríplice Aliança é facilmente compreendida por causa da enorme historiografia sobre o evento; textos produzidos a partir de documentos escritos, de documentos oficiais escritos. No entanto, a compreensão do conflito poderia ser interpretada ou mesmo alterada, com o surgimento de novas fontes. Os comandantes militares agora apareciam cercados por soldados recrutados e Voluntários da Pátria, muitos índios, mulatos e negros. Morte e pobreza aparecem no fotojornalismo dos campos de batalha: uniformes rasgados, prisioneiros paraguaios, populações locais famintas e as ruínas das fortificações paraguaias. Mas a religiosidade popular também estava presente com o registro de procissões religiosas nos campos brasileiros. Imagens dos acampamentos mostram a interação entre os comandantes e aqueles sob comando e sua diversidade étnica.<sup>702</sup>

A descrição dos documentos fotográficos, litográficos, iconográficos e cartográficos procura evidenciar o ponto de vista ou a participação de mulheres, crianças e de soldados negros, assim como a convivência diária entre comandantes militares e soldados nos acampamentos e fortificações da guerra. A candidatura associa, portanto, o ineditismo da proposta, supondo que tais documentos sejam pouco estudados no conflito, à possibilidade da “apreensão sociocultural da guerra”<sup>703</sup>, indicando esses aspectos para construir a significância mundial do acervo. Oferece-se, apesar da resistência do discurso dos agentes proponentes, uma versão sobre a guerra:

De um lado, levou à completa destruição da organização econômica paraguaia e a um fraco posicionamento no cenário geopolítico regional. Por

<sup>701</sup> Dentre os fundos reconhecidos Memória do Mundo, estão incluídos estudos de desenhos de artistas que se ancoram em narrativas dos vencedores. Incluem-se os desenhos e esboços de pinturas históricas de Vitor Meireles, Pedro Américo, Eduardo De Martino e Diógenes Héquet, artistas conhecidos por representarem o triunfo da monarquia; além das imagens fotográficas de Luiz Terragno, Marc Ferrez, Carlos César, Zugarramurdi, Manuel Seron, Juan Carlos Hallemand e Javier López. Podemos supor que a inclusão de outras perspectivas documentais que abarcassem a percepção e a memória de como os paraguaios vivenciaram a guerra, poderia se coadunar à perspectiva de valorização do diálogo e da paz, missão preconizada pela Unesco.

<sup>702</sup> Trecho retirado e traduzido do inglês para o português da candidatura “*The War of the Triple Alliance: Iconographic and Cartographic presentations*”.

<sup>703</sup> Trechos retirados e traduzidos do inglês para o português do formulário “*The War of the Triple Alliance: Iconographic and Cartographic presentations*”.



outro lado, a vitória, paradoxalmente, não trouxe prosperidade aos demais países. [...] É especialmente, nesse sentido, que não há vencedores nem vencidos.<sup>704</sup>

Para Júlio Barroso, a proposição não configura um problema diplomático com o Paraguai: “a gente optou por não fazer um viés triunfal. O viés era basicamente a questão da iconografia, da cartografia, a questão da etnografia da região”.<sup>705</sup> A potencialidade das imagens enquanto fonte de pesquisa é, contudo, subestimada diante da evocação de seu papel para silenciar e neutralizar o conflito.

Temos a hipótese de que a escolha pela terminologia “Guerra da Tríplice Aliança” ao invés de “Guerra do Paraguai”, fartamente utilizada na historiografia brasileira,<sup>706</sup> demonstra a tentativa de “enquadrar a memória”,<sup>707</sup> apaziguando a aniquilação do país vizinho. Somente numa passagem do formulário, a nomeação se torna completa, incluindo o oponente paraguaio:

As instituições proponentes apresentam documentação iconográfica e cartográfica referente à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, produzida pela Secretaria de Estado e Negócios da Guerra, por pessoas que participaram do evento, bem como coletada, transferida ou comprada (compra e doação) para arquivos públicos e privados<sup>708</sup>. (meus grifos)

A ausência de referências ao termo “Guerra do Paraguai” pode ser interpretado como uma tentativa de nuançar, enfim, os efeitos traumáticos do conflito na memória coletiva.

A primeira versão da candidatura ocorreu no edital brasileiro de 2009, quando o Arquivo Histórico do Exército formalizou a proposição “Fundo Guerra do Paraguai”. Os documentos são em sua totalidade manuscritos, reunidos a partir das atividades do Ministério da Guerra entre 1864 a 1870, que “tratam desde a administração militar, movimentação das tropas, requisições de materiais, até o transporte de prisioneiros paraguaios para o Brasil”.<sup>709</sup> A organização dessa documentação para apresentá-la como “Memória do Mundo do Brasil” segue a perspectiva oficial das Forças Armadas acerca do conflito, em que se destacam “informações sobre recrutamento, armamento, treinamento, transporte e cuidados médicos”

<sup>704</sup> Trecho retirado e traduzido do inglês para o português da candidatura “*The War of the Triple Alliance: Iconographic and Cartographic presentations*”.

<sup>705</sup> Entrevista concedida por Júlio Barroso, no Rio de Janeiro/RJ, em 05/04/2016.

<sup>706</sup> Em recente tese de doutorado, o historiador Rodrigo Goyena Soares utiliza o termo “Guerra do Paraguai” ao longo de todo o trabalho (SOARES, 2017).

<sup>707</sup> POLLAK, 1989.

<sup>708</sup> Trecho retirado e traduzido do inglês para o português da candidatura “*The War of the Triple Alliance: Iconographic and Cartographic presentations*”.

<sup>709</sup> Candidatura “Fundo Guerra do Paraguai” apresentada ao MOW Brasil em 2009.

pelo olhar dos “comandantes e oficiais”, assim como dos “combatentes anônimos”, e a justificativa sobre a autenticidade do acervo é assim exposta: “É uma documentação autêntica composta por Ordens do Dia (impressas) relativas aos diversos comandos durante a Campanha e correspondência entre as autoridades aliadas (brasileiras, argentinas e uruguaias) em códices manuscritos”<sup>710</sup>.

Já a proposição aprovada no Comitê Regional (Mowlac), em 2013, trouxe mudanças significativas, somando-se oito instituições aos proponentes: Arquivo Histórico e Mapoteca Histórica do Itamaraty, Arquivo Nacional, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Fundação Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu Nacional de Belas Artes e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Houve, ainda, o apoio do Ministério das Relações Exteriores, e a alteração do nome da candidatura para “A Guerra da Tríplice Aliança: representações iconográfica e cartográfica” – que se manteve na apresentação ao MOW Internacional no ano subseqüente. Vemos que se emprega a retirada da alcunha “Guerra do Paraguai”, substituindo-a pela expressão “Tríplice Aliança”, transmitindo a ideia de união de forças em prol de um objetivo comum. Além disso, o destaque agora é conferido aos tipos de gênero documental – iconográfico e cartográfico – contrapondo-se ao termo generalista “fundo” utilizado pelo Arquivo Histórico do Exército na candidatura nacional.

Então a candidatura da Guerra do Paraguai foi muito interessante porque nós formamos uma equipe muito unida, muito coesa. Liderada aqui pelo Museu Imperial, mas tínhamos colegas do Arquivo do Exército, do Museu da Marinha, do Itamaraty. [...]

O que nós pensamos desde o início era escolher um tema ou uma temática que contemplasse a diversidade dos conjuntos. E ao mesmo tempo fosse robusta no sentido de dar conta dessa questão tão polêmica, tão delicada. E escolhemos a documentação iconográfica. Nós inserimos cartografia e imagens, enfim, desenhos ou mesmo pinturas sobre papel, produzidas no período da Guerra até o século XX. E uma vez definido o escopo [...] nós passamos a atuar efetivamente no âmbito da comissão de redação, que atuou de forma muito diretiva. Foi interessante contar com os militares porque nesse sentido eles são muito rigorosos em termos de disciplina. Na elaboração desse dossiê não houve nenhuma discussão, nenhum questionamento, conflito, muito pelo contrário. A atuação da comissão foi muito plena, muito harmoniosa. Após a elaboração do texto, as instituições participantes concordaram de forma efetiva com os termos e com a proposição feita.<sup>711</sup>

A participação de agentes de instituições museológicas, arquivísticas e militares na construção do argumento da candidatura transcorreu com a ausência de conflito e de

<sup>710</sup> Candidatura “Fundo Guerra do Paraguai” apresentada ao MOW Brasil em 2009.

<sup>711</sup> Entrevista concedida por Paulo Peixoto, no Rio de Janeiro/RJ, em 22/03/2016.

questionamentos. Essa parece ser a condição necessária para a gestão da memória: a coesão do trabalho de reunião e ordenamento do acervo, que deverá se refletir igualmente na coerência e na harmonia de visões que se deseja para a conformação da memória. Evitam-se abordagens que possam suscitar polêmicas a partir de um tema amplamente debatido na historiografia<sup>712</sup>. Gostaríamos de inferir que o acervo apresentado como documento-monumento, do mesmo modo opera a monumentalização do evento histórico, desconsiderando a prática historiográfica crítica, que se faz no intercâmbio e no confronto de leituras.

“É uma boa postulação com impacto na América do Sul, trata-se da reunião de nove instituições: um conjunto documental importante, de valor pertinente. Recomenda-se postular ao registro internacional. Aprova-se a inscrição”.<sup>713</sup> A ata da reunião do Mowlac que inscreve o acervo sobre a Guerra da Tríplice Aliança como Memória do Mundo - realizada no período de 23 a 25 de outubro de 2013 na cidade de Lima, no Peru – não trouxe informação sobre os debates que podem ter ocorrido entre os membros do Comitê Regional. A presença do paraguaio Alfredo Boccia, qualificado como “ativista em direitos humanos” e um dos novos integrantes que tomavam posse no Mowlac, é mencionada em relação às conversas realizadas com a diretora do *Archivo Nacional do Paraguay* com o intuito de incentivar proposições ao Programa; não houve representante argentino, ao passo que participaram do encontro um uruguaio e três brasileiros.

Os registros iconográficos e cartográficos são representações datadas, imbuídas de intencionalidades e parcialidades; diferentemente do que almejavam os proponentes da candidatura, o manejo de tais fontes abre novos *fronts* de interpretação. Podemos pensar que se trata de um contrassenso que um Programa da Unesco, ao longo de processos de patrimonialização de acervos que acionam memórias em torno da guerra, furte-se em provocar o diálogo com os países envolvidos, enfrentando as diferentes narrativas geradas durante o conflito ou em torno de narrativas ulteriores. Investir em silenciar as oposições ou polêmicas suscitadas pelos documentos traz para o primeiro plano os embates e mal-entendidos em torno da gestão da memória, como o reascendido entre a China e o Japão em razão dos “Documentos do Massacre de Nanquim”.

---

<sup>712</sup> Para um panorama geral da produção historiográfica brasileira acerca da Guerra do Paraguai ver GARCIA, 2014. Dentre os vários títulos já publicados, destaca-se a perspectiva crítica de SALLES, 1990.

<sup>713</sup> Minha tradução do espanhol para o português de trecho da “XIV Reunión del Mowlac, Comité Regional para América Latina y el Caribe – Programa Memoria del Mundo de la Unesco. Lima, octubre 23 al 25, 2013”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou provocar reflexões e rendimentos teóricos acerca das possibilidades da relação entre patrimônio e documento. Os conceitos foram apreendidos enquanto parte de campos distintos do conhecimento, mas a análise não privilegiou uma leitura de mão única, em que o documento figura apenas como receptor dos agenciamentos que hoje o campo do patrimônio é capaz de exercer. Pelo contrário, o foco de nossa atenção jogou luz sobre a ‘ponte’ semântica estabelecida pelo “patrimônio documental”, com consequências tanto para o debate historiográfico, como para a instrumentalização política em curso nos organismos internacionais, tomada por disputas e reapropriações em torno da gestão da memória.

Procuramos demonstrar as vicissitudes propiciadas por essa ‘ponte de significados’ passíveis de problematizações. Apesar do campo arquivístico se apropriar de conceitos do campo do patrimônio cultural, facilitando a construção de terminologias como “patrimônio documental”, este último se torna praticamente incomensurável quando é traduzido apenas pelas características físicas daquilo que se vê, ao invés de evidenciar as intencionalidades e os agenciamentos do documento que se torna patrimônio.

Partimos do pressuposto, portanto, que o documento se põe em relação, tanto com outros documentos de um acervo, como com os que estão fora do arquivo, e igualmente se relaciona com os agentes, tanto que o produziram, como que o guardaram e preservaram. Ao ser alvo da distinção<sup>714</sup> pelo Programa Memória do Mundo da Unesco, o acervo documental passa a conviver com novas intenções e agências, daqueles que o instrumentalizaram no cenário público. O documento não fala *per si*, mas a partir das leituras e apropriações que, ademais, não se mantêm as mesmas ao longo do tempo; antes disso, sofrem alterações e adaptações de sentido que se constroem a partir de novos atores e acontecimentos que se dispõem em cena.

A etnografia da política de arquivos que propusemos acessou os agentes, documentos e instituições implicados na instrumentalização de acervos com vistas à normatização da memória. A orquestração da política do MOW mostrou que a própria Unesco é constrangida diante do desafio de administrar um campo de atuação para o patrimônio documental, muitas vezes relegado como algo de pouca visibilidade e com recursos escassos.

---

<sup>714</sup> BOURDIEU, 2008.

O Programa da Unesco que confere um título de distinção aos acervos reconhecidos “Memória do Mundo”, herdeiro das ações perpetradas no âmbito do Programa Geral de Informação da Unesco no início dos anos 1990, abriga-se na estrutura do Setor de Comunicação e Informação. E embora se trate de administrar uma operação de patrimonialização desde a escala nacional – que não se assemelha aos efeitos jurídicos do tombamento ou do registro do patrimônio imaterial – tal título de reconhecimento não estabelece interfaces com o Setor de Cultura da Unesco, responsável por agregar políticas relativas ao patrimônio intangível, material e natural. Apesar disso, o Programa do Patrimônio Mundial, administrado pelo WHC da Unesco, é ordinariamente citado nos discursos oficiais sobre o MOW, para que se compreenda a partir de que referencial simbólico o Programa procura ressonância.<sup>715</sup> Conforme argumentamos no **capítulo 1** da tese, ainda que o arcabouço terminológico se alicerce no campo do patrimônio cultural, o Memória do Mundo canaliza, de fato, sua política a partir do campo arquivístico, afeito às demandas e mecanismos próprios da Arquivologia, da Ciência da Informação, e das tecnologias digitais.

É nesse sentido que apresentamos o argumento de que o MOW se configura como uma ferramenta da Unesco que legitima os pleitos de reconhecimento sumarizados por instituições detentoras de acervos documentais. Ainda assim, elege-se o termo patrimônio documental, e não patrimônio arquivístico, para enunciar e divulgar a política que reconhece acervos notórios, ora em razão do testemunho do fato histórico cuja importância tem amplitude mundial, ora em razão das boas práticas de gestão e acondicionamento adotadas pelos agentes que permitiram que subsistissem no tempo. Sustentamos ao longo do trabalho o argumento de que os posicionamentos de intersecção entre o campo arquivístico e o campo do patrimônio ocupados pelo Programa acionam áreas de disputas entre diferentes agentes, sejam arquivistas e historiadores, agentes públicos e acadêmicos, interessados que estão na destinação que as políticas públicas culturais dão para a gestão da memória e da história.

\*\*\*

---

<sup>715</sup> Tomamos a categoria “ressonância”, tal como sugerida por José Reginaldo Gonçalves: “Por *ressonância* eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante”; citando o historiador Stephen Greenblatt, Gonçalves utiliza a categoria para compreender o mecanismo segundo o qual determinados bens culturais, classificados por uma agência do Estado como patrimônio, não encontram respaldo ou reconhecimento junto a setores da população; pois tal reconhecimento não acontece apenas pela vontade e decisão políticas do órgão de Estado, ou pela atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Gostaríamos de sugerir que as políticas levadas a cabo pela Unesco respondem, de certa maneira, às demandas e aos embates produzidos por agentes envolvidos nas políticas de preservação e de acesso aos arquivos em diversos países.<sup>716</sup> Trata-se, sem dúvida, de um movimento extremamente relevante de visibilidade do tema que o documento traduz, que se exprime pela amplitude de seus usos na esfera pública, tanto para ratificar testemunhos históricos, como para retificar discursos não-inclusivos de grupos historicamente submetidos. Podemos observar, desse modo, na contemporaneidade das sociedades ocidentais, uma escalada da posição política assumida pelo documento.

Destacamos dois sentidos diversos – que, todavia, se implicam – assumidos recentemente pelo documento na cena pública. Um deles está associado ao papel atribuído ao conhecimento de determinados documentos para o exercício de direitos coletivos e individuais. Segundo o filósofo e documentalista Antonio Quintana, em especial a partir das últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI, organizações de classe de arquivistas e conselhos de direitos humanos apontam para o uso potencial dos documentos como entes testemunhais, cujo conhecimento e publicização respondem ao direito de conhecer a verdade sobre as atrocidades vividas por determinados grupos durante regimes repressivos.<sup>717</sup> Os documentos que testemunham a violação de direitos humanos tornam-se peça chave para oferecer justiça às vítimas e condenação aos responsáveis; e os conceitos de direito à verdade, direito à memória, direito de conhecer e direito de saber tem origem em tal movimento social de reivindicação da memória, o qual sempre conviveu com os regimes repressivos, embora encontre eco no marco instituído com a superação de ditaduras africanas e latino-americanas.

Não por acaso nesse período, o documento do mesmo modo figurou em políticas de memória ou de “gestão do passado” devido ao sentido de patrimônio atribuído. As duas iniciativas, tanto as que identificaram e quebraram o sigilo de antigos arquivos policiais de

---

<sup>716</sup> A ideia de que as políticas de reconhecimento são gestadas no seio do movimento social, tanto dos grupos reivindicadores de políticas de reparação, como dos agentes públicos que instrumentalizam a memória e a identidade na proposição de políticas, está contida em HEYMANN; ARRUTI 2012 e em QUINTANA, 2017.

<sup>717</sup> Em artigo recente para a “Revista do Arquivo”, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, cujo dossiê temático é “Arquivos e Direitos Humanos”, Antonio Gonzalés Quintana destaca que a partir da resolução 1998/53, Louis Joinet, relator especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, propõe a definição do “Direito de Saber”, que atende tanto à demanda por um direito individual de recordar, como coletivo, que orienta à organização do Estado e de seus arquivos. Recentemente, o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou por consenso o projeto de resolução “Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição”, apresentado conjuntamente pelo Peru, Argentina, Áustria, Costa do Marfim, França, Maldivas, Marrocos, Suíça e Uruguai. (QUINTANA, 2017).

regimes ditatoriais ou coloniais, como as que propõem a patrimonialização de acervos,<sup>718</sup> são impulsionadas pela necessidade de regulamentação da liberdade de informação e de acesso aos documentos públicos.<sup>719</sup> As políticas de memória, como a que é praticada pelo MOW, enquanto política cultural de reconhecimento, tem em seu bojo a preocupação pela salvaguarda de um patrimônio documental que pode estar em perigo de conservação ou mesmo de existência. Além disso, o Memória do Mundo produz com as instituições de guarda o compromisso de garantir o acesso ao bem cultural, cujo direito de fruição se universaliza com a nomeação.

O documento consolida-se, sob novos termos na contemporaneidade, como meio legítimo de aceder à memória. A atuação dos agentes do MOW e das instituições de guarda envolvidas denotam, contudo, o risco constante do fetichismo do documento.<sup>720</sup> Com isso queremos dizer que os agentes, ao justificarem continuamente sua atuação a partir do que está evidente na ‘coisa em si’, ou seja, na fisicalidade do suporte, buscam a estabilidade dos sentidos que acompanham o tempo de conservação. Em nossa análise, tal como propusemos no **capítulo 2**, tais situações de interação entre agentes e documentos propiciadas no âmbito do MOW podem provocar a cristalização da memória a partir do seu enquadramento, no sentido que Michael Pollak dá ao termo. Apesar de os agentes que propõem acervos ao registro concedido pela Unesco lançarem mão de mecanismos narrativos na elaboração dos formulários de candidatura, esta experiência não gera espaços ativos e participativos de elaboração de sínteses memoriais evocadas pelos documentos, entre passado e presente, entre ‘seu tempo’ – dos que produziram os registros, e ‘nosso tempo’, considerando devoluções e

---

<sup>718</sup> Conforme destacamos no capítulo 4, países do Cone Sul como Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai obtiveram títulos de Memória do Mundo Internacional a partir de candidaturas referentes a acervos produzidos durante o regime militar nesses países, fortemente marcados pela repressão e violência sistematizada do Estado.

<sup>719</sup> Sobre a destinação dos fundos produzidos por órgãos repressivos, Antonio Quintana menciona que os arquivos da polícia política que funcionou em Portugal de 1945 a 1969, assim como o próprio arquivo pessoal do ditador Antonio de Oliveira Salazar, ingressaram nos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, após 25 anos da queda da ditadura salazarista. No Brasil, o Centro de Referência sobre a Repressão (Memórias Reveladas) criado pelo Conarq e vinculado ao Arquivo Nacional rentabiliza recursos, unifica as fontes de informação, e normaliza os processos de descrição tanto dos fundos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) existentes nos arquivos públicos dos estados, como dos documentos do Serviço Nacional de Informações. Recentemente houve uma grande repercussão na mídia a partir do destaque conferido a um memorando destacado pelo serviço secreto norte-americano, a partir do qual é possível perceber a política de execução sistemática aos opositores do regime militar, tendo aval e respaldo das altas patentes dos militares brasileiros, inclusive de ex-presidentes como Ernesto Geisel. Para um dos exemplos dessas matérias ver: <https://brasil.elpais.com/brasil>, “Documento da CIA sobre execuções ‘implode’ versão oficial da ditadura”, acesso em 11/05/2018.

<sup>720</sup> Lembramos da constatação presente no clássico livro de Edward Carr, “Que é História?”: “O fetichismo dos fatos do século XIX era completado e justificado por um fetichismo de documentos. Os documentos eram sacrário do templo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é porque é verdade” (CARR, 1996, p. 51-52).



esquecimentos,<sup>721</sup> ou a dinâmica do jogo dialético de passado e presente em que estão implicadas.

O simbolismo e poder implicados no ato de nomear ou nominar documentos, a partir do processo de patrimonialização orientado por órgãos de natureza pública, também chamado de “operação de monumentalização” por Luciana Heymann, concede visibilidade e distinção a determinados acervos documentais.<sup>722</sup> Ao longo do presente trabalho procuramos problematizar tal operação do ponto de vista dos agentes, em decorrência das relações então estabelecidas com o documento e a memória. Na análise efetuada dos documentos produzidos pelas candidaturas apresentadas ao Comitê do MOW Brasil, apresentadas entre os anos de 2007 a 2015, pudemos constatar que a atuação do MOW aponta para uma substancialização das memórias nominadas, através de um mecanismo que conserva no subterrâneo dos arquivos a historicidade das temporalidades em jogo, submergindo neste processo a elasticidade das formas que a memória adquire ao ser evocada pelos documentos. O documento tem aí sua identidade consolidada como insubstituível, autêntica, única e orgânica, e não arrisca sofrer uma transformação ontológica, trocando a perspectiva do bem arquivístico por aquela do bem cultural.

Constatamos que no início da trajetória do Programa Memória do Mundo, os critérios que balizavam a atuação dos agentes alinhavam-se às práticas de patrimonialização adotadas pela Unesco desde o final dos anos 1970, levando em conta os sujeitos ou grupos históricos que atuam em determinado tempo e espaço. Ao longo da sua atuação, entretanto, o Programa concedeu primazia hierárquica à noção de “autenticidade”, seguida pelo critério “único e insubstituível”, como demonstramos através da arqueologia daquele conceito. Assim, o critério de “valor social” que pressupõe as circunstâncias históricas e sociais da produção do documento, anteriormente adotado, é omitido em prol da inclusão de noções como “raridade, integridade e ameaça”, que evidencia o olhar sobre a conservação física dos documentos.

Identificamos que a disputa pelo ato de nomear a memória e o documento provoca incongruências na relação entre os campos do patrimônio e o campo arquivístico, ou ainda entre os campos profissionais de historiadores e arquivistas. A etnografia de arquivos<sup>723</sup> tem se mostrado como profícua metodologia ao mostrar o processo de formação dos acervos,

---

<sup>721</sup> Somos inspirados aqui pela apreensão que Andrea Roca faz de Roy Wagner (1981), segundo o qual, nós nos movemos no mundo ‘como se’ as totalidades do *nós* e do *eles* existissem, desconsiderando a invenção, identificação, definição e constante reinvenção de dois grupos tão reais quanto ilusórios (ROCA, 2008).

<sup>722</sup> HEYMANN, 2009.

<sup>723</sup> CUNHA, 2005.

trazendo atenção sobre a historicidade e a trajetória dos documentos. Nosso trabalho confirma, portanto, a imprescindível ação dos agentes dos “lugares de memória”<sup>724</sup> na definição dos sentidos dados aos documentos. O documento é um construto dinâmico, pois as instituições de guarda não são meros locais passivos de depósito de memórias.<sup>725</sup> Seus agentes estão, pois, implicados pela constante interação com as intencionalidades acionadas pelos documentos, como este trabalho procurou apontar. Como bem assinala Luciana Heymann, cumpre “desnaturalizar os arquivos e seus enquadramentos, metodológicos e institucionais, bem como dar visibilidade às narrativas produzidas em torno e por meio desses artefatos”.<sup>726</sup>

Deste modo, apresentar uma candidatura ao Memória do Mundo compreende o ato transitivo de identificar os documentos, destacá-los de suas pastas estáveis de ordenação, nomeá-los e distingui-los enfim, como atos políticos de gestão da memória. É preciso remeter todos os “arquitetos da memória”<sup>727</sup> envolvidos no processo, e não somente os historiadores. Quando o documento ganha evidência na esfera pública, o campo do patrimônio e o campo arquivístico sofrem necessariamente inflexões, donde os conceitos de fato histórico, arquivo, patrimônio e memória precisam ser novamente redefinidos pela relação ensejada pelo patrimônio documental.

\*\*\*

As disputas pela gestão da memória nacional podem ser situadas, no Brasil, entre as instituições de cultura e as instituições de gestão da informação. O **capítulo 3** do nosso trabalho preocupou-se com a etnografia da política de instituições que consolidam o campo arquivístico brasileiro, donde a mobilização de agentes contribuiu para o formato que o Programa da Unesco assumiu no país. Ainda que o embrião do Comitê MOW Brasil se encontre no Ministério da Cultura, não é o órgão preservacionista do MinC que vai acolhê-lo definitivamente. A política documental não goza de grande notoriedade no Iphan, são raros os tombamentos de acervos e as ações preservacionistas não têm destaque se comparadas às que são empreendidas sobre o patrimônio edificado ou o patrimônio imaterial. De uma maneira geral, o campo arquivístico, tendo como protagonista o Arquivo Nacional, assumiu as diretrizes da política protecionista de arquivos, criando seus próprios instrumentos de

---

<sup>724</sup> NORA, 1993.

<sup>725</sup> CATROGA, 2001.

<sup>726</sup> HEYMANN, 2012, p. 14.

<sup>727</sup> CHUVA, 2009.

distinção, como a declaração de interesse público e social, instituída pela Lei de Arquivos, de 1991.

É possível dizer que um certo equilíbrio entre competências foi reconhecido e legitimado pelos campos do patrimônio e o campo arquivístico ao longo do tempo, apenas quebrado quando um órgão de preservação interfere na política de valorização de acervos propondo o tombamento, tido como instrumento inadequado pelos agentes dos arquivos. A implementação do Programa Memória do Mundo não significa grosso modo uma inflexão no mapa de atuação das instituições, já que o MOW foi abrigado pelo Arquivo Nacional, que tradicionalmente abarca a política de gestão de acervos no país. Entretanto, reforçou a legitimação de um campo documental, que ampliou a autoridade não somente para guardar e conservar, mas igualmente para acessar e cancelar os documentos, segundo a lógica de normatização da memória do Programa da Unesco. Ainda que não se configure como uma política arquivística *strictu sensu*, pois não está em questão subsidiar a destinação de fundos ou a criação de sistemas de arquivos, o valor patrimonial como Memória do Mundo tem servido para ratificar a credibilidade de instituições, consagrando os valores de permanência e estabilidade. Sob esta perspectiva, afirmamos que o Memória do Mundo tem se configurado com um meio privilegiado de afirmação do campo arquivístico.

Os agentes autorizados pelo campo a conceder títulos de distinção a determinados documentos o fazem a partir de um processo de seleção segundo as orientações e os parâmetros de um edital. No período estudado de atuação do Comitê no Brasil, entre 2007 a 2015, 83 acervos foram nominados; dentre esse universo, alguns documentos igualmente tem o título chamado “Memória do Mundo – América Latina”, enquanto outros somam ainda o título “Memória do Mundo – Internacional”. A par esta hierarquização entre acervos com capacidade mais globalizante que outros, a nominção proposta pelo MOW classifica, em última instância, o que entendem por grau de autenticidade e unicidade de documentos históricos em relação a outros.

A política da memória proposta pelo MOW traz à cena duas concepções distintas sobre o documento, explicitando disputas entre os campos historiográfico e o arquivístico. Em grande medida, isto se deve ao fato da existência de entendimentos contrastantes em torno da configuração de uma política que normatiza a memória. No campo arquivístico, os documentos são compreendidos em sua organicidade, segundo a capacidade de revelar uma mensagem objetiva, neutra e verdadeira. O acesso à memória está associado à integração dos acervos documentais. Em não raras ocasiões, a preservação de ‘relevantes’ documentos históricos confundiu-se com o elogio às boas práticas das instituições de memória. Nesta

concepção, os documentos íntegros são acionados pelo expediente normativo que os disponibiliza para serem instrumentalizados pelas políticas de memória.

Em outra chave de leitura, mormente levada a cabo por historiadores, o documento é uma via de acesso privilegiada à memória, figurando-se cada vez mais como um direito. Desse modo, os arquivos são lugares de expressão política, social e cultural. A partir desta aceção, a não-nominação como Memória do Mundo do acervo reunido pelo Arquivo Edgar Leueronh, em razão de reunir cópias, e não os originais, seria infundada. A inautenticidade do acervo poderia assim ser relativizada tendo em vista a falta de indícios da existência dos documentos originais, reiteradamente sujeitos aos pronunciamentos do governo militar sobre queima de arquivos, ou considerando-se ainda a robusta coleção de periódicos e os usos sociais que ex-presos políticos e seus familiares fizeram de tal acervo, ao identificar uma fonte alternativa àquela produzida pelo Estado Brasileiro.<sup>728</sup> Sob essa lógica, a instrumentalização do documento não está dissociada do agenciamento político, e a gestão da memória, assim como os usos que se faz do reconhecimento são sempre orquestrados em nível local e circunstancial. À vista disso, o valor patrimonial atribuído aos acervos gerados pela ditadura militar produz certamente desdobramentos muito particulares no Brasil e em outros países atingidos por regimes de exceção. Entre as duas possibilidades de acessar o documento não se anula, entretanto, o risco de tomá-lo como substituto da verdade histórica.

\*\*\*

Da análise da construção narrativa sobre o acervo que acompanha uma candidatura proponente ao Memória do Mundo, empreendida no **capítulo 4** da tese, identificamos que o documento adquire aí facetas diversas, tais como a de documento-testemunho, ou mesmo documento-fato. O recurso à biografia do acervo é quase sempre utilizado na narrativa, enquanto a ênfase é dada à função de documentos como testemunho das provas e do fato histórico. A narrativa que identifica na própria trajetória de constituição do acervo sua vocação como acervo patrimonial, é comum na composição de dossiês de tombamento e registro no campo do patrimônio cultural. A novidade trazida pela fabricação do patrimônio documental é que a narrativa sobre o bem cultural o aproxima do documento-relíquia, apreendido como ícone raro, precioso e valoroso, preservado não obstante a longa

---

<sup>728</sup> Nesse sentido, poderíamos pensar, como faz Icléia Thiesen, que o reconhecimento faz jus à ideia de “dever de arquivo”, com base na ação política de coibir o esquecimento e induzir a reparação social de indivíduos e grupos que sofreram uma violência histórica. (THIESEN, 2011).

temporalidade. Por fim, a estabilidade e a permanência dos sentidos atribuídos ao documento autêntico coadunam-se com o processo do devir monumento.

Os “usos e abusos” da memória também podem ser pensados a partir do universo investigado. Ao atribuir valor patrimonial aos acervos, nos moldes como é feito pelo MOW, apontamos ao longo do trabalho a ‘saturação’ das nomeações de memória; destacamos ainda o perigo da cristalização das temporalidades e dos sentidos memoriais atribuídos, que somente podem ser tomados em sua dinamicidade para fazerem sentido no presente. A memória que demanda por gestão encontra-se nas instituições de memória. A memória textual de documentos públicos são efetivamente o alvo das nomeações, enquanto se exclui do escopo de ação as memórias que nunca tiveram registros escritos, como as de grupos historicamente submetidos.<sup>729</sup> Além disso, a falta de participação dos sujeitos implicados nos registros documentais pode ter um efeito inócuo para a política de reconhecimento, pois não são mobilizados durante o processo de candidatura, ou no pós-nomeação; nem estão diretamente implicados pelo direito de usufruir os documentos tornados patrimônio ou de participar da gestão da política de memória. A questão de quem detém efetivamente a guarda do acervo não está posta, assim como não se discute a repatriação de documentos. A instituição que detém o acervo e a expertise no trato com os documentos é quem usufrui, em última instância, do reconhecimento associado à consagração de um acervo.

Por fim, gostaríamos de reiterar que não tivemos a intenção de reificar aqui os papéis de historiadores e arquivistas na política de gestão da memória. Mas de sugerir o caminho inverso do que foi proposto por Ray Edmondson, ao solidificar em seu discurso as fronteiras de atuação entre os dois profissionais: o arquivista é o perito da informação que julga o que vê, a partir de como o documento se apresenta; ao historiador cabe debater-se com as vicissitudes de uma pretensa verdade histórica demandada pelo documento. O presente trabalho teve a intenção de lançar luz sobre a inexorável implicação entre os dois agentes. Tendo o Memória do Mundo da Unesco como pano de fundo, problematizamos perspectivas diferentes de entrada no arquivo, na gestão dos embates e dissonâncias, em torno de memórias que ao confluir, divergem novamente, trazidas à tona pela gestão da memória e patrimonialização do documento na cena pública.

---

<sup>729</sup> No caso brasileiro, a memória dos grupos indígenas e de grupos descendentes de africanos escravizados foi contemplada no “capítulo da cultura” da Constituição Federal. As reivindicações em torno do reconhecimento de suas identidades foram recentemente traduzidas em avanços jurídicos; entretanto, as políticas culturais ainda não fornecem articulações claras entre o reconhecimento identitário na formação nacional e a memória desses grupos, de como que ainda não há exemplares significativos de seus acervos documentais no MOW Brasil. Sobre isso, consultar HEYMANN; ARRUTI, 2012, CANCLINI, 2007 e ARRUTI, 2008.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABID, Abdelaziz. Memoria del Mundo: preservar nuestro patrimonio documental. *Museum Internacional*, n. 193, vol. XLIX, n. 1, p. 40-45, 1997.

ALBADA, Joan. Memory of the world: report on destroyed and damaged archives. *Archivum: revue internationale des archives*, v. 42, p. 11-60, 1996.

ALONSO, Isabel Villaseñor. El valor intrínseco del patrimonio cultural: ¿una noción aún vigente? *Intervención*. Año 2, n. 3, p. 6-12, enero-junio, 2011.

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Imaterial e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 3, p. 539-560, setembro/desembro, 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. Introdução. In BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ANATOLE-GABRIEL, Isabelle. *La fabrique du patrimoine de l'humanité. L'Unesco et la protection patrimoniale (1945-1992)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2016.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_; CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações (Diretrizes do preservador – Projeto InterPARES)*. Brasília, Gráfica da Câmara dos Deputados, 2008.

ARTIÈRES, Philippe. Monumentos de papel: a propósito de novos usos sociais dos arquivos. In: SALOMÃO, Marlon. *Saber dos Arquivos*. São Paulo: Edições Ricochete, 2011. p. 99-110.

ARRUTTI, José Maurício. 2008. Quilombos. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p. 315-350.

BAEZ, Fernando Alberto. *Histoire universelle de la destruction des livres: des tablettes sumériennes à la guerre d'Irak*. Paris: Fayard, 2008.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2007.

BAMOUNI, Babou Paulin. *L'Unesco et l'information: aspect historique et organization*. 1981. 181f. (Mémoire présenté pour le Master d'Etudes Approfondies en Sciences de l'Information et la Communication) – Université de Droit, d'Economie et de Sciences sociales de Paris II, Paris, 1981.

BASTARDIS, Jean. *O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no Iphan*. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado

Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Rio de Janeiro, 2012.

BAUER, Letícia Brandt. *O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade*. 273 f. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BERLINER, David; BORTOLOTTI, Chiara. Le monde selon l'Unesco. In : <http://gradhiva.revues.org/2696>. Gradhiva [En ligne], 18, 2013.

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo : Arquivo do Estado, 1998.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Gestão Documental Aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BEZERRA, Rafael Zamorano. Relíquia. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

\_\_\_\_\_. Objetividade histórica, autenticidade e restauração dos monumentos históricos: algumas considerações. *Anais do I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Enanparq)*. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/59/59-747-1-SP.pdf>, Rio de Janeiro, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BORTOLOTTI, Chiara. Patrimônio e o futuro da autenticidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 36, p. 23-38, 2017.

\_\_\_\_\_; ARNAUD, Annick; GRENET, Sylvie. *Le Patrimoine culturel immatériel: enjeux d'une nouvelle catégorie*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos Cebrap*, n. 96, p. 105-115, julho 2013.

\_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. O campo científico: In: ORTIZ, Renato (Org.). *Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983. p. 122-155.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *O sociólogo e o historiador*. Pierre Bourdieu e Roger Chartier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Sociedade Unipessoal, 2003.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BRITO, Diogo de Souza. *Regimes de patrimonialização no Brasil: a preservação do patrimônio cultural entre o nacional e o transnacional (anos 1960-1980)*. 2017. 260 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

BUSTAMANTE FARJADO, Luis Mauricio. *L'Unesco et la culture: construction d'une categorie d'intervention international du developpement culturel à la diversite culturelle*. 2014. 517f. Thèse (Doctorat Sociologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, 2014.

CANCLINI, Néstor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Consumidores e cidadãos : conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2015.

CARMO, Mônica Elisque do. *Trilhos e Memória: preservação do Patrimônio Ferroviário em Minas Gerais*. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2014.

CARNEIRO, Paulo. A Unesco e a informação. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 6, n. 1, 1977.

CAROU, Alain. Toute la mémoire du monde, entre la commande et l'utopie. *Revue de l'association française de recherche sur l'histoire du cinéma*, n. 52, p. 116-140, 2007.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CARSALADE, Flávio. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário Iphan do Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2015.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. A Preservação Documental no Brasil. Notas para uma reflexão histórica. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 31-46, jul./dez. 2010.

CATANI, Afrânio Mendes ... [et al.] (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2017.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.



\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu*. Chapecó: Argos, 2006.

CHARLESWORTH, Hilary. Human rights and the Unesco Memory of the World Programme. In: LANGFIELD, Michele; LOGAN, William; NIC CRAITH, Mairead. *Cultural diversity, heritage and human rights: intersections in theory and practice*. Abingdon: Routledge, 2010. p. 21-30.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro : do leitor ao navegador ; conversações com Jean Lebrun*. São Paulo : Editora da Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002a.

\_\_\_\_\_. Pierre Bourdieu e a história. Debate com José Sérgio Leite Lopes. *Revista Topoi*, v. 3, n. 4, p. 139-182, jan-jun.2002b.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CHOUGNET, Pauline. *Histoire des collections, mémoire des institutions: um état des lieux dans les bibliothèques de recherche em sciences humaines et sociales*. 91 f. 2012. Mémoire d'étude (Diplôme de conservateur de bibliothèque) – Université de Lyon, janvier 2012.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Celeiros de Memórias : o historiador no campo do patrimônio cultural. In : DAEBERT, Yussef (Org.). *Patrimônio Cultural Plural*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 107-120.

\_\_\_\_\_. Forjar patrimônio em campo : deslocamentos e missões no Brasil e na África. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, p. 29-48, janeiro-abril 2016.

\_\_\_\_\_. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Revista Topoi*, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul.-dez. 2003.

\_\_\_\_\_. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In : MONTENEGRO, Aline ; MAGALHÃES, Rafael Zamorano. *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 197-210.

\_\_\_\_\_. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 147-165, 2012.

\_\_\_\_\_. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 70-104, 2017.

\_\_\_\_\_ ; ANDRADE, Luiz Cristiano de. Papeis monumentais: a cidade do Rio de Janeiro e o patrimônio documental brasileiro Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 35, p. 135-152, 2003.

CLIFFORD, James. Museologia e contra-história : viagens pela costa noroeste dos Estados Unidos. In : ABREU, Regina ; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio : ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro : Lamparina, 2009. p. 254-302.

CRIVELLI, Renato. *A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil da Unesco*. 2013. 222f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2013.

COSTA, Eduardo Augusto. *Arquivo, poder, memória: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do IPHAN*. 2015. 444f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 36, p. 3-5, julho-dezembro 2005.

COULAIS, Alizé. *L'Unesco: une image de marque? Analyse de la communication externe de l'Unesco*. 2015. 115p. (Mémoire présenté pour le Master de Science politique mention Relations internacionales) - Institut d'études politiques de Paris, École doctorale de Sciences Po, Paris, 2015.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. Representações discursivas e imagéticas sobre as relações raciais no Brasil na revista O Correio da Unesco. *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano X, n° XIX, p. 9-32, agosto 2017.

CRUZ, Emília Barroso. *Manual de gestão de documentos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2013.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUEDAHL, Poul. *A History of Unesco: global actions and impacts*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, vol. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

ENCREVÉ, Pierre ; LAGRAVE, Rose-Marie (Orgs.). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2005.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa : Editorial Estampa, 1987.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Fonseca Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan.jun. 2010.

EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. *A Unesco e o mundo da cultura*. 1999. 222f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1999.

EVANS, Frank. Unesco and archives development. *Conselho Internacional de Arquivos. Médio e Central Africano Regional. Filial. Conferência*. 7, p. 102-120, 1983.

FERRO, Carolina Martins. *Os direitos humanos, a Unesco e os arquivos*. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2014.

FLEURY, Agnés. *Mise en perspective historique de l'UNISIST*, Programme International de l'Unesco pour la mise en place d'un système mondial d'information scientifique et technique 1967-1979. 1998. 110f. (Mémoire présenté pour le Master de Documentation et des Sciences de l'Information). Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, Paris, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANZ, Eckhart. Training for archivists in the activities of Unesco and International Council on Archives. *Revue Archivistique Archival Review*, v. 2, p. 70-79. 1991.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Donos, detentores e usuários da arte gráfica *kusiwa*. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 55, n. 1, p. 19-49, 2012.

GARCIA, Gabriel Ignácio. A Guerra do Paraguai em diferentes interpretações. *Cadernos de Clio*, Curitiba, n. 5, p. 15-37, 2014.

GARCIA, Maria Manuela Alves. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. *Cadernos Pesquisa*. São Paulo, n. 97, p. 64-72, maio 1996.

GARCIA, Marina Mafra. Fabricando patrimônios: a Unesco como arena de reconhecimento. In: [www.eces.revues.org/1748](http://www.eces.revues.org/1748) E-cadernos CES [Online], 21, p. 32-51, 2014.

GONÇALVES, Cristiane Souza. Autenticidade. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2016.

GONÇALVES, Janice. A recusa do segredo: exercício de direitos e acesso a documentos públicos. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 266-287, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*. Natal, v. 3 (3), p. 27-46, 2012.

\_\_\_\_\_. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. 2016. 444 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

\_\_\_\_\_. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 1996.

\_\_\_\_\_. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GRUNBERG, Gérald. Patrimonialisation général et patrimoine documentaire. *BBF Bulletin des bibliothèques de France: Patrimoine em danger*, n.17, p.32-45, 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34. p. 91-111, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.p. 103-133.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 261-273, jul/dez 2006.

\_\_\_\_\_. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEINICH, Nathalie. La falsificación como reveladora de la autenticidad, *Revista de Occidente*, n. 345, p. 5-27, febrero 2010.

HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. *Anais da VIII Reunião de Antropologia do Mercosul*. GT 33 - Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo. Buenos Aires, 29 setembro a 02 outubro 2009.

\_\_\_\_\_. O 'devoir de mémoire' na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p-15-43.

\_\_\_\_\_. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2012.

\_\_\_\_\_; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida (Org.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012. p. 96-119.

HOLLÓS, Adriana Lucia Cox. Fundamentos da Preservação Documental no Brasil. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 2, p. 13-30, jul./dez, 2010.

HUYSSSEN, Andreas. Entrevista a Ana Fabíola Machado. *Comunicação & Cultura*, n.7, p.141-151, 2009.

\_\_\_\_\_. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN. *Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan: trajetória, avaliação e perspectivas*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2010.

IPHAN. *Programa de gestão documental do Iphan*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

\_\_\_\_\_; DEMU. *Política nacional de museus: relatório de gestão 2003-2006*. Brasília: MinC/Iphan/Demu, 2006.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, n.2, p. 186-190, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LIRA, Flaviana Barreto. *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. 247 f. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2009.

LOURENCO, Mirta. *L'opinion publique internationale à l'égard de l'Unesco: une force sans mesure*. 2002. 107f. (Mémoire présenté pour le Master de Science politique). Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, Paris, 2002.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História: Trabalhos da memória*. São Paulo: PUC, n. 17, p.63-201, 1989.

MACEDO CASTRO, João Paulo. *Unesco: Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil*. 2005. 312f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2005.

MACHADO, Jurema de Sousa. Feito em casa: o Iphan e a cooperação internacional para o patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 245-284, 2017.

\_\_\_\_\_. Promoção e proteção da Diversidade Cultural - o seu atual estágio. In: BARROS, Márcio (Org.) *Diversidade Cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 27-35.

\_\_\_\_\_. Sobre a Convenção para proteção e promoção da diversidade cultural. In: *Cadernos de Estudos do PEP - Contribuição dos palestrantes da 6ª Oficina PEP (Goiânia 2007) e 7ª Oficina PEP (Vassouras 2008)*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008. p. 121-130.

MARINHO, Maria Angélica Trindade. *Le Brésil et l'Unesco 1960-1995*. 1999. 223f. (Mémoire présenté pour le Master d'international relations). Université de Paris IV – Sorbonne, Paris, 1999.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 398f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007.

MATTAR, Eliana (Org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MAUREL, Chloé. *L'Unesco de 1945 à 1974*. 4 vol. 2005. Thèse (Doctorat d'histoire contemporaine) – Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), Paris, 2005.

MENESES, Ulpiano Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

\_\_\_\_\_. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 70-104, 2017.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico ao consumo visual global. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) *Espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, p. 256-287.

MICELI, Sérgio. Os intelectuais e o Estado. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Difusão Cultural, 1979. p. 129-188.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *I Conferência Nacional de Arquivos CNARQ: por uma política nacional de arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

MITRE, Antônio. História, memória e esquecimento. In: MITRE, Antônio. *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 11-28.

MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público caminhos da patrimonialização documental. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n° 2, p. 160-174, jul./dez. 2013.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e a escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 24, n. 3, set./dez. 2016.

NIELSEN, Bjarke. L'Unesco et le culturellement correct. In: [www.cairn.info/revue-gradhiva-2013-2-page-4.htm](http://www.cairn.info/revue-gradhiva-2013-2-page-4.htm). *Gradhiva [En ligne]*, 18, 2013.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, v. 7, n.14, p. 45-67, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10. São Paulo: EDUC, p. 07-28, 1993.

OPOCENSKY, J. Les archives de l'Unesco. *Archivum: revue internationale des archives*, v. 2, p. 17-20, 1952.

PEGUIM, Cássia Natanie. *Meio ambiente e desenvolvimento: a construção do debate ambiental em O Correio da Unesco (1972-1992)*. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2015.

PEREIRA, Gilson Pereira; CATANI, Afrânio Mendes. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 20, n.Especial, p. 107-120, jul/dez 2002.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria ; SARTI, Flavia Medeiros. A leitura entre táticas e estratégias ? Consumo cultural e práticas epistolares. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31, p. 195-218, maio/agosto 2010.

PINHEIRO, Claudio Costa. Nativos de Papel. Algumas possibilidades de aproximação em torno da noção de trabalho de campo em antropologia e história. *Anais da XXII Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília: ABA, v. 1, p. 9-10, 2000.

POHLE, Julia. *Information for All? The emergency of UNESCO's policy discourse on the information society (1990-2003)*. 481f. These (Doctorate Communication) - Vrije Universiteit Brussels, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 27-43, 2012.

\_\_\_\_\_. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: dos monumentos aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUINTANA, Antonio González. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos. *Revista do Arquivo*. São Paulo, Ano II, n. 5, p. 10-12, outubro de 2017.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

REVEL, Jacques. O fardo da memória. In: REVEL, Jacques. *História e Historiografia: estudos críticos*. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 183-198.

RIBEIRO, Raphael Rajão; TORRE, Michelle Márcia Cobra. Educação patrimonial e ensino de história em instituições arquivísticas. Ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan./jun. 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

ROCA, Andrea. *Objetos alheios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico*. Rio de Janeiro: MinC, Iphan, Demu, 2008.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela História. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspectiva Ciência Informação*. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

ROQUE, Ricardo. A circulação de histórias e coleções nos impérios coloniais. Poderes, saberes, instituições. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Edições 70, 2013. p. 455-485.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, 17, p. 85-91, 1996.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALOMÃO, Marlon. *Saber dos Arquivos*. São Paulo: Edições Ricochete, 2011.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no Laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. 2008. 259f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectiva, Ciência, Informação*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan.jul. 1996.

SARLO, Beatriz. Tempo Passado. In: SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 9-22.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. *Inventário do Patrimônio Cultural no Iphan: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação*. 124f. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Gabriela Toledo. *A Unesco e a trajetória da política cultural: momentos e movimentos de uma linguagem de ação pública (1966-1982)*. 2016. 259f. Tese (Doutorado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

SMIT, Joahanna. A documentação e suas diversas abordagens. *Revista Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST Colloquia*, Rio de Janeiro: MAST, v. 10, p. 11-23, 2008.

SILVA NETO, Jamile da. *Nem tão moderno assim: os intelectuais do Conselho Consultivo do Iphan e do IHGB construindo o patrimônio e narrando a história (1938-1966)*. 155f. 2018.



Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2018.

SOARES, Rodrigo Goyena. *Expectativa & Frustração: história dos veteranos da Guerra do Paraguai*. 2017. 236 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2017.

SOLIS, Sydney Sergio Fernandes; ISHAQ, Viven. Proteção do Patrimônio Documental: tutela ou cooperação? *Revista do Patrimônio*. Rio de Janeiro, n.22, p. 186-190, 1987.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, p. 13-36, jul./dez. 2005.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C; RENAU, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v. 8, n. 2, jul./dez. 2012, p. 158-174.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Patrimônio cultural material e imaterial – dicotomia e reflexos na aplicação do tombamento e do registro. *Políticas Culturais em Revista*, 2 (3), p. 121-137, 2010.

THIESEN, Icléia. Documentos ‘sensíveis’, arquivos ‘sensíveis’: nem tesouros, nem miragens. *XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3654/2778>

\_\_\_\_\_. (Org). *Imagens da clausura na ditadura de 1964: informação, memória e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP*. Rio de Janeiro 40 (1), p. 27-55, jan./fev. 2006.

VIEIRA, Mariella Pitombo. *Reinventando sentidos para a cultura: uma leitura do papel normativo da Unesco através da análise da convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. 2009. 303f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2009.

ZAMORA, Rosa María Fernández de. El patrimonio documental iberoamericano y el Programa Memoria del Mundo de Unesco, una mirada histórica. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 2013.

ZANGELMI, Arnaldo José. Pesquisadores e entrevistados: problemas éticos ligados a contextos de desigualdade e à atuação de movimentos sociais. *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 129-148, jan./jun. 2016.

## ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA

### Arquivo da Unesco

(localizado em Paris, na França)

#### **Atas de Reuniões do PGI:**

- 16 a 19/02/1993, Paris/France.
- 06 a 07/06/1994, Paris/France.
- 08 e 09/09/1995, Paris/France.
- 02 e 03/12/1996, Paris/France.
- 26 e 27/06/1997, Paris/France.

#### **Atas de Reuniões do CCI:**

- 12 a 14/09/1993, Pultusk/Pologne.
- 03 a 05/05/1995, Paris/France.
- 29/09 a 01/10/1997, Tachkent/Ouzbékistan.
- 10 a 12/06/1999, Vienne/Autriche.
- 27 a 29/06/2001, Cheongju/République de Corée.
- 28 a 30/08/2003, Gdansk/Pologne.
- 13 a 16/06/2005, Lijiang/Chine.
- 13 a 15/06/2007, Pretoria/South Africa.
- 29 a 31/07/2009, Christ Church/Barbados.
- 22 a 25/05/2011, Manchester/United Kingdom.
- 18 a 20/06/2013, Gwangju/Republic of Korea.
- 04 a 06/10/2015, Abu Dhabi/United Arab Emirates.

#### **Formulários de Candidaturas:**

- *Documentary Collection 'Life and Works of Ernesto Che Guevara : from the originals manuscripts of its adolescence and youth to the campaign Diary in Bolivia (Cuba/Bolívía).*
- *Documents of Nanjing Massacre (China).*
- Candidaturas brasileiras identificadas no Anexo 6 desta tese.

#### **Notas Técnicas:**

- *A First Sketch of the History of the Unesco Memory of the World Programme: Its Beginnings in 1992 (Lothar Jordan, 2013).*
- *Charter on the Preservation of Digital Heritage (1993).*
- *Memory of the World and the Academic World : a proposal to introduce Memory of the World Studies*
- *Memory of the World Programme External Evaluation (Guy Petherbridge, Christopher Kitching e Clemens de Wolf, 1998).*
- *Memory of the World. A debate about its future. (April 2005).*
- Nominções para o Registro Internacional segundo as novas diretrizes do Programa Memória do Mundo (Lygia Guimarães, 2002).
- *Proposition de Principes directeurs pour la sauvegarde des manuscrits et des archives en péril (Jean-Marie Arnoult, 1993).*

**Regulamentos:**

- Declaração de Gwangju: Acervos de Direitos Humanos (2013)
- Declaração Universal sobre os Arquivos (2010)
- Recommendation Concernant la Préservation et l'Accessibilité du Patrimoine Documentaire, y Compris le Patrimoine Numérique* (2015)
- Memory of the World (MOW) - Register Protocol and Ethics* (2016)
- Statutes of the International Advisory Committee*

**Relatórios e Planejamentos de Atividades:**

- Evaluation of the Memory of the World Programme* (2012)
- Implementation of Unesco Memory of the World Programme at National Level* (2012)

**Arquivo do Comitê MOW Brasil**

(localizado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro/RJ)

**Atas de Reuniões do Comitê Brasileiro:**

- 04 e 05/09/2000
- 06/02/2004
- 19/09/2005
- 24/10/2006
- 13/03/2007
- 11/07/2007
- 10/08/2007
- 11/09/2007
- 09/05/2008
- 24/06/2008
- 08/12/2008
- 17/03/2009
- 07/07/2009
- 19/08/2009
- 28/07/2010
- 28/09/2010
- 16/09/2011
- 22/08/2011
- 16/03/2012
- 12/07/2012
- 19 e 20/09/2012
- 29/05/2013
- 29/10/2013
- 27 e 28/11/2013
- 26 e 27/03/2014
- 01 e 02/10/2014
- 11/12/2014

**Formulários de Candidaturas:**

- Candidaturas identificadas no Anexo 2 desta tese.

**Notas Técnicas:**

-Conteúdos ministrados em oficinas, palestras e seminários dos membros do Comitê.

**Regulamentos:**

- Processo Administrativo MinC 01400.007441/2004-24.
- Portarias Ministeriais do MinC relativas ao Programa no Brasil.

**Relatórios e Planejamentos de Atividades:**

-Relatório de Atividades 2007-2015.

**Entrevistas**

- Júlio Barroso  
(Rio de Janeiro/RJ, 05/abril/2016)
- Louis Gerard  
(Paris/França, 02/fevereiro/2017)
- Marta Lemos  
(Rio de Janeiro/RJ, 12/maio/2016)
- Paulo Peixoto  
(Rio de Janeiro/RJ, 22/março/2016)
- Pierre Fontaine  
(Paris/França, 18/janeiro/2017)
- Sandro Delgado  
(Rio de Janeiro/RJ, 21/março/2016)
- Sônia Scarpa  
(Rio de Janeiro/RJ, 28/março/2016)

**Publicações da Unesco**

- UNESCO, 1972a  
*Dans l'esprit des hommes – Unesco 1946-1971*
- UNESCO, 1972b  
*Regard sur l'Unesco*
- UNESCO, 1991  
*Historia de la Unesco*
- UNESCO, 1993  
*Chronique d'un grand dessein Unesco 1946-1993*

-UNESCO, 1995

*Directrices para la salvaguardia del patrimonio documental*

-UNESCO, 1998

*Guide des normes, pratiques recommandées et ouvrages de référence concernant la conservation des documents de toute nature*

-UNESCO, 1996

*Mémoire perdue: bibliothèques et archives détruites au XX siècle*

-UNESCO, 2002

*Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental*

-UNESCO, 2004

*A Unesco no Brasil: consolidando compromissos*

-UNESCO, 2005

*L'humanité toujours à construire. Regard sur l'histoire intellectuelle de l'Unesco*

-UNESCO, 2006

*Marco Estratégico para o Brasil*

-UNESCO, 2007

*60 ans d'histoire de l'Unesco*

-UNESCO, 2012a

*El Compañero del Registro de Memoria del Mundo*

-UNESCO, 2012b

*Memory of the World. The treasures that record our history from 1700 BC to the present day*

-UNESCO; IPHAN, 2013

*Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial*

-UNESCO, 2015

*De ideias a ações: 70 anos da Unesco*

### **Publicações do Arquivo Nacional**

-ARQUIVO NACIONAL, 2013

*Arquivos do Brasil: Memória do Mundo*

-ARQUIVO NACIONAL, 2014

*Relatório de Atividades: 2011-2014*

-ARQUIVO NACIONAL, 2010.

Folder de divulgação do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”.

## ANEXOS

### Anexo 1: Membros do Comitê Consultivo Internacional do MOW (1993-2015)

Membro	Instituição	País	Reuniões CCI
Abdulla El Reyes	Arquivo Nacional dos Emirados Árabes	Emirados Árabes	2015
Adolf Knoll	Biblioteca Nacional da República Theca	República Theca	1997, 1999, 2013, 2015
Ahmed Toufiq	Biblioteca Central do Marrocos	Marrocos	1999
Akio Yasue	Biblioteca Nacional do Japão	Japão	1993
Alissandra Cummins	Museu de História de Barbados	Barbados	2005, 2007, 2009, 2011
Alla Aslitdinova	Academia de Ciências da República do Tadjiquistão	Tadjiquistão	2011, 2013
Andris Vilks	Biblioteca Nacional da Letônia	Letônia	2003, 2005, 2009, 2011
Angeline Kamba	Governo do Estado do Zimbábue	Zimbábue	1993
Belina Capul	SEAPAVAA	Filipinas	2001, 2003
Bendik Rugaas	Biblioteca Nacional da Noruega	Noruega	1999, 2001
Boryana Hristova	Biblioteca Nacional da Bulgária	Bulgária	2015
Célia Zaher	Fundação Biblioteca Nacional	Brasil	2001, 2003
Dato Habibah Zon Yahaya	Arquivo Nacional da Malásia	Malásia	1999
David Fricker	Arquivo Nacional da Austrália	Austrália	2015
Deanna Marcum	Biblioteca do Congresso	Estados Unidos	2003, 2005
Dianne Macaskill	Consultoria particular	Nova Zelândia	2013, 2015
Dietrich Schuller	Comissão Nacional da Unesco da Áustria	Áustria	2015
Driss Khrouz	Biblioteca Nacional do Marrocos	Marrocos	2011
Edwina Peters	Arquivo Nacional de Trindade e Tobago	Trindade e Tobago	1997, 1999
Ekaterina Genieva	Biblioteca de Literatura Estrangeira da Rússia	Rússia	2001, 2003
Ellen Ndeshi Namíbia	Universidade da Namíbia	Namíbia	2007, 2011
Ellen Tise	Universidade Stellenbosch da África do Sul	África do Sul	2013
Evgeny Kuzmin	Ministério da Cultura da Rússia	Rússia	1997
Fathi Saleh	Centro de Informação Tecnológico	Egito	1993, 1997
George Boston	Consultoria particular	Reino Unido	1995, 1997
Habibah Zon Yahaya	Arquivo Nacional da Malásia	Malásia	1997
Hedi Jallab	Arquivo Nacional da Tunísia	Tunísia	2013, 2015
Helen Jarvis	Governo do Estado do Camboja	Camboja	2013, 2015
Helena Asamoah-Hassan	Universidade de Ciência e Tecnologia	Gana	2009, 2011, 2013
Ibragimov Nematulla	Comitê Nacional do Uzbequistão do MOW	Uzbequistão	2005, 2007
Jean Favier	Biblioteca Nacional da França	França	1995
Jean-Marie Arnoult	Biblioteca Nacional da França	França	1993
Jean-Pierre Wallot	Conselho Internacional de Arquivos	Canadá	1993, 1995, 1997
Joachim Feliz Leonhard	Arquivo Nacional Radiofônico e Televisivo	Alemanha	2001, 2003
John Aarons	Biblioteca Nacional da Jamaica	Jamaica	2001
John Samuel	Instituto de Estudos Asiáticos	Índia	1993
Jon Bing	Centro de Pesquisa Norueguês em Informação e Direito	Noruega	2005, 2007
Jonas Palm	Arquivo Nacional da Suécia	Suécia	2009, 2011
Jorge Cabrera Bohorquez	Universidade Autônoma de Hidalgo	México	1997, 1999

<b>Membro</b>	<b>Instituição</b>	<b>País</b>	<b>Reuniões CCI</b>
Jussi Nuorteva	Arquivo Nacional da Finlândia	Finlândia	2015
Kyung Ho Suh	Universidade Nacional de Seul	Coreia do Sul	2005, 2007, 2009, 2011
Lothar Jordan	Universidade de Dresden	Alemanha	2013, 2015
Lourdes Feria	Universidade de Colima	México	1995
Luciana Duranti	Universidade de British Columbia	Canadá	2007, 2009, 2011, 2013
Maenmas Chavalit	Ministério da Educação da Tailândia	Tailândia	1995
Mandy Gilder	Arquivo Nacional da África do Sul	África do Sul	2003, 2005
Mansanori Aoyagi	Universidade de Tóquio	Japão	2009
Margarita Vazquez de Parga	Arquivo Estatal da Espanha	Espanha	1993, 1995
Michael Heaney	Consultoria particular	Reino Unido	2011, 2013
Moncef Fakhfakh	Arquivo Nacional da Tunísia	Tunísia	1993, 1995, 1997, 2003
Musila Musembi	Arquivo Nacional e Serviço de Documentação do Quênia	Quênia	1999, 2001
Nada Moutassem Itani	Ministério da Cultura do Líbano	Líbano	2007, 2009, 2011, 2013
Nasser El Ansary	Instituto do Mundo Árabe	França	2003
Papa Momar Diop	Arquivo Nacional do Senegal	Senegal	2007, 2015
Rainer Hubert	Midioteca Austríaca	Áustria	2003, 2005
Ralf Regenvanu	Conselho Cultural Nacional de Vanuatu	Vanuatu	2003, 2005
Ray Edmondson	Arquivo Nacional de Filmes e Som da Austrália	Austrália	1997, 1999
Rosa Maria Fernández de Zamora	Universidade Nacional Autônoma do México	México	2005, 2007
Roslyn Russell	Consultoria particular	Austrália	2005, 2007, 2009, 2011
Simon Chu	Escritório de Arquivos Públicos	China	2001, 2003
Tamiko Matsumura	Universidade de Ciências, Bibliotecas e Informação	Japão	2001
Valerii Leonov	Biblioteca da Academia de Ciências da Rússia	Rússia	1995
Victoria O'Flaherty	Arquivo Nacional de São Cristóvão e Névis	São Cristóvão e Névis	2013, 2015
Victoria Okojie	Conselho de Bibliotecas da Nigéria	Nigéria	2015
Virginia Betancourt	Biblioteca Nacional da Venezuela	Venezuela	1993
Vitor Fonseca	Arquivo Nacional do Brasil	Brasil	2013, 2015
Wladyslaw Stepniak	Arquivo Nacional da Polônia	Polônia	2007, 2009, 2011, 2013
Wojciech Falkowski	Comissão Nacional da Unesco da Polônia	Polônia	1999, 2001
Ximena Cruzat	Biblioteca Nacional do Chile	Chile	2011
Yola de Lusenet	Consultoria particular	Holanda	2009
Zaid Al-Husain	Centro de Pesquisa e Estudos Islâmicos	Arábia Saudita	1997

## Anexo 2: Candidaturas apresentadas nos editais MOW Brasil (2007-2015)

ANO EDITAL	CANDIDATURAS	PROponentes	
2007	Acervo de Literatura de Cordel: palavras, imagens e sons da cultura popular brasileira	Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP)	1
	Acervo do Brasil Colonial	Arquivo Público da Bahia	2
	Acervo Histórico da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados	3
	<b>Arquivo Getúlio Vargas</b>	<b>Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)</b>	<b>4</b>
	Arquivo Histórico Municipal de Salvador	Fundação Gregório de Mattos	5
	<b>Arquivo Machado de Assis</b>	<b>Academia Brasileira de Letras</b>	<b>6</b>
	<b>Arquivo Oswaldo Cruz</b>	<b>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)</b>	<b>7</b>
	Arquivo Público Municipal Antônio Guimarães de Olinda	Arquivo Público Municipal Antônio Guimarães de Olinda	8
	Caliban Produções Cinematográficas	Caliban Produções Cinematográficas	9
	Fundo Carlos Chagas	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	10
	<b>Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (Clamor)</b>	<b>Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho (Cedic) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)</b>	<b>11</b>
	<b>Fundo João Guimarães Rosa</b>	<b>Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP)</b>	<b>12</b>
	<b>Fundo Novacap</b>	<b>Arquivo Público do Distrito Federal</b>	<b>13</b>
	<b>Inconfidência em Minas – Levante de Tiradentes</b>	<b>Arquivo Nacional</b>	<b>14</b>
	<b>Limite (filme de Mário Peixoto)</b>	<b>Cinemateca Brasileira</b>	<b>15</b>
	<b>Polícias Políticas no Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>16</b>
	<b>Vereanças do Senado da Câmara</b>	<b>Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro</b>	<b>17</b>
2008	Armorial Histórico da Casa da Torre de Garcia D'Ávila	Centro Cultural e de Pesquisas do Castelo da Torre	1
	Arquivo Alexandre Robato Filho	Fundação Cultural do Estado da Bahia	2
	Arquivo Histórico José Ferreira da Silva	Fundação Cultural de Blumenau	3
	<b>Arquivo Joaquim Nabuco</b>	<b>Fundação Joaquim Nabuco</b>	<b>4</b>
	<b>Arquivo Oscar Niemeyer</b>	<b>Fundação Oscar Niemeyer</b>	<b>5</b>
	Atas da Câmara Municipal de Salvador	Fundação Gregório de Mattos	6
	Brasil Nunca Mais	Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	7
	<b>Carta de Abertura dos Portos</b>	<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	<b>8</b>
	Coleção Cadeia Pública, Coleção Eleitores, Coleção Gado Abatido	Prefeitura Municipal de Rio Grande	9
	<b>Conjunto Documental Livros Foreiros</b>	<b>Arquivo Público de Olinda</b>	<b>10</b>
	<b>Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil</b>	<b>Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)</b>	<b>11</b>
	Cordelteca - Memória da Literatura de Cordel	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	12
	Documentos Seiscentistas e Setecentistas do Arquivo Histórico Dr. Felix Guisard Filho	Prefeitura Municipal de Taubaté	13
	Fonoteca Fundação CSN	Fundação Companhia Siderúrgica Nacional	14
	<b>Fundo Carlos Chagas</b>	<b>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)</b>	<b>15</b>
	<b>Fundo Força Expedicionária Brasileira</b>	<b>Arquivo Histórico do Exército</b>	<b>16</b>
	Fundo Helena Antipoff	Fundação Helena Antipoff	17
	Fundo Memória da Constituinte	Museu da República do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)	18
	Fundo Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Fundação Energia e Saneamento/SP	19
	<b>Fundo Serviço de Proteção ao Índio - SPI</b>	<b>Museu do Índio</b>	<b>20</b>
	História da Juventude e do Movimento Estudantil no Brasil (1936-2008)	Otávio Luiz Machado Silva	21



	Instrução Pública da Província do Ceará - 1834-1889	Arquivo Público do Estado do Ceará	22
	<b>Lei Áurea</b>	<b>Arquivo Nacional</b>	<b>23</b>
	Maços de População de São Paulo	Arquivo Público do Estado de São Paulo	24
	Movimentos Liberais em Pernambuco: 1817, 1824, 1848	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	25
	Sistema Júlio Louzada - Artes Plásticas do Brasil	Júlio Louzada	26
	Tribunal da Relação do Estado do Brasil 1652 a 1822	Arquivo Público da Bahia	27
<b>2009</b>	Abrindo Caminhos no Mar: Levantamento Hidrográfico da Costa Brasileira	Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha	1
	Acervo "Cachuera"	Associação Cultural Cachuera	2
	<b>Acervo Documental da Guerra do Paraguai</b>	<b>Arquivo Histórico do Exército</b>	<b>3</b>
	<b>Acervo Jesco von Puttkamer</b>	<b>Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás</b>	<b>4</b>
	Arquivo da Memória Árabe no Brasil e América do Sul	Paulo Daniel Elias Farah	5
	<b>Arquivo Fotográfico de Canudos</b>	<b>Museu da República do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)</b>	<b>6</b>
	Arquivo Luiz de Gonzaga Bevilacqua	Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Sagrado Coração de Jesus	7
	<b>Atas da Câmara Municipal de Salvador</b>	<b>Fundação Gregório de Mattos</b>	<b>8</b>
	Conjunto Documental Balduino Rambo	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	9
	Conjunto Documental da CECLE	Coordenação de Extensão e Estudos em Letras (CECLE) da Universidade de Uberlândia	10
	Fundo Cartorário e Coleção Antônio Francisco Lisboa	Museu da Inconfidência do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)	11
	<b>Fundo Florestan Fernandes</b>	<b>Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos</b>	<b>12</b>
	<b>Livro de Registro ou Matrícula dos Imigrantes</b>	<b>Memorial do Imigrante</b>	<b>13</b>
	<b>Manuscritos Musicais Carlos Gomes</b>	<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	<b>14</b>
	<b>Marcas da Escravidão. Registro de Enterro de Escravos - Livros do Banguê</b>	<b>Santa Casa da Misericórdia da Bahia</b>	<b>15</b>
	<b>Missão de Pesquisas Folclóricas</b>	<b>Centro Cultural São Paulo</b>	<b>16</b>
	Museu de Rua ou <i>Museum of Hope</i>	Associação Visão Esperança	17
	<b>Relações de Vapores SPMAF / SP - Santos</b>	<b>Arquivo Nacional</b>	<b>18</b>
	Série Documental Termos de Homologação	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	19
<b>2010</b>	<b>Abrindo Estradas no Mar</b>	<b>Centro de Hidrografia da Marinha</b>	<b>1</b>
	Acervo Fundação Padre Anchieta	Fundação Padre Anchieta - TV Cultura	2
	Acervo José Antônio Rossin	Centro Municipal de Memória de Sertãozinho	3
	<b>Agência Nacional</b>	<b>Arquivo Nacional</b>	<b>4</b>
	Arquivo Pastor Hollerbach	Associação Cultural dos Descendentes Alemães em Teófilo Otoni	5
	<b>Arquivo Tamandaré: uma janela para o Estado Imperial Brasileiro</b>	<b>Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha</b>	<b>6</b>
	<b>Atlas Vingboons</b>	<b>Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco</b>	<b>7</b>
	<b>Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira</b>	<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	<b>8</b>
	<b>Conjunto Documental Relativo às Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo Mundo</b>	<b>Museu Imperial do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)</b>	<b>9</b>
	Fundo Câmara Municipal de Santos (1745-1889)	Fundação Arquivo e Memória de Santos	10
	<b>Fundo Secretaria de Governo da Capitania (1649-1823)</b>	<b>Arquivo Público do Estado do Pará</b>	<b>11</b>
	<b>Registro de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador (Bahia)</b>	<b>Arquivo Público do Estado da Bahia</b>	<b>12</b>
<b>2011</b>	Arquivo Paulo Freire	Instituto Paulo Freire	1
	<b>Arquivo Roquette Pinto</b>	<b>Academia Brasileira de Letras</b>	<b>2</b>
	<b>Arquivo Rui Barbosa</b>	<b>Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)</b>	<b>3</b>
	<b>As Famosas Armadas Portuguesas - 1496-1650</b>	<b>Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha</b>	<b>4</b>

<b>2011</b>	<b>Atas da Câmara do Recife - 1761-1892</b>	<b>Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco</b>	<b>5</b>
	Coleção Francisco Rodrigues	Fundação Joaquim Nabuco	6
	Fundo Domínio Dona Francisca - 1851-1970	Fundação Cultural de Joinville	7
	<b>Fundo Francisco Bhering - A Carta do Brasil ao Milionésimo</b>	<b>Arquivo Nacional</b>	<b>8</b>
	<b>Imagens Paulistas: Álbuns Fotográficos da Cidade de São Paulo, 1862-1919</b>	<b>Biblioteca Mário de Andrade</b>	<b>9</b>
	<b>Matrizes da Gravura da Casa Literária do Arco do Cego</b>	<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	<b>10</b>
	Série Campanha do Contestado	Arquivo Histórico do Exército	11
<b>2012</b>	Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital	Arquivo Público de Belo Horizonte / Arquivo Público Mineiro / Museu Histórico Abílio Barreto	1
	Acervo Nise da Silveira	Museu de Imagens do Inconsciente	2
	Acervo Permanente de Processos Judiciais do Século XIX do Arquivo Judicial	Arquivo Judicial Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	3
	Acórdãos, atas, correspondências, editais, auto de arrematação e posturas da Câmara Municipal de Mariana (1711-1891)	Câmara Municipal de Mariana	4
	África Brasil Museu Intercontinental	Instituto África Brasil	5
	Arquivo Andrey do Amaral	Andrey do Amaral dos Santos	6
	Arquivo da Casa de Cultura de Coruripe	Secretaria Municipal de Cultura de Coruripe	7
	<b>Arquivo Herbert de Souza, o Betinho</b>	<b>Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)</b>	<b>8</b>
	Arquivo Paulo Freire	Instituto Paulo Freire	9
	Ata de Inauguração da Escola Normal da Corte	Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro	10
	Atas da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	11
	Atas da Câmara Municipal de Uberaba	Câmara Municipal de Uberaba	12
	<b>Atlas e Mapa do Cartografo Miguel Antônio Ciera</b>	<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	<b>13</b>
	Cinco Livros de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia	Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia	14
	<b>Coleção Carlos Gomes do Museu Imperial</b>	<b>Museu Imperial do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)</b>	<b>15</b>
	<b>Coleção de Livros de Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia</b>	<b>Mosteiro de São Bento</b>	<b>16</b>
	Coleção dos Oratorianos	Faculdade de Direito de Recife da Universidade Federal de Pernambuco	17
	Coletivo Nervo Óptico	Fundação Vera Chaves Barcellos	18
	<b>Colônia Agrícola Nacional de Dourados</b>	<b>Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul</b>	<b>19</b>
	Conjunto Documental Banco de Imagens Amazônicas	Academia Amazônia da Universidade Federal do Pará	20
	Fórum Social Mundial	Centro de Assessoria Multiprofissional	21
	Fundo Carlos Lacerda e Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Carlos Lacerda	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro / Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	22
	Fundo da Administração Municipal de Nova Friburgo	Fundação D. João VI de Nova Friburgo	23
	Fundo Documental Secretaria de Segurança Pública	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	24
	Fundo Domínio Dona Francisca	Fundação Cultural de Joinville	25
	<b>Fundo Municipal da Câmara de Ouro Preto</b>	<b>Arquivo Público Mineiro</b>	<b>26</b>
	Fundo Octávio Mangabeira	Centro de Memória da Bahia	27
	<b>Livros de Bens Pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda, Recife, Pernambuco</b>	<b>Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco - IHGP</b>	<b>28</b>
	<b>Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões</b>	<b>Museu Paranaense Emílio Goeldi</b>	<b>29</b>

	<b>Adjacentes</b>		
<b>2012</b>	Memória e Movimentos Sociais	Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais - CACES	30
	Memorial Randon	Instituto Elisabeth Randon	31
	<b>Negativos de Vidro do Fundo Instituto Oswaldo Cruz</b>	<b>Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)</b>	<b>32</b>
	Ópera Anita Garibaldi	Valda de Oliveira Fagundes	33
	<b>Processos Trabalhistas: dissídios coletivos e individuais</b>	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região</b>	<b>34</b>
	Produção Literária Átila de Almeida	Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	35
	Tribuna Digital, Justiça Pública Interativa, Enciclopédia Teatral	José Paulo da Silva Ferreira	36
<b>2013</b>	Acervo Educador Paulo Freire	Instituto Paulo Freire e Ana Maria Araújo Freire	1
	Atas da Assembleia Legislativa de Pernambuco (1865-1870)	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	2
	Biografia de Marquês de Pombal: Manuscrito de Portugal - Século XVIII: Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia	Mosteiro de São Bento	3
	<b>Campanha de Canudos</b>	<b>Arquivo Histórico do Exército</b>	<b>4</b>
	Carlos Lacerda: político brasileiro	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	5
	<b>Cartas Régias 1648-1821</b>	<b>Arquivo Público do Estado da Bahia</b>	<b>6</b>
	<b>Coleção Memória da Psiquiatria Brasileira - 1894-1980</b>	<b>Universidade Federal do Rio de Janeiro do Instituto de Psiquiatria (IPUB/UFRJ)</b>	<b>7</b>
	Coleção Memória dos Brasileiros	Instituto Museu da Pessoa.NET	8
	<b>Coleção Sanson - Fotografias estereoscópicas de vidro pelo fotógrafo amador Octávio Mendes de Oliveira Castro</b>	<b>Museu Imperial do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)</b>	<b>9</b>
	<b>Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro</b>	<b>Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro</b>	<b>10</b>
	Dança do Parixara, o ritual de celebração da vida	Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista	11
	<b>Fundo Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil - 1823</b>	<b>Câmara dos Deputados</b>	<b>12</b>
	Fundo do Conselho Nacional do Trabalho - 1923 a 1946	Tribunal Superior de Trabalho - TST	13
	Fundo Justiça Federal de 1º Grau do Rio Grande do Sul - Processos Judiciais de guarda permanente, ajuizados em papel (1890-2010)	Seção Judiciária do Rio Grande do Sul	14
	<b>Manuscritos Musicais Ernesto Nazareth</b>	<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	<b>15</b>
	<b>Processos Trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região</b>	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região</b>	<b>16</b>
	Tribuna Digital, Justiça Pública Interativa, Enciclopédia Teatral	José Paulo da Silva Ferreira	17
<b>2014</b>	Acervo da Justiça Federal/RJ de 1964 a 1988	Justiça Federal de 1º Grau/RJ	1
	Acervo Documental da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - Região Portuária da Cidade do RJ - 1812 a 1947	Secretaria do Patrimônio da União	2
	<b>Acervo Documental, Iconográfico e Museológico de Abdias Nascimento</b>	<b>Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros</b>	<b>3</b>
	<b>Acervo Educador Paulo Freire</b>	<b>Instituto Paulo Freire e Ana Maria Araújo Freire</b>	<b>4</b>
	Acervo I. Rozemberg - Série Coisas do Brasil	Realidade Ilustrada Produções Culturais Ltda	5
	<b>Arquivo Pessoal Nise da Silveira</b>	<b>Sociedade Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente</b>	<b>6</b>
	Biblioteca Hermenegildo de Sá Cavalcante	Faculdade Farias Brito	7
	<b>Cartas Andradinas</b>	<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	<b>8</b>
	Coleção Bibliográfica do Escritor Joaquim de Jesus Dourado	Biblioteca Pública Municipal Professora Dido Facó	9
	Coleção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca do Instituto de Psiquiatria da UFRJ - Biblioteca Professor João Ferreira da Silva Filho	Instituto de Psiquiatria da UFRJ	10
	<b>Coleção Francisco Curt Lange de Documentos</b>	<b>Museu da Inconfidência - IBRAM</b>	<b>11</b>

	<b>Musicais</b>		
<b>2014</b>	Conjunto Documental Memórias da Nossa Fé	Museu Nacional da Assembleia de Deus	12
	Filmagem da Sessão Solene de Homologação da Nova Carta Constitucional do Estado de Pernambuco	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	13
	Fundo Arquivo Pessoal de Santos Dumont	Centro de Documentação da Aeronáutica	14
	Fundo do Conselho Nacional do Trabalho	Tribunal Superior do Trabalho	15
	Fundo Justiça Federal de 1º Grau do Rio Grande do Sul - Processos Judiciais de Guarda Permanente, ajuizados em papel (1890-2010)	Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária	16
	<b>Fundo Plínio Salgado</b>	<b>Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro</b>	17
	Fundo Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional do Estado de São Paulo	Instituto Butantan	18
	<b>O Jornal Abolicionista "A Redenção" (1887-1899)</b>	<b>Arquivo Público do Estado de São Paulo</b>	19
	Periódicos	Andrey do Amaral dos Santos	20
	<b>Primeiro Empréstimo Externo Brasileiro</b>	<b>Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro - Museu da Fazenda Federal</b>	21
	Processos Judiciais Trabalhistas: doença ocupacional na mineração em Minas Gerais. Dissídios individuais e coletivos (1941-2005)	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais	22
	Segunda Revolta da Armada e Revolução Federalista (1893-1895)	Arquivo Histórico do Exército	23
	<b>Série Aforamentos</b>	<b>Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro</b>	24
	Série Álbuns do Arquivo Pessoal do Contista Cearense José Maria Moreira Campos	Maria Neuma Barreto Cavalcante	25
	Série Atas da Câmara de Santo André de Borda do Campo e da Vila de São Paulo de Piratininga	Prefeitura de São Paulo - Arquivo Público de São Paulo	26
<b>Série Falas do Trono 1826-1889 - Fundo Geral da Assembleia Geral</b>	<b>Senado Federal</b>	27	
<b>2015</b>	Acervo Audiovisual Claudio Ulpiano	Centro de Estudos Claudio Ulpiano	1
	Acervo Caliban	Caliban Produções Cinematográficas	2
	<b>Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital</b>	<b>Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte / Museu Histórico Abílio Barreto / Arquivo Público Mineiro</b>	3
	Acervo Virgílio Távora (1961-1988)	Arquivo Público do Estado do Ceará	4
	<b>Arquivo da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo (1721-1823)</b>	<b>Arquivo Público do Estado de São Paulo</b>	5
	<b>Arquivo Pessoal Rubens Gerchman</b>	<b>Instituto Rubens Gerchman</b>	6
	Coleção Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro	Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	7
	Coleção Olly e Werner Reinheimer	Patrícia Reinheimer	8
	Coleção Vicente Salles de Cultura Paraense	Museu da Universidade Federal do Pará	9
	Constituições do Estado do Ceará de 1891 e 1892	Flávio Maria Leite Pinheiro	10
	<b>Cultura e Opulência no Brasil</b>	<b>Fundação Biblioteca Nacional</b>	11
	<b>Decisões que marcaram época: a caminhada do Poder Judiciário no reconhecimento de direitos sociais aos homossexuais</b>	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Sul</b>	12
	Dissídios Coletivos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região: fontes para o estudo da evolução das relações de trabalho	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Poder Judiciário	13
	Entre o passado e o futuro: a reprodução social da pesca artesanal em Armação de Itapocorói (Penha-SC)	Siara Bonatti	14
	Falando do Axé. Mesa de Ogãs. Toalha de Ekedis	Centro Espírita Caridade Eterna	15
	Fundo Balduino Rambo	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	16
	Fundo Secretaria do Interior - Série 4 - Instrução	Arquivo Público Mineiro	17

	Pública		
<b>2015</b>	<b>Iconografia do Rio de Janeiro na Coleção Geyer</b>	<b>Museu Imperial do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)</b>	<b>18</b>
	Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - de 1981 a 2011 - 313 edições	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	19
	Memória da Educação Básica Pública do Distrito Federal	Eva Waisros Pereira	20
	<b>Partituras - Obras de Heitor Villa-Lobos</b>	<b>Museu Villa-Lobos do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)</b>	<b>21</b>
	Pe. Cícero Romão Baptista e os factos de Joazeiro	Diocese do Crato / Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo	22
	Periódicos Brasileiros	Andrey do Amaral dos Santos	23
	Presença de Stefan Zweig no Brasil	Casa Stefan Zweig / Fundação Biblioteca Nacional / Museu da República / PEN Clube do Brasil / Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis	24
	<b>Processos Judiciais Trabalhistas: doença ocupacional na mineração em Minas Gerais. Dissídios individuais e coletivos (1941-2005)</b>	<b>Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região</b>	<b>25</b>
	<b>Registros fotográficos oficiais das intervenções urbanas na Cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950</b>	<b>Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro</b>	<b>26</b>
	<b>República e positivismo: a produção intelectual da Igreja Positivista do Brasil</b>	<b>Igreja Positivista do Brasil</b>	<b>27</b>
	Revista do Instituto do Ceará	Instituto do Ceará	28
	Subseção: IV Assembleia Constituinte do Estado de Minas Gerais	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais	29
	Uma vida dedica a imagem de Roland Henze	Luis Bezerra Soares	30
Vida de Quilombo: a conservação da biodiversidade e da paisagem em território quilombola de Bacabal, MA, Brasil	Gabriela Barros Rodrigues	31	

## Anexo 3: Membros do Comitê MOW Brasil (2006-2015)

MEMBRO INTEGRANTE	CADEIRA MOW-BRASIL	INSTITUIÇÃO DE TRABALHO	FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO	PRIMEIRA FORMAÇÃO	FORMAÇÕES CONTINUADAS	REGIÃO – ESTADO/DF	FORMA DE ENTRADA	PERÍODOS MANDATOS	VÍNCULO CONARQ	FUNÇÃO MOW-BRASIL
Ana Maria de Almeida Camargo	Especialista de Notório Conhecimento	Universidade de São Paulo - USP	Professora	História	Arquivologia Ciência da Informação História	Sudeste - SP	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2008)	Sim	Membro
Ângelo Oswaldo de Araújo Santos	Ibram	Ibram	Presidente	Direito	Arte Jornalismo Gestão Pública	Centro Oeste - DF	Indicação Ibram	Primeiro (2013-2014)	Não	Membro
Armando de Senna Bittencourt	Segmento dos Arquivos Militares	Marinha do Brasil	Diretor, Vice-Almirante	Engenharia Naval	Arquitetura Naval	Sudeste - RJ	Convite Formal Comitê MOW	Primeiro (2009-2011) Segundo (2011-2013)	Não	Presidente (2009-2011) Presidente (2011-2013)
Arno Wehling	Especialista de Notório Conhecimento	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	Presidente	História	Direito História	Sudeste - RJ	Convite Formal Comitê MOW	Primeiro (2009-2011) Segundo (2011-2013)	Não	Membro
Beatriz Kushnir	Segmento dos Arquivos Municipais	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ	Diretora	História	Arquivologia História	Sudeste - RJ	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2009) Segundo (2009-2011)	Sim	Membro
Caio Cesar Boschi	Segmento dos Arquivos Eclesiásticos	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG	Professor	História	História	Sudeste - MG	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2011-2013) Segundo (2013-2015)	Sim	Membro
Carlos Augusto Silva Ditadi	Conarq Membro do Brasil no MowIac	Arquivo Nacional	Servidor Público	História	Arquivologia Conservação Preventiva Tecnologia da Informação	Sudeste - RJ	Rede de Arquivos Eleição Comitê Brasileiro	Primeiro (2006-2009) Segundo (2009-2011) Terceiro (2014-2015)	Sim	Relator (2009-2011)

MEMBRO INTEGRANTE	CADEIRA MOW, BRASIL	INSTITUIÇÃO DE TRABALHO	FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO	PRIMEIRA FORMAÇÃO	FORMAÇÕES CONTINUADAS	REGIÃO – ESTADO/DF	FORMA DE ENTRADA	PERÍODOS MANDATOS	VÍNCULO CONARQ	FUNÇÃO MOW, BRASIL
Carlos Roberto Bastos Freitas	Segmento dos Arquivos Municipais	Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes	Diretor	Museologia	Arquivologia Políticas Sociais	Sudeste - RJ	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2011-2013) Segundo (2013-2015)	Sim	Membro
Carlos Wendel Magalhães	Segmento dos Arquivos Audiovisuais	Cinemateca Brasileira	Presidente	Administração	Administração Pública	Sudeste - SP	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2009) Segundo (2009-2011)	Não	Membro
Carmem Tereza Coelho Moreno	Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional	Diretora	Ciências Sociais	Arquivologia Ciência da Informação	Sudeste - RJ	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2009)	Sim	Membro
Célia Maria Corsino	Especialista de Notório Conhecimento	Iniciativa Privada Consultoria Projetos	Diretora	Museologia	Administração Pública	Sudeste - MG	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2008)	Sim	Membro
Estevan Pardi Correa	Iphan	Iphan	Diretor	Arquitetura	Arquitetura	Centro Oeste - DF	Indicação Iphan	Primeiro (2012-2013)	Não	Membro
Esther Caldas Bertolletti	MinC	MinC	Coordenadora Projetos	Direito	Biblioteconomia Ciência da Informação Direito	Sudeste - RJ	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2009) Segundo (2009-2011)	Sim	Vice-Presidente (2007-2009)

MEMBRO INTEGRANTE	CADEIRA MOW.BRASIL	INSTITUIÇÃO DE TRABALHO	FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO	PRIMEIRA FORMAÇÃO	FORMAÇÕES CONTINUADAS	REGIÃO – ESTADO/DF	FORMA DE ENTRADA	PERÍODOS MANDATOS	VÍNCULO CONARQ	FUNÇÃO MOW.BRASIL
Gilda Maria Whitaker Verri	Especialista de Notório Conhecimento	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Professora	Ciências Sociais	Sociologia História	Nordeste - PE	Convite Formal Comitê MOW	Primeiro (2009-2011) Segundo (2011-2013)	Não	Membro
Guilherme Canela de Souza Godoi	Especialista de Notório Conhecimento	Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais, do Ministério das Relações Exteriores	Coordenador	Relações Internacionais	Ciência Política	Centro Oeste - DF	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2011-2013) Segundo (2013-2015)	Não	Membro
Gustavo da Veiga Guimarães	Comissão Nacional Unesco	Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais, do Ministério das Relações Exteriores	Representante	Direito	Diplomacia	Centro Oeste - DF	Indicação Ministério da Relações Exteriores	Primeiro (2012-2013) Segundo (2013-2015)	Não	Membro
Heloísa Liberali Bellotto	Especialista de Notório Conhecimento	Universidade de São Paulo - USP	Professora	História	Arquivologia Ciência da Informação História	Sudeste - SP	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2013-2015)	Sim	Membro
Ismênia de Lima Martins	Segmento das Associações de Ensino e Pesquisa	Universidade Federal Fluminense - UFF	Professora	História	Arquivologia História	Sudeste - RJ	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2009) Segundo (2009-2011)	Sim	Membro



MEMBRO INTEGRANTE	CADEIRA MOW.BRASIL	INSTITUIÇÃO DE TRABALHO	FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO	PRIMEIRA FORMAÇÃO	FORMAÇÕES CONTINUADAS	REGIÃO – ESTADO/DF	FORMA DE ENTRADA	PERÍODOS MANDATOS	VÍNCULO CONARQ	FUNÇÃO MOW.BRASIL
Jaime Antunes da Silva	Arquivo Nacional Conarq	Arquivo Nacional	Diretor-Geral	Arquivologia	Arquivologia História	Sudeste - RJ	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2009) Segundo (2009-2011) Terceiro (2011-2013) Quarto (2013-2015)	Sim	Presidente (2007-2009)
João de Sousa Lima Filho	Comissão Nacional Unesco	Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais, do Ministério das Relações Exteriores	Supervisor	Comunicação Social	Comunicação Social	Centro Oeste - DF	Indicação Ministério das Relações Exteriores	Primeiro (2009-2011) Segundo (2011-2011)	Não	Membro
Joaquim Caetano Gentil Netto	Comissão Nacional Unesco	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura - IBCEC - Ministério das Relações Exteriores	Secretário Executivo	Não identificada	Não identificada	Centro Oeste - DF	Indicação Ministério das Relações Exteriores	Primeiro (2006-2008)	Não	Membro
Joaquim Marçal Ferreira de Andrade	MinC	Biblioteca Nacional	Servidor Público	Desenho Industrial	Design Fotografia História	Sudeste - RJ	Indicação MinC	Primeiro (2011-2013) Segundo (2013-2015)	Sim	Membro
José Armando Zema de Resende	Comissão Nacional Unesco	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura - IBCEC - Ministério das Relações Exteriores	Coordenador	Relações Internacionais	Diplomacia História	Centro Oeste - DF	Indicação Ministério das Relações Exteriores	Primeiro (2011-2012)	Não	Membro

MEMBRO INTEGRANTE	CADEIRA MOW.BRASIL	INSTITUIÇÃO DE TRABALHO	FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO	PRIMEIRA FORMAÇÃO	FORMAÇÕES CONTINUADAS	REGIÃO – ESTADO/DF	FORMA DE ENTRADA	PERÍODOS MANDATOS	VÍNCULO CONARQ	FUNÇÃO MOW.BRASIL
José Luiz de Araújo Quental	Segmento dos Arquivos Audiovisuais	Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro	Coordenador	História	Cinema Comunicação Social História	Sudeste - RJ	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2011-2013) Segundo (2013-2015)	Não	Membro
Leslie Antônio Alcoforado	Segmento dos Arquivos Militares	Exército Brasileiro	General de Brigada	Militar	Militar	Centro Oeste - DF	Indicação Ministério da Defesa	Primeiro (2013-2015)	Não	Membro
Letícia Borges Nedel	Especialista de Notório Conhecimento	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Professora	História	História	Sul - SC	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2013-2015)	Não	Membro
Luciana Quillet Heymann	Segmento dos Arquivos Privados	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas - Cpdoc/FGV	Professora	História	Antropologia Sociologia	Sudeste - RJ	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2009) Segundo (2009-2011)	Sim	Relatora (2007-2009) Vice-Presidente (2009-2011)
Luiz Philippe Peres Torelly	Iphan	Iphan	Diretor	Arquitetura	Arquitetura e Urbanismo	Centro Oeste - DF	Indicação Iphan	Primeiro (2013-2015)	Não	Vice-Presidente (2013-2015)
Lygia Maria Guimarães	Iphan	Iphan	Chefe de Divisão	História	Conservação História	Sudeste - RJ	Rede de Arquivos	Primeiro (2009-2011) Segundo (2011-2013)	Sim	Coordenadora Implantação e Regulamentação (2000-2007)

MEMBR INTEGRANTE	CADEIRA MOW.BRASIL	INSTITUIÇÃO DE TRABALHO	FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO	PRIMEIRA FORMAÇÃO	FORMAÇÕES CONTINUADAS	REGIÃO – ESTADO/DF	FORMA DE ENTRADA	PERÍODOS MANDATOS	VÍNCULO CONARQ	FUNÇÃO MOW.BRASIL
Marcelo Dantas da Costa	Comissão Nacional Unesco	Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais, do Ministério das Relações Exteriores	Coordenador	Não identificada	Não identificada	Centro Oeste - DF	Indicação Ministério Relações Exteriores	Primeiro (2008-2009)	Não	Membro
Márcia Helena Gonçalves Rollemberg	Iphan	Iphan	Diretora	Serviço Social	Gestão Pública	Centro Oeste - DF	Indicação Iphan	Primeiro (2011-2012)	Não	Vice-Presidente (2011-2012)
Márcio de Souza Porto	Segmento dos Arquivos Estaduais	Arquivo Público do Ceará - APCE	Diretor	História	História	Nordeste - CE	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2013-2015)	Sim	Membro
Maria Dulce de Faria	Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional	Servidora Pública	Biblioteconomia	História Letras	Sudeste - RJ	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2013-2015)	Não	Membro
Maria Rosângela da Cunha	Segmento dos Arquivos Militares	Marinha do Brasil	Chefe, Capitã-de-Corveia	Militar	Militar	Sudeste - RJ	Rede Arquivos	Primeiro (2006-2009)	Sim	Membro
Maria Teresa Navarro de Brito Matos	Segmento dos Arquivos Estaduais	Arquivo Público da Bahia - APBA	Diretora	História	Arquivologia Biblioteconomia Ciência da Informação	Nordeste - BA	Rede Arquivos	Primeiro (2009-2011) Segundo (2011-2013)	Sim	Membro

MEMBRO INTEGRANTE	CADEIRA MOW.BRASIL	INSTITUIÇÃO DE TRABALHO	FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO	PRIMEIRA FORMAÇÃO	FORMAÇÕES CONTINUADAS	REGIÃO – ESTADO/DF	FORMA DE ENTRADA	PERÍODOS MANDATOS	VÍNCULO CONARQ	FUNÇÃO MOW.BRASIL
Mariza de Carvalho Soares	Segmento dos Arquivos Eclesiásticos	Universidade Federal Fluminense - UFF	Professora	História	Antropologia História	Sudeste - RJ	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2009) Segundo (2009-2011)	Não	Membro
Maurício Vicente Ferreira Júnior	Ibram	Ibram	Diretor	História	Ciência Política História Museologia	Sudeste - RJ	Indicação Ibram	Primeiro (2014-2015)	Não	Membro
Mônica Rizzo Soares Pinto	Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional	Diretora	Biblioteconomia	Memória Social	Sudeste - RJ	Indicação Biblioteca Nacional	Primeiro (2009-2011) Segundo (2011-2013)	Não	Relatora (2011-2013)
Renato Pinto Venâncio	Segmento dos Arquivos Estaduais	Arquivo Público Mineiro - APM	Superintendente	História	História	Sudeste - MG	Rede de Arquivos	Primeiro (2006-2009)	Sim	Membro
Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira	Segmento das Associações de Ensino e Pesquisa	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Professora	História	História	Sudeste - RJ	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2011-2013) Segundo (2013-2015)	Sim	Relatora (2013-2015)
Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Especialista de Notório Conhecimento	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	Vice-Presidente	Direito	História	Sudeste - RJ	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2013-2015)	Não	Membro
Vitor Manoel Marques da Fonseca	Arquivo Nacional Membro do Brasil no Mowiac	Arquivo Nacional	Servidor Público	História	Arquivologia Ciência da Informação História	Sudeste - RJ	Indicação Arquivo Nacional Eleição Comitê	Primeiro (2011-2013) Segundo (2013-2015))	Sim	Presidente (2013-2015)

MEMBRO INTEGRANTE	CADEIRA MOW.BRASIL	INSTITUIÇÃO DE TRABALHO	FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO	PRIMEIRA FORMAÇÃO	FORMAÇÕES CONTINUJADAS	REGIÃO – ESTADO/DF	FORMA DE ENTRADA	PERÍODOS MANDATOS	VÍNCULO CONARQ	FUNÇÃO MOW.BRASIL
Viviane Tessitore	Segmento dos Arquivos Privados	Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Cedic/PUC-SP	Pesquisadora	História	História	Sudeste - SP	Indicação Comitê MOW	Primeiro (2011-2013) Segundo (2013-2015)	Não	Membro

#### Anexo 4: Acervos documentais brasileiros e instrumentos de patrimonialização

Acervo Documental (Instituição)	Nominação/Registro - MOW Unesco	Declaração Interesse Público e Social – Conarq	Tombamento federal - Iphan
Abdias Nascimento (Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros - Ipeafro)	- Certificado MOW Brasil (2014) - Certificado Mowlac (2010)	- Decreto presidencial de 16/06/2010	- Inexiste
Oscar Niemeyer (Fundação Oscar Niemeyer)	- Certificado MOW Brasil (2008) - Certificado Mowlac (2008) - Certificado MOW Internacional (2013)	- Decreto presidencial de 16/04/2009	- Inexiste
Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade (Centro Cultural São Paulo)	- Certificado MOW Brasil (2009)	- Inexiste	- Inscrição no Livro do Tombo Histórico (2008)
Paulo Freire (Instituto Paulo Freire e Acervo Particular Anita Freire)	- Certificado MOW Brasil (2014) - Certificado Mowlac (2015) - Certificado MOW Internacional (2017)	- Decreto presidencial de 09/05/2012	- Inexiste

## Anexo 5: Formulário de Candidatura - Edital MOW Brasil 2015

REGISTRO MEMÓRIA DO MUNDO DO BRASIL FORMULÁRIO DE CANDIDATURA 2015		
<b>Título do documento /conjunto que se propõe</b>		
<b>1.0 Resumo (máximo 200 palavras)</b>		
<p><i>Proporcione uma descrição breve do patrimônio documental que se nomina as razões para propô-lo. Trata-se da "vitrine" da proposta, e é melhor escrevê-la ao final. Deve incluir todos os pontos essenciais que se deseja destacar, de tal maneira que qualquer pessoa que o leia poderá entender a proposta, ainda que a leitura não tenha sido integral.</i></p>		
<b>2.0 Proponente</b>		
2.1 Nome do proponente (indivíduo ou instituição)		
_____		
2.2 Relação com o patrimônio documental nominado		
_____		
2.3 Pessoa(s) a contatar (para informação sobre esta candidatura)		
_____		
2.4 Informações para contato		
Nome:	Endereço:	
_____	_____	
Telefone(s):	Número de fax:	Correio(s) eletrônico(s):
_____	_____	_____
<b>2.5 Autorização</b>		
<p><b>Certifico que tenho a autoridade para candidatar o patrimônio documental descrito neste formulário dirigido ao Registro Nacional do Brasil de Memória do Mundo.</b></p>		
Assinatura	Nome completo (em letras de forma, por favor)	
_____	Informe a instituição, quando seja apropriado	
	_____	
	Data	
	_____	
<b>3.0 Identidade e descrição do patrimônio documental</b>		

---

### 3.1 Nome e detalhes descritivos do documento /conjunto que está sendo candidatado

*Em caso de se inscrito, o título exato e o nome da instituição que deve aparecer no certificado que se entrega.*

*Nesta parte do formulário, deve-se descrever o documento ou conjunto documental com suficientes informações para deixar claro exatamente o que se está postulando. Qualquer conjunto deve ser finito, com datas iniciais e finais.*

---

### 3.2 Informações sobre a catalogação ou registro

*De acordo com a proposta, poderia ser útil, para definir um conjunto, anexar seu catálogo. Se ele é demasiado volumoso e pouco prático, seria adequado uma descrição extensa, acompanhada de exemplos de catalogação, acesso ou números de registro e outras maneiras de estabelecer o tamanho e caráter de um conjunto documental.*

---

### 3.3 Documentação audiovisual adequada (por exemplo, fotografias ou um DVD do patrimônio documental)

*É apropriado anexar fotografias, das quais deve-se especificar pelo menos duas, arquivos de áudio ou imagens em movimento para as quais se autoriza o uso pelo Programa Memória do Mundo para fins de divulgação.*

---

### 3.4 História / procedência

*Descreva o que se conhece da história do conjunto ou do documento. Embora a informação possa não ser completa, deve-se oferecer a melhor descrição possível.*

---

### 3.5 Bibliografia

*Uma bibliografia demonstra o que outros tenham dito e escrito de forma independente acerca do patrimônio que se está propondo. Recomenda-se citar trabalhos científicos, claramente independentes tanto de sua instituição como da UNESCO.*

---

### 3.6 Nomes, qualificações e endereços de até três pessoas ou organismos independentes, com o conhecimento e expertise sobre a importância e procedência do patrimônio documental.

Nome	Qualificações	Endereços (postal e/ou correio eletrônico)
1.		
2.		
3.		

*Os especialistas citados poderão ser convidados a dar suas opiniões. O Comitê MoWBrasil também poderá contatar outros especialistas, de modo a que se obtenha um bom espectro de opiniões para realizar a avaliação.*

### 4.0 Informação jurídica



---

**4.1 Proprietário do patrimônio documental (nome e informações para contato)**

---

Nome: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ Correio(s) eletrônico(s): \_\_\_\_\_

---

**4.2 Entidade custodiadora do patrimônio documental, caso não seja o proprietário**

---

Nome \_\_\_\_\_ Direção \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_ Correio eletrônico \_\_\_\_\_

---

**4.3 Status jurídico**

---

*Proporcione informações sobre a responsabilidade legal e administrativa do custodiador na preservação do patrimônio documental.*

---

**4.4 Acessibilidade**

---

*Descreva como se tem acesso aos documentos ou conjunto. Todas as restrições ao acesso devem ser explicadas abaixo.*

*Estimular o acesso é um objetivo básico do MOW. Consequentemente, estimula-se a digitalização que possibilita o acesso e deve-se comentar caso esteja sendo realizada ou prevista. Também devem ser apontados os fatores legais ou culturais que restrinjam o acesso.*

---

**4.5 Os direitos de autor**

---

*Descreva o status dos direitos de autor do documento ou coleção.*

*Quando se conhece a situação dos direitos, ela deve ser descrita. Não obstante, o status dos direitos de um documento ou coleção não tem ingerência em sua significação e não é levado em consideração quando se determina se cumpre com os critérios para a inscrição.*

---

## 5.0 A avaliação segundo os critérios de seleção

### 5.1 Autenticidade

*É o documento / conjunto o que parece ser? Estabeleceu-se de maneira confiável sua identidade e procedência?*

---

### 5.2 Significação nacional

*É o documento / conjunto único e insubstituível? Constituiria seu desaparecimento um empobrecimento danoso ao patrimônio da humanidade? Teve grande impacto em seu tempo e/ou dentro de uma área cultural particular no país? Teve grande influência (positiva ou negativa) no curso da história da região?*

---

### 5.3 Critérios comparativos:

*Atende o patrimônio algumas das seguintes provas? (Deve atender pelo menos uma delas).*

#### 5.3.1 Tempo

*Evoca o documento / conjunto seu tempo (que pode ter sido de crise ou de significativa mudança social ou cultural)? Representa um novo descobrimento? Ou trata-se do "primeiro de seu tipo"?*

#### 5.3.2 Lugar

*Contem o documento / conjunto informação crucial sobre uma localidade importante para a história e cultura do mundo? Por exemplo: foi o próprio lugar uma influência sobre os fatos ou fenômenos representados no documento / conjunto? Descreve ambiente físico, cidades ou instituições que desapareceram?*

#### 5.3.3 Pessoas

*O contexto cultural da criação do documento reflete aspectos significativos do comportamento humano, ou do desenvolvimento social, industrial, artístico ou político? Ou captura a essência de grandes movimentos, transições, avanços ou retrocessos? Ilustra a vida de indivíduos proeminentes nos campos a eles relacionados?*

#### 5.3.4 Matéria e tema

*Representa a matéria e tema do documento um desenvolvimento particular de natureza histórica ou intelectual e nas ciências naturais, sociais e humanas? Ou o faz no domínio político, ideológico, desportivo ou artístico?*

#### 5.3.5 Forma e estilo

*Possui o documento / conjunto valor excepcional de natureza estética, estilística ou linguística? Ou é um exemplar típico de um modo de apresentação, costume ou meio? É um exemplo de um suporte ou formato desaparecido ou em vias de desaparecimento?*

### 5.3.6 Significação social / espiritual / comunitária

*A aplicação deste critério deve refletir a significação viva: Possui o patrimônio documental impacto afetivo sobre pessoas que estão vivas? É venerado como coisa sagrada ou por suas qualidades místicas, ou reverenciado devido a sua associação com pessoas e eventos de significação? (Uma vez que aqueles que reverenciaram ao patrimônio documental por sua significação social / espiritual / comunitária, já não o fazem, ou já não vivem, perde esta significação específica e, eventualmente, poderá adquirir significação histórica.)*

## 6.0 Informação contextual

### 6.1 Raridade

### 6.2 Integridade

## 7.0 Consulta com partes interessadas

**7.1 Proporcione informações quanto à consulta acerca desta nomeação com as partes interessadas quanto à sua significação e preservação.**

*Além da própria instituição proponente, consultou-se a outras organizações ou grupos ao preparar-se esta candidatura, e em caso positivo, como foi a resposta: apoiaram, foram contrárias ou fizeram comentários úteis?*

## 8.0 Avaliação de risco

*Se por alguma razão seu documento / conjunto está em risco, informe. Precise a natureza e alcance das ameaças ao patrimônio documental. Anexe uma declaração à parte se o espaço não for suficiente. A UNESCO necessita conhecer sua verdadeira situação.*

## 9.0 Plano de gerenciamento de preservação e acesso

**9.1 Existe um plano de gerenciamento para este patrimônio documental?**

SIM      NÃO

*Se a resposta é afirmativa, anexe esse plano. Do contrário, anexe os detalhes acerca do das condições de armazenamento e guarda dos documentos.*

## 10.0 Qualquer outra informação

*Forneça informações que apoiem a inclusão deste patrimônio documental ao Registro Nacional de Memória do Mundo. Se a candidatura for bem sucedida, como utilizará esse fato para promover o Programa MoW? Acrescente uma declaração em outra folha, se necessário.*

**DADOS SUPLEMENTARES SOBRE O DOCUMENTO OU CONJUNTO DOCUMENTAL DE NATUREZA ARQUIVÍSTICA**

(O preenchimento deste formulário é obrigatório, uma vez que possibilitará o aprofundamento das informações sobre o acervo de natureza arquivística proposto e viabilizará ao MoWBrasil, posteriormente, criar e manter uma base de dados sobre os documentos ou conjuntos documentais nominados)

### DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO OU CONJUNTO DOCUMENTAL

Com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE – CONARQ  
(Ver em Publicações Digitais: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>)

#### 1. Área de Identificação

<b>Título formal ou atribuído do documento ou conjunto documental</b>	
<b>Código de referência do documento ou conjunto documental</b>	
<b>Data ou datas-limite</b>	
<b>Dimensões e quantificação do acervo</b>	
<b>Suporte(s) documental (ais)</b> (Especificar o(s) material(is) em que as informações estão registradas)	

#### 2. Área de Contextualização

<b>Nome(s) do(s) produtor(es)</b>	
<b>História administrativa ou biografia do produtor</b> (No máximo, uma lauda)	

3. Área de conteúdo e estrutura	
<p><b>Conteúdo do documento ou conjunto documental</b></p> <p>(Especificar os assuntos ou temas tratados considerados mais relevantes e que subsidiem o julgamento)</p> <p>(No máximo, uma lauda)</p>	
<p><b>Sistema de organização e arranjo ou catalogação do acervo</b></p>	
4. Área de condições de acesso e uso	
<p><b>Condições de acesso</b> Especificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• se sem restrições – acesso livre;</li> <li>• se com restrições –informar a natureza das mesmas.</li> </ul>	
<p><b>Condições de reprodução</b> (Especificar, se possível, os tipos de reprodução autorizados)</p>	
<p><b>Idioma</b> (Especificar o(s) idioma(s) do(s) documento(s))</p>	
<p><b>Instrumentos de pesquisa</b> (Especificar e indicar os tipos de meios de busca disponíveis – inventários, catálogos, índices, bases de dados e outros)</p>	
<p><b>Horário de atendimento ao público</b></p>	

5. Área de fontes relacionadas	
<b>Existência de cópias e localização</b> (Especificar a existência de cópia(s) do documento ou conjunto documental e sua localização)	
<b>Unidades de descrição relacionadas</b> (Especificar a existência de outras unidades documentais relacionadas, isto é, fundos ou coleções que se relacionem com o documento ou o conjunto documental proposto)	
6. Área de notas	
<b>Notas sobre o estado de conservação do documento ou conjunto documental</b>	
<b>Nota sobre publicação</b> (Listar referências das publicações, artigos e estudos produzidos a partir do documento ou conjunto documental)	

## Anexo 6: Candidaturas brasileiras apresentadas nos editais MOW Internacional

EDITAL	CANDIDATURAS	PROPONENTES
1998/1999	<i>The Novacap Archives</i>	Arquivo Público do Distrito Federal
2002/2003	<i>The Emperor's collection: Brazilian and foreign photography in the nineteenth century</i>	Fundação Biblioteca Nacional
2004/2005	<i>Mariana Museum of Music</i>	Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana
2008/2009	<i>Limite (film by Mário Peixoto)</i>	Cinematheca Brasileira
	<i>Fundo Novacap - Brazil</i>	Arquivo Público do Distrito Federal
2010/2011	<i>Network of Information and counter Information on the military regime in Brazil (1964-1985)</i>	Arquivo Nacional (coordenação da candidatura) Arquivo Público do Estado do Ceará Arquivo Público do Estado do Espírito Santo Centro de Informação e Documentação Arquivística da Universidade Federal de Goiás Arquivo Público do Estado do Maranhão Arquivo Público Mineiro Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Pernambuco) Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro Arquivo Público do Estado de São Paulo
	<i>The opening of Brazil's ports Royal Chartes Brazil</i>	Fundação Biblioteca Nacional
2012/2013	<i>Architectural Archive Oscar Niemeyer</i>	Fundação Oscar Niemeyer
	<i>Documents regarding the Emperor D. Pedro II's journeys in Brazil and abroad</i>	Museu Imperial/Ibram
2014/2015	<i>Committee for the Defense of Human Rights in the Countries of the Southern Cone - Clamor</i>	Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho – Cedic/PUC-SP <i>Archivo General de la Nación - AGN (Uruguay)</i>
	<i>The Jesco von Puttkamer Collection</i>	Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás
	<i>The War of the Triple Alliance: Iconographic and Cartographic presentations</i>	Museu Imperial (coordenação da candidatura) Arquivo Histórico do Exército Arquivo Histórico e Mapoteca Histórica do Itamaraty Arquivo Nacional Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha Fundação Biblioteca Nacional Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Museu Histórico Nacional Museu Nacional de Belas Artes <i>Museo Histórico del Uruguay – (Uruguay)</i>